ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 15 Brasília - DF, quarta-feira, 22 de janeiro de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1
Ministério da Cidadania 4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Defesa 11
Ministério do Desenvolvimento Regional 17
Ministério da Economia 17
Ministério da Educação 31
Ministério da Infraestrutura 33
Ministério da Justiça e Segurança Pública 38
Ministério de Minas e Energia 47
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 50
Ministério das Relações Exteriores 51
Ministério da Saúde 52
Ministério do Turismo 56
Controladoria-Geral da União 56
Ministério Público da União 57
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 57

Esta edição completa do DOU é composta de 67 páginas

Presidência da República

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 24, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Portaria PGF nº 201, de 28 de março de 2013, para subdelegar a competência para autorizar a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, judicial ou extrajudicial, em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como compromitente, na forma prevista no art. 4-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, na forma que especifica e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o *caput* do artigo 10 e os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, o inciso I do artigo 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o inciso XVII do artigo 37 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, tendo em vista o disposto na Portaria AGU nº 12, de 16 de janeiro de 2020 e considerando o estabelecido na NOTA n. 00010/2020/DEPCONSU/PGF/AGU resolve:

Art. 1º A Portaria PGF nº 201, de 28 de março de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos para a solicitação de autorização para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, judicial ou extrajudicial, em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como parte.

....."(NR)

"Art. 1º-A A competência para autorizar a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, judicial ou extrajudicial, em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como tomadoras do compromisso (compromitentes), fica subdelegada aos Procuradores Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas.

"Art. 3º O pedido de autorização para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta deverá ser instruído com os seguintes documentos e informações:

....." (NR)

"Art. 4º Firmado o Termo de Ajustamento de Conduta, a Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal deverá comunicar o fato ao Departamento de Consultoria, se extrajudicial, ou ao Departamento de Contencioso, se judicial." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 10, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Habilitar o médico veterinário MARCOS TÚLIO MARTINS DE PAULO, CRMV-GO nº 8688, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS nos municípios de Itaberaí, Mossâmedes, Anápolis, Inhumas, Goianira, Goiás, Petrolina, Damolândia, Goianápolis, Itaguarú, Heitoraí, Taquaral de Goiás, Sanclerlândia, Campo Limpo de Goiás, Caturaí, Santa Rosa de Goiás, Itaguarí, Santo Antônio de Goiás, Ouro Verde de Goiás, Brazabrantes, Itapuranga, Goiânia, Americano do Brasil, Pirenópolis, Leopoldo de Bulhões, Trindade, Silvânia, Santa Barbara de Goiás, Hidrolândia, Abadiânia, Cocalzinho de Goiás, Alexânia e Santo Antônio do Descoberto. Processo SEI nº 21020.000100/2020-20.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNOLDO DAHER DE ALMEIDA JUNQUEIRA
Substituto

SECRETARIA DE AQUICULTURA E DA PESCA

PORTARIA Nº 14, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Cancela, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Arrasto de Fundo Duplo (camarão rosa, camarão Santana e camarão barba ruça) litorais Sudeste/Sul - código: 3.03.001 para a embarcação "PROSPERIDADE I" e concede, em substituição, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Arrasto de Fundo Duplo (camarão rosa, camarão Santana e camarão barba ruça) litorais Sudeste/Sul - código: 3.03.001 para a embarcação "BRIDA PINHEIRO". Cancela de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento Arrasto de fundo simples costeiro/parelha (corvina, castanha, pescada-maria-mole e outros) litorais Sudeste/Sul - código: 3.08.001 para a embarcação pesqueira "BRIDA PINHEIRO" e concede, em substituição, a Permissão Prévia de Pesca na modalidade de permissionamento Arrasto de fundo simples costeiro/parelha (corvina, castanha, pescada-maria-mole e outros) litorais Sudeste/Sul - código: 3.08.001 para a embarcação "CAPITÃO BOLSONARO", a ser construída.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições, que lhe confere o art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, esta resultante da conversão da Medida Provisória nº 870, de 2019, o art. 29 do anexo I ao Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, o art. 24 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004 e na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21050.003020/2019-35, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de Arrasto de Fundo Duplo (camarão rosa, camarão Santana e camarão barba ruça) litorais Sudeste/Sul - código: 3.03.001 para a embarcação "PROSPERIDADE I", de propriedade de Adilson dos Santos, inscrita no SisRGP sob o nº SP-0003835-7 e na Autoridade Marítima sob o nº 401-030732-3.

Art. 2º Conceder, em substituição, Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de Arrasto de Fundo Duplo (camarão rosa, camarão Santana e camarão barba ruça) litorais Sudeste/Sul - código: 3.03.001 para a embarcação "BRIDA PINHEIRO", de propriedade de Reginaldo Abelardo Pinheiro, inscrita no SisRGP sob o nº SC-0004062-4 e na Autoridade Marítima sob o nº 441-01619-8.

Art. 3º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de Arrasto de fundo simples costeiro/parelha (corvina, castanha, pescada-maria-mole e outros) litorais Sudeste/Sul - código: 3.08.001 para a embarcação pesqueira "BRIDA PINHEIRO", de propriedade de Reginaldo Abelardo Pinheiro, inscrita no SisRGP sob o nº SC-0004062-4 e na Autoridade Marítima sob o nº 441-010619-8.

Art. 4º Conceder, em substituição, a Permissão Prévia de Pesca na modalidade de permissionamento de Arrasto de fundo simples costeiro/parelha (corvina, castanha, pescada-maria-mole e outros) litorais Sudeste/Sul - código: 3.08.001 para a embarcação "CAPITÃO BOLSONARO", a ser construída.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE SEIF JUNIOR

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA N° 1, de 03 de novembro de 1994, que cria o Projeto de Assentamento denominado PA LIBERTAÇÃO CAMPONESA, código SIPRA RS 0025000, publicada no D.O.U. N° 214, de 11/11/1994, Seção 1, página 17014 onde se lê: "... o projeto prevê a criação de 31 (trinta e uma) unidades agrícolas... leia-se: "... o projeto prevê a criação de 29 (vinte e nove) unidades agrícolas".

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

A DIRETORIA EXECUTIVA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V, do art. 77, do Estatuto Social da Conab e consoante deliberado na 267ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/12/2019, Voto Dirab N.º 050/2019, resolve:

1. Aprovar o Regulamento para Operacionalização da Oferta de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa 30901.

2. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANEXO

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dispõe sobre as condições para operacionalização da oferta de prêmio equalizador pago ao produtor rural ou cooperativa de produtor rural, em consonância com Decreto-Lei n.º 79, de 19/12/1966; Lei n.º 8.171, de 17/01/1991; Lei n.º 8.427, de 27/05/1992, Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/94, Lei n.º 9.848, de 26/10/1999; Lei n.º 9.784, de 29/01/1999; Lei n.º 10.406/02, de 10/01/2002; artigo 2º da Lei n.º 10.520, de 17/06/2002; Lei n.º 11.775, de 17/09/2008; arts. 28, § 3º, artigo 31, caput, artigo 33, artigos 36, 37 e 38, artigo 64 e artigos 82 a 84 da Lei n.º 13.303/16, de 30/06/16; Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) da Conab - 10.901; e artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Conab, aprovado em Assembleia Extraordinária no dia 19/12/2017.

CAPÍTULO II

DO OBJETO

Art. 2º. As operações de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural ou Cooperativa de Produtor Rural (PEPRO) se destinam a atender a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) quando o preço de um produto encontra-se abaixo do preço mínimo (amparado na PGPM e disponível nos Títulos específicos de cada produto no Manual de Operações da Conab (MOC), no site da Conab). A operação somente pode ser iniciada após autorização por meio de Portaria Interministerial específica

Parágrafo único. A Oferta de prêmio equalizador a ser pago ao arrematante, produtor rural ou cooperativa de produtor rural, pela venda e escoamento de produto de sua produção, deverá ser negociada nas condições e abrangências previstas em Aviso específico, elaborado de acordo com a Portaria Interministerial específica que aprova a operação.

CAPÍTULO III

DA DIVULGAÇÃO

Art. 3º. O leilão será divulgado, por meio de Aviso específico, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antecedentes à realização do leilão eletrônico. São requisitos mínimos que deverão constar nos Avisos para sua divulgação:

I - objeto;

II - forma da operação;

III - previsão de prêmio e forma de pagamento;

IV - obrigações do arrematante e prazos de execução;

V - direitos e responsabilidades das partes, tipificações das infrações e respectivas penalidades, bem como percentuais das multas.

CAPÍTULO IV

DA MODALIDADE E DO SISTEMA ELETRÔNICO DE COMERCIALIZAÇÃO

Art. 4º. O leilão será realizado na modalidade "cartela", utilizando o Sistema Eletrônico de Comercialização vigente, por meio de interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros que deverão estar previamente contratadas para realizar as negociações em leilão representando os participantes das operações conforme os procedimentos requeridos para inexigibilidade de licitação tratado no Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) da Conab.

CAPÍTULO V

DOS PARTICIPANTES

Art. 5º. Poderão participar do leilão os produtores rurais ou cooperativas de produtores rurais que se enquadrem nas condições previstas neste Regulamento e em Aviso específico, e comprometam-se a cumprir com todas as regras neles estabelecidas.

Parágrafo único. No caso de cooperativas, os produtos objetos de suas operações deverão ser oriundos de seus cooperados filiados ativos.

Art. 6º. Na data da realização do leilão os participantes deverão:

I - estar cadastrados perante a Bolsa por meio da qual pretendam realizar a operação;

II - estar em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), bem como possuir habilitação jurídica e regularidade fiscal federal e trabalhista federal;

III - estar em situação regular no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) perante a certidão de Regularidade Fiscal (Receita Federal/PGFN) e certidão da Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

IV - estar em situação regular no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no caso de pessoa jurídica;

V - estar corretamente inscrito no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Parágrafo único. A regularidade perante o CADIN e o SICAF poderá ser comprovada pela apresentação das certidões da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Art. 7º. Os cadastros exigidos neste Capítulo deverão ser atendidos sem prejuízo de análise outros cadastros contemplados em Portaria Interministerial específica que autoriza a operação.

Art. 8º. Os participantes deverão, na data da realização do leilão, estar cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais, Público PAA, Cooperativas de Produção e demais Agentes (Sican), instituído pela Conab, e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

Parágrafo único. O participante deverá estar com o cadastro no Sican completo e atualizado.

Art. 9º. Cada participante só poderá fazer-se representar por intermédio de uma única Bolsa e um único corretor, em um mesmo lote.

Art. 10. Entende-se como arrematante do prêmio o participante que se sagrar como vencedor ou como um dos vencedores do leilão.

Art. 11. Toda a documentação será emitida em nome do arrematante do prêmio.

Art. 12. Estará impedida de participar dos leilões e arrematar prêmio objeto de leilão de PEPRO a empresa participante:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab;

II - suspensa pela Conab;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a Conab, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

§1º Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele no leilão;

II - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;

III - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da Conab;

b) empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela operação de Pepro no âmbito da Matriz e da Superintendência Regional;

c) autoridade do Mapa.

§2º O arrematante deverá atestar a informação deste artigo em formulário específico previsto em Aviso.

CAPÍTULO VI

DA CONFIRMAÇÃO DA OPERAÇÃO

Art. 13. A confirmação da operação ocorrerá mediante a emissão de Documento Confirmatório da Operação (DCO), que será gerado pelo Sistema Eletrônico de Comercialização vigente, contendo todas as informações disponíveis referentes ao fechamento da operação.

Parágrafo único. O Código de atividade econômica a ser indicado no DCO deverá ser correlato à efetiva atividade em que o arrematante participa.

Art. 14. Poderá ser emitido mais de um DCO para cada arrematante, por Bolsa, para um mesmo lote ou na forma definida em Aviso específico.

Art. 15. O preço do produto, para fins de preenchimento do DCO, será obtido com base no Preço Mínimo do produto definido em Aviso específico.

CAPÍTULO VII

DO PRÊMIO EQUALIZADOR

Art. 16. Entende-se por prêmio equalizador o valor máximo que o Governo Federal pagará ao arrematante que realizar a venda e comprovar o escoamento do seu produto.

Parágrafo único. A concessão do prêmio equalizador visa assegurar ao participante o recebimento do Preço Mínimo fixado pelo Governo Federal, nas condições estabelecidas em Aviso específico.

Art. 17. A concessão do prêmio equalizador a que se refere o artigo precedente desonera o Governo Federal da obrigação de adquirir ou dar outra sustentação de preço ao produto vinculado à operação, que deverá ser comercializado pelo setor privado, consoante a Lei n.º 8.427/92 e legislação correlata.

Art. 18. O prêmio equalizador poderá ser cotado tanto em valor monetário quanto em valor percentual e será definido em Aviso específico.

Art. 19. O valor do prêmio equalizador efetivamente a ser pago poderá ser fixo ou ajustado de acordo com as oscilações de mercado, na forma definida em Aviso específico.

CAPÍTULO VIII

DA APRESENTAÇÃO E VARIAÇÃO DO VALOR MÁXIMO DO PRÊMIO

Art. 20. O valor máximo do prêmio será definido pelo MAPA e divulgado pela Conab, com antecedência mínima de até 2 (dois) dias úteis da data de realização do leilão, apresentado em R$/kg ou percentual, e sua variação ocorrerá de forma decrescente, a partir do valor máximo do prêmio.

CAPÍTULO IX

DOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELO ARREMATANTE

DO PRÊMIO APÓS O LEILÃO

Art. 21. O arrematante deverá realizar a venda de seu produto, emitindo a(s) Nota(s) Fiscal(is) com valor não inferior à diferença entre o Preço Mínimo e o valor do prêmio equalizador arrematado, obedecendo a legislação do ICMS vigente em cada Unidade da Federação.

§ 1º A documentação exigida nesse artigo não poderá ser emitida com data anterior a realização do leilão;

§ 2º O arrematante não poderá realizar a operação de venda a uma empresa da qual faça parte como proprietário ou sócio. Esta condição não se aplica quando o arrematante vender a uma cooperativa da qual faça parte.

Art. 22. O arrematante deverá escoar diretamente ou certificar-se que o comprador de sua mercadoria realize o escoamento do produto objeto da operação de venda, no prazo e nas condições estabelecidas em Aviso específico.

CAPÍTULO X

DAS CONDIÇÕES PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DA OPERAÇÃO PELO ARREMATANTE DO PRÊMIO EQUALIZADOR

Art. 23. A comprovação da operação será de estrita responsabilidade do arrematante e deverá ser realizada na Superintendência Regional da Conab, observando-se o local, as condições e os prazos estabelecidos em Aviso específico.

Art. 24. O Aviso específico definirá os documentos necessários para a efetiva comprovação da operação de venda e escoamento do produto.

Art. 25. Na comprovação da venda será admitida a tolerância de até 5% (cinco por cento) a menor do montante arrematado por DCO, para fins de comprovação da operação e não incidência de penalidades.

§ 1º A comprovação de venda inferior ao percentual de 95% (noventa e cinco por cento) da operação arrematada sujeitará o arrematante à aplicação de penalidade, na forma definida em Aviso específico.

§ 2º Quando previsto em Portaria que autoriza a operação, o arrematante poderá utilizar-se do mecanismo da desobrigação para fins de não aplicação de multa, no caso da impossibilidade da comprovação da venda do produto.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Art. 26. A operação será considerada válida, para fins de recebimento do prêmio, somente sobre o quantitativo efetivamente comprovado como vendido e escoado.

Art. 27. A documentação apresentada para fins de recebimento do prêmio deverá guardar estrita consonância com o produto negociado nas condições estabelecidas no Capítulo IX deste Regulamento.

Parágrafo único. O Aviso específico poderá permitir o cumprimento do compromisso de colocação do produto na região de destino na forma de derivados, nas proporções e características ali constantes.

Art. 28. O arrematante não fará jus ao recebimento de prêmio sobre quantidade que exceder o montante constante no DCO.

CAPÍTULO XI

DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 29. O arrematante deverá entregar a documentação completa, sem ressalvas, sem rasuras, na ordem e condizente com este Regulamento e com o Aviso Específico.

§ 1º Após análise da documentação, a Superintendência Regional da Conab emitirá uma comunicação formal ao arrematante, comunicando-lhe a ocorrência de alguma impropriedade e os procedimentos necessários para correção, complementação ou substituição de documento, quando cabível.

§ 2º O arrematante, após comunicação formal mencionada no parágrafo anterior, terá o prazo de 20 (vinte) dias corridos para efetuar a correção, contados na forma e nas condições estabelecidas no Capítulo XIX deste Regulamento, para complementação e substituição de documentos apontados pela Superintendência Regional da Conab responsável pela análise.

CAPÍTULO XII

DAS CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DO PRÊMIO

Art. 30. O arrematante só terá direito ao recebimento do prêmio equalizador, no valor correspondente à quantidade efetivamente comprovada como vendida e escoada, de forma completa e correta, no prazo e nas condições previstas neste Regulamento e no Aviso específico.

Art. 31. Não será admitido o uso de conta conjunta para recebimento do prêmio e os dados bancários terão que ser de titularidade do arrematante, contendo o mesmo CNPJ ou CPF constante do DCO, podendo, quando se tratar de filial ou matriz, serem indicados para recebimento do valor do prêmio o banco, a agência e conta corrente de sua titularidade.

Art. 32. O prêmio será pago no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a análise que conclua pela total regularidade da documentação apresentada.

Art. 33. A Conab promoverá a retenção de valores/percentuais a título de tributos e contribuições previstos na legislação tributária federal vigente, quando cabível.

Parágrafo único. Os segmentos beneficiários da isenção dos tributos e contribuições deverão comprovar essa situação na forma definida na legislação vigente e em Aviso específico.

CAPÍTULO XIII

DO CANCELAMENTO DA OPERAÇÃO

Art. 34. Serão canceladas as operações que não atenderem as condições estabelecidas neste Regulamento e em Aviso específico, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, quando couber.

CAPÍTULO XIV

DO SINISTRO

Art. 35. A Conab se isenta de efetuar qualquer pagamento relativo ao prêmio na hipótese de ocorrência de roubo, de furto ou de sinistro do produto devidamente noticiados às autoridades competentes.

CAPÍTULO XV

DA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 36. Por amostragem, e sempre que julgar necessário, a Conab efetuará inspeção/fiscalização junto aos produtores rurais e/ou suas cooperativas (arrematantes do prêmio equalizador) e compradores, objetivando certificar se todas as fases da operação estão sendo ou foram efetivamente cumpridas.

Art. 37. Os produtores rurais e/ou cooperativas (arrematantes do prêmio equalizador) e compradores, deverão permitir o ingresso do representante da Conab ou seu preposto, nas respectivas dependências de seus estabelecimentos, oferecendo-lhe todas as condições necessárias ao desempenho de seu trabalho, inclusive facultando-lhe acesso aos documentos fiscais.

CAPÍTULO XVI

DAS INFRAÇÕES

Art. 38. Será considerada infração, passível de aplicação de sanção, a prática, pelo arrematante do prêmio, de qualquer uma das condutas abaixo descritas:

I - frustrar ou fraudar a operação e/ou seus atos procedimentais com o intuito de obter o prêmio ou outra vantagem decorrente do Programa;

II - encontrar-se em situação de impedimento ou participar no leilão em situação irregular nos Cadastros definidos no Capítulo V deste Regulamento, ou em outros definidos em Aviso Específico;

III - não observar o limite de tolerância previsto no artigo 25 deste Regulamento e/ou aquele definido em Aviso específico, exceto se aplicado o mecanismo previsto § 2º do mesmo artigo.

Art. 39. Será concedido pela Conab/Matriz ao arrematante do prêmio o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício de sua defesa prévia ou requerimento de produção de provas sobre a infração apontada, contados na forma e nas condições estabelecidas no Capítulo XIX deste Regulamento.

CAPÍTULO XVII

DAS PENALIDADES

Art. 40. Caso ocorra a infração prevista no inciso I do artigo 38 serão aplicadas as seguintes sanções:

I - cancelamento da operação;

II - suspensão do direito de participar dos leilões públicos promovidos pela Conab e impedimento de contratar com a Conab pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades/sanções aplicáveis, conforme parâmetros de aplicação de penalidades nas circunstâncias atenuantes ou agravantes constantes do RLC - 10.901;

III - multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o Valor do Prêmio Equalizador de fechamento no leilão multiplicado pela quantidade de produto arrematado.

Parágrafo único: As penalidades previstas nos incisos II e III serão registradas no Cadastro de Inadimplentes da Conab até que ocorra a reabilitação prevista no artigo 46.

Art. 41. Caso ocorra a infração prevista no inciso II do artigo 38 ocorrerá o cancelamento da operação.

Art. 42. Caso ocorra a infração prevista no inciso III do artigo 38 ocorrerá a aplicação de multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o Valor do Prêmio Equalizador de fechamento no leilão multiplicado pela quantidade de produto considerado como não vendido, ressalvado o exposto no Capítulo XIV deste Regulamento.

Parágrafo único: A penalidade prevista neste artigo será registrada no Cadastro de Inadimplentes da Conab até que ocorra a reabilitação prevista no artigo 46.

Art. 43. O arrematante inadimplente terá até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da notificação da cobrança para realizar o pagamento da multa. Findo este prazo, a multa será corrigida pela variação nominal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que vier a ser instituído, acrescido de juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização.

CAPÍTULO XVIII

DA REABILITAÇÃO

Art. 44. A reabilitação do arrematante inadimplente incurso no inciso I do artigo 38 só se dará após decorrido o prazo da penalidade prevista no inciso II do artigo 40 e após o pagamento e confirmação do recolhimento da multa prevista no inciso III do artigo 40.

Art. 45. A reabilitação do arrematante inadimplente incurso no inciso III do artigo 38, se dará após o pagamento e confirmação do recolhimento da multa prevista no artigo 42.

Art. 46. A condição de inadimplência cessará após o cumprimento da exigência estabelecida nos artigos 44 e 45 e até o 5.º (quinto) dia útil após a confirmação do crédito em conta específica constante da Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pela Conab para fins de recolhimento da multa.

CAPÍTULO XIX

DA COMUNICAÇÃO ENTRE A CONAB E O ARREMATANTE

Art. 47. Toda a comunicação entre a Conab e o arrematante será efetuada por intermédio da Bolsa/Corretora, por meio da qual ele se fez representar.

Art. 48. A comunicação entre a Conab e a Bolsa ocorrerá por meio da transmissão de documentos, via fax, e-mail, via sistema de comercialização ou via Carta com Aviso de Recebimento (AR), quando a situação exigir.

Art. 49. A comunicação entre a Bolsa, o corretor e o arrematante é de exclusiva obrigação dessas partes, não cabendo à Conab nenhuma responsabilidade por quaisquer problemas decorrentes dessa relação.

Art. 50. O corretor deverá estar autorizado a receber intimação em nome do arrematante, fato este que deverá estar consignado na Autorização de Corretagem.

Art. 51. Emitida qualquer comunicação da Conab para a Bolsa, esta se obriga a entregar cópia do comunicado ou de qualquer outro Ato Administrativo ao Corretor envolvido na operação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do seu recebimento. A Bolsa deverá colher a assinatura de recebimento e manter o comprovante sob sua guarda devendo remeter à Conab, por meio de fax, e-mail ou correspondência com AR, o documento recibado, quando solicitado.

Art. 52. A contagem dos prazos objeto deste Regulamento e dos Avisos específicos ocorrerá a partir da data da ciência do comunicado, pelo corretor, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos definidos neste Regulamento só se iniciam e vencem em dia de expediente nacional na entidade.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia que não houver expediente nacional ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 3º Salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, os prazos não se suspendem.

CAPÍTULO XX

DA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 53. Das decisões administrativas proferidas no curso da operação cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, dirigido à Superintendência de Operações Comerciais.

Parágrafo único. O recurso será analisado pela Superintendência de Operações Comerciais no prazo de 30 (trinta) corridos podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 54. Do resultado do julgamento do recurso, cabe recurso administrativo, dirigido à mesma autoridade, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 1º A Superintendência de Operações Comerciais poderá reconsiderar sua decisão administrativa, se não a reconsiderar, a encaminhará à Diretoria de Operações e Abastecimento da Conab.

I - O recurso será analisado pela Diretoria de Operações e Abastecimento no prazo de 30 (trinta) corridos podendo ser prorrogado por igual período.

§2º Mantida a penalidade pela Diretoria de Operações e Abastecimento da Conab, por meio de decisão, o arrematante será intimado para, querendo, interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis à Diretoria Executiva para análise e decisão final no prazo de 30 (trinta) corridos podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 55. Os prazos dispostos neste capítulo começam a contar da ciência do corretor da decisão recorrida por meio de fax, e-mail ou correspondência com AR.

Art. 56. O recurso deverá ser interposto por meio de requerimento no qual o recorrente exporá os fundamentos Fáticos e Jurídicos do seu pedido, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 57. O recurso deverá ser interposto por meio de requerimento no qual o recorrente exporá os fundamentos fáticos e jurídicos do seu pedido, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 58. Os recursos previstos nos artigos 53 e 54 terão efeito suspensivo.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades previstas no Capítulo XVII deste Regulamento somente gerarão efeitos após o julgamento dos recursos interpostos.

Art. 59. Os recursos não serão conhecidos quando interpostos fora dos prazos previstos neste Regulamento.

Art. 60. O não conhecimento do recurso não impede a Conab de rever de ofício o ato irregular e anular os atos ilegais, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 61. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da reprimenda aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

CAPÍTULO XXI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62. O arrematante, ao participar da Operação, expressa, automaticamente, total concordância aos termos deste Regulamento e dos termos constantes nos Avisos específicos, submetendo-se à aplicação das penalidades decorrentes de seu descumprimento.

Art. 63. O prazo para a prática de eventual impugnação dos termos e das condições estabelecidas nos Avisos será de 2 (dois) dias úteis, antes da data de realização do leilão, configurando a participação no leilão a renúncia a esse direito.

Art. 64. A Conab, a qualquer momento, reserva-se ao direito de suspender ou cancelar as operações realizadas, no todo ou em parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte do arrematante ou de seus representantes, condicionada a constatação de qualquer irregularidade ou inconsistência de ordem operacional, ou no caso de inobservância dos termos contidos neste Regulamento e nos Avisos específicos.

Art. 65. A Conab poderá acompanhar e fiscalizar toda e qualquer fase da operação.

§1º Constatada irregularidade prevista no inciso I do artigo 38, pela fiscalização da Conab, poderá o pagamento ao arrematante ficar suspenso, a partir do recebimento da defesa do arrematante, pelo período máximo de 90 (noventa) dias corridos.

§2º O Presidente da Conab comunicará formalmente à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal e aos órgãos de controle os casos de irregularidades previstas no inciso I do artigo 38 que fogem à competência administrativa da Conab.

I - Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias previstos no § 1º, estando a documentação de acordo com as exigências em Aviso, e não havendo resposta órgãos mencionados neste parágrafo o pagamento será efetuado ao arrematante.

§3º A Conab pedirá restituição de pagamento realizado por ela ao arrematante, caso haja comprovação de irregularidades apontadas pelos órgãos de fiscalização.

Art. 66. O Aviso específico definirá o foro de eleição para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas dele originárias.

Art. 67. O modelo do Aviso e os procedimentos para operacionalização da operação serão definidos nos normativos internos da Conab.

Art. 68. Os casos omissos, fortuitos ou de força maior serão analisados pela Diretoria Executiva.

Art. 69. A operação de Pepro será avaliada de acordo com as práticas de gestão de risco da organização conforme as normas vigentes.

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria N° 77, de 17/01/2020, do Ministério da Cidadania, publicado no Diário Oficial da União N° 14, de 21 de janeiro de 2020, Seção 1, página 11,
Onde se lê:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA CONSTANTE NO DECRETO Nº 9.674, DE 2 DE JANEIRO DE 2019				QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA APÓS ALOCAÇÃO			
UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	DAS/FCPE/FG	UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	DAS/FCPE/FG
SECRETARIA-EXECUTIVA				SECRETARIA-EXECUTIVA			
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA				SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA			
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3				
SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS				SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS			
DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESPORTE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL				DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESPORTE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
					1	Assessor Técnico	DAS 102.3

Leia-se:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA CONSTANTE NO DECRETO Nº 9.674, DE 2 DE JANEIRO DE 2019				QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA APÓS ALOCAÇÃO			
UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	DAS/FCPE/FG	UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	DAS/FCPE/FG
SECRETARIA-EXECUTIVA				SECRETARIA-EXECUTIVA			
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA				SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA			
Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos				Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos			
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3				
SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS				SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS			
DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESPORTE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL				DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESPORTE E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
					1	Assessor Técnico	DAS 102.3

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 50, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
186092 - AS CRIANÇAS
REALEJO PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 01.610.114/0001-16
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 17/12/2019 à 31/12/2020

191384 - XXXIII ESPETÁCULO DE DANÇA - ALLADIN
Academia de Danças Rômani Ltda
CNPJ/CPF: 80.770.472/0001-62
Cidade: Guarapuava - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

191904 - Plano Bianual de Atividades da Casa da Cultura de Canaã dos Carajás - 2020-2021
ASSOCIACAO CASA DA CULTURA DE CANAA DOS CARAJAS ACC
CNPJ/CPF: 27.687.614/0001-40
Cidade: Canaã dos Carajás - PA;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193006 - Hospitalhaços - Plano anual 2020
Associação Hospitalhaços
CNPJ/CPF: 04.852.343/0001-35
Cidade: Campinas - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193290 - PLANO ANUAL TEATRO MAISON DE FRANCE 2020
Instituto Moliere
CNPJ/CPF: 02.015.504/0001-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193434 - Solo Negro
ASSOCIACAO BURLANTINS
CNPJ/CPF: 03.014.414/0001-68
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193563 - Dançar e Brilhar Cidades Portuárias II ED.
BIANCA ALCANTARA BALDO
CNPJ/CPF: 007.452.689-86
Cidade: Navegantes - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 21/12/2020

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
185782 - V Nipofest Cultural
Associação Cultural Esportiva de Cascavel
CNPJ/CPF: 76.428.598/0001-86
Cidade: Cascavel - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193291 - Concertos Astra‐Finamax ‐ 23ª Temporada ‐ 2020
ATIQUE & ATIQUE PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.379.766/0001-70
Cidade: Jundiaí - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193329 - Francis Hime, inédito (Instrumental)
Acontece Oficina de Ideias ltda
CNPJ/CPF: 33.462.661/0001-98
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 30/09/2020

193588 - Amplifica
Tom Maior Espetáculos e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 03.823.768/0001-53
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193631 - Circuito de Vivências Musicais
Fundação Cultural de Campo Bom
CNPJ/CPF: 04.071.311/0001-00
Cidade: Campo Bom - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
193481 - Circuito Exposições de Artes - 5ª Edição
Elaine Machado de Lima Soares
CNPJ/CPF: 763.918.686-20
Cidade: Contagem - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
182886 - Viagem de Goethe ao Brasil
DENNIS LAURO RADUNZ
CNPJ/CPF: 969.649.609-53
Cidade: Florianópolis - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/10/2020

184762 - Cultura nas Capitais: Hábitos Culturais Brasileiros
J.LEIVA COMUNICACOES S/S LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.142.723/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 51, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
184129 - Heróis em Ação - Lá Onde Eu Moro!
FBF Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 02.632.558/0001-15
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 4.368,00
Valor total atual: R$ 1.259.358,10

PORTARIA Nº 52, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 2.367, de 27 de novembro de 2019 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAMILO CALANDRELI

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
171483 - MULHERES DE SHAKESPEARE (TÍTULO PROVISÓRIO)
ANA THOMASIA MAGALHAES GUASQUE ARTES CENICAS - ME
CNPJ/CPF: 14.687.450/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 0,70
Valor total atual: R$ 712.118,68

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 45 de 20/01/2020, publicada no D.O.U. n. 14 de 21/01/2020, Seção 1:

Onde se lê: Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Leia-se: Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 6, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 380, de 11 de dezembro de 2019 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais, relacionados nos anexos desta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

ANEXO I (Artigo 18, § 1º)

164254 - Dimbo
ROBERTO SUGII OZAKI - ME
CNPJ/CPF: 13.842.625/0001-42
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 30/04/2020

164301 - A Joaninha Nina
ROBERTO SUGII OZAKI
CNPJ/CPF: 297.849.818-82
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 30/04/2020

190922 - O Diário do Almirante Charles Hope - Documentário
RENATO DUTRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 24.009.909/0001-79
Cidade: Indaiatuba - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 30/09/2020

191460 - VI Cine Jardim - Festival Latino-Americano de Cinema de Belo Jardim
Pontilhado Cinematográfico e Produções Culturais e Artísticas LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.374.049/0001-11
Cidade: Recife - PE;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

191613 - Tabocas
SENAS PRODUCOES AUDIO E VIDEO LTDA
CNPJ/CPF: 02.369.579/0001-90
Cidade: Itabuna - BA;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/01/2020

192163 - CINEMA PARA TODOS 2020
Cineclube Cauim
CNPJ/CPF: 51.820.371/0001-50
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193148 - Cine Gazin - Tour 2020
CEPAR CONSULTORIA E PARTICIPACOES S/S LTDA - ME
CNPJ/CPF: 58.928.128/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

193445 - 7º BRASILIA INTERNATIONAL FILM FESTIVAL - BIFF 2019
Expresso Brasil - Produções de Audio Visuais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.644.001/0001-18
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020

ANEXO II (Artigo 26)

193147 - PAPO DE MUSICA - PELO BRASIL
VALENTINA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO & MARKETING SOCIEDADE SIMPLES
CNPJ/CPF: 13.264.190/0001-04
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/08/2020

PORTARIA Nº 7, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 380, de 11 de dezembro de 2019 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Homologar a substituição de proponente do projeto audiovisual 'Desenvolvimento do Jogo Rise 2020', processo nº 01400.000240/2020-16, Pronac nº 200252, de Renan Thiago Diniz Ribeiro, CPF nº 093.831.394-04, para RTD RIBEIRO - ME, CNPJ nº 14.468.991/0001-46.

Art. 2º Homologar a complementação de valor em favor do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no §1º do artigo 18 da lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

191263 - IV Festival Imperial de Cinema de Petrópolis
Pacheco Monteiro comunicações Ltda
CNPJ/CPF: 15.676.647/0001-05
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 4.210,80
Valor total atual: R$ 311.739,56

Art. 3º Homologar a redução de valor em favor do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no §1º do artigo 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

185841 - Cinepop Brasil
Interaction Cine TV Audiovisual Ltda.
CNPJ/CPF: 73.652.299/0001-32
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 71.943,96
Valor total atual: R$ 487.267,00

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 157-SEI, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto nos artigos 90, inciso I, e 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 01250.035610/2018-82, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 17802/2019/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 24642/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 907/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Sociedade Rádio Alvorada Ltda., por meio da Portaria nº 568, de 23 de junho de 1977, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28.06.1977, para a SAR - Rádio Frequência Modulada Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 27.995.069/0001-59, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos:

NOME	COTAS	VALOR (R$)
Gilberto de Andrade Faria Júnior	1	1,00
Clemente de Faria Júnior	1	1,00
Sociedade Rádio Alvorada Ltda.	1.473,012	1.473.012,00
TOTAL	1.473.014	1.473.014,00

NOME	CARGO
Gilberto de Andrade Faria Júnior	Administrador

Art. 3º Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de outorga de que trata a Portaria nº 568, de 23 de junho de 1977, a execução do serviço será mantida em caráter precário.

Art. 4º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 198/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.005779/2013-99 (242)
CNPJ: 43.588.045/0001-31 - MATRIZ
Razão Social: ZOETIS INDÚSTRIA DE PRODUTOS PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Estrada Luiz Fernando Rodriguez, n° 1701 - Vila Boa Vista - CEP: 13.064-798 - Campinas/SP

CNPJ: 43.588.045/0005-65 - FILIAL
Nome da Instituição: SALSBURY
Endereço da Instituição: Rua Servidão Hum - Parque Brasil 500 - CEP: 13.141-000 - Paulínia/SP
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 02.0245.2019
O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 198/2019/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 199/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:
Processo nº.: 01200.004930/2014-52 (393)
CNPJ: 34.868.257/0001-81 - MATRIZ
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
Nome da Instituição: UNIFAP
Endereço da Instituição: Rodovia Juscelino Kubitschek, km 02 - Universidade, CEP. 68.903-419, Macapá/AP
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 02.0355.2019
O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 199/2019/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 200/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:
Processo nº.: 01250.065597/2019-77 (658)
CNPJ: 50.954.213/0001-20 - MATRIZ
Razão Social: ASSOCIAÇÃO PRINCESA ISABEL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE IBIRAPUERA
Endereço da Instituição: Avenida Interlagos, n° 1329 - Jardim Umuarama - CEP: 04.661-100 - São Paulo/SP
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 01.0597.2019
O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 200/2019/CONCEA/MCTIC. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 201/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:
Processo nº.: 01200.002060/2013-04 (140)
CNPJ: 07.777.800/0001-62 - MATRIZ
Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Endereço da Instituição: Rua Rui Barbosa, nº 710 - Campus Universitário, Prédio Reitoria, Centro, CEP. 44.380-000, Cruz das Almas/BA
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 02.0126.2019
O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 201/2019/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 202/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de cancelamento de credenciamento:
Processo nº.: 01200.001897/2015-90 (442)
CNPJ: 13.926.639/0001-44 - MATRIZ
Razão Social: MONTE TABOR CENTRO ÍTALO BRASILEIRO DE PROM SANITÁRIA
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Avenida São Rafael, n° 2152 - São Marcos - CEP: 41.256-900 - Salvador/BA
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: deferido - CIAEP Cancelado
CIAEP: 01.0396.2015- CANCELADO
O Concea, após análise do pedido de cancelamento do credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 202/2019/Concea.
A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto no §1º do art. 7º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 203/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de cancelamento de credenciamento:
Processo nº.: 01250.022185/2017-81 (531)
CNPJ: 12.664.055/0002-66 - FILIAL
Razão Social: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE QUIXADÁ
Nome da Instituição: UNICATÓLICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE QUIXADÁ
Endereço da Instituição: Rua Juvêncio Alves, n° 660 - Centro - CEP: 63.900-257 - Quixadá/CE
Modalidade de solicitação: requerimento de cancelamento de credenciamento da instituição.
Decisão: deferido - CIAEP Cancelado
CIAEP: 01.0475.2017 - CANCELADO
O Concea, após análise do pedido de cancelamento do credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 203/2019/Concea.
A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto no §1º do art. 7º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 204/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:
Processo nº.: 01200.000047/2013-11 (35)
CNPJ: 27.496.819/0001-48 - MATRIZ
Razão Social: UNIÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA GILDÁSIO AMADO
Nome da Instituição: ******
Endereço da Instituição: Avenida Fioravante Rossi, nº 2930, Martineli, CEP. 29.703-858, Colatina/ES
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 02.0026.2019
O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 204/2019/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 205/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:
Processo nº.: 01200.002737/2014-87 (343)
CNPJ: 11.022.597/0001-91 - MATRIZ
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
Nome da Instituição: REITORIA - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
Endereço da Instituição: Avenida Governador Agamenon Magalhães - n° 0 - Santo Amaro - CEP: 50.100-010 - Recife/PE
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 02.0314.2019
O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 205/2019/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 206/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:
Processo nº.: 01200.002858/2014-29 (345)
CNPJ: 04.097.860/0001-46 - MATRIZ
Razão Social: CESG - CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI LTDA.
Nome da Instituição: CESG
Endereço da Instituição: Rua Doutor José Bastos, n° 486 - Casa - Vomitamel - CEP: 46.430-000 - Guanambi/BA
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 02.0266.2019
O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 206/2019/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 1/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.060589/2018-53 (605)
CNPJ: 56.813.280/0001-01 - MATRIZ
Razão Social: MANFRIM INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Chácara Santa Amália, Caixa Postal 123 - Mandassaia - CEP: 18.900-000 - Santa Cruz do Rio Pardo/SP
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 01.0598.2020

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 01/2020/CONCEA/MCTIC. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 2/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002245/2014-91 (286)
CNPJ: 24.529.265/0001-40 - MATRIZ
Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
Nome da Instituição: UFERSA
Endereço da Instituição: Avenida Francisco Mota, nº 572, Presidente Costa e Silva, CEP. 59.625-900, Mossoró/RN
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 02.0203.2020

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 02/2020/CONCEA/MCTIC. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 3/2020

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.001749/2020-47 (659)
CNPJ: 10.459.773/0001-94 - MATRIZ
Razão Social: INPRENHA BIOTECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO AVANÇADO S.A.
Nome da Instituição: *******
Endereço da Instituição: Área Rural de Jaboticabal - s/nº, Caixa Postal 55, CEP 14.870-970, Jaboticabal/SP
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: deferido
CIAEP: 01.0599.2020

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 03/2020/CONCEA/MCTIC. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 73-SEI, DE 14 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 6.197, de 05 de dezembro de 2018, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 217, de 25 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar a adaptação da outorga, de caráter secundário para primário, da EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 59.152.629/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em tecnologia digital, na localidade de ITIRAPINA/SP, no canal 42 (quarenta e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais (SÃO CARLOS/SP).

Art. 2º Aprovar o local de instalação e equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.028897/2019-75 e da Nota Técnica 216/2020/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA MAZARO E COSTA ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, as penalidades de multa ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.025282/2014	Associação De Radiodifusão Comunitária De Malhada Dos Bois - Aracomb	RADCOM	Malhada dos Bois	SE	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5361 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.008898/2014	Associação Fidelense De Radiodifusão Comunitária - Afirc	RADCOM	São Fidélis	RJ	Multa	2.170,42	Art. 40, VI, VII e XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5376 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.028525/2014	Associação Comunitária Do Município De Botuporã	RADCOM	Botuporã	BA	Multa	456,93	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5437 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.032882/2014	Associação Comunitária Dos Vaqueiros Do Alto Sertão	RADCOM	Serrita	PE	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5452 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.023921/2014	Associação Comunitária E Cultural Do Município De Nova Veneza	RADCOM	Nova Veneza	SC	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5479 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.004581/2014	Associação Comunitária De Desenvolvimento Artístico E Cultural De Afuá - Ascoa	RADCOM	Afuá	PA	Multa	456,93	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5487 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.030361/2014	Associação Comunitária E De Amparo Social De Bom Princípio	RADCOM	Bom Princípio	RS	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5496 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.022426/2014	Associação Comunitária Dos Radiodifusores De Cambira	RADCOM	Cambira	PR	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5549 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.030789/2014	Rádio São Carlos Ltda.Me	OM	São Carlos	SP	Multa	8.415,58	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 5582 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.024787/2014	Associação Comunitária Dos Moradores E Amigos Do Jockey Clube - Lider Fm	RADCOM	Ponta Porã	MS	Multa	1.202,23	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5633 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.005427/2014	Associação Comunitária Cultural, Educativa E Esportiva Monsenhor Jadir Brandão Costa	RADCOM	Felixlândia	MG	Multa	935,06	Art. 40, XXIV do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5672 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.008774/2014	Associação Comunitária De Desenvolvimento Artístico E Cultural De Altamira - Assomira	RADCOM	Altamira	PA	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5716 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.013283/2014	Radio Patu De Senador Pompeu Ltda	OM	Senador Pompeu	CE	Advertência		Art. 55, do Decreto nº 52.795/63.	Portaria DECEF n° 5771 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.006325/2014	Associação De Radiodifusão Comunitária Do Bairro Nossa Senhora Aparecida	RADCOM	Manhuaçu	MG	Multa	2.741,59	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DECEF n° 5780 de 18/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

PORTARIAS DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 26 da Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Arquivar os processos, abaixo relacionados, sem aplicação de sanção.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53670.002361/2002	Televisao Anhaguera S/A	RTV	Maiporá	GO	Portaria DECEF n° 6625 de 23/12/2019
01250.007841/2017	Televisão Verdes Mares Ltda	RTV	Potengi	CE	Portaria DECEF n° 6844 de 23/12/2019
01250.002488/2016	Associação Radio E Tv Educativa De Guaxupe	RTV	Guaxupé	MG	Portaria DECEF n° 6869 de 23/12/2019
01250.002623/2016	Rádio E Televisão Bandeirantes De Minas Gerais Ltda	RTV	Barbacena	NG	Portaria DECEF n° 6913 de 23/12/2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, as penalidades de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.014012/2014	Rádio Pérola Do Turi Ltda	FM	Santa Helena	MA	Multa	9.163,63	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 6896 de 23/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.014092/2014	Rbs Tv Criciúma Ltda	TV	Criciúma	SC	Multa	10.472,72	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 6912 de 23/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.038581/2014	Radio Comunidade Friburgo	RADCOM	Nova Friburgo	RJ	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DECEF n° 6914 de 23/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

PORTARIAS DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, as penalidades de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53578.000832/2016	Rede Floresta Viva Comunicação Ltda	TV	Manaus	AM	Multa	21.880,50	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DECEF n° 7121 de 26/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53542.003606/2016	Fundação Ministério Comunidade Cristã	TVE	Goiânia	GO	Multa	8.515,76	Parágrafo Único do art. 13 do Decreto-Lei n° 236/67.	Portaria DECEF n° 7122 de 26/12/2019	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1-SEI, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 6.197, de 05 de dezembro de 2018, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012 e no Art. 3º Inciso I da Portaria nº 5153/2019/SEI-MCTIC, de 27 de setembro de 2019, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS, inscrita no CNPJ sob o nº 46.189.718/0001-79, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão Digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, na localidade de PEDERNEIRAS/SP, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando a retransmissão dos sinais da TV CIDADE DE BAURU LTDA. (BAURU/SP).

Autorizar, ainda, o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.056927/2019-33 e da Nota Técnica nº 3/2020/SEI-MCTIC.

SAMIR DE OLIVEIRA CUNHA RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Nº 274 - Expede autorização de uso de radiofrequências a MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA, CNPJ nº 33.931.486/0014-55, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

Nº 275 - Expede autorização a L.D.Q.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 26.462.706/0001-69, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional, e tendo como área de prestação de serviço: Todo Território Nacional.

Nº 279 - Expede autorização de uso de radiofrequências a ALCOA ALUMÍNIO S/A, CNPJ nº 23.637.697/0001-01, associada a autorização do Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Nº 333 - Processo nº 53516.004438/2019-31.

Expede à RÁDIO NÁUTICA FM LTDA, CNPJ nº 02.346.363/0001-09, autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

Nº 338 - Processo nº 53516.000079/2020-87.

Expede à TOMTEL SERVICOS TELECOM - EIRELI, CNPJ nº 08.219.553/0001-41, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MÁRCIO ANTÔNIO PROTZEK
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 256 - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ 33.000.167/0108-40;

Nº 257 - COMERCIAL AGRÍCOLA H P LTDA, CNPJ 96.375.977/0001-62;

Nº 258 - CONDOMINIO SÃO PAULO CORPORATE TOWERS, CNPJ 23.540.463/0001-41;

Nº 259 - TIMBER IX PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ 20.531.348/0001-12;

Nº 260 - CONDOMÍNIO ESPECIAL SHOPPING ABC, CNPJ 03.773.419/0001-74;

Nº 261 - DANILO SOARES MACHADO, CNPJ 06.035.122/0001-08;

Nº 262 - MUNICÍPIO DE CATANDUVA, CNPJ 45.122.603/0001-02;

Nº 263 - COOPERATIVA AGRO-INDUSTRIAL HOLAMBRA, CNPJ 60.906.724/0001-20;

Nº 264 - MARIAN DERKS E OUTROS, CNPJ 22.414.374/0001-96;

Nº 265 - HEITOR YOSHIMITSU ARIKITA E OUTRO, CNPJ 14.261.656/0001-72;

Nº 266 - PETER DERKS E OUTROS, CNPJ 17.122.827/0001-70;

Nº 267 - AYRTON BRYAN CORREA E OUTRO, CNPJ 08.028.278/0001-89;

Nº 268 - CAMARGO CORREA INFRA PROJETOS S.A., CNPJ 28.660.349/0001-79;

Nº 269 - OSWALDO MARTINEZ COLLADO, CPF 269.988.078-72

MARCELO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 207, DE 15 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 53554.002677/2019-09.

Expede autorização à CONSORCIO FERROVIA DE INTEGRACAO OESTE-LESTE - LOTE 04 F, CNPJ nº 32.682.335/0001-23, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

ATO Nº 238, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 53554.003358/2019-11.

Expede autorização à NAFSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.369.790/0001-30, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JORGEAN FERREIRA LEAL
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 7.851, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 53542.002646/2019-89.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a ANTÔNIO TRENTO KIHARA SCHEFFER, CPF nº 020.763.381-95, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURÉLIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 136, DE 10 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 53542.003742/2019-44.

Expede autorização à ELAINE PADILHA, CPF nº 722.381.510-87, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 150, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 53542.002712/2019-11.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a GALERA CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, CNPJ nº 02.592.182/0001-62, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURÉLIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 158, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 53542.003743/2019-99.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a GUSTAVO STAUT PINTO COSTA, CPF nº 531.198.191-15, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURÉLIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 15 DE JANEIRO DE 2020

Nº 201. Processo nº 53542.003632/2019-82.
Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CARGILL AGRICOLA S A, CNPJ nº 60.498.706/0330-80, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 211. Processo nº 53542.003390/2019-27.
Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a AFC ASSOCIACAO DOS FORNECEDORES DE CANA DA USINA BONSUCESSO, CNPJ nº 08.335.591/0001-60, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 210. Processo nº 53542.001636/2019-26.
Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a NX GOLD S.A., CNPJ nº 18.501.410/0002-62, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 208. Processo nº 53504.020995/2018-58.
Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a JALLES MACHADO S.A., CNPJ nº 02.635.522/0001-95, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 209. Processo nº 53542.002689/2019-64.
Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a KORUBO EXPEDICOES - EIRELI, CNPJ nº 04.168.077/0001-26, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 306, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 53542.003655/2019-97.
Expede autorização a VOLMIR ANTONIO MAGGIONI, CPF nº 492.161.711-20, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Nº 7.712 - Processo nº 53500.050234/2019-41.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Campo Maior/PI.

Nº 7.713 - Processo nº 53500.050244/2019-87.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cametá/PA.

Nº 7.714 - Processo nº 53500.050267/2019-91.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cachoeira do Sul/RS.

Nº 7.717 - Processo nº 53500.050367/2019-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Carolina/MA.

Nº 7.718 - Processo nº 53500.050369/2019-15.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Bagé/RS.

Nº 7.719 - Processo nº 53500.050371/2019-86.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Balsas/MA.

Nº 7.720 - Processo nº 53500.050375/2019-64.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Barbacena/MG.

Nº 7.721 - Processo nº 53500.050384/2019-55.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Bom Jesus/PI.

Nº 7.724 - Processo nº 53500.050468/2019-99.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Itaituba/PA.

Nº 7.733 - Processo nº 53500.050549/2019-99.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Óbidos/PA.

Nº 7.735 - Processo nº 53500.050562/2019-48.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Goiás/GO.

Nº 7.736 - Processo nº 53500.050571/2019-39.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Guarabira/PB.

Nº 7.738 - Processo nº 53500.050586/2019-05.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São Félix do Araguaia/MT.

Nº 7.739 - Processo nº 53500.050780/2019-82.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Brusque/SC.

Nº 7.741 - Processo nº 53500.050820/2019-96.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São Luís de Montes Belos/GO.

Nº 7.742 - Processo nº 53500.050822/2019-85.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Guiratinga/MT.

Nº 7.748 - Processo nº 53500.050966/2019-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Floriano/PI.

Nº 7.749 - Processo nº 53500.050971/2019-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Estância/SE.

Nº 7.752 - Processo nº 53500.050982/2019-24.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Uruguaiana/RS.

Nº 7.754 - Processo nº 53500.050988/2019-00.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Abaetetuba/PA.

Nº 7.764 - Processo nº 53500.051168/2019-27.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ/MF nº 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Posse/GO.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATO Nº 7.801, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 53500.048151/2019-92.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FM XIQUE-XIQUE LTDA, CNPJ/MF nº 14.850.374/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Xique-Xique/BA.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATO Nº 7.895, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 53500.044910/2019-48.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO VERDES MARES LTDA, CNPJ/MF nº 07.199.656/0001-24, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Fortaleza/CE.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATO Nº 8.052, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo n° 53500.047414/2019-46.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ARCELORMITTAL BRASIL S.A., CNPJ/MF nº 17.469.701/0104-82, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Nº 8.068 - Processo nº 53500.054001/2019-18.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE CULTURA E ARTE APERIPE DE SERGIPE - FUNCAP/SE, CNPJ/MF nº 15.609.787/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Aracaju/SE.

Nº 8.069 - Processo nº 53500.054066/2019-63.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO NONOAI LTDA, CNPJ/MF nº 88.690.888/0001-82, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Nonoai/RS.

Nº 8.070 - Processo nº 53500.054141/2019-96.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE AMAZONENSE DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 04.407.474/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Maués/AM.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019

Nº 8.131 - Processo nº 53500.054576/2019-31.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PORTA VOZ DE CIANORTE LTDA, CNPJ/MF nº 80.005.002/0001-02, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Cianorte/PR.

Nº 8.132 - Processo nº 53500.054626/2019-80.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO COMPANHEIRA FM LTDA, CNPJ/MF nº 02.174.414/0001-62, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Mato Leitão/RS.

Nº 8.133 - Processo nº 53500.054635/2019-71.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ATUAL SISTEMA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 03.861.328/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Cruz Cabrália/BA.

Nº 8.134 - Processo nº 53500.054777/2019-38.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CPR COMUNICACAO LTDA. ME, CNPJ/MF nº 04.469.298/0001-34, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Massaranduba/SC.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019

Nº 8.179 - Processo nº 53500.049696/2019-16.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE DE TELEVISAO MANAUARA LTDA, CNPJ/MF nº 05.531.223/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Coari/AM.

Nº 8.192 - Processo nº 53500.054097/2019-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FENIX RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ/MF nº 61.538.732/0001-24, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itajobi/SP.

Nº 8.193 - Processo nº 53500.054271/2019-29.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ/MF nº 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Três Pontas/MG.

Nº 8.194 - Processo nº 53500.054420/2019-50.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA, CNPJ/MF nº 02.095.038/0001-10, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Miguel Arcanjo/SP.

Nº 8.195 - Processo nº 53500.054641/2019-28.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SAO LUIZ LTDA, CNPJ/MF nº 97.084.149/0001-38, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Luiz Gonzaga/RS.

Nº 8.196 - Processo nº 53500.054883/2019-11.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO GUAJARA LTDA, CNPJ/MF nº 04.887.766/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Belém/PA.

Nº 8.197 - Processo nº 53500.054978/2019-35.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO BRASIL 2000, CNPJ/MF nº 56.086.069/0001-34, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Paulo/SP.

Nº 8.198 - Processo nº 53500.054998/2019-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO NOVO SOM DE BARRA BONITA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 49.903.339/0001-97, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Barra Bonita/SP.

Nº 8.199 - Processo nº 53500.055037/2019-19.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO GUARUJA PAULISTA LTDA, CNPJ/MF nº 48.689.921/0001-30, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santos/SP.

Nº 8.206 - Processo nº 53500.055293/2019-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CAMBORIU LTDA, CNPJ/MF nº 83.452.557/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Balneário Camboriú/SC.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Nº 8.228 - Processo nº 53500.030211/2019-11.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à WRNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 05.205.382/0001-03, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 8.229 - Processo nº 53524.003204/2019-78.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 8.247 - Processo nº 53500.054365/2019-06.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO QUERENCIA DE SANTO AUGUSTO LTDA, CNPJ/MF nº 91.864.314/0001-98, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Martinho/RS.

Nº 8.248 - Processo nº 53500.054535/2019-44.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE UNIAO DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ/MF nº 01.731.671/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vila Velha/ES.

Nº 8.249 - Processo nº 53500.054832/2019-90.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GOMES COMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 02.372.185/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ladário/MS.

Nº 8.253 - Processo n° 53500.049266/2019-02.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à RADIONET LTDA, CNPJ/MF nº 03.304.610/0001-77, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 8.254 - Processo n° 53500.051626/2019-28.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ/MF nº 33.000.167/0793-79, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 3 DE JANEIRO DE 2020

Nº 18 - Processo nº 53500.055560/2019-45.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CORREIO DO SERTAO LTDA, CNPJ/MF nº 12.428.751/0001-92, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santana do Ipanema/AL.

Nº 19 - Processo nº 53500.055587/2019-38.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO MAXIMA FM LTDA, CNPJ/MF nº 03.768.287/0001-92, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Camaquã/RS.

Nº 20 - Processo nº 53500.055690/
2019-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ALBARELLO & FOLLE COMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 03.894.181/0001-35, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Palmitinho/RS.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 7 DE JANEIRO DE 2020

Nº 49 Processo nº 53500.050932/2019-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOBRAL & MAYRINK LTDA, CNPJ/MF nº 01.751.821/0001-22, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Riversul/SP.

Nº 51 Processo nº 53500.054737/2019-96.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ/MF nº 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Boa Vista/RR.

Nº 52 Processo nº 53500.055750/2019-62.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO RADIO EDUCATIVA BRUMAS FM, CNPJ/MF nº 04.072.373/0001-29, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Brumado/BA.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 14 DE JANEIRO DE 2020

Nº 194 - Processo nº 53500.050190/2018-79.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 18/12/2019, a autorização outorgada à ANDERSON RODRIGO IEMBO, CNPJ/MF nº 31.030.704/0001-30, por intermédio do Ato nº 8421, de 09/11/2018, publicado no DOU de 06/12/2018, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 195 - Processo nº 53500.045083/2017-48.
Extingue, por cassação, as autorizações para a exploração do Serviço Comunicação Multimídia e do Serviço de Acesso Condicionado expedidas à TV CABO CENTRO-MINAS SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF nº 02.205.613/0001-90, por meio, respectivamente, dos Atos nº 3103, de 15/08/2016, publicado no DOU de 14/09/2016, e nº 5043, de 03/09/2012, publicado no DOU de 18/09/2012, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 15 DE JANEIRO DE 2020

Nº 203 - Processo nº 53516.002003/2019-52.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à EJW TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 16.963.861/0001-05, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

Nº 204 - Processo nº 53500.028281/2004-22.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) ao MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - DEPARTAMENTO DE POLICIA ROD. FEDERAL, CNPJ/MF nº 00.394.494/0104-41, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Nº 218 - Processo n° 53500.056004/2019-96.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ONLINE SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.942.571/0001-57, associada à autorização para execução do Radioenlaces associados ao SCM.

Nº 229 - Autoriza VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A., CNPJ nº 13.944.554/0001-99, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Ibiúna/SP, no período de 23/01/2020 a 07/03/2020.

Nº 231 - Processo n° 53500.031787/2019-03.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à RADIUM TELECOMUNICACOES LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 05.291.944/0001-89, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Especializado.

Nº 253 - Processo nº 53524.003765/2019-77.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Nº 287 - Processo nº 53500.050306/2019-51.
Expede autorização à NEWNET EIRELI, CNPJ/MF nº 28.914.403/0001-65, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 288 - Processo nº 53500.000596/2020-25.
Expede autorização à VOU COMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 30.844.083/0001-66, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 289 - Processo nº 53500.054398/2019-48.
Expede autorização à MAIKEL SCHMIDT, CNPJ/MF nº 35.050.600/0001-49, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 290 - Processo nº 53500.054602/2019-21.
Expede autorização à NEW MASTER TELECOM OPERADORA DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 33.083.471/0001-60, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATO Nº 293, DE 19 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 53504.011077/2019-19.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à BRASIL-IP TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 07.334.084/0001-49, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

ATOS DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Nº 310 - Processo nº 53500.055787/2019-91.
Expede autorização à SANTOS FERREIRA S F LTDA, CNPJ/MF nº 27.932.785/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 311 - Processo nº 53500.001305/2020-16.
Expede autorização à LOGINNET PROVEDORES LTDA, CNPJ/MF nº 08.002.678/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 312 - Processo nº 53500.000380/2020-60.
Expede autorização à R G DE SOUSA EIRELI, CNPJ/MF nº 21.897.077/0001-86, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 320 - Processo nº 53500.041909/2019-61.
Expede autorização à LOGICLINK TELECOMUNICACOES - EIRELI, CNPJ/MF nº 07.821.621/0001-85, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 321 - Processo nº 53500.048298/2019-82.
Expede autorização à LOGICLINK TELECOMUNICACOES - EIRELI, CNPJ/MF nº 07.821.621/0001-85, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 322 - Processo nº 53500.001098/2020-08.
Expede autorização à STEIN TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 84.927.169/0015-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 323 - Processo nº 53500.053246/2019-28.
Expede autorização à SPACENET TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 33.805.260/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 324 - Processo nº 53500.000095/2020-49.
Expede autorização à ARPPANET PROVEDORES DE INTERNET EIRELI, CNPJ/MF nº 08.353.199/0001-43, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

CRISTIAN CHARLES MARLOW
Gerente
Substituto

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 109/GM-MD, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova os critérios e procedimentos específicos para atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM no âmbito do Ministério da Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º-A, § 7º, da Lei nº 9.657, de 3 julho de 1998, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e considerando o que consta no Processo nº 64536.009917/2018-41, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa aprova os critérios e procedimentos específicos para a avaliação de desempenho individual e institucional dos servidores que fazem jus à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM, no âmbito do Ministério da Defesa.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Ficam estabelecidos os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDATEM, instituída pela Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, devida aos ocupantes dos cargos efetivos do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, quando no exercício de atividades inerentes às respectivas atribuições nas organizações militares dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que cumpram carga horária de quarenta horas semanais.

Art. 3º A GDATEM tem por finalidade estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento, aprimoramento e resultados das Forças Armadas.

Art. 4º As avaliações de desempenho individual e institucional serão utilizadas como instrumento de gestão, com a identificação de aspectos do desempenho que possam ser melhorados por meio de oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento profissional.

Art. 5º A GDATEM será paga de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional, tendo como limites:

I - o máximo, de cem pontos por servidor; e

II - o mínimo, de trinta pontos por servidor.

Parágrafo único. Cada ponto corresponde, em seus respectivos níveis, classes e padrões, aos valores estabelecidos em lei.

Art. 6º A pontuação referente à GDATEM é distribuída da seguinte forma:

I - até vinte pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual;

II - até oitenta pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional, distribuídos da seguinte forma:

a) até quarenta pontos atribuídos em função do cumprimento das metas globais; e

b) até quarenta pontos em função do cumprimento das metas intermediárias; e

III - o limite de pontos conferidos à avaliação de desempenho referida no inciso II está correlacionado com as faixas definidas abaixo:

% Total do Desempenho Institucional (metas globais e metas intermediárias)	GDATEM PONTOS
até 20	08
de 21 a 40	16
de 41 a 60	24
de 61 a 80	32
de 81 a 100	40

Art. 7º Os valores a serem pagos a título de gratificação de desempenho serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto estabelecido em lei, observados, conforme o caso, o nível, a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Art. 8º A GDATEM não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho profissional, individual ou institucional, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

CAPÍTULO II

SERVIDORES CEDIDOS, REQUISITADOS E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 9º O titular de cargo efetivo, quando investido em função de confiança ou cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, perceberá a respectiva gratificação de desempenho nas seguintes condições:

I - investido em cargo de provimento em comissão DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, no âmbito do Ministério da Defesa, perceberá a respectiva gratificação conforme disposto no art. 5º; e

II - investido em cargo de natureza especial ou cargo de provimento em comissão DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, no âmbito do Ministério da Defesa, perceberá a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 10. O titular de cargo efetivo, quando não se encontrar em exercício nas Organizações Militares desenvolventes de tecnologia militar, relacionadas no Anexo XXIV da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, subordinadas ao Ministério da Defesa e aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto em legislação específica, somente fará jus à respectiva gratificação de desempenho quando:

I - requisitado à Presidência da República ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberá a GDATEM com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício nas Forças Armadas; e

II - cedido para órgãos ou entidades da União e investido em cargo de natureza especial, de provimento em comissão DAS 6, 5, 4 ou equivalentes, situação na qual perceberá a GDATEM calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.

§ 1º Para a obtenção dos resultados de desempenho individual do servidor requisitado na forma constante do inciso I do caput, caberá ao Comando de origem do mesmo notificar o início dos procedimentos do ciclo ao órgão cessionário, a fim de ser apurada a avaliação individual do servidor, nos termos do disposto nesta Portaria Normativa.

§ 2º Aplicar-se-á o resultado de desempenho institucional obtido pelo Comando ao qual o servidor estará vinculado, com vista ao cálculo da GDATEM do servidor requisitado.

§ 3º O Comando de origem do servidor será responsável pela orientação, acompanhamento, supervisão, cálculo e processamento da avaliação individual dos servidores de que trata este Capítulo, bem como pelo registro histórico dos resultados das avaliações.

Art. 11. Ocorrendo exoneração do cargo de provimento em comissão, o servidor recém exonerado continuará percebendo a GDATEM correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

CAPÍTULO III

CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 12. As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas anualmente e produzirão efeitos financeiros mensais por igual período.

§ 1º O ciclo de avaliação de desempenho terá duração de doze meses, iniciando-se:

I - em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, no caso do Comando do Exército; e

II - em 1º de abril e encerrando-se em 31 de março de cada ano, no caso dos Comandos da Marinha e da Aeronáutica.

§ 2º As avaliações serão processadas e os resultados gerarão efeitos financeiros a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao término do ciclo de avaliação.

§ 3º Durante o período de processamento das avaliações, serão pagos a título de GDATEM os valores da última avaliação processada, sendo realizado o ajuste de contas no mês subsequente ao término do ciclo.

Art. 13. Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimentos, de cessão ou de outros afastamentos sem direito a percepção de gratificação de desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos.

Art. 14. A partir do segundo ciclo, a avaliação individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido no exercício das atividades por, no mínimo, dois terços de um ciclo de avaliação completo.

Art. 15. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDATEM correspondente à última pontuação obtida na avaliação de desempenho, até que seja processada a avaliação após o retorno.

CAPÍTULO IV

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

Art. 16. A avaliação de desempenho individual caracteriza-se por ser um processo de monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor, tendo como referência as metas globais e intermediárias das Organizações Militares e será composta pela aferição das metas compromissadas de desempenho individual, estabelecidas no plano de trabalho, além dos fatores considerados no art. 18.

Art. 17. Os resultados da avaliação individual serão obtidos com base em critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas, de acordo com o estabelecido no Formulário de Avaliação de Desempenho, constante no Anexo I.

§ 1º Na avaliação de desempenho individual serão considerados, além das metas individuais compromissadas, os fatores dispostos no Anexo I desta Portaria Normativa.

§ 2º A cada enunciado disposto no Anexo I, será atribuída uma pontuação de 0,1 (zero vírgula um) a 1,0 (um), de acordo com o desempenho do servidor.

§ 3º A pontuação individual será obtida pela média ponderada dos conceitos atribuídos até o limite de dez pontos, atribuídos conforme abaixo, e somado ao resultado das metas individuais compromissadas, até o limite de dez pontos, totalizando o máximo de vinte pontos:

I - pelo próprio avaliado, na proporção de quinze por cento;

II - pelos demais integrantes da equipe de trabalho, na proporção de vinte e cinco por cento; e

III - pela chefia imediata, na proporção de sessenta por cento.

Art. 18. O Plano de Trabalho, disposto no Anexo IV desta Portaria Normativa, previamente acordado entre servidor, chefia e equipe de trabalho, será elaborado para criar as metas de desempenho individual, com base nas metas intermediárias de desempenho institucional e deverá conter os seguintes fatores, entre outros que possam refletir a peculiaridade de cada unidade de avaliação:

I - a identificação da unidade de avaliação e seu responsável;

II - a identificação do ciclo de avaliação;

III - a identificação do setor a ser avaliado e seu respectivo responsável;

IV - as metas intermediárias de desempenho institucional estabelecidas para a equipe;

V - a equipe de trabalho;
VI - as metas de desempenho individual compromissadas; e
VII - as metas físicas previstas, quantificadas em valores percentuais.

Art. 19. As equipes de trabalho serão definidas em ato do dirigente máximo da organização militar.

§ 1º A equipe de trabalho será composta por no mínimo dois servidores que participem do mesmo plano de trabalho e pertençam à mesma organização militar.

§ 2º Para os fins do disposto nesta Portaria Normativa, não poderão exercer avaliação como integrantes da equipe de trabalho:

I - estagiários;
II - terceirizados; e
III - pessoal contratado por tempo determinado.

Art. 20. A avaliação de desempenho individual do servidor é de responsabilidade da chefia imediata, considerada, para os fins desta Portaria Normativa, o ocupante de cargo em comissão ou o responsável pela supervisão das equipes de trabalho, independentemente de a chefia ser exercida por militar, ocupante de cargo em comissão ou servidor.

§ 1º Na ausência ou afastamento da chefia imediata, seu substituto legal procederá à avaliação dos servidores que lhe forem subordinados.

§ 2º Em caso de impedimento legal do substituto da chefia, o dirigente máximo da organização militar designará o responsável pelo processo de avaliação individual.

§ 3º Em caso de vacância do cargo ocupado pela chefia imediata, o dirigente imediatamente superior procederá à avaliação dos servidores que lhe forem subordinados.

Art. 21. O servidor que não permanecer em efetivo exercício na mesma organização militar durante todo o período de avaliação será avaliado pela chefia imediata de onde houver permanecido por mais tempo.

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 22. A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica no alcance das metas organizacionais, que se dividem em metas globais e metas intermediárias.

§ 1º As metas globais referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Defesa.

§ 2º Caberá aos Comandos das Forças Singulares encaminhar a proposta de metas globais antes do início do respectivo ciclo avaliativo.

§ 3º As metas intermediárias referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas pelas organizações militares logo após a divulgação no Diário Oficial da União das metas globais e publicação em boletim interno.

§ 4º As metas referidas nos §§ 1º e 3º deverão ser objetivamente mensuráveis e diretamente relacionadas às atividades fim de cada Força Singular, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores.

§ 5º Caberá ao Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o acompanhamento e a aferição das metas de avaliação de desempenho institucional e informá-las ao Gabinete do Comandante da respectiva Força Singular.

Art. 23. As metas de desempenho institucional e os resultados apurados em cada período serão divulgados por meio de publicação no Diário Oficial da União e site institucional dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, conferindo publicidade ao processo de avaliação dos servidores.

Art. 24. As metas organizacionais poderão ser revistas na hipótese de superveniência dos fatores que tenham influência significativa e direta na sua consecução, desde que o Órgão não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 25. As metas globais serão elaboradas e mensuradas em consonância com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho.

CAPÍTULO VI

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 26. Será instituída, por intermédio de ato dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD), que atuará com as seguintes atribuições:

I - acompanhar o processo de avaliação de desempenho individual e institucional, com o objetivo de aprimorar a sua aplicação, intervindo de forma a solucionar situações de conflito ou discordância;
II - julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos quanto aos resultados das avaliações individuais;
III - convocar, caso seja necessário, as partes envolvidas no processo de avaliação de desempenho individual, a fim de prestarem esclarecimentos durante a fase de julgamento dos recursos previstos no inciso II; e
IV - outras competências que venham a ser atribuídas, se necessárias.

Parágrafo único. Os Comandos das Forças Singulares poderão criar Subcomissões de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho (SUBCAD), cujas atribuições serão fixadas no ato a que se refere o caput.

Art. 27. Integrarão a CAD:

I - um representante indicado pelo Diretor, Comandante ou Chefe da organização militar;
II - o encarregado de pessoal civil da organização militar; e
III - um representante indicado pelos servidores.

§ 1º Para cada membro da CAD deverá haver um suplente designado.

§ 2º Os representantes serão designados em portaria do Diretor, do Comandante ou do Chefe da organização militar.

§ 3º Os integrantes da CAD deverão, necessariamente, apresentar o seguinte perfil:

I - ser servidor do quadro efetivo de cada Força Singular;
II - caso não haja civil correspondente, ser militar;
III - conhecer o processo de avaliação e seus instrumentos;
IV - ter concluído o estágio probatório; e
V - não responder a processo administrativo disciplinar.

CAPÍTULO VII

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 28. O servidor poderá apresentar pedido de reconsideração contra o resultado da avaliação de desempenho individual, com a devida justificativa, conforme formulário constante no Anexo II, no prazo de dez dias, contados do recebimento de cópia de todos os dados sobre a avaliação.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, encaminhá-lo-á à autoridade superior.

§ 2º Na hipótese de deferimento parcial ou indeferimento do pleito, caberá recurso à CAD, no prazo de dez dias, conforme formulário constante no Anexo III, que julgará o recurso em última instância.

§ 3º Não será considerado o recurso que for interposto fora do prazo.

§ 4º Em caso de licenças e afastamentos considerados de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção da gratificação de desempenho, o prazo para apresentação de reconsideração e recurso contará a partir da data de retorno ao serviço.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. O resultado final das avaliações será publicado em boletim interno e implantado no Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIAPE).

Art. 30. Os casos omissos serão submetidos à deliberação do Comandante de cada Força Singular com relação a seus servidores.

Art. 31. Ficam convalidados os atos relativos à GDATEM praticados até a publicação desta Portaria Normativa.

Art. 32. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

ANEXO I

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEPENHO - GDATEM

1- Nome do Servidor				
2- Cargo -			3 - Nível:	4-Classe/ Padrão:
4-Matrícula SIAPE			5 - Ciclo de Avaliação	
OM			8-Equipe de Trabalho	
Grau de Aferição de Desempenho	Raramente (0,1 a 0,3)	Ocasionalmente (0,4 a 0,6)	Quase Sempre (0,7 a 0,9)	Sempre (1)

10 - Fatores	Auto - avaliação (AA)	Avaliação do Chefe (AC)	Avaliação da Equipe (AE)
10.1- Produtividade e Qualidade no Trabalho			
1. Cumpre suas metas de trabalho, removendo obstáculos em seu nível de competência.			
2. Procura superar os resultados e metas definidas para sua atividade.			
3. Desenvolve suas atividades com o padrão de qualidade requerida pela função.			
4. Procura melhorar a qualidade dos trabalhos sob sua responsabilidade.			
5. Compartilha recursos e coopera com seu grupo de trabalho, visando atingir as metas.			
6. Tem postura ativa no trabalho, buscando conhecimentos e inovações em suas atividades, bem como compartilha as práticas bem sucedidas.			

10.2- Conhecimento, Métodos e Técnicas			
1. Executa corretamente as atividades pelas quais é responsável, demonstrando percepção do impacto do seu trabalho sobre as demais tarefas.			
2. Apresenta domínio dos processos, ferramentas e habilidades necessárias ao desempenho das atividades no trabalho.			
3. Compreende os problemas relativos às suas atividades e sabe como resolve-los.			
4. Percebe possíveis problemas em suas atividades, propõe alternativas de solução e comunica às pessoas responsáveis pela solução.			

10.3- Trabalho em Equipe			
1. Prioriza a mediação em situações de conflito.			
2. Atua de maneira flexível, mantendo-se positivo e pró-ativo em momentos de discordância.			
3. resolve os problemas que surgem na execução dos trabalhos respeitando os interesses envolvidos.			
4. Apresenta controle emocional em situações inesperadas ou difíceis.			

10.4- Comprometimento com o Trabalho			
1. Executa suas atividades visando um resultado final.			
2. Busca continuamente o alcance das metas e objetivos individuais, visando à obtenção de resultados para a instituição.			
3. Busca a ampliação do conhecimento em sua área de atuação, mantendo-se atualizado por iniciativa própria ou aproveitando as oportunidades oferecidas pela instituição.			

10.5 - Cumprimento das Normas de Procedimentos e Conduta			
1. Comparece com regularidade e prontidão ao local de trabalho, cumprindo o horário preestabelecido para sua jornada.			
2. Conhece e cumpre as normas gerais de estrutura e funcionamento da instituição, bem como os regulamentos vigentes na área de atuação.			
3. Aplica procedimentos adequados ao bom funcionamento da Unidade.			

11- Total de Pontos			
12- Média Ponderada(AAx0,15 - ACx0,60- AEx0,25)			
13- Resultado da Avaliação Individual (soma da média ponderada)			
14- Resultado da Avaliação Institucional (metas globais)			
15 - Resultado da Avaliação Institucional (metas intermediárias)			
16- Resultado Final (Avaliação Individual + Avaliação Institucional)			

17 - Assinaturas

_____,_____de _____ de _____

_____

Avaliado

_____,_____de _____ de _____

_____

Avaliador

_____,_____de _____ de _____

_____

Chefia Supervisor

OBS: Os itens 12,13, 14, 15 e 16 serão preenchidos pelo Setor de Pessoal Civil

ANEXO II

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS

Nome			
Matrícula		OM	
Cargo			
Avaliador			
Cargo do avaliador			

Venho requerer a reconsideração do resultado da avaliação de desempenho da GDATEM relativa ao período de _____ com base nas seguintes justificativas:

_____

_____

_____

_____

_____

Nestes termos, pede deferimento.

Data _____/_____/_____

_____

Assinatura do servidor

PARECER DA CHEFIA IMEDIATA

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Data _____/_____/_____

_____

Assinatura

Publicado no Boletim Interno n° _____, de _____/_____/_____

Secretário da OM _____

ANEXO III

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSOS PARA A CAD

Nome			
Matrícula		OM	
Cargo			

Vem requerer a essa Comissão reconsideração do resultado da avaliação de desempenho da GDATEM relativa ao período de _____ com base nas seguintes justificativas:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Nestes termos, pede deferimento.

Data _____/_____/_____

_____

Assinatura do servidor

PARECER DA COMISSÃO

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Data _____/_____/_____

_____

Assinatura do membro da comissão

_____

Assinatura do membro da comissão

_____

Assinatura do membro da comissão

Publicado no Boletim Interno n° _____, de _____/_____/_____

Secretário da OM _____

ANEXO IV

PLANO DE TRABALHO

METAS INDIVIDUAIS

Comando da(o) _____	Unidade de Avaliação (UA)	Ciclo de avaliação:		
Responsável na UA pelo processo de avaliação		Função:	Telefone:	NIP:

EQUIPE(S) DE TRABALHO

Nome do setor avaliado:												
Responsável pelo setor avaliado:			Função:					Telefone		NIP:		
Competências do setor avaliado de acordo com o Regimento Interno:												
Meta(s) intermediária(s) de desempenho institucional estabelecida(s) para a equipe:												
NIP	Nome do servidor	GDP GPE	GDA TEM	GDACE	GDM- PGPE	*	Metas de desempenho individual compromissadas (indicador)	Fórmula	Meta física prevista (percentual)	Assinatura do servidor	Resultados	
											Meta física alcançada (percentual em relação à meta física prevista)	Pontuação correspondente **

* Não faz jus às gratificações especificadas.

** O percentual alcançado deverá ser convertido em pontos de 0 a 10, considerando a correspondência entre 0% igual a 0 ponto até 100% igual a 10 pontos.

Obs. Este formulário pode ser alterado para se adequar às situações específicas de cada OM.

Local e data:

_____ _____

Carimbo e Assinatura do responsável pelo Setor Carimbo e Assinatura do responsável pela UA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 236/SEORI/SG-MD, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XII, do Anexo I do Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, cumulado com o art. 10, § 1º, da Portaria Normativa nº 2.532/MD, de 31 de agosto de 2011, considerando o disposto no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria nº 144/SEORI/SG-MD, de 10 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 60583.002967/2018-81, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado final das metas institucionais aprovadas para o 9º Ciclo Avaliativo, compreendido entre 4 de dezembro de 2018 e 3 de dezembro de 2019, para fins de Avaliação de Desempenho dos servidores da administração central do Ministério da Defesa e consequente pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para fins de cálculo dos efeitos financeiros da parcela institucional da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) de que trata o art. 1º, referente às metas institucionais, a pontuação final a ser atribuída aos servidores é de oitenta pontos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANSELMO ARAÚJO COSTA

ANEXO

RESULTADO FINAL DAS METAS INSTITUCIONAIS COM IMPACTO NO CÁLCULO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO (GDPGPE)
9º CICLO AVALIATIVO

Unidade Administrativa	Metas Institucionais	Percentual executado (jan-dez.2019)	
SEPESD	1. Realizar 100% na organização das competições escolares das Forças Armadas.	100%	100%
	2. Realizar quatro Operações do Projeto Rondon.	100%	
	3. Realizar o XVI Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN).	100%	
	4. Realizar duas reuniões da Comissão dos Serviços de Saúde das Forças Armadas.	100%	
	5. Realizar duas reuniões da Comissão de Assistência Social das Forças Armadas.	100%	
	6. Realizar duas reuniões da Comissão de Biossegurança do Ministério da Defesa (CBio-MD).	100%	
SEORI	1. Tramitar pelo menos 80% dos atos de pessoal no DEADI em período igual ou inferior a 6 dias úteis.	96,49%	99,65% (*)
	2. Capacitar pelo menos 410 servidores e militares.	135,10%	
	3. Atender pelo menos 93% das solicitações de material de consumo e permanente.	104,30%	
	4. Disponibilizar os Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD) em 95% das horas no mês.	102,97%	
	5. Disponibilizar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) 97% das horas no mês.	101,75%	
	6. Disponibilizar a internet 97% das horas no mês.	101,55%	
	7. Disponibilizar o e-mail 97% das horas no mês.	101,62%	
	8. Manter 95% a avaliação de satisfação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) classificados como "ótimo" e "bom.	104,70%	
	9. Regulamentar, no âmbito do Ministério da Defesa, as alterações orçamentárias.	100%	
	10. Atualizar mensalmente as informações orçamentárias no Portal do Ministério da Defesa na internet.	100%	
SEPROD	1. Construir uma base de dados econômica com dados financeiros das empresas de interesse do Ministério da Defesa.	0%	81,31%
	2. Elaborar trimestralmente o boletim do panorama econômico para o Ministério de Defesa.	100%	
	3. Promover a participação de 20% das empresas estratégicas de defesa nos seminários sobre comércio exterior e/ou investimentos na Base Industrial de Defesa (BID).	0%	
	4. Liderar dez processos anuais de negociação para obtenção de linhas oficiais de financiamento entre Empresas de Defesa (ED), Empresas Estratégicas de Defesa (EED) e demais empresas que produzam bens e serviços de emprego militar junto aos bancos credores.	100%	
	5. Alterar diretrizes de pelo menos um Fundo Constitucional de Financiamento, a fim de permitir financiamentos de projetos de defesa.	0%	
	6. Promover a divulgação da Estratégia de Financiamento e Investimento para a Base Industrial de Defesa, em pelo menos dez eventos institucionais por ano.	100%	
	7. Prestar o apoio necessário e participar da *LAAD Security* - Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa.	100%	
	8. Participar de pelo menos uma reunião com representantes de segmentos afetos a Indústria de Defesa, tais como Federações das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), do Rio de Janeiro (FIRJAN), de Minas Gerais (FIEMG), do Rio Grande do Sul (FIERGS), do Paraná (FIEP), de Pernambuco (FIEPE) e Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), com o intuito de divulgar as ações do Ministério da Defesa no processo de reorganização da Base Industrial de Defesa.	100%	
	9. Participar, acompanhado da ABIMDE, dos eventos na área de defesa.	100%	
	10. Participar de forma efetiva de reuniões com países amigos interessados em fomentar as negociações de comércio na área de Produtos de Defesa (PRODE), visando ao incremento das exportações da BID brasileira.	100%	
	11. Transformar o Núcleo de Financiamentos, Garantias, Concessões e Restruturação de Empresas de Interesse Estratégico do Ministério da Defesa (NUFIN) em Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa (DEPFIN).	100%	
	12. Apoiar as atividades nacionais sobre os projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e produtos de interesse da Defesa.	100%	
	13. Apoiar as reuniões e visitas de grupos de trabalho bilaterais ou conjuntos sobre os projetos de CT&I de interesse da Defesa.	100%	
	14. Prover e acompanhar o acesso das Forças Armadas às normas técnicas e publicações, nacionais e internacionais.	100%	
	15. Viabilizar a execução de programas mobilizadores e de projetos inovadores de interesse da Defesa.	100%	

	16. Participar em atividades nacionais e internacionais relacionadas a tecnologias estratégicas, sensíveis de interesse da Defesa.	100%	
	17. Participar dos foros, conselhos, comitês e grupos de trabalho relacionados às áreas de CT&I de interesse da Defesa.	100%	
	18. Avaliar ao longo do exercício financeiro trinta e seis Empresas cadastradas como EED/ED ou potenciais EED/ED.	55,56%	
	19. Participar de atividades regulares promovidas pelas Confederações das Indústrias de Defesa (COMDEFESA) e conselhos da BID.	100%	
	20. Integrar cinco comitivas em eventos de Feiras Internacionais de interesse da BID.	100%	
	21. Participar de reuniões bilaterais de acordos de cooperação na área da Indústria de Defesa.	100%	
	22. Realizar três Fóruns da Indústria de Defesa (FID).	33,33%	
CENSIPAM	1. Manter em pleno funcionamento 36 equipamentos otimizadores de tráfego da banda satelital.	100%	95%
	2. Implantar 80% da infraestrutura do segmento terrestre de duas estações multissatelitais para recepção e armazenamento de telemetria de satélite de observação da Terra (AmazôniaSAR).	100%	
	3. Expandir para 23 municípios o monitoramento hidrometeorológico (SipamHidro).	85%	
DPCN	1. Levantar as necessidades de recursos junto às Forças necessários à execução das obras e serviços inerentes às atividades relativas ao desenvolvimento da região de atuação do Programa Calha Norte, realizando 600 atendimentos necessários ao repasse de recursos às Forças.	70%	91,95%(*)
	2. Celebrar convênios com Estados e Municípios para aplicação dos recursos do Programa Calha Norte e acompanhar a sua execução física, realizando 9.000 atendimentos necessários a celebração de convênios para a área de atuação do Programa Calha Norte.	100%	
	3. Executar as atividades relacionadas com a execução orçamentária e financeira do Programa Calha Norte, incluindo recursos recebidos de descentralização, realizando 4.500 atendimentos necessários a transferências voluntárias de recursos para a área de atuação do Programa Calha Norte.	89,75%	
	4. Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das obras de engenharia e as atividades de análise das prestações de contas dos convênios celebrados, realizando 6.000 atendimentos necessários à execução de obras e 7.000 atendimentos necessários à execução e análise de prestação de contas.	101,55%	
		102,71%	
IPC	1. Coordenar e participar dos Diálogos de Defesa.	100%	64,71%
	2. Coordenar e participar dos Simpósio de Segurança Regional Europa-América do Sul.	100%	
	3. Coordenar o Seminário do Livro Branco de Defesa.	0%	
	4. Coordenar o Programa de Serviço Voluntário.	0%	
	5. Coordenar o Seminário das Encomendas do Programa Álvaro Alberto.	0%	
	6. Participar da Abertura do Projeto Rondon.	100%	
	7. Participar da Aula Magna do Ministro de Estado da Defesa no curso Superior de Defesa.	100%	
	8. Participar do Seminário Pró-Defesa.	100%	
	9. Participar da Feira *LAAD Defence & Security*, LAAD 2019 - Feira Internacional de Defesa e Segurança.	100%	
	10. Participar do Seminário de Estudos de Defesa para o Setor de Defesa.	0%	
	11. Participar da Reunião da Comissão Permanente de Estudos de Defesa.	0%	
	12. Participar do XVI Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional.	100%	
	13. Participar do Forte de *Copacabana Internacional Securty Conference*.	100%	
	14. Participar do 4º Congresso dos Programas de Pós-Graduação das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra.	0%	
	15. Participar de atividades nacionais e internacionais na área da Defesa.	100%	
	16. Participar de visitas Institucionais às Escolas Militares e universidades federais e estaduais.	100%	
	17. Apoiar os eventos nacionais de interesse da Defesa.	100%	
EMCFA	1. Atender 100% dos pedidos de planos de frequência do segmento espacial do SISCOMIS por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).	97,70%	91,39%
	2. Apoiar tecnicamente o emprego do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²), por meio do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) e da Rede Operacional de Defesa (ROD).	100%	
	3. Realizar pelo menos uma Reunião do Conselho Diretor do SISMC².	100%	
	4. Participar da Reunião de Inteligência com o Centro de Inteligência das Forças Armadas (CIFAS) da Espanha.	100%	
	5. Atender aos Pedidos de Cooperação de Ensino (PCE) da Escola Superior de Guerra (ESG), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx).	100%	
	6. Participar de Operações e Exercícios Conjuntos compondo a equipe da CHOC/EMCFA.	100%	
	7. Participar do XX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.	100%	
	8. Participar do Workshop de Defesa, da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL) e da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL).	100%	
	9. Participar do XXI Simpósio de Aplicações Operacionais em Áreas de Defesa (SIGE).	100%	
	10. Participar do Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa.	100%	
	11. Realizar manutenção preventiva e corretiva nos terminais do Portal de Inteligência Operacional (PIOp) nos Comandos Militares de Área do Exército (Plano de Substituição de Placas Criptográficas).	100%	
	12. Participar do XXII Congresso Sulamericano de Inteligência Estratégica (CSIE) e SURNET.	100%	
	13. Participar da VIII Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) com a Colômbia.	100%	
	14. Realizar a I Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) com a Peru.	100%	
	15. Participar da Reunião Bilateral de Inteligência com a Argentina.	0%	
	16. Participar da Reunião Bilateral de Inteligência com o Chile.	100%	
	17. Participar da Reunião Bilateral de Inteligência com o México.	0%	
	18. Realizar visita de coordenação ao J2/USSOUTHCOM.	0%	
	19. Realizar Inspeção de Segurança Orgânica em pelo menos uma Aditâncias de Defesa no exterior.	0%	
	20. Realizar pelo menos três Reuniões do Conselho Consultivo do Sistema de Inteligência de Defesa (CONSECON/SINDE).	100%	
	21. Realizar o planejamento e a execução do Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil - ECADEC 2019.	25%	
	22. Participar do planejamento e execução do Exercício Felino com os países da CPLP.	100%	
	23. Participar do planejamento e da execução do Exercício Binacional Conjunto/Combinado, Brasil-Argentina, de Cooperação em caso de Desastre.	100%	
	24. Participar do planejamento e da execução, junto com o Ministério da Saúde, das operações Gota e Expedicionários da Saúde, de apoio às comunidades ribeirinhas e indígenas, em regiões de difícil acesso.	100%	
	25. Participar do planejamento e da execução de Exercícios de Emergência Nuclear (Angra dos Reis/Resende).	100%	
	26. Participar do planejamento e da coordenação do Exercício Regional em Assistência e Proteção para Países da América Latina e do Caribe (EXBRALC), da Organização para Proibição de Armas Químicas (OPAC).	100%	
	27. Participar da coordenação do Curso Brasileiro de Aspectos Médicos em Assistência e Proteção contra as Armas Químicas (CBRAMED) - Rio de Janeiro.	100%	
	28. Participar da coordenação e do planejamento para o apoio logístico das Forças Armadas ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).	100%	
	29. Participar do Exercício multinacional PANAMAX 2019.	100%	
	30. Realizar um planejamento estratégico, operacional e tático.	30%	
	31. Realizar o planejamento e a execução das Operações ÁGATA 2019.	100%	
	32. Coordenar a realização de pelo menos três adestramentos específicos conjuntos.	100%	
	33. Realizar um seminário.	100%	
	34. Participar da reunião anual do Comitê Especial de Operações de Paz da ONU (C-34).	100%	
	35. Participar da passagem de comando da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (FTM-UNIFIL).	100%	
	36. Preparar a Cerimônia do Dia Internacional dos Mantenedores da Paz (*Peacekeeper Day*).	100%	
	37. Realizar, no mínimo, um estágio para adidos militares.	100%	
	38. Participar de no mínimo duas reuniões de grupo de trabalho bilateral ou multilateral de defesa com países de interesse.	100%	
	39. Participar de, no mínimo, duas reuniões de grupo de trabalho bilateral ou multilateral de defesa com países de interesse.	50%	
	40. Participar de no mínimo duas reuniões/seminários, de caráter internacional multilateral, de interesse estratégico para a Defesa.	100%	
	41. Participar de, no mínimo, dois eventos ligados à CMDA, tais como: GT Ad Hoc, Reunião de Peritos, Reunião Preparatória e a Conferência de Ministros de Defesa das Américas propriamente dita.	100%	
	42. Atender aos Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI) da Escola Superior de Guerra (ESG), da Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), da Escola de Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx).	100%	
	43. Participar da Reunião da Secretaria Permanente de Assuntos de Defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).	100%	
	44. Realizar um planejamento estratégico, operacional e tático baseado em Hipótese de Emprego (HE).	100%	

45. Participar de, no mínimo, uma reunião do Centro de Análises Estratégicas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CAE-CPLP).	100%
46. Realizar no mínimo duas Reuniões de Diálogos Políticos-Militares.	100%
47. Participar de Operação de Adestramento Conjunto.	100%
48. Participar de, pelo menos, um planejamento nos níveis estratégico, operacional e tático de operações conjuntas.	100%
49. Participar da execução de, pelo menos, uma operação de adestramento conjunto.	100%
50. Participar de, pelo menos, um Exercício Conjunto de Escolas de Comando e Estado-Maior (por exemplo, Exercício AZUVER).	0%
51. Participar de, pelo menos, uma revisão de Planejamento Estratégico Conjunto.	100%
52. Participar de pelo menos uma Operação de Adestramento Conjunto.	100%
53. Participar da revisão de, pelo menos, um Manual do Ministério da Defesa.	100%
54. Participar de, pelo menos, uma revisão de Planejamento Estratégico Conjunto.	100%
55. Participar da execução de, pelo menos, uma Operação de Adestramento Conjunto.	100%
56. Realizar Reuniões do Grupo de Trabalho do Planejamento Baseado em Capacidades, a fim de concluir o aprofundamento do método.	100%
57. Participar de um Exercício Conjunto de Escolas de Comando e Estado-Maior.	0%
58. Participar com intervenções (palestras) nos Cursos de Política e Estratégia dos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas.	100%
59. Participar com intervenções (palestras) nos Cursos de Comando e Estado-Maior (CCEM) dos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas.	100%
60. Analisar 100% das solicitações de inscrição de empresas como Entidade Executante de Aerolevantamento, nas Categorias "A", "B" ou "C", produzindo Relatório de Avaliação.	100%
61. Analisar 100% dos projetos de aerolevantamento remetidos pelas empresas inscritas como Entidades Executantes de Aerolevantamento junto ao Ministério da Defesa.	100%
62. Participar de pelo menos uma das reuniões da Comissão de Cartografia Militar (COMCARMIL).	100%
63. Participar de pelo menos uma das reuniões da Comissão de Meteorologia Militar (COMETMIL).	100%
64. Realizar pelo menos uma reunião da Comissão de Logística Militar (COMLOG), após a coordenação do desenvolvimento dos trabalhos.	100%
65. Realizar pelo menos uma Jornada de Interoperabilidade Logística (JIL), após a definição dos temas.	100%
66. Participar de pelo menos uma operação de adestramento conjunto.	100%
67. Realizar o III Simpósio de Medicina Tática.	Meta cancelada
68. Realizar pelo menos uma Reunião da Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas (CODEAFA).	100%
69. Realizar pelo menos uma Reunião da Comissão de Defesa Alimentar das Forças Armadas (CODEAFA).	100%
70. Participar de um Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC).	Meta cancelada
71. Participar de, pelo menos, uma operação de adestramento conjunto.	100%
72. Participar do Exercício AZUVER.	Meta cancelada
73. Alistar 1.500.000 conscritos, selecionar 600.000 e incorporar 100.000 ao Serviço Militar Inicial.	100%
74. Participar da revisão e elaboração doutrinária de pelo menos um manual do Ministério da Defesa, nos assuntos afetos a Logística.	100%
75. Participar de pelo menos um Foro Internacional em assunto de interesse da Logística de Defesa.	100%
76. Participar de pelo menos um planejamento estratégico, operacional e tático, baseado em HE, com enfoque em logística conjunta, incluindo uma revisão de planejamento conjunto.	100%
77. Participar do Exercício AZUVER, nas fases de planejamento nos níveis operacional e tático, assim como na simulação propriamente dita, com enfoque na logística conjunta.	Meta cancelada
78. Participar de pelo menos um exercício multinacional com enfoque logístico, por exemplo PANAMAX.	100%
79. Coordenar a execução de pelo menos um Adestramento Logístico Conjunto.	Meta cancelada
80. Participar com intervenções (palestras) nos cursos de política e estratégia dos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas; nos Cursos de Logística e Mobilização Nacional (CLMN) e de Estado-Maior Conjunto (EMCj) da Escola Superior de Guerra; e nos Cursos de Comando e Estado-Maior (CCEM) dos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas, difundindo os assuntos afetos à Logística.	100%
81. Participar de, no mínimo, uma reunião em Grupo de Trabalho, Exercício ou Visita Técnica Bilateral e/ou Multilateral de Defesa com os países de interesse, atuando nos assuntos referentes à Logística Militar.	100%
82. Capacitar os oficiais da Chefia de Logística e Mobilização nos diversos cursos e estágios, no Brasil e no exterior, para atuação nos níveis gerencial, de assessoramento e executivo nos órgãos responsáveis pela logística e mobilização.	100%
83. Participar de pelo menos um simpósio/seminário de logística.	100%
84. Conhecer as capacidades de apoio dos órgãos públicos civis relacionados a transporte (p. ex. DNIT, ANTT, ANAC, ANTAQ) em proveito dos transportes militares.	100%
85. Promover pelo menos duas capacitações de usuários no Sistema APOLO.	100%
86. Participar de Operações e Exercícios Conjuntos compondo a equipe da CHOC/CHELOG - EMCFA.	100%
Resultado Final da aferição das metas institucionais	89,14%
PARCELA INSTITUCIONAL A SER ATRIBUÍDA À GDPGPE	80 PONTOS (**)

(*) O resultado, para cada uma das metas será aferido mediante a apuração da razão entre as metas atingidas e as metas previstas para o ciclo, multiplicada por cem, até o limite de cem pontos percentuais, conforme determina o art. 12 da Portaria 2.532/MD, de 31 de agosto de 2011.

(**) O percentual de desempenho institucional apurado é de 89,14 % que corresponde a 80 pontos, conforme escala constante do Anexo II da Portaria 2.532/MD, de 31 de agosto de 2011.

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 12/DPC, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso PAULO CESAR FERREIRA DE DOMENICO (CIR: 381P2001327981) e pelo Capitão de Cabotagem WAIDIKLONN JOOK RODRIGUES DA SILVA (CIR: 021P2001124558), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
STARNAV HYDRA	4430490546	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 61, datada de 27 de fevereiro de 2018 publicada no DOU de 1º de março de 2018.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

PORTARIA Nº 13/DPC, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso FRANCISCO JOSÉ BRITO DE SOUZA (CIR: 381P2001281761) e pelo Capitão de Longo Curso EDGAR BORGES LEAL (CIR: 021P2006005320), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO
CBO COPACABANA	3813888053	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno (RJ) e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 323, datada de 16 de novembro de 2017 publicada no DOU de 21 de novembro de 2017.

Vice-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 115, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Reconhece o Estado de Calamidade Pública em Municípios do Estado do Espírito Santo/ES.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, por procedimento sumário, o Estado de Calamidade Pública nos Municípios; Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul e Vargem Alta, em decorrência de Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - COBRADE - 1.3.2.1.4. DECRETO N°092-S, de 20 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KARINE DA SILVA LOPES

Ministério da Economia

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o Regimento Interno do Comitê Nacional de Investimentos.

O COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 4ª Reunião, ocorrida em 10 de dezembro de 2019, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, X, do Decreto nº 9.885, de 27 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê Nacional de Investimentos conforme o anexo I.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS PRADO TROYJO
Presidente do Comitê Nacional de Investimentos

ANEXO

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE, DA ORGANIZAÇÃO E DA COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Comitê Nacional de Investimentos tem por objetivo formular propostas e recomendações à Câmara de Comércio Exterior voltadas ao fomento e à facilitação de investimentos estrangeiros diretos no País e de investimentos brasileiros diretos no exterior.

Art. 2º O Comitê Nacional de Investimentos é composto pelo:

I - Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, que o coordenará;

II - Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores;

III - Secretário Especial da Receita Federal do Ministério da Economia;

IV - Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

V - Secretário Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimento da Casa Civil da Presidência da República;

VI - Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura;

VII - Secretário-Geral do Ministério da Defesa; e

VIII - Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República.

§ 1º Os membros do Comitê Nacional de Investimentos indicarão seus suplentes à Secretaria-Executiva.

§ 2º O Diretor-Presidente da Agência Brasileira de Promoção às Exportações será convidado permanente para as reuniões do Comitê Nacional de Investimentos sem direito a voto.

§ 3° O Coordenador do Comitê Nacional de Investimentos será substituído, em caso de ausência ou impedimento, pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, considerando-se a função de coordenação das negociações sobre acordos de investimentos exercida pelo ministério.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS

Art. 3º São competências gerais do Comitê Nacional de Investimentos, entre outras necessárias à consecução de seus objetivos:

I - elaborar propostas de políticas públicas, diretrizes e ações afetas aos investimentos estrangeiros diretos no Brasil e aos investimentos brasileiros diretos no exterior;

II - acompanhar a implementação, pelos órgãos competentes, das decisões sobre investimentos tomadas pela Câmara de Comércio Exterior;

III - elaborar propostas para a harmonização da atuação dos órgãos que possuam competências na área de investimentos diretos;

IV - avaliar a eficiência e pertinência de trâmites processuais, procedimentos, formalidades, controles ou exigências relativos a investimentos diretos e propor aperfeiçoamentos cabíveis à Câmara de Comércio Exterior, observada a legislação aplicável;

V - avaliar propostas de promoção e facilitação de investimentos recebidas de seus membros, de outros comitês da Câmara de Comércio Exterior, do Ombudsman de Investimentos Diretos, do Ponto de Contato Nacional para a implementação das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para as Empresas Multinacionais e de membros dos comitês conjuntos estabelecidos no âmbito de acordos de investimentos e submeter à Câmara de Comércio Exterior propostas que julgue pertinentes;

VI - consultar órgãos e entidades, públicos ou privados, sobre temas relacionados a investimentos que sejam objeto de avaliação ou estudo do Comitê Nacional de Investimentos;

VII - identificar e disseminar informações e boas práticas relacionadas ao fomento e à facilitação de investimentos estrangeiros diretos no País e de investimentos brasileiros diretos no exterior, inclusive mediante ações de capacitação de operadores públicos e privados;

VIII - submeter à Câmara de Comércio Exterior propostas de adoção de padrões internacionais sobre investimentos diretos;

IX - acompanhar as atividades do Ombudsman de Investimentos Estrangeiros e supervisionar os trabalhos do Ponto de Contato Nacional para a implementação das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para as Empresas Multinacionais;

X - editar o seu regimento interno, e outros atos administrativos necessários para o exercício de suas funções; e

XI - exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior.

§ 1º A execução de tarefas ou a elaboração de estudos e publicações relativas às competências do Comitê Nacional de Investimentos podem ser delegadas à Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Investimentos ou a um dos órgãos que o integrem, no limite de suas competências, cabendo ao Comitê Nacional de Investimentos a avaliação da execução.

§ 2º Fica vedado ao Comitê Nacional de Investimentos a criação de subcolegiados.

Art. 4º São competências do Comitê Nacional de Investimentos em matéria de fomento e facilitação de investimentos estrangeiros diretos no País, entre outras necessárias à consecução de seus objetivos:

I - submeter à consideração da Câmara de Comércio Exterior recomendações de políticas públicas e medidas de atração de investimentos estrangeiros diretos;

II - submeter à consideração da Câmara de Comércio Exterior propostas de mudanças regulatórias, com vistas à melhoria do ambiente de investimentos;

III - identificar possibilidades de cooperação entre os Governos Federal, Distrital, Estaduais e Municipais para a atração de investimentos estrangeiros diretos e para a promoção do Brasil como destino de investimentos;

IV - acompanhar a implementação, pelos respectivos órgãos, das recomendações feitas pelo Ombudsman de Investimentos Diretos para a solução dos questionamentos recebidos dos investidores estrangeiros; e

V - identificar instrumentos normativos brasileiros de especial importância para investimentos e promover sua divulgação, inclusive em línguas estrangeiras.

Art. 5º São competências do Comitê Nacional de Investimentos em matéria de fomento e facilitação de investimentos brasileiros diretos no exterior, entre outras necessárias à consecução de seus objetivos:

I - submeter à consideração da Câmara de Comércio Exterior propostas de estratégia brasileira de apoio à internacionalização de empresas brasileiras;

II - submeter à consideração da Câmara de Comércio Exterior propostas de políticas, medidas e mecanismos de apoio à internacionalização das empresas brasileiras;

III - manter diálogo com o setor privado sobre a internacionalização das empresas brasileiras, em especial no que tange às suas expectativas, necessidades e dificuldades na matéria; e

IV - propor à Câmara de Comércio Exterior medidas de coordenação de iniciativas dos diversos órgãos governamentais que tenham competência na dinâmica de internacionalização de empresas, bem como acompanhar sua execução.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 6º São atribuições do presidente do Comitê Nacional de Investimentos, entre outras:

I - convocar e presidir as reuniões do Comitê Nacional de Investimentos;

II - formular proposta de pauta das reuniões do Comitê Nacional de Investimentos e aprovar a inclusão de assuntos que não estejam na pauta, quando de interesse relevante ou em situações urgentes;

III - realizar consultas públicas aprovadas pelo Comitê Nacional de Investimentos;

IV - solicitar aos membros do Comitê Nacional de Investimentos e a outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal informações e manifestações formais sobre matérias de competência do Comitê Nacional de Investimentos;

V - encaminhar à Câmara de Comércio Exterior relatório das atividades desenvolvidas pelo Comitê Nacional de Investimentos; e

VI - submeter à Câmara de Comércio Exterior propostas de parceria e cooperação aprovadas pelo Comitê Nacional de Investimentos com órgãos e entidades de direito público ou privado.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS

Art. 7º São atribuições dos membros integrantes e dos convidados que participem das reuniões do Comitê Nacional de Investimentos:

I - apresentar ao Comitê Nacional de Investimentos demandas, propostas, requerimentos, sugestões, bem como informações relativas à implementação das decisões sobre investimentos tomadas pelo Conselho da Câmara de Comércio Exterior;

II - contribuir, no limite de suas possibilidades e competências, com a execução de tarefas necessárias ao exercício das competências do Comitê Nacional de Investimentos;

III - atender, no limite de suas possibilidades e competências, a demandas apresentadas pelo Comitê Nacional de Investimentos; e

IV - cooperar com a Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Investimentos no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. As atividades dos membros integrantes e convidados do Comitê Nacional de Investimentos não ensejam remuneração.

CAPÍTULO V

DO GRUPO TÉCNICO DO COMITÊ NACIONAL DE INVESTIMENTOS

Art. 8º O Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos funcionará em caráter permanente e tem como atribuição apoiar tecnicamente e executar as decisões emanadas do Comitê Nacional de Investimentos.

Parágrafo único. Fica vedado ao Grupo Técnico a criação de subcolegiados.

Art. 9º O Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos é composto por representantes indicados pelos órgãos que compõem o Comitê Nacional de Investimentos e serão designados pelo Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

§ 1º Representante da Agência de Promoção às Exportações e Investimentos participará das reuniões, sem direito a voto.

§ 2º O representante da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia será o Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, que coordenará o Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos.

§ 3° O Coordenador do Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos será substituído, em caso de ausência ou impedimento, pelo diretor do Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria do Ministério das Relações Exteriores.

CAPÍTULO VI

DA SECRETARIA-EXECUTIVA

Art. 10. A Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Investimentos e do Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos será exercida pela Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior.

Art. 11. Compete à Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Investimentos, entre outras:

I - receber, analisar e consolidar demandas submetidas ao Comitê Nacional de Investimentos por órgãos e entidades de direito público ou privado;

II - prestar assistência direta ao presidente do Comitê Nacional de Investimentos;

III - prover os serviços de secretaria e apoio administrativo para as reuniões do Comitê Nacional de Investimentos e de seu Grupo Técnico, comunicar aos membros a data, o local e a pauta das reuniões e elaborar as respectivas atas e memórias;

IV - circular informações relevantes aos membros do Comitê Nacional de Investimentos, seu Grupo Técnico e a outros órgãos ou entidades, resguardado o sigilo legal;

V - manter arquivo de documentos do Comitê Nacional de Investimentos e seu Grupo Técnico;

VI - articular-se com os membros do Comitê Nacional de Investimentos e de seu Grupo Técnico e com outras entidades públicas e privadas com vistas à execução de atividades do Comitê Nacional de Investimentos;

VII - acompanhar o andamento de negociações internacionais e de projetos legislativos pertinentes a temas de competência do Comitê Nacional de Investimentos;

VIII - conceder vistas de documentos do Comitê Nacional de Investimentos aos membros ou partes interessadas, resguardado o sigilo legal;

IX - realizar consultas públicas aprovadas pelo Comitê Nacional de Investimentos; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Comitê Nacional de Investimentos.

CAPÍTULO VII

DAS REUNIÕES

Art. 12. O Comitê Nacional de Investimentos se reunirá em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário mediante solicitação de um de seus membros.

Parágrafo único. O quórum de reunião do Comitê Nacional de Investimentos é de maioria simples dos membros e o quórum de aprovação é de unanimidade.

Art. 13. O Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos se reunirá em caráter ordinário bimestralmente e em caráter extraordinário mediante solicitação de um de seus membros.

Parágrafo único. O quórum de reunião do Grupo Técnico do Comitê Nacional de Investimentos é de maioria simples dos membros e o quórum de aprovação é de unanimidade.

Art. 14. As reuniões do Comitê Nacional de Investimentos e do seu Grupo Técnico deverão ser convocadas por seus respectivos presidentes com antecedência mínima de quinze dias.

§ 1º Os membros do Comitê Nacional de Investimentos e do seu Grupo Técnico podem apresentar propostas de assuntos para a inclusão na respectiva pauta de reunião no prazo máximo de dez dias antes da sua realização.

§ 2º A pauta da reunião deverá ser encaminhada aos membros do Comitê Nacional de Investimentos e do seu Grupo Técnico com antecedência mínima de cinco dias.

§ 3º O presidente do Comitê Nacional de Investimentos e o presidente do Grupo Técnico, em caso de relevância e urgência, poderão reduzir os prazos fixados neste artigo.

Art. 15. Poderão ser convidados a participar de reuniões e demais atividades do Comitê Nacional de Investimentos e de seu Grupo Técnico representantes de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, quando constarem da pauta assuntos de competência ou interesse desses órgãos ou entidades, bem como representantes do setor privado para discussão de temas de seu interesse.

Art. 16. O presidente do Comitê Nacional de Investimentos e o presidente do Grupo Técnico poderão convidar para participar das reuniões especialistas indicados pelos integrantes e pelos convidados, para expor ou discutir assuntos específicos pautados.

Art. 17. As atas das reuniões do Comitê Nacional de Investimentos e as memórias das reuniões do seu Grupo Técnico refletirão o posicionamento dos membros sobre as matérias apreciadas e conterão, como anexos, os documentos eventualmente apresentados pelos integrantes do colegiado.

Art. 18. As reuniões do Comitê Nacional de Investimentos e do seu Grupo Técnico poderão ser realizadas por videoconferência ou por outros meios telemáticos.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PORTARIA Nº 1.744, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre consulta pública relativa a alterações a serem promovidas no Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e VIII do art. 3º do Anexo I da Portaria MF nº 343, de 09 de junho de 2015, resolve :

Art. 1º Abrir consulta pública com o objetivo de receber sugestões por escrito para aperfeiçoamento da minuta de Portaria que altera o Regimento Interno do órgão, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015.

§ 1º A consulta pública ficará disponível de 22 de janeiro a 21 de fevereiro de 2020, no sítio do CARF na internet no endereço < https://carf.economia.gov.br/ >.

§ 2º A minuta de Regimento Interno do CARF objeto da consulta será disponibilizada no endereço eletrônico referido no § 1º, acompanhada da respectiva exposição de motivos, com indicação dos objetivos institucionais que se pretende alcançar com as alterações propostas.

§ 3º A apresentação de sugestões, a ser efetivada por meio de formulário próprio disponível juntamente com a consulta, deverá atender à seguinte estrutura:

I - redação proposta para artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item a que se refira; e

II - justificativa para cada item da proposta, que demonstre a pertinência e o atendimento aos objetivos institucionais mencionados na exposição de motivos.

Art. 2º As sugestões recebidas que atenderem ao disposto no § 3º do art. 1º poderão ser consideradas total ou parcialmente na definição do texto do novo regimento.

Parágrafo único. O CARF publicará em seu sítio na internet relatório de análise das sugestões recebidas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA GOMES RÊGO

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram. (Processo nº 10134.100088/2018-34).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Segundo Substituto, nos termos da Portaria SE/ME nº 990, de 23 de julho de 2019, e tendo em vista os artigos 5º, XIV e 202, § 1º da Constituição Federal, art. 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 13 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, alterada pela Lei nº 13.853, de 08 de julho de 2019 e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e os arts. 2º e 4º do Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010, torna público que o Conselho, em sua 34ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º As Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), na divulgação de informações aos participantes e assistidos de planos de caráter previdenciário que administram, devem observar o disposto nesta Resolução.

§ 1º A EFPC deve observar o disposto nesta Resolução na divulgação de informações a patrocinadores e instituidores, no que couber.

§ 2º Na divulgação de informações, deve ser garantida pela EFPC a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 2º Na divulgação de informações a EFPC deve:

I - empregar linguagem clara e acessível a cada público, com tempestividade, regularidade, confiabilidade e segurança;

II - utilizar, sempre que possível, recursos didáticos, como infográficos, tabelas e lâminas informativas;

III - priorizar o uso de plataformas digitais de comunicação, observado o disposto no § 2º do art. 13; e

IV - disponibilizar de forma ativa as informações de interesse dos participantes e assistidos, independentemente de solicitação.

Parágrafo único. A EFPC deve disponibilizar e manter atualizado sítio eletrônico próprio na internet e endereço de correio eletrônico, e, a seu critério, outros canais de comunicação e atendimento, como redes sociais e aplicativos para dispositivos móveis.

CAPÍTULO II

DA DISPONIBILIZAÇÃO ATIVA DE INFORMAÇÕES

Art. 3º A disponibilização ativa de informações pela EFPC deve ser realizada em local de fácil acesso em seu sítio eletrônico na internet, pela divulgação, no mínimo, das seguintes informações:

I - certificado no qual estarão indicados os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e a forma de cálculo de benefícios;

II - estatuto da EFPC e regulamento atualizados de cada plano de benefícios;

III - materiais explicativos que descrevam as características gerais de cada plano de benefícios e perfil de investimento, quando houver;

IV - extrato da situação individual do participante;

V - comunicação da síntese e inteiro teor de propostas de alteração de estatuto e regulamento aos participantes e assistidos, disponibilizados com antecedência mínima de trinta dias da remessa do requerimento de alteração ao órgão fiscalizador das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, observada regulamentação específica;

VI - comunicação da síntese e inteiro teor das alterações de estatuto e regulamento no prazo de trinta dias, contados da data de publicação da aprovação pelo órgão fiscalizador;

VII - comunicação sobre solicitação de adesão, retirada de patrocínio ou de transferência de gerenciamento de plano de benefício, observada a regulamentação específica;

VIII - relação das companhias nas quais detenham participação relevante no capital social e naquelas que representam parcela significativa na composição total dos recursos, por plano de benefícios administrados pela EFPC, a critério do conselho deliberativo;

IX - relação de prestadores de serviços para a EFPC nas áreas de atuária, contábil, auditoria, jurídica, custódia, publicidade, informática, consultorias ou que prestam serviço de administração de carteiras de valores mobiliários e de consultoria, dentre outros;

X - relação de planos de benefícios em processo de administração especial, liquidação, encerrados, em processo de transferência de gerenciamento ou retirada de patrocínio, até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao que se referir;

XI - extrato das atas das reuniões do conselho deliberativo e do conselho fiscal, observado o disposto no art. 12;

XII - extrato do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o órgão fiscalizador, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação;

XIII - relatório anual de informações;

XIV - informações contábeis, atuariais, de população e de auditoria de encaminhamento obrigatório ao órgão fiscalizador, no prazo de trinta dias, contados da data prevista para envio;

XV - demonstrativo de investimentos; e

XVI - ações de educação financeira, previdenciária e tributária promovidas pela EFPC.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo devem ser disponibilizadas sem restrição de acesso no sítio eletrônico na internet da EFPC, ressalvadas as informações de que tratam os incisos IV, V, VII, VIII, IX, X e XI, que devem ser disponibilizadas de forma restrita aos participantes e assistidos, e, no que couber, aos patrocinadores e instituidores.

Situação individual do participante ou assistido no plano de benefícios

Art. 4º A EFPC deve disponibilizar em seu sítio na internet, em local de acesso restrito, ou por meio de outro canal de comunicação, observado o disposto §2º do art. 13, extrato mensal da situação individual do participante ou assistido no plano de benefícios que possibilite o acompanhamento da sua evolução no plano de benefícios, que deve conter, no mínimo:

I - nome do plano de benefícios, com respectivo Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica quando houver;

II - nome do participante ou assistido, seus beneficiários e dependentes, esses últimos acompanhados da data da atualização cadastral mais recente feita pelo participante;

III - informações para encaminhamento de solicitação de informação por participante ou assistido, nos termos do art. 9º desta Resolução;

IV - no caso de plano de contribuição definida ou de contribuição variável, em fase de contribuição:

a) evolução do saldo de contas individualizado, com a discriminação das parcelas constituídas pelas contribuições do participante, patrocinador ou terceiros, bem como o saldo de portabilidade, quando houver, que possibilite o acompanhamento da rentabilidade dos recursos, e, para planos com terceirização de risco, o valor do capital segurado do participante; e

b) projeções dos valores dos benefícios teóricos previstos em seus planos de benefícios, permanentemente adequadas às respectivas premissas atuariais e financeiras, com base no saldo de conta acumulado e nas contribuições a serem realizadas pelo participante, patrocinador e instituidor, quando houver;

V - contribuições efetuadas pelo participante, patrocinador ou instituidor, quando houver, com especificações de parcelas eventualmente destinadas a benefício de risco e a custeio de despesas administrativas; e

VI - demonstrativos de pagamentos de benefícios efetuados para os assistidos, incluindo valores recebidos e descontados.

§ 1º As informações referentes a valores de que trata este artigo devem ser atualizadas utilizando-se como referência, no mínimo, o mês anterior ao da disponibilização da informação, ressalvada a impossibilidade operacional e circunstancial, a qual deve ser justificada.

§ 2º No caso de planos cuja gestão tenha sido transferida de uma EFPC para outra, as informações disponibilizadas ao participante de que trata este artigo devem observar, no mínimo, o período em que o plano esteve sob a gestão da EFPC atual.

§ 3º Caso a EFPC se encontre sob liquidação extrajudicial ou em processo de encerramento, as informações de que trata este artigo podem ser adaptadas considerando a sua situação.

§ 4º Anualmente, a EFPC deve disponibilizar ao participante ou assistido o demonstrativo de rendimentos anual para imposto de renda, respeitado o prazo previsto na legislação.

§ 5º Para fins do disposto na alínea "b" do inciso IV do caput deste artigo:

I - para os planos que não preveem rendas em função de tábuas biométricas, devem ser informados os parâmetros utilizados e o tempo previsto de exaurimento da renda; e

II - no caso de participante em gozo de benefícios, cujo valor seja calculado com base em saldo de conta acumulado, deve ser apresentado o tempo previsto de exaurimento da renda.

§ 6º Na informação de que trata a alínea "b" do inciso IV do caput deste artigo, deve constar expressamente que a projeção não representa promessa de rentabilidade ou garantia de nível de benefícios, devendo ser disponibilizada a metodologia utilizada para efetuar as projeções

Relatório Anual de Informações (RAI)

Art. 5º O RAI deve conter informações gerais e relevantes, apresentadas de forma clara e precisa, sobre o funcionamento da EFPC e sobre a situação de cada plano de benefícios, contendo, no mínimo, informações sobre:

I - alterações em estatuto e regulamento, aprovadas junto ao órgão fiscalizador no ano anterior a sua publicação;

II - quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos;

III - a situação atuarial, dispondo, quando for o caso, sobre superávit ou déficit do plano, assim como sobre suas causas e eventual obrigação de destinação de reserva especial ou equacionamento de déficit;

IV - a gestão dos investimentos dos planos de benefícios e de perfil de investimento, quando houver, seja própria, terceirizada ou mista, durante o exercício a que se refere o relatório, relacionada à política de investimento estabelecida para o mesmo período;

V - os limites aprovados na política de investimento para o plano de benefícios e por perfil de investimento, quando houver, adotada para o exercício subsequente a que se refere o relatório;

VI - as despesas administrativas e com investimentos, que devem abranger, no mínimo, os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes por planos de benefícios;

VII - composição e diversificação das aplicações contendo, no mínimo, as seguintes informações sobre investimentos por:

a) tipo de gestão;

b) tipo de aplicação na carteira própria da EFPC;

c) segmento de aplicação; e

d) informações sobre ativos em carteira própria e em fundos de investimentos exclusivos da EFPC em default, a provisão estimada e a representatividade em relação a carteira de ativos por plano;

VIII - a utilização dos aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos na análise de riscos efetuada pela EFPC, quando houver; e

IX - demais informações consideradas relevantes pela EFPC ocorridas no exercício a que se refere o relatório.

§ 1º A EFPC deve disponibilizar o RAI até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao que se referir.

§ 2º A EFPC deve manter disponíveis em seu sítio eletrônico na internet, sem restrição de acesso, no mínimo, os 5 (cinco) últimos RAI publicados com base nesta Resolução.

Demonstrativos de Investimentos dos Planos

Art. 6º O demonstrativo de investimentos é composto por todos os ativos pertencentes a carteira própria, carteira administrada, fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento dos quais a EFPC seja direta ou indiretamente cotista.

§ 1º A EFPC deve disponibilizar o demonstrativos de investimentos , no mínimo, no seguinte prazo:

I - até 31 de dezembro de cada ano, com informações referentes à posição mensal dos meses de janeiro a junho do mesmo exercício; e

II - até 30 de junho de cada ano, com informações referentes à posição mensal dos meses de julho a dezembro do ano imediatamente anterior.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, cada ativo pertencente à carteira própria e aos fundos de investimentos exclusivos da EFPC deve ser especificado com, no mínimo, tipo de ativo, segmento de aplicação, bem como a quantidade e valor.

§ 3º A EFPC deve manter disponíveis em seu sítio eletrônico na internet, sem restrição de acesso, no mínimo, os dez últimos demonstrativos de investimentos publicados com base nesta Resolução.

Perfis de investimento

Art. 7º A EFPC que oferecer a possibilidade de optar por distintos perfis de investimento no plano de benefícios ao qual o participante ou assistido estiver vinculado deve:

I - manter em seu sítio na internet a relação descritiva dos perfis de investimento, incluindo informações acerca dos riscos inerentes a cada um, ressaltando-se que resultados passados não garantem rentabilidade futura; e

II - incluir no RAI a rentabilidade de cada perfil de investimento, com análise dos respectivos resultados.

Simulador de benefícios

Art. 8º A EFPC deve disponibilizar simulador para planos de benefícios nas modalidades contribuição definida e contribuição variável, por mídia interativa, com projeções dos valores dos benefícios previstos em seus planos, permanentemente adequado às respectivas premissas atuariais e financeiras.

§ 1º O simulador não pode gerar expectativas irreais por parte dos participantes, devendo, no mínimo, constar expressamente que a simulação não representa promessa de rentabilidade ou garantia de nível de benefícios.

§ 2º A EFPC deve disponibilizar a metodologia utilizada para efetuar as projeções de que trata o caput.

CAPÍTULO III

DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR PARTICIPANTE E ASSISTIDO

Art. 9º A EFPC deve disponibilizar informações no seu sítio eletrônico, em local de destaque os procedimentos necessários para o encaminhamento de solicitações de acesso à informação por participante ou assistido.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, a EFPC deve disponibilizar ainda os procedimentos para solicitação de reconsideração e para encaminhamento ao órgão fiscalizador, em caso de negativa de acesso à informação pela entidade.

Art. 10. A informação solicitada por participante ou assistido deve ser respondida pela EFPC no prazo máximo de trinta dias contados a partir da data da formalização da solicitação.

Art. 11. As informações contidas no demonstrativo de investimentos devem ser disponibilizadas ao participante ou assistido, quando solicitado, observado o prazo estabelecido no art. 10 desta Resolução.

§ 1º As operações de investimento em curso que possam vir a ser prejudicadas pela sua divulgação, quando solicitado por participante ou assistido, devem ser disponibilizadas em até cento e oitenta dias da efetivação da operação.

§ 2º Excepcionalmente, as informações de que tratam o caput relativas ao fechamento do exercício, quando solicitadas, devem ser disponibilizadas após o prazo do envio regulamentar das demonstrações contábeis e do demonstrativo de investimento ao órgão fiscalizador, considerando o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º Prevalecerá o prazo estabelecido por acordo contratual para a disponibilização das informações de que trata o § 1º deste artigo, quando houver.

Art. 12. A EFPC não pode negar o acesso de participante e assistido à informação solicitada, ressalvado o dever de sigilo legal ou quando se tratar de solicitação de informação:

I - relacionada à intimidade e privacidade de terceiro;

II - que possa prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações, procedimento de arbitragem ou ações judiciais em que a EFPC seja parte, observado o disposto no art. 11 desta Resolução;

III - relacionada ao acesso a documento preparatório, ou à informação nele contida, que tenha sido utilizado como fundamento para tomada de decisão, sem a respectiva decisão;

IV - genérica, que não especifique um documento, um dado ou uma informação, produzidos pela EFPC;

V - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência da entidade; ou

VI - desproporcional ou desarrazoada.

§ 1º Não pode ser negada ao participante ou assistido a solicitação de informações sobre alterações de estatuto e de regulamento, o valor de resgate e de portabilidade, bem como de outras referentes a sua situação individual no plano de benefícios, observado o disposto no art. 4º e o prazo estabelecido no art. 10 desta Resolução.

§ 2º A disposição estabelecida no caput deste artigo não exime a EFPC de prestar informações previstas em leis, atos normativos, estatutos da EFPC e regulamentos de planos de benefícios, ou determinadas pelo órgão fiscalizador.

§ 3º A resposta com a negativa de acesso à informação deve ser encaminhada pela EFPC no prazo estabelecido no art. 10 desta Resolução, e conter:

I - motivação, com a menção expressa do inciso do caput deste artigo que fundamentou a negativa; e

II - informações sobre a possibilidade e prazo, não inferior a trinta dias, para a solicitação de reconsideração à EFPC.

§ 4º A solicitação de reconsideração deve ser respondida no prazo estabelecido no art. 10 desta Resolução e observar o disposto no inciso I do § 3º deste artigo, em caso de manutenção de negativa.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As EFPC ficam dispensadas de encaminhar, por meio impresso, as informações de que trata esta Resolução.

§ 1º Para fins do disposto no caput, os participantes, assistidos, patrocinador ou instituidor devem ser comunicados, por meio da forma tradicionalmente utilizada pela EFPC, em caso de alteração da forma de disponibilização de informação.

§ 2º A EFPC, excepcionalmente, deve encaminhar informações de que trata esta Resolução por meio impresso em caso de impossibilidade de acesso digital por parte do participante ou assistido, quando solicitado.

Art. 14. A disponibilização do sítio eletrônico próprio na internet de que trata o parágrafo único do art. 2º desta Resolução será facultativa no caso de EFPC que se encontrar sob liquidação extrajudicial ou em processo de encerramento.

Parágrafo único. A EFPC de que trata o caput deve disponibilizar as informações de que trata esta Resolução por meio de outro canal de comunicação.

Art. 15. A EFPC deve disponibilizar no seu sítio eletrônico na internet atalho para o sítio eletrônico do órgão fiscalizador, em formato padronizado disponibilizado pelo órgão fiscalizador.

Art. 16. A divulgação das informações de que trata esta Resolução deve ser comprovada pela EFPC, sempre que solicitada pelo órgão fiscalizador.

Art. 17. Fica o órgão fiscalizador autorizado a editar instruções complementares que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução, bem como determinar remessas periódicas de quaisquer informações relativas às EFPC e aos planos de benefícios por elas administrados.

Art. 18. As solicitações e recebimentos de informação podem ser realizados por pessoa no exercício do direito de representação de participante ou assistido.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo as EFPC se adequarem às novas regras até 31 de dezembro de 2020.

Art. 20. Ficam revogadas:

I - a Resolução CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 19 desta Resolução;

II - a Resolução CGPC nº 07, de 04 de dezembro de 2003;

III - a Resolução CNPC nº 02, de 3 de março de 2011 e

IV - a Resolução CNPC nº 04, de 18 de abril de 2011.

PAULO FONTOURA VALLE

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Resolução MPS/CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, que dispõe sobre os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar. (Processo nº 10134.100091/2019-39).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Segundo Substituto, nos termos da Portaria SE/ME nº 990, de 23 de julho de 2019, e tendo em vista o art. 17, inciso VII, do Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010, c/c os arts. 14, inciso IX e 17, inciso VI, ambos do Regimento Interno e com fundamento no art. 5° da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e no art. 13 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, torna público que o Conselho, em sua 34ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de dezembro, de 2019, resolve:

Art. 1º A Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

I - comprovada experiência de no mínimo três anos no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, de atuária, de previdência ou de auditoria; (NR)

.....

IV - reputação ilibada. " (NR)

"Art. 6º .....

§ 3º A certificação deverá contemplar conteúdo mínimo, conforme regulamentação do órgão de fiscalização. (NR)

§ 4º (Revogado)

"Art. 9º-A Fica o órgão fiscalizador autorizado a editar instruções complementares para fiel execução do disposto nesta Resolução." (NR)

Art. 2º Fica revogado o anexo da Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações. (Processo nº 10134.100103/2019-25).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Segundo Substituto, nos termos da Portaria SE/ME nº 990, de 23 de julho de 2019, e tendo em vista o art. 17, inciso VII, do Decreto nº 7.123, de 3 de março de 2010, c/c os arts. 14, inciso IX e 17, inciso VI, ambos do Regimento Interno e com fundamento no art. 5° da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e no art. 13 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, torna público que o Conselho, em sua 34ª Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de dezembro, de 2019, resolve:

Art. 1º A Resolução CGPC nº 8, de 19 de fevereiro de 2004 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

§ 1º.....

II - .....

d) comprovação de ter comunicado aos patrocinadores e instituidores o inteiro teor da proposta de alteração, com prazos mínimo de trinta dias e máximo de sessenta dias, para manifestação expressa de eventual discordância.

VI - .....

f) comprovação de ter comunicado aos patrocinadores e instituidores o inteiro teor da proposta de alteração, com prazos mínimo de trinta dias e máximo de sessenta dias, para manifestação expressa de eventual discordância. "

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA Nº 1.675, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, inciso V, alínea "b", do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, o art. 1º, inciso VIII, alínea "d", do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria MF nº 36, de 24 de janeiro de 2014, do Ministro de Estado da Fazenda, o Decreto nº 10.199, de 15 de janeiro de 2020, bem como os artigos 18, §3º e 57 do Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, resolve:

Delegar competência ao Presidente da empresa pública federal BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, para, na qualidade de gestor do Fundo Nacional de Desestatização, alienar a participação acionária da União no capital social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, nas condições aprovadas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, de acordo com o disposto na Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998, podendo, para esse fim, praticar todos os atos necessários, na forma da legislação em vigo.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 705, DE 9 DE JANEIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 14, CAP. VI, da Portaria nº 83, de 28 de agosto de 2019, c/c o art. 68 Anexo X, da Portaria nº 11, de 31 de janeiro de 2018 - MPDG, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 10154.108964/2019-13, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Município de Florianópolis, CNPJ 82.892.282/0001-43, a realizar a execução de obras referente à Revitalização da Avenida das Rendeiras, na Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC, na forma dos elementos constantes do processo nº 10154.108964/2019-13.

Art. 2º - As obras a que se refere o art. 1º destinam-se à adequação da via de pedestres e veículos com novo padrão visual, substituição do pavimento, implantação de ciclovias e canteiros e alargamento das áreas para lazer e fruição da paisagem e serviços complementares, com intervenção de uma área igual a 38.544,410 m² e perímetro de 4.680,54 m conforme documentos eventos SEI ME nº 4767283, SEI ME nº 4705001 e o descrito na Nota Técnica SEI nº 15681/2019/ME, evento SEI ME nº 5548564.

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso às áreas de uso comum do povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes. A autorização não contempla estruturas fixas em área de bem de uso comum do povo. As obras ficam condicionadas, ainda às aprovações de projetos, aos pagamentos de taxas e alvarás dos órgãos pertinentes, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 4º - Conforme PARECER CJUSC Nº 0745/2019 deve haver atenção especial às disposições do Decreto nº 5.300/2004, principalmente os artigos. 23, II, e seu § 1º, e 33.

Art. 5º - Qualquer intervenção relacionada às obras em questão estará condicionada ao pleno atendimento da Autorização Ambiental n° 109/2019- DILIC emitida pela FLORAM em 04/11/2019 com validade de 12 (doze) meses com base no processo de licenciamento ambiental I 01992/2019 e parecer técnico n° 6643/2015 e Parecer Técnico nº 1005/2019-DILIC bem como quaisquer outras recomendações emitidas por órgãos ambiental do SISNAMA.

Art. 6º - Decisões judiciais no âmbito da ACP Nº 5004772-51.2010.4.04.7200/SC, da ACP Nº 5027866-47.2018.4.04.7200/SC ou outras que possam incidir sobre a área das obras de revitalização da Avenida das Rendeiras devem ser respeitadas.

Art. 7º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 8º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica transferência de posse ou constituição de direitos ou domínio sobre a área, ou qualquer tipo de indenizações sobre benfeitorias.

Art. 9º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000 ou a que vier substitui-la.

Art. 10º - Responderá o/a interessado/a, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria.

Art. 11º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 10154.108964/2019-13.

Art. 12º - O prazo de vigência desta Portaria é de 12 (doze) meses a contar da expedição da ordem de serviço para o início das obras.

Art. 13º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NABIH HENRIQUE CHRAIM

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

PORTARIA Nº 1.559, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 1º da Portaria nº 201, de 29 de abril de 2019, e em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e na Instrução Normativa nº 1, de 27 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Autorizar a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entidade vinculada ao Ministério da Economia, a contratar, nos termos desta Portaria, o quantitativo máximo de 35 (trinta e cinco) profissionais por tempo determinado, conforme Anexo, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do inciso III do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Os profissionais de que trata o caput poderão ser contratados a partir de fevereiro de 2020 para atuar no desenvolvimento de atividades no âmbito dos testes de homologação do Censo Demográfico 2020.

Art. 2º As contratações de que trata o art. 1º somente serão formalizadas mediante disponibilidade de dotações orçamentárias específicas, observando-se os demais requisitos previstos na Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 3º O recrutamento dos profissionais de que trata esta Portaria dependerá de prévia aprovação dos candidatos em processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 4º O IBGE definirá a remuneração dos profissionais a serem contratados em conformidade com o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 5º Observado o prazo máximo de que trata o inciso II do art. 4º da Lei nº 8.745, de 1993, e a possibilidade de prorrogação de que trata o parágrafo único, o prazo de duração dos contratos de que trata o art. 1º desta Portaria deverá ser de até 2 (dois) meses, admitida prorrogação desde que o prazo total não exceda 4 (quatro) meses.

Parágrafo único. Após 4 (quatro) meses do início das atividades de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Portaria, não mais poderão viger contratos de que trata o caput.

Art. 6º O prazo para publicação do edital de abertura de inscrições para o processo seletivo simplificado será de até 6 (seis) meses, contado a partir da publicação desta Portaria.

Art. 7º As despesas com as contratações correrão à conta de dotações orçamentárias do IBGE, consignadas no Grupo de Natureza de Despesa - GND "3 - outras despesas correntes", ficando a presente autorização condicionada à declaração do ordenador de despesas responsável quanto à adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SPENCER UEBEL

ANEXO

Atividade	Função	Quantidade
Coordenação	Agente Censitário Municipal	1
Supervisão	Agente Censitário Supervisor	4
Recenseador	Coleta	30
Total		35

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

DESPACHO DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 17944.102676/2019-06
Interessado: Município de Ponta Porã (MS)
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de Ponta Porã (MS) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, no valor de até US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Cidade de Ponta Porã/MS - FRONTEIRA DO FUTURO PONTA PORÃ/MS.

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto n. 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a permissão contida na Resolução nº 44, de 17 de dezembro de 2019, também daquela Casa Legislativa, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2019, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União, notadamente o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso do contrato de empréstimo e dos requisitos constantes do Inciso II do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), observadas as formalidades de praxe, em especial a prévia formalização do contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

DESPACHO Nº 3, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Informa aplicação, no Estado de Pernambuco, do Protocolo ICMS 01/16.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e tendo em vista o disposto no inciso I da cláusula trigésima primeira do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria de Estado da Fazenda de Pernambuco recebida no dia 20.01.2020 e registrada no Processo SEI nº 12004.100019/2020-56, que esse Estado somente aplicará as disposições contidas no Protocolo ICMS 01/16, de 18 de fevereiro de 2016, a partir de 1º de janeiro de 2021.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

ATO COTEPE/ICMS Nº 10, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Altera o Ato COTEPE/ICMS 02/20, que divulga relação de contribuintes remetentes, destinatários e prestadores de serviço de transporte de gás natural que operam por meio do gasoduto credenciados pelas unidades federadas.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3º da cláusula primeira do Ajuste SINIEF 03/18, de 3 abril de 2018, bem como no art. 2º do Ato COTEPE/ICMS 57/19, de 29 de outubro de 2019,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, no dia 21 de janeiro de 2020, na forma do inciso I do art. 2º do Ato COTEPE/ICMS 57/19, registrada no Processo SEI nº 12004.101386/2019-33, torna público:

Art. 1º Ficam acrescidos os itens 2 e 3, no campo referente ao Estado de Minas Gerais, do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/20, de 3 de janeiro de 2020, com as seguintes redações:

Unidade Federada: MINAS GERAIS				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
2	MG	33.000.167/0023-17	298.055618.10-32	PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
3	MG	33.000.167/0181-59	067.055618.14-40	PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 28, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 579, de 27 de dezembro de 2017, do MF, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 19, no inciso I do art. 20 e no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que determina aos poderes e órgãos da União, definidos no art. 20 da mesma Lei, limites com base na receita corrente líquida e obrigatoriedade de emissão de Relatório de Gestão Fiscal;

Considerando o disposto na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009; e

Considerando a Portaria nº 389, de 14 de junho de 2018, da STN, que aprovou a 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais;, resolve:

Art. 1º Publicar o demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) dos últimos doze meses, referente ao 3º quadrimestre de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

ANEXO

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/19 ATÉ DEZEMBRO/19

RREO - Anexo 3 (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO[2]
	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19		
RECEITA CORRENTE (I)	170.747.517	118.801.942	119.516.867	145.021.290	124.260.227	116.969.556	145.644.855	120.579.864	124.132.946	140.328.947	129.269.360	235.738.164	1.691.011.537	1.626.575.148
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	66.777.067	41.355.655	41.381.847	55.260.229	40.520.860	37.163.182	46.659.427	37.805.566	37.015.796	46.880.849	44.160.510	50.828.002	545.808.991	534.861.608
Receita de Contribuições	79.471.026	66.323.602	65.004.776	69.837.298	65.969.643	68.871.669	71.608.333	71.492.481	66.080.129	72.823.757	70.208.758	85.712.280	853.403.750	884.499.486
Receita Patrimonial	12.999.358	4.313.653	6.753.822	13.804.353	10.019.976	5.606.537	14.473.695	5.397.498	12.343.661	14.757.260	9.275.455	92.710.452	202.455.720	120.582.129
Receita Agropecuária	1.162	1.378	1.835	3.124	1.407	1.498	1.159	1.513	3.036	2.665	1.540	1.759	22.076	19.803
Receita Industrial	71.362	83.761	96.562	169.891	83.212	109.918	97.523	32.609	122.939	123.193	368.758	246.255	1.605.981	1.483.252
Receita de Serviços	8.464.357	3.848.868	3.566.840	3.834.705	5.831.355	3.989.496	9.719.641	3.483.189	3.758.819	3.380.648	3.087.139	3.737.484	56.702.542	54.428.876
Transferências Correntes	72.661	180.370	97.754	82.618	173.313	76.001	129.887	88.175	50.385	85.228	81.531	139.797	1.257.721	847.022
Receitas Correntes a Classificar[1]	53	-53	-175	176	-1	0	-0	2	-2	0	67	-67	-0	0
Outras Receitas Correntes	2.890.472	2.694.708	2.613.606	2.028.896	1.660.462	1.151.255	2.955.191	2.278.832	4.758.184	2.275.347	2.085.601	2.362.203	29.754.756	29.852.971
DEDUÇÕES (II)	57.956.069	67.417.070	57.320.358	59.322.234	66.811.082	59.653.408	60.186.429	62.868.352	56.453.006	58.386.497	64.466.919	114.511.525	785.352.947	797.853.781
Transf. Constitucionais e Legais	18.331.530	29.123.047	19.774.354	20.922.252	28.004.786	20.275.361	22.162.045	23.370.552	17.895.461	18.477.561	24.763.682	55.159.271	298.259.900	299.653.804
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	32.711.098	31.499.779	31.217.358	31.566.669	32.283.009	32.080.578	31.506.425	32.258.649	31.920.752	33.250.335	31.842.390	52.391.286	404.528.329	408.631.890
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	1.048.982	1.084.277	1.061.929	1.134.539	1.114.001	1.071.622	1.035.577	1.076.971	1.052.143	1.030.375	2.007.450	1.207.362	13.925.228	14.680.556
Compensação Financeira RGPS/RPPS	10.631	1.592	1.497	990	1.401	1.721	2.675	1.381	1.890	3.009	550	1.676	29.011	0
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	227.543	320.486	320.217	321.043	321.184	320.669	321.367	319.307	318.574	318.162	319.550	390.352	3.818.454	3.564.739
Contribuição p/ PIS/PASEP	5.626.286	5.387.889	4.945.003	5.376.742	5.086.701	5.903.457	5.158.341	5.841.492	5.264.185	5.307.055	5.533.297	5.361.578	64.792.025	71.322.791
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	112.791.449	51.384.873	62.196.509	85.699.056	57.449.145	57.316.148	85.458.426	57.711.512	67.679.941	81.942.450	64.802.441	121.226.639	905.658.590	828.721.366

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Os valores deste anexo levam em consideração apenas os constantes da Categoria Econômica da Receita 1, excluindo, consequentemente, os movimentos intra-orçamentários e de capital, conforme o disposto no §3º da LRF.

[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se à classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

[2] A previsão da receita é a constante na Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2019.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL
3º QUADRIMESTRE DE 2019

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ANEXO III, LRF, ART. 53, INCISO I:

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da receita corrente líquida, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu desempenho no exercício. Este demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, cujas informações servem de base de cálculo para os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal.

DEFINIÇÃO DE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - LRF, ART. 2º:

Conforme o art. 2º, §3º da LRF, a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades. A regra de cálculo é a definida pelo art. 2º, IV da Lei.

1. Receita Corrente (LRF, art. 2º, IV)
(+) Receita Tributária
(+) Receita de Contribuições
(+) Receita Patrimonial
(+) Receita Industrial
(+) Receita Agropecuária
(+) Receita de Serviços
(+) Transferências Correntes
(+) Outras Receitas Correntes
2. Deduções (LRF, art. 2º, IV, alíneas "a" e "c" e §1º)
(-) 2.1 Valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal
(-) 2.2 Contribuição de que trata o art. 195, I, alínea "a" da Constituição Federal (Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;)
(-) 2.3 Contribuição de que trata o art. 195, II, da Constituição Federal (Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: [...] II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;)
(-) 2.4 Contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social
(-) 2.5 Compensação financeira citada no §9º do art. 201 da Constituição Federal
(-) 2.6 Contribuição de que trata o art. 239 da Constituição Federal (Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.)
(-) 2.7 Despesas em decorrência do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (FUNDEB).

ELABORAÇÃO A PARTIR DO TESOURO GERENCIAL - ASPECTOS PRÁTICOS:

1. RECEITA CORRENTE

Apura-se o valor das receitas correntes a partir das informações armazenadas no Item de Informação RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA), que consolida as Contas Contábeis 62120.00.00, que registra as receitas realizadas, 62131.00.00, que deduz as restituições, 62132.00.00, que deduz as retificações, 62133.00.00, que deduz as compensações, 62134.00.00, que deduz os incentivos fiscais, e a 62139.00.00, que computa outras deduções da receita. O valor do movimento líquido mensal para a Categoria Econômica 1 - "Receitas Correntes" é apurado no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com o mês fechado no SIAFI, excluindo automaticamente os valores intra-orçamentários (Categoria Econômica 7 - "Receitas Correntes Intra-Orçamentárias"), em cumprimento ao §3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o último mês do quadrimestre e os onze meses anteriores, nas seguintes origens de receita:

Receita Tributária (filtro de Origem da Receita = 1);
Receita de Contribuições (filtro de Origem da Receita = 2);
Receita Patrimonial (filtro de Origem da Receita = 3);
Receita Agropecuária (filtro de Origem da Receita = 4);
Receita Industrial (filtro de Origem da Receita = 5);
Receita de Serviços (filtro de Origem da Receita = 6);
Transferências Correntes (filtro de Origem da Receita = 7);
Receitas Correntes a Classificar (filtro de Origem da Receita = 8); e
Outras Receitas Correntes (filtro de Origem da Receita = 9).

2. DEDUÇÕES

As deduções mencionadas são apuradas conforme especificado abaixo, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, movimento líquido mensal, último mês do quadrimestre e também os onze meses anteriores, com os seguintes filtros selecionados:

2.1 e 2.7 - Transferências Constitucionais e Legais

Os valores das transferências constitucionais e legais são calculados a partir do crédito liquidado. Assim, são usados os Itens de Informação DESPESAS LIQUIDADAS (composto pelas Contas Contábeis 62213.03.00, 62213.04.00 e 62213.07.00) e DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (composto pelas Contas Contábeis 62213.05.00 e 62213.06.00). As transferências constitucionais e legais são identificadas pelos seguintes parâmetros:

a) Ação Governo:
0044 - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art. 159);

0045 - Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art. 159);
0046 - Cota-Parte dos Estados e DF- Exportadores na Arrecadação do IPI (LC nº 61/89);
006M - Transferência para Municípios - Imposto Territorial Rural;
00H6 - Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989);
0169 - Transferências a Estados e Distrito Federal (loterias CEF);
0223 - Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de Itaipu (Lei nº 8.001/90, art. 1º);
0369 - Cota-Parte dos Estados e DF do Salário-Educação;
0546 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001/90, art. 1º);
0547 - Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001/90, art. 2º);
0999 - Recursos para a repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Combustíveis;
099B - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação da isenção do ICMS aos Estados exportadores (Lei Complementar nº 87/96 e Lei Complementar nº 115/2003);
0A53 - Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997);
0C03 - Transferências de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art 39);
0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
0E25 - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação das exportações - Auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomentos das Exportações;
0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.
00PX - Transferências de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio;
00QR - Apoio Financeiro da União aos Entes Federativos que recebem o FPM
00RX - Transf. a E, DF e M de parte dos valores arrecadados com leilões (Lei 12.276/2010, art. 1º)
b) Modalidade de Aplicação:
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal; e
31 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo;
32 - Execução Orçamentária Delegada aos Estados e ao Distrito Federal;
35 - Transferências Fundo a Fundo referentes ao art. 24º da LC nº 141/2012;
36 - Transferências Fundo a Fundo referentes ao art. 25º da LC nº 141/2012;
40 - Transferências a Municípios;
41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo;
42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
45 - Transferências a Municípios referentes ao art. 24º da LC nº 141/2012;
46 - Transferências a Municípios referentes ao art. 25º da LC nº 141/2012;
2.2 e 2.3 - Contribuição de Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social
Obtém-se no Tesouro Gerencial os valores computados no Item de Informação RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA), Categoria Econômica = 1 (Receitas Correntes) e Fonte de Recursos = 54 (Recursos do Regime Geral de Previdência Social). Nessa fonte, são identificadas as receitas de contribuições, bem como as decorrentes de multas, juros e receitas da dívida ativa referentes a contribuição de Empregadores e Trabalhadores. São excluídas as seguintes Naturezas de Receita:
1990.03.11 - Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS - Principal
1990.03.12 - Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS - Multas e Juros de Mora
1990.03.13 - Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS - Dívida Ativa
1990.03.14 - Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS - Multas e Juros da Dívida Ativa
2.4 (Civis) - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor
Obtém-se, no Tesouro Gerencial o valor registrado no Item de Informação RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA), Categoria Econômica = 1 (Receitas Correntes) e Fonte de Recursos = 56 (Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor). Nessa fonte são identificadas as receitas de contribuições, bem como as decorrentes de multas e juros.
2.4 (Militares) - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares
Obtém-se, no Tesouro Gerencial o valor registrado no Item de Informação RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA), Categoria Econômica = 1 (Receitas Correntes), nas seguintes Naturezas de Receita: 1210.05.11 (Contribuição para Custeio das Pensões Militares - Principal); 1210.05.12 (Contribuição para Custeio das Pensões Militares - Multas e Juros); 1210.05.13 (Contribuição para Custeio das Pensões Militares - Dívida Ativa); 1210.05.14 (Contribuição para Custeio das Pensões Militares - Multas e Juros da Dívida Ativa); 1219.11.11 (Contribuição para Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal); 1219.11.12 (Contribuição para Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Multa/Juros)
2.5 - Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários
Obtém-se, no Tesouro Gerencial, o valor registrado no Item de Informação RECEITA ORÇAMENTÁRIA (LÍQUIDA), Categoria Econômica = 1 (Receitas Correntes), com filtro nas seguintes Naturezas de Receita:
1990.03.11 - Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS - Principal
1990.03.12 - Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS - Multas e Juros de Mora
1990.03.13 - Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS - Dívida Ativa
1990.03.14 - Compensações Financeiras entre RGPS e RPPS - Multas e Juros da Dívida Ativa
2.6 - Contribuição para o Programa de PIS/PASEP
Obtém-se o valor no Tesouro Gerencial somando-se os seguintes filtros:
a) todos os valores constantes das Naturezas de Receita: 1210.09.11 (Contribuições para o PIS/PASEP - Principal); 1210.09.12 (Contribuições para o PIS/PASEP - Multas e Juros); 1210.09.13 (Contribuições para o PIS/PASEP - Dívida Ativa); 1210.09.14 (Contribuições para o PIS/PASEP - Multas e Juros da Dívida Ativa); 1210.09.17 (Contribuições para o PIS/PASEP - Multas Div. Ativa); 1210.09.18 (Contribuições para o PIS/PASEP - Juros Dív. Ativa); 1212.XX.XX (Contribuição PIS/PASEP *), e que não tenham sido deduzidas anteriormente.
b) todos os valores da Categoria Econômica = 1 (Receitas Correntes), com Fonte de Recursos = 40 (Contribuições para Programas do PIS/PASEP), que não tenham as naturezas de receita listadas no item a) (acima).
3. PREVISÃO DA RECEITA
Obtém-se os valores da Previsão da Receita considerando as informações constantes na Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019.
No Tesouro Gerencial obtém-se esta informação ao identificar, por categoria e subcategoria de receita, os valores registrados na equação contábil 52110.00.00 - Previsão Inicial da Receita, mais 52121.00.00 - Previsão Adicional da Receita, menos 52129.00.00 - Anulação da Previsão da Receita.
Nas deduções, obtém-se, também, os valores da Previsão da Receita, conforme mencionado anteriormente, com exceção das Transferências Constitucionais e Legais, cujo valor é obtido pela dotação autorizada na LOA - Lei Orçamentária Anual e respectivos créditos adicionais, se houver.

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 853, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de novembro de 2019:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
743	05/11/2019	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	06/11/2019	2,0840	655.000	2.519.844.331,21	0	0,00
743	05/11/2019	Venda	NTN-B	15/08/2024	2	06/11/2019	2,0840	130.996	503.953.477,80	0	0,00
743	05/11/2019	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	06/11/2019	2,5700	95.000	392.926.112,75	0	0,00
743	05/11/2019	Venda	NTN-B	15/08/2028	2	06/11/2019	2,5700	17.811	73.667.441,99	0	0,00
743	05/11/2019	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	06/11/2019	2,8450	32.000	146.774.503,89	0	0,00
743	05/11/2019	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	06/11/2019	3,2300	16.900	87.794.128,49	0	0,00
747	07/11/2019	Venda	LTN	01/10/2020	1	08/11/2019	4,4539	1.500.000	1.443.060.753,00	0	0,00
747	07/11/2019	Venda	LTN	01/10/2020	2	11/11/2019	4,4497	0	0,00	0	0,00
747	07/11/2019	Venda	LTN	01/10/2021	1	08/11/2019	4,9524	1.500.000	1.369.446.631,90	0	0,00
747	07/11/2019	Venda	LTN	01/10/2021	2	11/11/2019	4,9494	0	0,00	0	0,00
747	07/11/2019	Venda	LTN	01/07/2023	1	08/11/2019	5,8179	3.500.000	2.851.912.471,36	0	0,00
747	07/11/2019	Venda	LTN	01/07/2023	2	11/11/2019	5,8147	0	0,00	0	0,00
748	07/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	08/11/2019	6,0800	150.000	180.092.700,22	0	0,00
748	07/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	11/11/2019	6,0799	0	0,00	0	0,00
748	07/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	08/11/2019	6,5400	150.000	189.614.135,04	0	0,00
748	07/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	11/11/2019	6,5378	0	0,00	0	0,00
755	12/11/2019	Troca	NTN-B	15/08/2024	1	13/11/2019	2,1300	0	0,00	0	0,00
755	12/11/2019	Troca	NTN-B	15/08/2028	1	13/11/2019	2,6900	0	0,00	0	0,00
755	12/11/2019	Troca	NTN-B	15/08/2028	1	13/11/2019	3,0400	0	0,00	0	0,00
755	12/11/2019	Troca	NTN-B	15/05/2035	1	13/11/2019	3,4200	0	0,00	0	0,00
765	14/11/2019	Venda	NTN-B	01/04/2020	1	18/11/2019	4,4789	1.000.000	983.964.589,65	0	0,00
765	14/11/2019	Venda	LTN	01/04/2020	2	19/11/2019	4,4776	0	0,00	0	0,00
765	14/11/2019	Venda	LTN	01/10/2021	1	18/11/2019	5,0870	1.500.000	1.367.529.593,32	5.000.000	4.558.431.980,00
765	14/11/2019	Venda	LTN	01/10/2021	2	19/11/2019	5,0823	0	0,00	0	0,00
765	14/11/2019	Venda	LTN	01/07/2023	1	18/11/2019	5,9597	2.500.000	2.029.417.104,98	5.100.000	4.140.010.894,20
765	14/11/2019	Venda	LTN	01/07/2023	2	19/11/2019	5,9585	0	0,00	0	0,00
766	14/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	18/11/2019	6,2330	150.000	179.283.836,69	0	0,00
766	14/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	19/11/2019	6,2272	0	0,00	0	0,00
766	14/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	18/11/2019	6,7030	150.000	188.002.973,91	5.000.000	6.266.765.795,00
766	14/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	19/11/2019	6,7027	0	0,00	0	0,00
767	14/11/2019	Venda	LFT	01/03/2026	1	18/11/2019	0,0181	500.000	5.200.861.233,05	0	0,00
767	14/11/2019	Venda	LFT	01/03/2026	2	18/11/2019	0,0173	5.075	52.788.754,84	0	0,00
771	19/11/2019	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	20/11/2019	2,1790	419.000	1.608.632.681,77	0	0,00
771	19/11/2019	Venda	NTN-B	15/08/2024	2	20/11/2019	2,1790	0	0,00	0	0,00
771	19/11/2019	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	20/11/2019	2,7900	81.000	330.655.323,18	0	0,00

771	19/11/2019	Venda	NTN-B	15/08/2028	2	20/11/2019	2,7900	0	0,00	0	0,00
771	19/11/2019	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	20/11/2019	3,0890	15.000	65.751.054,37	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
771	19/11/2019	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	20/11/2019	3,4300	18.200	89.690.137,18	0	0,00
779	21/11/2019	Venda	LTN	01/10/2020	1	22/11/2019	4,5739	1.500.000	1.443.893.665,20	0	0,00
779	21/11/2019	Venda	LTN	01/10/2020	2	25/11/2019	4,5695	299.999	288.829.089,23	0	0,00
779	21/11/2019	Venda	LTN	01/10/2021	1	22/11/2019	5,2239	1.500.000	1.365.239.652,30	0	0,00
779	21/11/2019	Venda	LTN	01/10/2021	2	25/11/2019	5,2223	299.999	273.102.496,00	0	0,00
779	21/11/2019	Venda	LTN	01/07/2023	1	22/11/2019	6,1149	1.500.000	1.212.606.556,69	0	0,00
779	21/11/2019	Venda	LTN	01/07/2023	2	25/11/2019	6,1083	290.998	235.299.755,59	0	0,00
780	21/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	22/11/2019	6,3919	150.000	178.360.026,57	0	0,00
780	21/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	25/11/2019	6,3873	28.199	33.538.746,05	0	0,00
780	21/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	22/11/2019	6,8579	150.000	186.565.920,60	0	0,00
780	21/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	25/11/2019	6,8503	26.400	32.844.387,85	0	0,00
788	28/11/2019	Venda	LTN	01/04/2020	1	29/11/2019	4,5289	1.000.000	985.352.596,70	0	0,00
788	28/11/2019	Venda	LTN	01/04/2020	2	02/12/2019	4,5261	200.000	197.105.178,71	0	0,00
788	28/11/2019	Venda	LTN	01/10/2021	1	29/11/2019	5,3769	1.000.000	908.720.045,80	0	0,00
788	28/11/2019	Venda	LTN	01/10/2021	2	02/12/2019	5,3716	199.998	181.780.005,16	0	0,00
788	28/11/2019	Venda	LTN	01/07/2023	1	29/11/2019	6,2873	1.500.000	1.206.944.556,63	0	0,00
788	28/11/2019	Venda	LTN	01/07/2023	2	02/12/2019	6,2826	299.998	241.446.339,69	0	0,00
789	28/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	29/11/2019	6,5689	150.000	177.351.150,15	0	0,00
789	28/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	02/12/2019	6,5689	30.000	35.479.299,35	0	0,00
789	28/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	29/11/2019	7,0179	150.000	185.021.482,46	0	0,00
789	28/11/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	02/12/2019	7,0147	29.999	37.013.202,35	0	0,00
790	28/11/2019	Venda	LFT	01/03/2026	1	29/11/2019	0,0183	626.150	6.524.027.290,56	0	0,00
790	28/11/2019	Venda	LFT	01/03/2026	2	29/11/2019	0,0177	18.819	196.080.272,08	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

PORTARIA Nº 26, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de dezembro de 2019:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
797	03/12/2019	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	04/12/2019	2,3888	250.000	954.411.301,24	0	0,00
797	03/12/2019	Venda	NTN-B	15/08/2024	2	04/12/2019	2,3888	49.997	190.870.807,23	0	0,00
797	03/12/2019	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	04/12/2019	2,9390	250.000	1.013.354.595,49	0	0,00
797	03/12/2019	Venda	NTN-B	15/08/2028	2	04/12/2019	2,9390	49.997	202.658.758,75	0	0,00
797	03/12/2019	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	04/12/2019	3,2700	55.100	237.657.863,04	0	0,00
797	03/12/2019	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	04/12/2019	3,2700	16.545	71.362.057,05	0	0,00
797	03/12/2019	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	04/12/2019	3,6180	11.500	54.984.559,75	0	0,00
797	03/12/2019	Venda	NTN-B	15/05/2055	2	04/12/2019	3,6180	3.320	15.873.803,28	0	0,00
812	05/12/2019	Venda	LTN	01/10/2020	1	06/12/2019	4,5334	1.500.000	1.446.886.684,50	8.000.000	7.716.728.984,00
812	05/12/2019	Venda	LTN	01/10/2020	2	09/12/2019	4,5312	299.999	289.427.480,12	0	0,00
812	05/12/2019	Venda	LTN	01/10/2021	1	06/12/2019	5,1866	1.500.000	1.369.007.454,15	8.000.000	7.301.373.088,00
812	05/12/2019	Venda	LTN	01/10/2021	2	09/12/2019	5,1795	299.999	273.855.825,64	0	0,00
812	05/12/2019	Venda	LTN	01/07/2023	1	06/12/2019	6,0588	3.000.000	2.435.183.008,66	0	0,00
812	05/12/2019	Venda	LTN	01/07/2023	2	09/12/2019	6,0560	599.997	487.148.190,22	0	0,00
813	05/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	06/12/2019	6,3480	300.000	358.142.908,72	0	0,00
813	05/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	09/12/2019	6,3470	59.998	71.643.861,38	0	0,00
813	05/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	06/12/2019	6,8099	170.000	212.583.960,52	5.000.000	6.252.469.425,00
813	05/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	09/12/2019	6,8032	59.998	75.046.821,07	0	0,00
831	12/12/2019	Venda	LTN	01/04/2020	1	13/12/2019	4,3064	1.000.000	987.695.000,00	0	0,00
831	12/12/2019	Venda	LTN	01/04/2020	2	16/12/2019	4,3064	0	0,00	0	0,00
831	12/12/2019	Venda	LTN	01/10/2021	1	13/12/2019	5,0673	1.500.000	1.373.118.090,60	0	0,00
831	12/12/2019	Venda	LTN	01/10/2021	2	16/12/2019	5,0623	140.000	128.182.870,34	0	0,00
831	12/12/2019	Venda	LTN	01/07/2023	1	13/12/2019	5,9613	1.500.000	1.223.222.710,54	0	0,00
831	12/12/2019	Venda	LTN	01/07/2023	2	16/12/2019	5,9524	0	0,00	0	0,00
832	12/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	13/12/2019	6,2799	126.000	151.032.300,39	0	0,00
832	12/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	16/12/2019	6,2717	0	0,00	0	0,00
832	12/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	13/12/2019	6,7530	150.000	188.461.342,22	0	0,00
832	12/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	16/12/2019	6,7447	0	0,00	0	0,00
833	12/12/2019	Venda	LFT	01/03/2026	1	13/12/2019	0,0185	445.150	4.646.762.355,71	0	0,00
833	12/12/2019	Venda	LFT	01/03/2026	2	13/12/2019	0,0182	1.300	13.570.234,19	0	0,00
841	17/12/2019	Venda	NTN-B	15/08/2024	1	18/12/2019	2,2839	348.100	1.340.020.200,40	0	0,00
841	17/12/2019	Venda	NTN-B	15/08/2024	2	18/12/2019	2,2839	0	0,00	0	0,00
841	17/12/2019	Venda	NTN-B	15/08/2028	1	18/12/2019	2,9200	130.300	531.136.932,08	0	0,00
841	17/12/2019	Venda	NTN-B	15/08/2028	2	18/12/2019	2,9200	0	0,00	0	0,00
841	17/12/2019	Venda	NTN-B	15/05/2035	1	18/12/2019	3,2100	11.600	50.578.371,08	0	0,00

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
841	17/12/2019	Venda	NTN-B	15/05/2035	2	18/12/2019	3,2100	0	0,00	0	0,00
841	17/12/2019	Venda	NTN-B	15/05/2055	1	18/12/2019	3,4938	55.500	272.524.687,45	0	0,00
841	17/12/2019	Venda	NTN-B	15/05/2055	2	18/12/2019	3,4938	0	0,00	0	0,00
846	19/12/2019	Venda	LTN	01/10/2020	1	20/12/2019	4,4889	1.500.000	1.449.938.453,40	0	0,00
846	19/12/2019	Venda	LTN	01/10/2020	2	23/12/2019	4,4842	82.857	80.105.668,60	0	0,00
846	19/12/2019	Venda	LTN	01/10/2021	1	20/12/2019	5,2550	1.500.000	1.370.133.546,40	0	0,00
846	19/12/2019	Venda	LTN	01/10/2021	2	23/12/2019	5,2498	84.000	76.743.098,29	0	0,00
846	19/12/2019	Venda	LTN	01/07/2023	1	20/12/2019	6,2400	3.000.000	2.426.529.009,83	0	0,00
846	19/12/2019	Venda	LTN	01/07/2023	2	23/12/2019	6,2343	396.468	320.757.819,32	0	0,00
847	19/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	1	20/12/2019	6,5544	300.000	356.283.620,97	0	0,00
847	19/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2025	2	23/12/2019	6,5512	0	0,00	0	0,00
847	19/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	1	20/12/2019	7,0179	300.000	371.513.200,30	0	0,00
847	19/12/2019	Venda	NTN-F	01/01/2029	2	23/12/2019	7,0159	0	0,00	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 1.737, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das competências subdelegadas pela Portaria GM/ME nº 10, de 17 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência, vedada subdelegação, para que, no âmbito de suas áreas de atuações, observadas as normas regulamentares, pratiquem os atos necessárias para a concessão de diárias e passagens, nos termos do art. 7º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, aos seguintes dirigentes:

I - Secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho;

II - Secretário de Previdência;

III - Secretário de Trabalho;

IV - Subsecretário de Assuntos Corporativos desta Secretaria Especial;

V - Chefe de Gabinete do Secretário Especial de Previdência e Trabalho; e

VI - Superintendentes Regionais do Trabalho.

Art. 2º Subdelegar competência, vedada subdelegação, para que, no âmbito de suas áreas de atuações, observadas as normas regulamentares, pratiquem os atos necessárias para autorizar despesas com diárias e passagens, nos termos do art. 8º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, aos seguintes dirigentes:

I - Secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho;

II - Secretário de Previdência;

III - Secretário de Trabalho;

IV - Subsecretário de Assuntos Corporativos desta Secretaria Especial; e

V - Chefe de Gabinete do Secretário Especial de Previdência e Trabalho.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados a partir da vigência do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SEPRT nº 112, de 21 de fevereiro de 2019, publicada no DOU de 22/2/2019, seção 1, página 17.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 129, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Destina vagas à reversão de inativos para o ano de 2020.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 180 do Decreto nº 9.475, de 8 de abril de 2019, o inciso VIII do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo inciso II do art. 1º, da Portaria MF nº 40, de 5 fevereiro de 2001, e considerando o art. 10 da Portaria SRF nº 260, de 16 de fevereiro de 2001, resolve:

Art. 1º Destinar à reversão de inativos, no ano de 2020, 50 vagas do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e 50 vagas do cargo de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720001/2020-22 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca Haley Davidson, modelo XL883C, ano 2009, cor preta, chassi 5HD4CP2159K446855, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 16/1248996-8 de 12/08/2016, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade de Martina Ullrich, CPF nº 709.193.261-70.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720019/2020-24 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca BMW, modelo X3, ano 2012, cor azul, chassi WBAWX3106DL902398, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 12/1176155-1 de 27/06/2012, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade da Embaixada da Federação da Rússia, CNPJ nº 03.754.286/0001-99.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Declara habilitada ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 09 de Outubro de 2017, observado o estabelecido nos artigos 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto nº 5.649, de 29 de dezembro de 2005, e nos artigos 562 a 576 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando ainda o que consta no processo administrativo nº 10183.729799/2019-91, declara:

Art. 1.º Fica habilitada ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP, a que se referem os arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 2005, regulamentados pelo Decreto nº 5.649, de 2005, e pela IN RFB nº 1.911/2019, a pessoa jurídica FAZENDA PIONEIRA EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS S.A, CNPJ nº 17.852.875/0001-14.

Art. 2º - O benefício do RECAP será aplicado a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica habilitada (IN RFB nº 1.911/2019, art. 569, caput e § 1º) e o prazo para sua fruição extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da publicação do presente Ato (Lei nº 11.196, de 2005, art. 14, § 1º; Dec. nº 5.649, de 2005, art. 9º, § 2º; e IN RFB nº 1.911/2019, art. 572, § 2º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício pela Autoridade Fiscal, na hipótese em que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime (Lei nº 11.196, de 2005, art. 12, parágrafo único; Decreto nº 5.649, de 2005, art. 8º; e IN RFB nº 1.911/2019, art. 571, caput).

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Aplica a pena de perdimento de veículos objetos do processo que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 104, V, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, declara:

Art. 1º Findo administrativamente o processo relacionado no Anexo Único.

Art. 2º O perdimento do veículo objeto desse processo, tornando-o disponível para destinação na forma da legislação vigente.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ANEXO ÚNICO

SEQ.	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO
01	13150.720087/2019-81	0130151-41092/2019

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Declara a pessoa jurídica que menciona habilitada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta dossiê digital nº 10100.005847/0319-13, declara:

Art. 1º Fica habilitada definitivamente ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015, F PAULO NETO - EIRELI , CNPJ 38.146.734/0001-56 , titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 02/01/2019 a 01/12/2021, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.013304/2018-36.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Declara a pessoa jurídica que menciona habilitada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta dossiê digital nº 10100.016530/0319-02, declara:

Art. 1º Fica habilitada definitivamente ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 2015, W W SOARES, CNPJ 05.957.174/0001-60 , titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 02/01/2019 a 01/12/2021, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.013984/2018-98

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019.

O SUBSTITUTO DO DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, inciso III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e Portaria RFB, de 02 de janeiro de 2020, tendo em vista o disposto no caput do artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SRRF02 nº 620, de 23/12/2019 e considerando o que consta do processo administrativo nº 18365.721475/2019-88, declara:

Art. 1º. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, e procedimentos para habilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019:

NOME EMPRESARIAL: VIDEOLAR-INNOVA S/A

CNPJ nº: 04.229.761/0001-70

MATRÍCULA CEI DA OBRA Nº: 90.000.43997/75

NOME DO PROJETO: CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA-CGVE INNOVA

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA N° 331, DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019 E PUBLICADA NO DOU EM 5 DE NOVEMBRO DE 2019

SETOR DE INFRAESTRUTURA: SETOR ELÉTRICO DE GERAÇÃO DE ENERGIA

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO DA OBRA: DE 10 DE MAIO DE 2019 A 31 DE JANEIRO DE 2021.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GLAYTON BATISTA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.001, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Ementa: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. VALE-TRANSPORTE. INCIDÊNCIA.

Não incide contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de vale-transporte por meio de vale-combustível ou semelhante. A não incidência da contribuição está limitada ao valor equivalente ao estritamente necessário para o custeio do deslocamento residência / trabalho e vice-versa, em transporte coletivo, conforme prevê o art.1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985. O empregador somente poderá suportar a parcela que exceder a seis por cento do salário básico do empregado. Caso deixe de descontar este percentual do salário do empregado, ou desconte percentual inferior, a diferença deverá ser considerada como salário indireto e sobre ela incidirá contribuição previdenciária e demais tributos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 313 - COSIT, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, artigos 1º e 4º; Ato Declaratório nº 4, de 31 de março de 2016, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Súmula AGU nº 60, de 8 de dezembro de 2011.

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Ementa: ACÓRDÃO. CARF. EFEITO INTER PARTES. NÃO VINCULANTE. SÚMULA.

Os acórdãos do CARF possuem efeitos inter partes, quais sejam, restritos apenas aos indivíduos que foram parte de um recurso específico, exceto quando, em virtude de decisões reiteradas e uniformes sejam consubstanciadas em súmula. Nessas condições, a súmula vincula a administração tributária federal, a partir da publicação de ato do Ministro de Estado da Fazenda no Diário Oficial da União, adquirindo efeito erga omnes

SOLUÇÃO DE CONSULTA INEFICAZ

Dispositivos Legais: Capítulo V da Portaria MF nº 343, de 09 de junho de 2015, e inciso VII do art. 18 da IN RFB nº 1.396, de 2013.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO Nº 42, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU de 03 de outubro de 2014, resolve:

Art.1º. Declarar NULA a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, de número 000592019-88888049, com a finalidade de averbação no Registro de Imóveis de obra de construção civil de imóvel, emitida indevidamente em 28/02/2019, em nome de MARTA DOS REIS IZIDORIO CPF 01417041609, CEI 51.242.51049/74.

GUILHERME FERNANDO SCANDELAI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 10010.021015/0616-91, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica COMERCIO E INDUSTRIA EMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.710.856/0001-81, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/01/2016 a 31/12/2016, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.005221/2015-21.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME FERNANDO SCANDELAI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

PORTARIA Nº 8, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe acerca do atendimento ao contribuinte, do agendamento e da distribuição de senhas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia - MG e das Agências circunscricionadas, definindo procedimentos específicos e outros providências.

O Delegado da Receita Federal Do Brasil em Uberlândia/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n º 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos artigos 7º,§1º e 8º, incisos I e II da Portaria RFB nº 457, de 28 de março de 2016, e o disposto no artigo 4º, §2º da Portaria RFB/SRRF06 nº 20, de 14 de janeiro de 2020, e, objetivando a racionalidade do atendimento presencial na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG e suas Agências, e ainda:

Considerando a diretriz institucional de fortalecer os canais virtuais de atendimento, com vistas a proporcionar um atendimento de maior qualidade e celeridade ao contribuinte, reduzindo tempos de espera por atendimento conclusivo;

Considerando a disponibilidade de diversas funcionalidades para o atendimento virtual no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte da RFB - o e-CAC; e

Considerando a funcionalidade de agendamento através da página da RFB na internet, para atendimento presencial;, resolve:

Art. 1º O atendimento presencial ao cidadão e às pessoas jurídicas no âmbito do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e das Agências da Receita Federal na circunscrição da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia-MG (DRF/UBL) ocorrerá nos dias úteis, nos seguintes períodos, horários e unidades de atendimento:

I - no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), localizado em Uberlândia-MG, no período de 12 (doze) horas, das 7h às 19h, ininterruptamente;

II - nas Agências da Receita Federal do Brasil (ARF), localizadas em Araguari, Ituiutaba, Patos de Minas e Patrocínio, no período 4 horas, das 13h às 17h, ininterruptamente.

Parágrafo único. Os endereços das unidades de atendimento e os respectivos horários de funcionamento estarão disponíveis no sítio da RFB na Internet.

Art. 2º O gerenciamento do atendimento, a definição das grades de horários de agendamento e liberação de senhas presenciais competem às Chefias do CAC e ao Chefes das Agências, respectivamente, ou, em sua falta, a seus substitutos, e serão realizados considerando a demanda e a capacidade de atendimento.

Art. 3º O atendimento dar-se-á mediante prévio agendamento de senha, pelo endereço eletrônico da RFB na internet, ou através do telefone 146 ou por outro meio disponibilizado pela RFB, e por retirada de senha presencial no setor de triagem.

§1º Haverá restrição à liberação de senhas agendadas para Pessoa Jurídica, quando o serviço solicitado estiver disponibilizado na página da RFB na internet.

§2º Serão disponibilizados no máximo 2 (dois) serviços por senha de atendimento.

§3º As senhas presenciais serão distribuídas:

I - de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00, no CAC;

II - de 13:00 às 16:30, nas Agências da Receita Federal do Brasil - ARF, localizadas em Araguari, Ituiutaba, Patos de Minas e Patrocínio.

§4º A distribuição das senhas presenciais será interrompida pelos responsáveis quando o número de senhas já distribuídas e de senhas previamente agendadas atingir o limite da capacidade operacional de atendimento.

§5º A interrupção poderá ser total, englobando todos os serviços atendidos, ou parcial, quando abranger apenas um ou determinado grupo de serviços.

§6º O contribuinte que possuir senha e se encontrar no interior das instalações de uma das unidades de atendimento após o horário de encerramento do expediente deverá ser atendido no mesmo dia.

Art. 4º O atendimento de serviços relativos às Pessoas Físicas deverá ser efetuado mediante prévio agendamento, exceto no caso de serviços relacionados ao CPF e ao CAFIR, os quais poderão ser efetuados por meio de retirada de senhas presenciais, no período estipulado no §3º do artigo 3º.

Art. 5º O atendimento de serviços relativos às Pessoas Jurídicas deverá ser efetuado exclusivamente mediante prévio agendamento, pela internet ou por outro meio disponibilizado pela RFB.

§1º A liberação de senhas presenciais para serviços relativos às Pessoas Jurídicas somente poderá ser efetuada quando o caso for urgente ou excepcional.

§2º A situação de urgência ou excepcionalidade a que se refere o parágrafo anterior deverá ser comprovada através de documentos hábeis para este fim, os quais deverão ser apresentados aos responsáveis pelo atendimento.

Art. 6º As unidades de atendimento que possuírem infraestratura física, tecnológica e de pessoal adequadas também prestarão serviços sob a forma de Autoatendimento Orientado, com disponibilização de estrutura de informática, espaço físico e orientações individualizadas aos cidadãos e pessoas jurídicas para acesso:

I - a informações e serviços disponíveis no sítio da RFB na Internet;

II - ao ambiente virtual de atendimento e-CAC;

III - a folhetos informativos e boletins.

§1º As pessoas físicas terão preferência e prioridade no Autoatendimento Orientado.

§2º O Autoatendimento Orientado não abrange o acesso a serviços disponíveis no ambiente virtual e-CAC que exijam certificação digital.

§3º O Autoatendimento Orientado será implantado, preferencialmente, em local próximo à triagem e em espaço que garanta a privacidade aos cidadãos e representantes das pessoas jurídicas e permita a supervisão de um atendente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 03/02/2020.

Art. 8º Fica revogada a Portaria DRF/UBL nº 02, de 11 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 14/01/2019.

VALTAIR SOARES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Declara habilitada ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap a pessoa jurídica que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA - SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA, com base na competência delegada pela Portaria DRF/Vitória/ES nº 196, de 27/12/2012 (DOU de 28/12/2012), no uso da atribuição conferida pelo artigo 569 da Instrução Normativa RFB nº 1.911,de 11de outubro de 2019, e lastreado no processo administrativo nº 13770.720428/2018-31, declara:

Art. 1º Fica concedida à empresa PBA SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA, CNPJ nº 07.214.630/0001-08, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, a habilitação necessária ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, instituído pela Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.649/2005.

Art. 2º O prazo para fruição do benefício de suspensão da exigibilidade da contribuição de que trata o art. 14 da Lei nº 11.196/2005 extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação ao Recap.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO SERGIO RAMOS NICOLAO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Divulga enquadramento no regime especial de apuração do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e alterações, e com fundamento no disposto pelo artigo 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, c/c o disciplinado pela Instrução Normativa SRF nº 91, de 21 de novembro de 2001, que tratam do regime especial de apuração do IPI relativa à parcela do frete cobrado pela prestação de serviços de transporte dos produtos que mencionam, em face do que consta do processo nº 13784.720334/2019-93, declara:

Art. 1º - Fica a pessoa jurídica, a seguir identificada, relativamente às operações de saída dos produtos relacionados no caput do art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, realizadas no ano-calendário 2020, enquadrada no regime especial a que se refere o inciso I do § 1º do dispositivo retro citado.

INTERESSADO: JAGUAR E LAND ROVER BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 10.313.717/0008-13

ENDEREÇO: Avenida Industrial Alda Bernardes de Faria e Silva, nº 1.555, Bairro: Jararaca

CEP: 27.580-000 - Itatiaia - RJ

Art. 2º - A pessoa jurídica obriga-se ao cumprimento das condições previstas nas alíneas a, b e c do inciso II do § 1º do art. 56 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, e das obrigações acessórias previstas no art. 477 do Decreto nº 7.212, de 2010, e art. 4º da Instrução Normativa nº 91, de 2001, sob pena de aplicação das penalidades previstas pela legislação tributária, inclusive a restituição dos créditos decorrentes do exercício do regime especial concedido.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reconhece a opção do regime especial de apuração do PIS/Pasep e da Cofins de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 340 - inc. III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e pelo art. 99, §2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, vigente à época de protocolização aos autos, e, considerando o que consta do processo nº 11707-721.026/2019-72, declara:

Art.1º. Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/Pasep e da Cofins de que o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: SAVANA GERAÇÃO DE ENERGIA S/A.

CNPJ: 11.151.033/0001-59

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Setembro/2019, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reconhece a opção do regime especial de apuração do PIS/Pasep e da Cofins de que trata a Instrução Normativa SRF nº 247/2002 pela pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 340 - inc. III do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e pelo art. 99, §2º da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, vigente à época de protocolização aos autos, e, considerando o que consta do processo nº 11707-721.042/2019-65, declara:

Art.1º. Reconhecer a opção pelo Regime Especial de apuração do PIS/Pasep e da Cofins de que o art. 47 da Lei nº 10.637/2002 c/c o art. 99 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, efetuada pela empresa abaixo identificada.

EMPRESA: GERAÇÃO CENTRAL EÓLICA RENASCENÇA I S/A.

CNPJ: 12.831.777/0001-87

PRAZO DE INÍCIO DO INCENTIVO: Setembro/2019, consoante o disposto no artigo 99, inciso II da Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, publicada no DOU de 26/11/2002.

Art. 2º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 340, incisos III e VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, retificada em 28 de dezembro de 2017, e tendo em vista o estabelecido nos arts. 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o que consta no dossiê nº 10010.028198/0716-38, declara:

Artigo 1º - Autorizar o fornecimento de 18.240 (Dezoito Mil Duzentos e Quarenta) selos de controle "Uísque/Amarelo", para produto estrangeiro a ser selado no exterior, ao contribuinte BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 59.104.737/0015-00, inscrito no Registro Especial para atividade de Importador de bebidas alcoólicas, sob nº 08124/080 - ADE nº 12, de 27 de Março de 2017, conforme pedidos protocolados em 29/11/2019 e 02/12/2019, de acordo com a tabela abaixo:

Marca Comercial	Características do produto	Unidades	Caixas
William Lawson's	Caixas com 12 garrafas de vidro não retornável de 1.000 ml de uísque de graduação alcoólica de 40%	11.400	950
Aberfeldy 16 YO	Caixas com 06 garrafas de vidro não retornável de 750 ml de uísque de graduação alcoólica de 40%	480	80
Dewar'15 YO	Caixas com 06 garrafas de vidro não retornável de 750 ml de uísque de graduação alcoólica de 40%	2.160	360
Dewar's White Label	Caixas com 12 garrafas de vidro não retornável de 750 ml de uísque de graduação alcoólica de 40%	4.200	350

Artigo 2º - O importador terá o prazo de quinze dias, contados da publicação deste Ato Declaratório Executivo, para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los nesta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Artigo 3º - Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o artigo 2º deste Ato Declaratório Executivo, fica sem efeito a autorização para a importação.

Artigo 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CELIA VENDRAMIN MARTINELLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Cancela Registro Especial de Controle de Papel Imune.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2008, na Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, e no processo administrativo nº 10840.723237/2019-42, declara:

Art. 1º CANCELADO o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº GP-08109/00063, concedido mediante Ato Declaratório Executivo nº 0034, de 16/02/2011, publicado no DOU em 18/02/2011, ao estabelecimento ROCHEDO CONSULTORIA E SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI, CNPJ nº 48.012.876/0001-84, situado na Rua Francisco Caetano Gaia, 358 - Bairro Lagoinha, na cidade de Ribeirão Preto/SP.

Art 2º Nos termos do artigo 12, da IN RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, o qualificado estabelecimento poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste ato que cancela o Registro Especial, apresentar recurso ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba-SP, sendo definitiva a decisão na esfera administrativa.

Art 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Declara o indeferimento da habilitação definitiva da pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto no art. 9ºA da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, nos arts. 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, na Portaria SRRF08 nº 412, de 01 de julho de 2019, na Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, na Portaria DRF Sorocaba nº 72, de 25 de setembro de 2019, e no processo administrativo nº 10100.013655/0419-35, declara:

Art. 1º INDEFERIDA a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, da seguinte pessoa jurídica:

Nome Empresarial:	LATICINIOS CAMPOS NOVOS LTDA
CNPJ:	68.116.607/0001-75
Processo MAPA:	21052.022666/2017-30
Prazo de execução:	01/01/2019 A 30/11/2019

Art. 2º Fica ciente a pessoa interessada que deve adotar os procedimentos constantes do artigo 644 da Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019, para regularizar a apuração dos seus tributos.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2020

Reconhece à empresa abaixo identificada o direito à redução do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 271 e 288, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e o constante do processo administrativo nº 10880.729724/2018-61, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, conforme incentivo fiscal estabelecido pela Medida Provisória (MP) n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Nome empresarial: ORMAZABAL DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA

Nº Inscrição no CNPJ : 03.572.323/0001-48

CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 03.572.323/0003-00

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2020

Reconhece à empresa abaixo identificada o direito à redução do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 271 e 288, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e o constante do processo administrativo nº 10880.742015/2018-71, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, conforme incentivo fiscal estabelecido pela Medida Provisória (MP) n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Nome empresarial: SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A

Nº Inscrição no CNPJ : 09.391.823/0001-60

CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 09.391.823/0002-40

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 288, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB n° 1.370, de 28 de junho de 2013, e o constante do processo administrativo nº 18186.725831/2014-36, resolve:

Art. 1º - Habilitar a pessoa jurídica a seguir identificada ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), de que trata a Instrução Normativa RFB n° 1.370, de 28 de junho de 2013:

Nome empresarial: Louis Dreyfus Company Brasil S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 47.067.525/0001-08

Setor: Transportes

Contrato: Contrato de Adesão nº 017/2014 da Secretaria de Portos da Presidência da República

Aprovação da Outorga: Resolução nº 2.427, de 21 de março de 2012, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 153, DE 7 DE JANEIRO DE 2020

Reconhece à empresa abaixo identificada o direito à redução do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 271 e 288, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e o constante do processo administrativo nº 18186.720005/2019-13, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais, conforme incentivo fiscal estabelecido pela Medida Provisória (MP) n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.

Nome empresarial: BRASILATA S/A EMBALAGENS METÁLICAS

Nº Inscrição no CNPJ : 61.160.438/0001-21

CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 61.160.438/0004-74

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.537, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), conjunto de artigos variados, utilizado em práticas de laboratório no decorrer do curso de engenharia de produção, apresentado em caixa-maleta de plástico (caixa com alça), constituído de: um multímetro digital, um micrômetro externo, um paquímetro, um alicate de bico, um alicate para corte diagonal, um cronômetro digital, um cooler de computador fan, um protoboard MB-102-830 furos, um suporte para pilhas, um módulo ultrassônico HC-SR04, um motor DC 6V, um arduíno módulo relé 5V, um Joystick arduíno 3 eixos, um display LCD 1602A, um motor passo 28BYJ, dez LED amarelo 5mm, dez LED vermelho 5mm, dez LED verde 5mm, três LDR, dez resistores 1.0k(ohm), dez resistores 1,2k(ohm), dez resistores 2,2k(ohm), um módulo VS 1838B, um sensor de temperatura LM35, um LED infravermelho, um display 7 seg YY3641BH, um display 7 seg 5611AH, uma matriz de display 1088BS, quatro push button, dois buzzer, dois sensores de inclinação HDX, um potenciômetro linear 10k(ohm), um circuito integrado SN74HC595N, um módulo RGB arduíno, um sensor de temperatura/umidade, um arduíno módulo MH-Real-Time Clock, um KY-038 sensor de som do microfone, um stepper motor X113647, um microservo 9g SG90, um sensor de profundidade de nível, um teclado matricial 4x4 - 16 botões, uma barra de pinos 40 vias, um módulo RFID - RC522, um controle remoto, um arduíno uno, um cabo 20cm - macho/fêmea, um conjunto jumper macho/macho, um cabo adaptador de bateria 9V, um cabo USB - arduíno uno e uma caixa interna. Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.

Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.549, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 7615.10.00

Mercadoria: Formas (assadeiras) de folha fina de alumínio com espessura de 0,050mm, descartáveis, de formato retangular, dimensões (C x L x A) de 160x 120 x 35mm e capacidade de 500ml, apresentadas com tampa de cartão em uma mesma embalagem, normalmente utilizadas na cozinha para acondicionar, preparar e servir alimentos.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 3 b) e RGI 6 da NCM constante na TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.550, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 7615.10.00

Mercadoria: Formas de folha fina de alumínio com espessura de 0,060mm, descartáveis, de formato retangular e com divisórias internas para separação dos alimentos, dimensões (C x L x A) de 285x 185 x 40mm e capacidade de 1.100ml, apresentadas com tampa de cartão em uma mesma embalagem, normalmente utilizadas na cozinha para acondicionar e servir alimentos, comercialmente denominadas "Bandeja 03 divisórias em T".

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 3 b) e RGI 6 da NCM constante na TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.556, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8529.10.11

Mercadoria: Antena para recepção de sinais de TV, constituída de refletor parabólico medindo 60cm de diâmetro, pedestal para sua fixação, suporte de ponto focal, peça de encaixe do amplificador de radiofrequência e elementos de montagem, apresentada incompleta (sem amplificador de baixo ruído e guia de ondas) e por montar.

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 da Seção XVI), RGI 2 a), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante na TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.557, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8481.80.19

Mercadoria: Torneira do tipo utilizado em cozinhas, de metal comum, contendo um único manípulo de comando.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante na TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.558, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8481.80.19

Mercadoria: Torneira do tipo utilizado em banheiros, de metal comum, com um ou dois manípulos de comando.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante na TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e em subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.596, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8543.70.99 sem enquadramento no Ex 01 da Tipi

Mercadoria: Leitor de livros digitais de 5,2 V, com funções auxiliares de marcação de textos, busca por títulos e categorias, organização em coleções, consulta a dicionários, anotações em blocos de notas e busca de conteúdo, dotado de tecnologia que possibilita sua sincronização com outros dispositivos, compatível com redes Wi-Fi, com capacidade de armazenamento de 4 ou 8 GB, tela de 6 polegadas antirreflexo e sensível ao toque, iluminação embutida de 4 diodos emissores de luz (LED), resolução 167 ppi, dimensões de 160 mm x 113 mm x 8,7 mm, acompanhado de cabo USB 2.0 para recarga e guia de início rápido.

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 3 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.597, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8543.70.99 sem enquadramento no Ex 01 da Tipi

Mercadoria: Leitor de livros digitais de 5,2 V, com funções auxiliares de marcação de textos, busca por títulos e categorias, organização em coleções, consulta a dicionários, anotações em blocos de notas e busca de conteúdo, dotado de tecnologia que possibilita sua sincronização com outros dispositivos, compatível com redes Wi-Fi, com capacidade de armazenamento de 8 ou 32 GB, tela de 7 polegadas antirreflexo, sensível ao toque e com botões de virada de página, iluminação embutida de 25 diodos emissores de luz (LED) com sensor de luz adaptável e ajuste da temperatura de luz, resolução 300 ppi, dimensões de 159 mm x 141 mm x 3,4-8,3 mm, acompanhado de cabo USB 2.0 para recarga e guia de início rápido.

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 3 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.598, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8543.70.99 sem enquadramento no Ex 01 da Tipi
Mercadoria: Leitor de livros digitais de 5,2 V, com funções auxiliares de marcação de textos, busca por títulos e categorias, organização em coleções, consulta a dicionários, anotações em blocos de notas e busca de conteúdo, dotado de tecnologia que possibilita sua sincronização com outros dispositivos, compatível com redes Wi-Fi, com capacidade de armazenamento de 8 ou 32 GB, tela de 6 polegadas antirreflexo e sensível ao toque, iluminação embutida de 5 diodos emissores de luz (LED), resolução 300 ppi, dimensões de 167 mm x 116 mm x 8,1 mm, acompanhado de cabo USB 2.0 para recarga e guia de início rápido.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 3 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.599, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 7018.20.00
Mercadoria: Microesferas de vidro, com diâmetros não superiores a um milímetro, próprias para promoverem a retrorrefletância, facilitando a visão noturna das faixas e pinturas da sinalização viária, também usadas em equipamentos para jateamento de peças.
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI-6 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.600, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8513.10.10
Mercadoria: Lanterna elétrica portátil de alumínio, em forma de caneta, para uso manual, destinada a funcionar por meio de sua própria fonte de energia, com lâmpada de diodos emissores de luz - LED, especialmente concebida para o diagnóstico das infecções de garganta, nariz e ouvidos.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI-6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.601, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 2005.99.00
Mercadoria: Alho granulado, desidratado e frito em óleo vegetal, para consumo humano, utilizado na culinária para temperar e dar sabor aos alimentos.
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.602, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 2008.11.00
Mercadoria: Pasta de amendoim constituída por amendoim torrado e moído.
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.604, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 1806.90.00
Mercadoria: Preparação composta de açúcar, óleo de algodão, óleo de palmiste refinado, licor de cacau, leite em pó, cacau em pó, emulsificante (lecitina de soja) e aromatizante, para consumo humano, diretamente ou misturada a outros alimentos, ou como ingrediente ou complemento na elaboração de gelados comestíveis diversos e sobremesas em geral, denominada "cobertura mágica de chocolate ao leite".
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.605, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 7308.90.10
Mercadoria: Cruzeta em forma de perfil tubular, de aço carbono (95,5%), com tratamento superficial de zinco (4,5%), com furos feitos após a formação do perfil, utilizada para sustentação e ancoragem dos cabos de transmissão das redes de distribuição de energia elétrica.
Dispositivos Legais: RGI 1, Nota 1, "a", do Capítulo 56, RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.606, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8714.10.00
Mercadoria: Embreagem de fricção para sistema de transmissão de motocicletas, cuja função é transmitir o movimento oriundo do motor para a caixa de marchas.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2-e da Seção XVII) e RGI 6, da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.607, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8714.10.00
Mercadoria: Garfo seletor, de aço, concebido para compor a caixa de marchas de motocicletas, com a função de mudar a marcha a cada vez que o piloto pressiona o pedal de câmbio.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2-e da Seção XVII) e RGI 6, da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.608, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 9019.10.00
Mercadoria: Aparelho de massagem em forma de almofada, elétrico, que atua por meio de vibração de pequenas esferas conjugada a aquecimento, com dimensões de 30 x 19 x 11 cm.
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6, da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.609, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8413.70.80
Mercadoria: Bomba periférica com motor elétrico incorporado, com vazão de 30 ou 50 litros/minuto e potência de 1/2 ou 1,0 cv, respectivamente.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1, da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.610, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3926.90.90 sem enquadramento em Ex da Tipi
Mercadoria: Capa protetora para automóveis, constituída de folhas de plástico costuradas e soldadas, com elástico nas bordas, própria para envolver o veículo quando estacionado.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1, da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788/2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.611, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Mercadoria: Não se configura em sortido acondicionado para venda a retalho, nos termos da RGI 3 b), o conjunto de artigos variados, utilizado por alunos em curso para aprendizagem de montagem, integração e medição dos sinais elétricos/eletrônicos de componentes eletrônicos e mecânicos, apresentado em caixa-maleta de papelão (caixa com alça), especialmente desenhada para ele, constituído de: 1) um osciloscópio USB; 2) quarenta e sete circuitos integrados; 3) dois multiplexadores digitais; 4) dois contadores digitais ; 5) dois mono multivibradores; 6) dez amplificadores operacionais; 7) três reguladores de tensão; 8) dois PCB universal; 9) vinte e quatro transistores; 10) três led infravermelho; 11) três fototransistores; 12) dois led vermelhos; 13) vinte e três diodos; 14) três cristais; 15) dois soquetes; 16) dois dissipadores de alumínio; 17) dois sensores de temperatura; 18) dois semicondutores; 19) um amplificador de áudio; 20) um motor de corrente contínua; 21) um cooler de computador; 22) um transformador laminado e 23) um gerador de sinais.
Cada componente segue o seu próprio regime de classificação.
Dispositivos Legais: RGI-1 e RGI-3 b) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.612, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8517.62.77
Mercadoria: Aparelho eletrônico, denominado "alto-falante inteligente", de freqüência de 1,91 a 2,4 GHz, que utiliza as tecnologias sem fio wi-fi, bluetooth e DECT, cuja função principal é, ligado à internet, proporcionar a interação com os aplicativos da "nuvem" por comando de voz, ou seja, receber e enviar informações recebidas pelos microfones e transformá-las em dados digitais, através de seu processador de sinais, para uma "nuvem", onde está um aplicativo, que transforma essas informações recebidas em comandos e as devolve para os diversos equipamentos compatíveis com o aplicativo (geladeira, forno, aspirador de pó, ligações telefônicas, controle de lâmpadas, abertura de portas etc). O aparelho também permite acessar diversas informações on-line (meteorologia, trânsito, notícias etc), bem como reproduzir músicas.

Dispositivos Legais: RGI 1 (Notas 3 e 5 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.613, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8517.62.77
Mercadoria: Aparelho eletrônico emissor com receptor incorporado, digital, denominado "caixa de som inteligente", de freqüência de 2,4 ou 5 GHz, com tela "touch" na parte superior, conectividade sem fio (wi-fi e bluetooth), cuja função principal é de operar como dispositivo de comunicação, e que, após o pareamento com outros produtos do mesmo fabricante e por meio de comandos de voz do usuário, emite e recebe dados, e com suporte de assistente virtual, proporciona reprodução de áudio, consulta a notícias, boletins de trânsito e previsão do tempo, agendamento de compromissos, programação de alarmes, entre outras atividades; funcionando, ainda, como controlador, por meio do software do fabricante, de todos os dispositivos compatíveis com a tecnologia sem fio (tomadas, lâmpadas, portão da garagem, trava de porta, termostato, entre outros).
Dispositivos Legais: RGI 1 (Notas 3 e 5 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.614, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 2401.30.00
Mercadoria: Resíduos de tabaco, constituído por fragmentos de talo e lâminas provenientes da manipulação pelo produtor rural das folhas de tabaco secas, submetidos a processos de classificação e retirada de impurezas, mas ainda não prontos para consumo final como artigos ou produtos de tabaco.
Dispositivos Legais: RGI 1 (texto da posição 24.01) e RGI 6 (texto da subposição 2401.30.00) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.615, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8714.10.00
Mercadoria: Aro de roda raiada, em aço inoxidável, utilizado em motocicletas, motonetas e ciclomotores.
Dispositivos Legais: RGI 1 (texto da posição 87.14) e RGI 6 (texto da subposição 8714.10.00) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.616, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3824.99.79
Mercadoria: Bloco de zircônia dentária, pré-sinterizado, de forma redonda, com diâmetro de 98,5 mm, composto principalmente por dióxido de zircônio e pequenas quantidades de outros óxidos metálicos, utilizado para fabricação de dentes artificiais e em restaurações dentárias.
Dispositivos Legais: RGI 1 (texto da posição 38.24), RGI 6 (textos da subposição de 1º nível 3824.9 e da subposição de 2º nível 3824.99) e RGC 1 (textos do item 3824.99.7 e do subitem 3824.99.79) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.617, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 4818.90.90
Mercadoria: Panos de limpeza reutilizáveis, constituídos por 80%, em peso, de fibras de celulose (pasta de madeira) e 20%, em peso, de fibras descontínuas de polipropileno, gramatura aproximada de 60 g/m², apresentados em rolo de 11 m, com largura de 21,5 cm, picotados a cada 22 cm (total de 50 panos por rolo).
Dispositivos Legais: RGI/SH 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.618, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8418.69.99
Mercadoria: Equipamento para produção de frio (L x A x P: 59,5 cm x 82 cm x 57,5 cm), de compressão, próprio para conservação de bebidas, principalmente espumantes e vinhos, com porta frontal em vidro.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.619, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8418.69.99
Mercadoria: Equipamento para produção de frio (L x A x P: 59,5 cm x 82 cm x 57,5 cm), de compressão, próprio para conservação de bebidas, principalmente cervejas, com porta frontal em vidro.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.620, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 2106.90.90
Mercadoria: Preparação com sabor artificial de chocolate branco, composta de açúcar (43,45%), óleo de algodão (33,50%), óleo de palmiste refinado (12,00%), leite em pó (7,50%), manteiga de cacau (2,50%), emulsificante (lecitina de soja), aromatizante e corantes artificiais, para consumo humano, diretamente ou misturada a outros alimentos, ou como ingrediente ou complemento na elaboração de gelados, comestíveis diversos e sobremesas em geral, denominada "cobertura mágica". A preparação pode apresentar-se na forma líquida, pastosa ou semi-pastosa, dependendo da temperatura ambiente.
Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

IVANA SANTOS MAYER
Vice-Presidente da 1ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.621, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3920.10.99
Mercadoria: Folha de matéria plástica, não alveolar, constituída de mistura polimérica de copolímero de etileno-acetato de vinila (EVA) e polietileno de baixa densidade, apresentada em rolos, com larguras de 1,22 a 1,50 m e espessuras de 1,8 a 12 mm.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 10 do Capítulo 39), RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3918.90.00
Mercadoria: Revestimento de piso de encaixe, em placas de 1 x 1 m e espessura de 20 mm, de mistura polimérica de copolímero de etileno-acetato de vinila e polietileno de baixa densidade, denominado comercialmente "Tatame".
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.623, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8548.90.90
Mercadoria: Display LCD de 2.4" com tecnologia TFT (Thin Film Transistor), com camada resistiva sensível ao toque integrada (touchscreen), com dimensões de 60 x 43 x 4 mm. É uma parte que serve indistintamente para várias categorias de máquinas ou aparelhos incluídos em diferentes posições da NCM.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 2 "c" da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.624, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8431.39.00
Mercadoria: Dispositivo próprio para ser montado na extremidade do braço de robô industrial de manipulação de artigos produzidos em máquina injetora de plástico (mão do robô), com função de pegar a peça produzida por meio de suas ventosas para que seja retirada do interior da injetora e movimentada para a mesa de trabalho. É denominado comercialmente como "máscara para robôs".
Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.625, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3926.40.00
Mercadoria: Cachepô de plástico com as seguintes dimensões: tamanho pequeno (P): 10x12x12 cm; tamanho médio (M): 13x16x16 cm; tamanho grande (G): 16x20x20 cm.
Dispositivos Legais: RGI 1 (texto da posição 39.26) e RGI 6 (texto da subposição 3926.40), da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.626, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 3926.90.90 sem enquadramento nos Ex da Tipi

Mercadoria: Vaso de plástico com prato acoplado por encaixe, próprio para o cultivo de plantas, com as seguintes dimensões: tamanho pequeno (P): 10x12x12 cm; tamanho médio (M): 13x16x16 cm; tamanho grande (G): 16x20x20 cm.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1, da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.627, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8483.40.90

Mercadoria: Conjunto de engrenagens do tipo planetária, própria para motor de partida de veículos automóveis, responsável pelo acionamento do impulsor, tornando o motor de partida mais potente.

Dispositivos Legais: RGI 1 (textos da Nota 2 a) da Seção XVI e da posição 84.83), RGI 6 (texto da subposição 8483.40) e RGC 1 (texto do item 8483.40.90) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 15 de dezembro de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016; e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.628, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho o conjunto de artigos, apresentado em embalagem única, constituído de um esterilizador não elétrico, de plástico, para mamadeiras e outros objetos, a vapor, para ser utilizado em micro-ondas, e quatro mamadeiras de plástico com respectivos bicos de silicone.

Cada componente segue seu próprio regime de classificação.

Dispositivos Legais: RGI 3 b) da NCM constante da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.629, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 8517.62.59

Mercadoria: Aparelho extensor USB, constituído por um transmissor e um receptor de sinais de dados, utilizado para extensão da distância de transmissão para até 50 metros. O transmissor recebe o sinal de dados, proveniente do conector USB de um dispositivo (teclado, impressora, webcam ou pen drive, por exemplo), codifica-o e transmite-o através de um cabo de rede (adquirido separadamente) até o receptor, que decodifica o sinal e envia-o a um outro dispositivo, também via USB.

Dispositivos Legais: RGI 1 (Notas 4 e 5 da Seção XVI), RGI 6 e RGC 1 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.630, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 6813.89.90

Mercadoria: Guarnição de fricção à base de carbono, sem conteúdo de amianto, apresentada em formato específico para ser montada em anel sincronizador de caixa de marchas de veículo automóvel para reduzir o desgaste da peça e melhorar o seu desempenho, comercialmente denominada "fita de carbono".

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.631, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 3403.99.00

Mercadoria: Fluido solúvel em água para usinagem geral de materiais ferrosos e não ferrosos, contendo emulsificantes, óleo vegetal lubrificante, tensoativo, quelante e água, mas isento de óleos minerais, próprio para prover refrigeração e lubrificação no contato das ferramentas com os materiais sob usinagem.

Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.632, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 3403.99.00

Mercadoria: Fluido solúvel em água para usinagem de ferro fundido e ligas de aço, contendo emulsificante, controlador de pH, quelante, umectante, inibidor de corrosão, biocida e água, mas isento de óleos minerais, próprio para prover refrigeração e lubrificação no contato das ferramentas com os materiais sob usinagem.

Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 6 da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016.

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES CASADO
Presidente da 5ª Turma

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO

ATO Nº 663, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Encerra a liquidação extrajudicial da Guarujá Veículos Administradora de Consórcios Ltda.

O Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil, no uso da competência delegada pelo art. 17, inciso V, do Regimento Interno, com fundamento no art. 39 da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, e no art. 19, inciso I, alínea "f", da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, e considerando o que mais consta no PE 157082, resolve :

Art. 1º Fica cessada a liquidação extrajudicial a que a GUARUJÁ VEÍCULOS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., CNPJ nº 48.699.607/0001-38, foi submetida pelo Ato do Presidente nº 1.171, de 12 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2010.

Art. 2º Fica dispensado o Senhor Jayme da Silva, carteira de identidade 3.490.533-9 - SSP/SP e CPF 091.658.008-34, do encargo de liquidante.

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 192, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.630131/2019-40, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de GUY CARPENTER & COMPANY CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA., CNPJ nº 45.887.171/0001-12, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme consta na 37ª Alteração de seu Contrato Social realizada em 1º de outubro de 2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 193, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o disposto no Anexo II da Resolução CNSP nº 330, de 15 de dezembro de 2015, e o que consta do processo Susep nº 15414.600770/2020-14, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de administrador da AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF, CNPJ nº 17.909.518/0001-45, com sede na cidade de Brasília - DF, conforme deliberado na 77ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SUSEP nº 172, de 20 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de janeiro de 2020, página 32, Seção 1, onde se lê: "09 de janeiro de 2020", leia-se: "20 de dezembro de 2019".

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 41, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, anexo I, do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e os §§ 2º e 5° do art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 52710.000421/2011-99, os termos da Parecer Técnico nº 287/2019 - COATE/CGTEC/SAP e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais decorrente das obrigações estabelecidas no inciso II do art. 4º da Resolução CAS n° 246, de 6 de novembro de 2008 e Resolução CAS n° 184, de 23 de setembro de 2009, e Processo Produtivo Básico regulamentado pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCT nº 139, de 7 de julho de 2009 e MDIC/MCT nº 238, de 8 de dezembro de 2010, que deveriam ter sido realizados pela empresa NACIONAL FILMES DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA S/A., produtora de PELÍCULA AUTO - ADESIVA DE PLÁSTICO PARA CONTROLE DE RAIOS SOLARES, EM ROLO, Código Padrão Suframa, 1670, no ano-base 2010; e

CONSIDERANDO a constatação de inadimplência da empresa NACIONAL FILMES DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA S/A referente a dispensa de etapas do Processo Produtivo Bruto (PPB) tendo como contrapartida cumprimento do compromisso de exportação e/ou de aplicação em atividades de pesquisa e desenvolvimento, na região Amazônica, previstos no Art. 3°, parágrafo único, da Portaria Interministerial n° MDIC/MCT nº 139, de 7 de julho de 2009, relativo ao ano-base de 2010.

CONSIDERANDO que foram esgotadas todas as providências para que a empresa se pronunciasse sobre a necessidade de regularização referente ao investimento em atividades de P&D, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 (noventa) dias, com base no art. 27, § 4º da Resolução CAS nº 71, de 2016, os incentivos fiscais concedidos à linha do produto PELÍCULA AUTO - ADESIVA DE PLÁSTICO PARA CONTROLE DE RAIOS SOLARES, EM ROLO, código padrão Suframa 1670, NCM: 39199010, 39199020 e 39199090, cujo projeto industrial foi aprovado nos termos das Resoluções CAS n° 246, de 6 de novembro de 2008 e CAS n° 184, de 23 de setembro de 2009, da empresa NACIONAL FILMES DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA S/A, beneficiária do incentivo previsto no art. 7º, § 4º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que se encontra inadimplente quanto aos investimentos em P&D previstos no Processo Produtivo Básico regulamentado pelas Portarias Interministeriais MDIC/MCT nº 139, de 7 de julho de 2009 e MDIC/MCT nº 238, de 8 de dezembro de 2010 e, Art. 4°, inciso II, da Resolução CAS n° 246, de 6 de novembro de 2008.

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidos os saldos devedores, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

BANCO DO BRASIL S/A
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE JANEIRO DE 2019

I. Data, Hora e Local: Às dezesseis horas do dia dois de janeiro de dois mil e dezenove, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu de forma virtual. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Werner Romera Suffert, Isabel da Silva Ramos, Nerylson Lima da Silva, Adalberto Santos de Vasconcelos e Arnaldo José Vollet. Secretário: Marcelo Romero Nicolino. III. Ordem do Dia: Reuniram-se os Srs. Conselheiros para: 1. Eleger o Sr. Pedro Bramont como Diretor da BB Seguridade Participações S.A., na vaga aberta em virtude da renúncia apresentada em 28.12.2018, com efeitos a partir do dia 30.12.2018, pelo Sr. Antonio Rugero Guibo. 2. Eleger o Sr. Pedro Bramont para o Comitê de Elegibilidade da BB Seguridade Participações S.A., na vaga aberta em virtude da renúncia apresentada em 28.12.2018, com efeitos a partir do dia 30.12.2018, pelo Sr. Antonio Rugero Guibo. IV. Deliberações: 1. O Sr. Pedro Bramont foi eleito Diretor da Companhia para a complementação do mandato 2016-2019, nos termos do Art. 21, item "a" do Estatuto Social da BB Seguridade, com posse no dia 02.01.2019, na vaga aberta em virtude da renúncia do Sr. Antonio Rugero Guibo. PEDRO BRAMONT, brasileiro, casado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01731125011, expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 008.472.469-22, com endereço no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília (DF). O Sr. Pedro Bramont passará a ocupar o cargo de Diretor de Governança, Riscos e Controle, conforme competência estabelecida para o Conselho de Administração no Art. 24, § 3º do Estatuto Social. 1. Ato contínuo, o Sr. Pedro Bramont foi eleito membro do Comitê de Elegibilidade, em complementação ao mandato 2017/2019, conforme competência estabelecida no Art. 33 § 1º do Estatuto Social, na vaga ocupada por um dos integrantes da Diretoria Executiva da BB Seguridade, nos termos do Art. 3º, inciso "III" do Regimento Interno do Comitê. V. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Marcelo Romero Nicolino, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. Marcelo Augusto Dutra Labuto, Werner Romera Suffert, Isabel da Silva Ramos, Adalberto Santos de Vasconcelos, Nerylson Lima da Silva e Arnaldo José Vollet. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 3 FOLHAS 01 A 02. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 01.02.2019 sob o número 1245334 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2019

I. Data, Hora e Local: Às dezessete horas do dia quinze de janeiro de dois mil e dezenove, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu de forma virtual. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Werner Romera Suffert, Isabel da Silva Ramos, Nerylson Lima da Silva, Adalberto Santos de Vasconcelos e Arnaldo José Vollet. Secretário: Marcelo Romero Nicolino. III. Ordem do Dia: Reuniram-se os Srs. Conselheiros para: 1. Eleger o Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe como Diretor-Presidente da BB Seguridade Participações S.A., na vaga ocupada, interinamente, pelo Sr. Werner Romera Suffert, conforme deliberação do Conselho de Administração em 27.11.2018. 2. Nomear o Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe membro do Conselho de Administração da BB Seguridade Participações S.A., na vaga ocupada, interinamente, pelo Sr. Werner Romera Suffert, conforme deliberação do Conselho de Administração em 27.11.2018. IV. Deliberações: 1. O Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe foi eleito Diretor-Presidente da Companhia, para a complementação do mandato 2016/2019, nos termos do Art. 21, item "a" do Estatuto Social da BB Seguridade, com posse no dia 21.01.2019. BERNARDO DE AZEVEDO SILVA ROTHE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 63.603.784-8, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 776.890.627-68, com endereço no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília (DF). 2. Ato contínuo, o Sr. Bernardo de Azevedo Silva Rothe foi nomeado membro do Conselho de Administração, em complementação ao mandato 2017/2019, na vaga destinada a ser ocupada pelo Diretor-Presidente da Companhia, em acordo com o disposto no Art. 14 § 2º, inciso "i" do Estatuto Social, com posse no dia 21.01.2019. 3. Conforme definido pelo Conselho de Administração em 27.11.2018, o Sr. Werner Romera Suffert deixará de acumular, à partir de 21.01, o cargo de Diretor-Presidente. V. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Marcelo Romero Nicolino, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. Marcelo Augusto Dutra Labuto, Werner Romera Suffert, Isabel da Silva Ramos, Adalberto Santos de Vasconcelos, Nerylson Lima da Silva e Arnaldo José Vollet. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO3 FOLHAS 03 A 04. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 07.02.2019 sob o nº 1246674 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2019

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezenove, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Adalberto Santos de Vasconcelos e Arnaldo José Vollet. Ausentes, por motivos justificados, a Sra. Isabel da Silva Ramos e o Sr. Nerylson Lima da Silva, manifestaram os seus votos por escrito aprovando os itens em deliberação, conforme previsto no Caput do Art. 5º do Regimento Interno do Conselho de Administração. Secretário: Marcelo Romero Nicolino. (...) IV. Deliberações: O Conselho de Administração aprovou: (...) 2. A eleição do Sr. Roberto Lamb para o Comitê de Auditoria da BB Seguridade, na vaga destinada à indicação da conselheira de administração representante dos acionistas minoritários, conforme disposto no Art. 31, § 2, inciso "I" do Estatuto Social. ROBERTO LAMB, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3004212902, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 009.352.630-04, com endereço na Avenida Carlos Gomes nº 777, Porto Alegre (RS). Prazo de mandato: 24.01.2019 a 24.01.2022. (...) VII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Marcelo Romero Nicolino, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. Marcelo Augusto Dutra Labuto, Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Isabel da Silva Ramos, Adalberto Santos de Vasconcelos, Nerylson Lima da Silva e Arnaldo José Vollet. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 3 FOLHAS 05 A 07. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 27.02.2019 sob o nº 1252935 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 2019

I. Data, Hora e Local: Às dez horas do dia oito de fevereiro de dois mil e dezenove, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Arnaldo José Vollet, Isabel da Silva Ramos e Nerylson Lima da Silva. O Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos ausentou-se por motivos justificados. Secretária: Patricia Rachel Andrioni. (...) IV. Reunião: O Conselho de Administração reuniu-se: 1. Com a KPMG Auditores Independentes, conforme previsto no Art. 177, § 3º da Lei 6.404/76. 2. Com o Comitê de Auditoria, conforme previsto no Art. 11º, inciso II e no Art. 2º, alínea "a" do Regimento Interno do Coaud. 3. Com o Conselho Fiscal, conforme previsto no Art. 4º, inciso VI e no Caput do Art. 14 do Regimento Interno do CF. V. Aprovação: O Conselho de Administração aprovou: 1. As Demonstrações Contábeis do exercício 2018 e o Relatório de Administração, mediante as manifestações, sem quaisquer ressalvas, da Auditoria Externa KPMG, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, conforme Nota Técnica 2019/0042. (...) VII. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Patricia Rachel Andrioni, Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. Marcelo Augusto Dutra Labuto, Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Isabel da Silva Ramos, Adalberto Santos de Vasconcelos, Nerylson Lima da Silva e Arnaldo José Vollet. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 3 FOLHAS 08 A 09. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 20.03.2019 sob o nº 1258038 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2019

I. Data, Hora e Local: Às dezessete horas do dia onze de fevereiro de dois mil e dezenove, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu de forma virtual. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Isabel da Silva Ramos, Nerylson Lima da Silva, Adalberto Santos de Vasconcelos e Arnaldo José Vollet. Secretário: Marcelo Romero Nicolino.III. Ordem do Dia: Reuniram-se os Srs. Conselheiros para: 1. Eleger o Sr. Arnaldo José Vollet para o Comitê de Elegibilidade ("CE") da BB Seguridade Participações S.A., na vaga aberta em virtude da renúncia apresentada em 31.12.2018 pelo Sr. Gueitiro Matsuo Genso. IV. Deliberações: 1. O Sr. Arnaldo José Vollet foi eleito membro do Comitê de Elegibilidade, em complementação ao mandato 2017/2019, conforme competência estabelecida no Art. 33 § 1º do Estatuto Social, na vaga destinada a ser ocupada por um dos integrantes do Conselho de Administração da BB Seguridade, nos termos do Art. 3º, inciso "I" do Regimento Interno do CE, com posse no dia 11.02.2019. ARNALDO JOSÉ VOLLET, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade nº 9.208.006-8, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 375.560.618-68, com endereço na Rua Pereira da Silva nº 492, apto 801, Laranjeiras, Rio de Janeiro (RJ). Prazo de mandato: 11.02.2019 a 04.09.2019. Registro: O conselheiro Sr. Arnaldo José Vollet absteve-se de votar nesta matéria. V. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, Marcelo Romero Nicolino, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 3 FOLHAS 10 A 11. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 03.04.2019 sob o nº 1262044 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 91, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 850/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.045747/2015-81.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Cenecista de Senhor do Bonfim (código 4005), credenciada pela Portaria MEC nº 1.283, de 28 de dezembro de 2007, publicada em 31 de dezembro de 2007, situada na Avenida Dr. Simões Filho, nº 222, Centro, no município de Senhor do Bonfim, estado da Bahia, mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (código 407).

Art. 3º Fica ao encargo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (código 407), CNPJ nº 33.621.384/0001-19, situada na Avenida Dom Pedro I, nº 426, Centro, no município de João Pessoa, estado da Paraíba, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 92, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; e as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 858/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo nº 23000.034943/2015-21.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdades Integradas de São Paulo (cód. 1097), credenciada pela Portaria MEC nº 140, de 19 de fevereiro de 1998, publicada em 25 de fevereiro de 1998, situada na Rua Tagua, nº 150, Liberdade, no município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pela União Educacional de São Paulo Ltda (cód. 765), CNPJ nº 73.671.067/0001-21.

Art. 3º Fica ao encargo da União Educacional de São Paulo Ltda (cód. 765), CNPJ nº 73.671.067/0001-21, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

RETIFICAÇÃO

O Anexo I à Portaria Interministerial nº 4, de 27 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2019, Seção 1, páginas 244 a 246, passa a vigorar conforme anexo abaixo:

ANEXO I (*)

Valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - 2020

Valor anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica (Art. 15, III, da lei nº 11.494/2007) - R$1,00

UF	ENSINO PÚBLICO																	
	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL					ENSINO MÉDIO				AEE	EDUCAÇÃO		EJA	
	CRECHE INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	SÉR. INICIAIS URBANA	SÉR. INICIAIS RURAL	SÉR. FINAIS URBANA	SÉR. FINAIS RURAL	TEMPO INTEGRAL	URBANO	RURAL	TEMPO INTEGRAL	INT. ED. PROFIS-SIONAL		ESPECIAL	INDÍG./ QUIL.	AVAL. PROCES-SO	INT. ED. PROFIS-SIONAL
AC	5.361,67	5.361,67	4.949,23	4.536,80	4.124,36	4.743,01	4.536,80	4.949,23	5.361,67	5.155,45	5.361,67	5.361,67	5.361,67	4.949,23	4.949,23	4.949,23	3.299,49	4.949,23
AL	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.007,47	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.553,94	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.371,79	4.371,79	2.914,52	4.371,79
AM	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.007,47	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.553,94	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.371,79	4.371,79	2.914,52	4.371,79
AP	5.970,53	5.970,53	5.511,26	5.051,98	4.592,71	5.281,62	5.051,98	5.511,26	5.970,53	5.740,89	5.970,53	5.970,53	5.970,53	5.511,26	5.511,26	5.511,26	3.674,17	5.511,26
BA	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.007,47	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.553,94	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.371,79	4.371,79	2.914,52	4.371,79
CE	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.007,47	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.553,94	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.371,79	4.371,79	2.914,52	4.371,79
DF	5.512,31	5.512,31	5.088,28	4.664,26	4.240,24	4.876,27	4.664,26	5.088,28	5.512,31	5.300,29	5.512,31	5.512,31	5.512,31	5.088,28	5.088,28	5.088,28	3.392,19	5.088,28
ES	5.075,06	5.075,06	4.684,67	4.294,28	3.903,89	4.489,47	4.294,28	4.684,67	5.075,06	4.879,86	5.075,06	5.075,06	5.075,06	4.684,67	4.684,67	4.684,67	3.123,11	4.684,67
GO	5.249,50	5.249,50	4.845,70	4.441,89	4.038,08	4.643,79	4.441,89	4.845,70	5.249,50	5.047,60	5.249,50	5.249,50	5.249,50	4.845,70	4.845,70	4.845,70	3.230,46	4.845,70
MA	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.007,47	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.553,94	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.371,79	4.371,79	2.914,52	4.371,79
MG	5.129,25	5.129,25	4.734,70	4.340,14	3.945,58	4.537,42	4.340,14	4.734,70	5.129,25	4.931,98	5.129,25	5.129,25	5.129,25	4.734,70	4.734,70	4.734,70	3.156,46	4.734,70
MS	5.260,38	5.260,38	4.855,74	4.451,09	4.046,45	4.653,41	4.451,09	4.855,74	5.260,38	5.058,06	5.260,38	5.260,38	5.260,38	4.855,74	4.855,74	4.855,74	3.237,16	4.855,74
MT	5.102,06	5.102,06	4.709,60	4.317,13	3.924,66	4.513,36	4.317,13	4.709,60	5.102,06	4.905,83	5.102,06	5.102,06	5.102,06	4.709,60	4.709,60	4.709,60	3.139,73	4.709,60
PA	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.007,47	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.553,94	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.371,79	4.371,79	2.914,52	4.371,79
PB	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.007,47	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.553,94	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.371,79	4.371,79	2.914,52	4.371,79
PE	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.007,47	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.553,94	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	4.371,79	4.371,79	2.914,52	4.371,79
PI	4.747,93	4.747,93	4.382,71	4.017,48	3.643,16	4.189,63	4.007,47	4.371,79	4.736,10	4.565,32	4.747,93	4.747,93	4.747,93	4.382,71	4.382,71	4.382,71	2.892,81	4.339,21
PR	5.141,31	5.141,31	4.745,82	4.350,34	3.954,85	4.548,08	4.350,34	4.745,82	5.141,31	4.943,56	5.141,31	5.141,31	5.141,31	4.745,82	4.745,82	4.745,82	3.163,88	4.745,82
RJ	4.825,30	4.825,30	4.454,13	4.082,95	3.711,77	4.268,54	4.082,95	4.454,13	4.825,30	4.639,72	4.825,30	4.825,30	4.825,30	4.454,13	4.454,13	4.454,13	2.969,42	4.454,13
RN	4.945,04	4.945,04	4.564,66	4.184,27	3.803,88	4.374,46	4.184,27	4.564,66	4.945,04	4.754,85	4.945,04	4.945,04	4.945,04	4.564,66	4.564,66	4.564,66	3.043,10	4.564,66
RO	5.415,81	5.415,81	4.999,21	4.582,61	4.166,01	4.790,91	4.582,61	4.999,21	5.415,81	5.207,51	5.415,81	5.415,81	5.415,81	4.999,21	4.999,21	4.999,21	3.332,81	4.999,21
RR	6.608,06	6.608,06	6.099,75	5.591,43	5.083,12	5.845,59	5.591,43	6.099,75	6.608,06	6.353,90	6.608,06	6.608,06	6.608,06	6.099,75	6.099,75	6.099,75	4.066,50	6.099,75
RS	6.293,46	6.293,46	5.809,35	5.325,23	4.841,12	5.567,29	5.325,23	5.809,35	6.293,46	6.051,40	6.293,46	6.293,46	6.293,46	5.809,35	5.809,35	5.809,35	3.872,90	5.809,35
SC	5.648,49	5.648,49	5.213,99	4.779,49	4.344,99	4.996,74	4.779,49	5.213,99	5.648,49	5.431,24	5.648,49	5.648,49	5.648,49	5.213,99	5.213,99	5.213,99	3.475,99	5.213,99
SE	5.480,61	5.480,61	5.059,02	4.637,44	4.215,85	4.848,23	4.637,44	5.059,02	5.480,61	5.269,81	5.480,61	5.480,61	5.480,61	5.059,02	5.059,02	5.059,02	3.372,68	5.059,02
SP	5.530,42	5.530,42	5.105,00	4.679,58	4.254,17	4.892,29	4.679,58	5.105,00	5.530,42	5.317,71	5.530,42	5.530,42	5.530,42	5.105,00	5.105,00	5.105,00	3.403,33	5.105,00
TO	5.848,85	5.848,85	5.398,93	4.949,02	4.499,11	5.173,98	4.949,02	5.398,93	5.848,85	5.623,89	5.848,85	5.848,85	5.848,85	5.398,93	5.398,93	5.398,93	3.599,29	5.398,93
BR																		

UF	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS										Estimativa de Receitas FUNDEB 2020 (Art. 15, I e II, da Lei nº11.494/2007) R$ mil		
	CRECHE INTE-GRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA								
					ENSINO FUND. SÉR. FINAIS RURAL	ENSINO MÉDIO RURAL	ENSINO MÉDIO INT. ED. PROFIS.	EDUC. INDÍG./ QUIL.	EJA - AVAL. NO PROCES-SO	EJA - INT. ED. PROFIS. DE NÍVEL MÉDIO	CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	COMPLEM. DA UNIÃO (1)	TOTAL DA RECEITA ESTIMADA
AC	4.536,80	3.299,49	5.361,67	4.536,80	5.361,67	5.361,67	5.361,67	4.949,23	3.299,49	4.949,23	1.150.404,50	-00	1.150.404,50
AL	4.007,47	2.914,52	4.736,10	4.007,47	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	2.914,52	4.371,79	2.333.982,60	517.789,20	2.851.771,80
AM	4.007,47	2.914,52	4.736,10	4.007,47	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	2.914,52	4.371,79	3.038.166,10	1.259.483,80	4.297.649,90
AP	5.051,98	3.674,17	5.970,53	5.051,98	5.970,53	5.970,53	5.970,53	5.511,26	3.674,17	5.511,26	991.435,10	-00	991.435,10
BA	4.007,47	2.914,52	4.736,10	4.007,47	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	2.914,52	4.371,79	9.443.051,00	2.406.896,90	11.849.948,00
CE	4.007,47	2.914,52	4.736,10	4.007,47	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	2.914,52	4.371,79	5.430.383,30	1.754.675,00	7.185.058,30
DF	4.664,26	3.392,19	5.512,31	4.664,26	5.512,31	5.512,31	5.512,31	5.088,28	3.392,19	5.088,28	2.171.861,90	-00	2.171.861,90
ES	4.294,28	3.123,11	5.075,06	4.294,28	5.075,06	5.075,06	5.075,06	4.684,67	3.123,11	4.684,67	3.250.124,90	-00	3.250.124,90
GO	4.441,89	3.230,46	5.249,50	4.441,89	5.249,50	5.249,50	5.249,50	4.845,70	3.230,46	4.845,70	5.291.877,50	-00	5.291.877,50
MA	4.007,47	2.914,52	4.736,10	4.007,47	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	2.914,52	4.371,79	4.130.037,30	3.236.820,70	7.366.858,00
MG	4.340,14	3.156,46	5.129,25	4.340,14	5.129,25	5.129,25	5.129,25	4.734,70	3.156,46	4.734,70	16.072.923,80	-00	16.072.923,80
MS	4.451,09	3.237,16	5.260,38	4.451,09	5.260,38	5.260,38	5.260,38	4.855,74	3.237,16	4.855,74	2.691.902,80	-00	2.691.902,80
MT	4.317,13	3.139,73	5.102,06	4.317,13	5.102,06	5.102,06	5.102,06	4.709,60	3.139,73	4.709,60	3.336.822,60	-00	3.336.822,60
PA	4.007,47	2.914,52	4.736,10	4.007,47	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	2.914,52	4.371,79	4.649.153,40	3.730.801,10	8.379.954,40
PB	4.007,47	2.914,52	4.736,10	4.007,47	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	2.914,52	4.371,79	2.950.801,40	132.668,90	3.083.470,30
PE	4.007,47	2.914,52	4.736,10	4.007,47	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.371,79	2.914,52	4.371,79	6.206.718,40	554.111,50	6.760.829,80
PI	4.017,48	2.921,81	4.747,93	4.017,48	4.736,10	4.736,10	4.736,10	4.382,71	2.892,81	4.382,71	2.481.419,90	615.951,30	3.097.371,30
PR	4.350,34	3.163,88	5.141,31	4.350,34	5.141,31	5.141,31	5.141,31	4.745,82	3.163,88	4.745,82	9.456.034,90	-00	9.456.034,90
RJ	4.082,95	2.969,42	4.825,30	4.082,95	4.825,30	4.825,30	4.825,30	4.454,13	2.969,42	4.454,13	9.940.827,80	-00	9.940.827,80
RN	4.184,27	3.043,10	4.945,04	4.184,27	4.945,04	4.945,04	4.945,04	4.564,66	3.043,10	4.564,66	2.684.486,30	-00	2.684.486,30
RO	4.582,61	3.332,81	5.415,81	4.582,61	5.415,81	5.415,81	5.415,81	4.999,21	3.332,81	4.999,21	1.665.184,80	-00	1.665.184,80
RR	5.591,43	4.066,50	6.608,06	5.591,43	6.608,06	6.608,06	6.608,06	6.099,75	4.066,50	6.099,75	839.008,30	-00	839.008,30
RS	5.325,23	3.872,90	6.293,46	5.325,23	6.293,46	6.293,46	6.293,46	5.809,35	3.872,90	5.809,35	10.138.754,80	-00	10.138.754,80
SC	4.779,49	3.475,99	5.648,49	4.779,49	5.648,49	5.648,49	5.648,49	5.213,99	3.475,99	5.213,99	6.542.154,60	-00	6.542.154,60
SE	4.637,44	3.372,68	5.480,61	4.637,44	5.480,61	5.480,61	5.480,61	5.059,02	3.372,68	5.059,02	1.964.240,10	-00	1.964.240,10
SP	4.679,58	3.403,33	5.530,42	4.679,58	5.530,42	5.530,42	5.530,42	5.105,00	3.403,33	5.105,00	37.202.267,60	-00	37.202.267,60
TO	4.949,02	3.599,29	5.848,85	4.949,02	5.848,85	5.848,85	5.848,85	5.398,93	3.599,29	5.398,93	1.825.955,40	-00	1.825.955,40
BR											157.879.981,30	14.209.198,30	172.089.179,60

(1) 90% do total anual (art. 4º, § 2º, da Lei 11.494/2007)

(*)Retificado quanto ao valor anual por aluno para as instituições conveniadas com formação por alternância nos segmentos de Ensino Fundamental - Séries Finais Rural, Ensino Médio Rural e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3, de 17 de janeiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 20 de janeiro de 2020, seção 1, pág. 65, onde se lê: "decide o Processo nº 23709.000025/2019-79", leia-se: "decide o Processo nº 23709.000025/2018-79".

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

Cria a estrutura organizacional mínima para o funcionamento da Universidade Federal de Catalão, até a aprovação de seu estatuto

A REITORA PRO TEMPORE DA UFCAT, no uso das atribuições que lhe conferem o § 1º do art. 11 da Lei n.º 13.634, de 20 de março de 2018, e a Portaria MEC n.º 2.119, de 10 de dezembro de 2019, e considerando,

a) a necessidade de cadastro da UFCAT no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal (Siorg);

b) a necessidade de estabeler uma estrutura organizacional mínima para o funcionamento da UFCAT até a aprovação de seu estatuto;

c) a resolução CONSUNI 0023R/2014, que estabelece as Unidades Acadêmicas Especiais e Coordenações na Regional Catalão/UFG;

d) a resolução COGESTOR/RC 006/2017, que formaliza a estruturação de órgãos suplementares e administrativos da Regional Catalão/UFG, resolve:

Art. 1º Criar a estrutura organizacional mínima para o funcionamento da Universidade Federal de Catalão, até a aprovação de seu estatuto, compondo-se de:

I - Unidades Colegiadas:

i.i - Conselho de Curadores;

i.ii - Conselho Universitário; e

i.iii - Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura.

II - Unidades Administrativas:

ii.i - Gabinete da Reitoria:

ii.i.i - Comissões Permanentes;

ii.i.ii - Ouvidoria;

ii.i.iii - Procuradoria;

ii.i.iv - Diretoria de Planejamento, Gestão e Governança;

ii.i.v - Diretoria de Infraestrutura;

ii.i.vi - Diretoria de Tecnologia da Informação; e

ii.i.vii - Assessorias Especiais.

ii.ii - Pró-Reitorias:

ii.ii.i - Pró-Reitoria de Graduação;

ii.ii.ii - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

ii.ii.iii - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura;

ii.ii.iv - Pró-Reitoria de Admistração e Finanças;

ii.ii.v - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; e

ii.ii.vi - Pró-Reitoria de Políticas Estudantis.

ii.iii - Unidades Acadêmicas:

ii.iii.i - Unidade Acadêmica de Engenharias;

ii.iii.ii - Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios;

ii.iii.iii - Unidade Acadêmica de Bio-Tecnologia;

ii.iii.iv - Unidade Acadêmica de História e Ciências Sociais;

ii.iii.v - Unidade Acadêmica de Física;

ii.iii.vi - Unidade Acadêmica de Química;
ii.iii.vii - Unidade Acadêmica de Matemática e Tecnologia;
ii.iii.vii - Unidade Acadêmica de Letras e Linguítica;
ii.iii.ix - Unidade Acadêmica de Educação; e
ii.iii.x - Unidade Acadêmica de Geografia.
ii.iv - Órgãos Suplementares:
ii.iv.i - Coordenação de Assuntos Internacionais;
ii.iv.ii - Bibliotecas;
ii.iv.iii - Museus e Arquivos;
ii.iv.iv - Coordenação de Ensino a Distância;
ii.iv.v - Núcleo de Acessibilidade;
ii.iv.vi - Editora; e
ii.iv.vii - Hospital Ensino.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ROSELMA LUCCHESE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 124, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:
Alterar a estrutura organizacional do Departamento de Tecnologia Rural - DTR, conforme Resolução nº 083/2019 - CONSU, de 22/07/2019, nos moldes do quadro abaixo (Processo UFRPE nº 23082.013811/2019-21):

ESTRUTURA ANTERIOR		ESTRUTURA ATUAL Resolução nº83/2019	
FG-01	Diretoria do Departamento de Tecnologia Rural	FG-01	Diretoria do Departamento de Tecnologia Rural- DTR
S/FG	Secretaria do Diretoria do Departamento de Tecnologia Rural	------	Secretaria da Diretoria do Departamento de Tecnologia Rural - SEC.DTR
------	--------	------	Supervisão De Área Administrativa - Gestão de Pessoas - SAGP.DCFL
------	--------	------	Supervisão de área administrativa - Gestão de Instalações - SARHMA.DCFL
------	--------	------	Supervisão de área administrativa -Gestão da Comunicação - SAGC.DTR
------	--------	------	Supervisão de área administrativa - Gestão de Núcleos e Laboratórios - SAGNL.DTR
------	--------	------	Supervisão de área de conhecimento - Geotecnologias - SACG.DTR
------	--------	------	Supervisão de área de conhecimento -Tecnologia de Alimentos - SACTA.DTR
------	--------	------	Supervisão de área de conhecimento -Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SACRH.DCFL
------	--------	------	Supervisão de área de conhecimento -Gastronomia - SACG.DCFL
------	--------	------	Supervisão de área de conhecimento -Construções e Ambiência - SACG.DCFL
----	-------	------	Comissão de Ensino - CE.DTR
------	--------	------	Comissão de Pesquisa - CP.DTR
------	--------	------	Comissão de Extensão - CEX.DTR
------	--------	------	Comissão de Avaliação de Desempenho Acadêmico - CAPD. DTR
------	--------	------	Comissão de Avaliação de Desempenho Docente de Probatório e Estabilidade - CAPE. DTR
------	--------	------	Comissão de Planejamento - CP. DTR
------	--------	------	Laboratório de Alimentos - LA.DTR
------	--------	------	Laboratório de Construções Rurais - LCR.DTR
------	--------	------	Laboratório de Gastronomia - LG.DTR
------	--------	------	Laboratório de Saneamento - LS.DTR
------	--------	------	Laboratório de Geotecnologias - LG.DTR

Nº 125 ALTERAR a estrutura organizacional do Departamento de Pesca e Aquicultura - DEPAQ, conforme Resolução nº 079/2019 - CONSU, de 22/07/2019, nos moldes do quadro abaixo (Processo UFRPE nº 23082.012852/2019-09):

ESTRUTURA ANTERIOR		ESTRUTURA ATUAL Resolução nº079/2019	
CD-01	Diretoria do Departamento de Pesca e Aquicultura	CD-01	Diretoria do Departamento de Pesca e Aquicultura - DEPAQ
FG-06	Secretaria do Departamento de Pesca e Aquicultura	FG-06	Secretaria do Departamento de Pesca e Aquicultura - SEC.DEPAQ
FG - 04	Coordenador da Base de Psicultura	------	--------
FG-02	Coordenador da Base de Pesca Marinha	------	--------
------	--------	------	Supervisão de área de conhecimento -Aquicultura - SAQ.DEPAQ
------	--------	------	Supervisão de área de conhecimento -Ecologia - SECO.DEPAQ
------	--------	------	Supervisão de área de conhecimento - Pesca - SPES.DEPAQ
------	--------	------	Comissão de Ensino - CE.DEPAQ
------	--------	------	Comissão de Pesquisa - CP. DEPAQ
------	--------	------	Comissão de Extensão - CEX. DEPAQ
------	--------	------	Comissão de Avaliação de Desempenho Acadêmico - CAPD. DEPAQ
------	--------	------	Comissão de Avaliação de Desempenho Docente de Probatório e Estabilidade - CAPE. DEPAQ
------	--------	------	Comissão de Planejamento - CP. DEPAQ
----	-------	------	Núcleo de Educação Ambiental - NEA.DEPAQ
------	--------	------	Laboratório de Produção de Alimento Vivo - LPAV.DEPAQ
------	--------	------	Laboratório de Sistemas de Produção Aquícola - LSPA. DEPAQ
------	--------	------	Laboratório de Ictiologia e Genética Aplicada - LIGA. DEPAQ
		------	Laboratório de Limnologia - LLIM. DEPAQ
		------	Laboratório de Maricultura Sustentável - LMS. DEPAQ
		------	Laboratório de Carcinicultura - LCAR. DEPAQ
		------	Laboratório em Tecnologia em Aquicultura - LTAQ. DEPAQ
		------	Laboratório de Tecnologia do Pescado - LTPES. DEPAQ
		------	Laboratório de Sanidade de Animais Aquáticos - LSAA. DEPAQ
		------	Laboratório de Oceanografia Pesqueira - LOP. DEPAQ
		------	Laboratório de Ecologia Marinha - LECOM. DEPAQ
		------	Laboratório de Dinâmica de Populações Marinhas - LDPM. DEPAQ
		------	Laboratório de Etologia de Peixes - LETOP. DEPAQ
		------	Laboratório de Tecnologia de Pesca - LTP. DEPAQ
		------	Laboratório de Estudos de Impactos Antrópicos na Biodiversidade Marinha e Estuarina - LEABME.DEPAQ
		------	Laboratório de Modelagem Estatística Aplicada - LMEA. DEPAQ
		------	Laboratório de Pesca Sustentável e a Estação de Piscicultura Continental JoheiKoike - LPSEJK. DEPAQ
		------	Museu de Malacologia - MMALADEPAQ

MARIA JOSÉ DE SENA

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 158, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1.942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.001077/2020-94, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 9707-04/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico FLY PROPAGANDA AÉREA LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 177, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1.942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.009766/2019-13, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 2001-41/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico LEARJET INC. (DBA Bombardier Aircraft Services) - Bradley facility.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 178, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1.942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.009766/2019-13, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 2001-42/ANAC, emitido em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico LEARJET INC. (DBA Bombardier Aircraft Services) - Wichita facility.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 186, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(vi) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260, de 24 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta nos processos nºs 60800.047727/2011-28 e 00065.002159/2020-66, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Emílio Veloso do Carmo, CRM/GO 2827, MC 225, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Oeste, nº 133, Quadra 35A, Lote 28, Setor Aeroporto, Goiânia (GO), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 181, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260, de 24 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 135 e na Lei nº 7.565, de 29 de dezembro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00066.001404/2020-16, resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2006-01-5CFF-01-01, emitido em favor da sociedade empresária ARROW JET TÁXI AÉREO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS

PORTARIA Nº 153, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado no Estado do Rio Grande do Norte.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.21 do Contrato de Concessão de Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante - CCA nº 001/ANAC/2011 - ASGA, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, localizado no Estado do Rio Grande do Norte;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 19,2053%, 19,4812%, 19,3377%, e 19,1176% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 8, 9, 10 e 12, respectivamente, da Portaria nº 1.627, de 28 de maio de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Contrato de Concessão de Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante - CCA nº 001/ANAC/2011 - ASGA.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 1.627, de 28 de maio de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 8 - Cálculo do Preço relativo à Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0486 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$16,20 (dezesseis reais e vinte centavos).

Tabela 9 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1299
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1299
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$16,24 (dezesseis reais e vinte e quatro centavos)	

Tabela 10 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,8109
Observações: 1. Cobrança mínima: R$ 81,09 (oitenta e um reais e nove centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 7 e 8 ou a Tabela 11 deste Anexo.

Tabela 12 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0648
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0648
Observações: 1. Tarifa mínima de R$ 6,48 (seis reais e quarenta e oito centavos) no TECA de origem e R$ 3,24 (três reais e vinte e quatro centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.21 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

PORTARIA Nº 169, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília (DF).

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2012 - SBBR, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Brasília, localizado em Brasília/DF;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 53,2987%, 53,3297%, 53,2009%, e 52,9412% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 8, 9, 10 e 12, respectivamente, da Portaria nº 2.147, de 16 de julho de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2012 - SBBR.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 2.147, de 16 de julho de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 8 - Cálculo do Preço relativo à Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0625 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$20,83 (vinte reais e oitenta e três centavos).

Tabela 9 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1667
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1667
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$20,84 (vinte reais e oitenta e quatro centavos) .	

Tabela 10 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0410
Observações: 1. Cobrança mínima: R$104,10 (cento e quatro reais e dez centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 7 e 8 ou a Tabela 11 deste Anexo.

Tabela 12 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0832
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0832
Observações: 1. Tarifa mínima de R$8,32 (oito reais e trinta e dois centavos) no TECA de origem e R$4,16 (quatro reais e dezesseis centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.25 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

PORTARIA Nº 170, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, localizado em Guarulhos (SP)

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2012 - SBGR, referente à

concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, localizado em Guarulhos (SP);

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 53,2987%, 53,3297%, 53,2009%, e 52,9412% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 8, 9, 10 e 12, respectivamente, da Portaria nº 2.089, de 10 de julho de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2012 - SBGR.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 2.089, de 10 de julho de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 8 - Cálculo do Preço relativo à Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0625 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$20,83 (vinte reais e oitenta e três centavos).

Tabela 9 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1667
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1667
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$20,84 (vinte reais e oitenta e quatro centavos) .	

Tabela 10 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0410
Observações: 1. Cobrança mínima: R$104,10 (cento e quatro reais e dez centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 7 e 8 ou a Tabela 11 deste Anexo.

Tabela 12 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0832
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0832
Observações: 1. Tarifa mínima de R$8,32 (oito reais e trinta e dois centavos) no TECA de origem e R$4,16 (quatro reais e dezesseis centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.25 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

PORTARIA Nº 171, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, localizado no município do Rio de Janeiro/RJ.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.28 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2014 - SBGL, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, localizado no município do Rio de Janeiro/RJ;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 38,1935%, 38,4952%, 38,4730%, 38,4577%, e 38,4596% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 8, 9, 10 e 12 (TECA origem e trânsito), respectivamente, da Portaria nº 1.417, de 10 de maio de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2014 - SBGL.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 1.417, de 10 de maio de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 8 - Cálculo do Preço relativo à Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0616 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$18,78 (dezoito reais e setenta e oito centavos) .

Tabela 9 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1645
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1645
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$18,82 (dezoito reais e oitenta e dois centavos).	

Tabela 10 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0273
Observações: 1. Cobrança mínima: R$94,09 (noventa e quatro reais e nove centavos) ; 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 7 e 8 ou a Tabela 11 deste Anexo.

Tabela 12 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0821
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0821
Observações: 1. Tarifa mínima de R$7,53 (sete reais e cinquenta e três centavos) no TECA de origem e R$3,77 (três reais e setenta e sete centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.28 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

PORTARIA Nº 172, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, localizado nos municípios de Confins/MG e de Lagoa Santa/MG.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.28 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2014 - SBCF, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, localizado nos municípios de Confins/MG e de Lagoa Santa/MG;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 38,1935%, 38,4952%, 38,4730%, 38,4577%, e 38,4596% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 8, 9, 10 e 12 (TECA origem e trânsito), respectivamente, da Portaria nº 1.418, de 10 de maio de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2014 - SBCF.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 1.418, de 10 de maio de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 8 - Cálculo do Preço relativo à Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0616 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$18,78 (dezoito reais e setenta e oito centavos) .

Tabela 9 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1645
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1645

Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$18,82 (dezoito reais e oitenta e dois centavos).

Tabela 10 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0273
Observações: 1. Cobrança mínima: R$94,09 (noventa e quatro reais e nove centavos) ; 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 7 e 8 ou a Tabela 11 deste Anexo.

Tabela 12 - Preço Cumulativo das Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0821
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0821
Observações: 1. Tarifa mínima de R$7,53 (sete reais e cinquenta e três centavos) no TECA de origem e R$3,77 (três reais e setenta e sete centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.28 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

PORTARIA Nº 173, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz, localizado no município de Florianópolis/SC.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2017 - SBFL, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz, localizado no município de Florianópolis/SC;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 10,4422%, 10,5578%, 10,5672%, e 10,6250% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 11, respectivamente, da Portaria nº 2.559, de 21 de agosto de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2017 - SBFL.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 2.559, de 21 de agosto de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0624 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 6; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$15,01 (quinze reais e um centavo).

Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1665
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1665
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$15,02 (quinze reais e dois centavos).	

Tabela 9 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0411
Observações: 1. Cobrança mínima: R$75,13 (setenta e cinco reais e treze centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 6 e 7 ou a Tabela 10 deste Anexo.

Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0833
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0833
Observações: 1. Tarifa mínima de R$6,02 (seis reais e dois centavos) no TECA de origem e R$3,01 (três reais e um centavo) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.25 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

PORTARIA Nº 174, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins, localizado no Município de Fortaleza/CE.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 004/ANAC/2017 - SBFZ, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins, localizado no Município de Fortaleza/CE;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 10,4422%, 10,5578%, 10,5672%, e 10,6250% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 11, respectivamente, da Portaria nº 2.555, de 21 de agosto de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 004/ANAC/2017 - SBFZ.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 2.555, de 21 de agosto de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0624 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 6; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$15,01 (quinze reais e um centavo).

Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1665
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1665
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$15,02 (quinze reais e dois centavos).	

Tabela 9 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0411
Observações: 1. Cobrança mínima: R$75,13 (setenta e cinco reais e treze centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 6 e 7 ou a Tabela 10 deste Anexo.

Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0833
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0833
Observações: 1. Tarifa mínima de R$6,02 (seis reais e dois centavos) no TECA de origem e R$3,01 (três reais e um centavo) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.25 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

PORTARIA Nº 175, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho, localizado no Município de Porto Alegre/RS.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2017 - SBPA, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho, localizado no Município de Porto Alegre/RS;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 10,4422%, 10,5578%, 10,5672%, 10,6250% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 11, respectivamente, da Portaria nº 2.556, de 21 de agosto de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2017 - SBPA.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 2.556, de 21 de agosto de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0624 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 6; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$15,01 (quinze reais e um centavo).

Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1665
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1665
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$15,02 (quinze reais e dois centavos).	

Tabela 9 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0411
Observações: 1. Cobrança mínima: R$75,13 (setenta e cinco reais e treze centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 6 e 7 ou a Tabela 10 deste Anexo.

Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0833
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0833
Observações: 1. Tarifa mínima de R$6,02 (seis reais e dois centavos) no TECA de origem e R$3,01 (três reais e um centavo) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.25 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

PORTARIA Nº 176, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães, localizado no município de Salvador/BA.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste tarifário e publicação dos tetos das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº. 003/ANAC/2017 - SBSV, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães, localizado no município de Salvador/BA;

Considerando a Memória de Cálculo do Reajuste Tarifário extraordinário de 2019 Anexa a esta Portaria, que indica um reajuste de 10,4422%, 10,5578%, 10,5672%, 10,6250% sobre os valores de cobrança mínima e tarifa mínima constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 11, respectivamente, da Portaria nº 2.557, de 21 de agosto de 2019; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.048299/2019-36, resolve:

Art. 1º Reajustar os valores das cobranças e tarifas mínimas de armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº. 003/ANAC/2017 - SBSV.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as respectivas tabelas constantes na Portaria nº 2.557, de 21 de agosto de 2019, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0624 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 6; 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$15,01 (quinze reais e um centavo).

Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Períodos de Armazenagem	Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1665
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1665
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$15,02 (quinze reais e dois centavos).	

Tabela 9 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 1,0411
Observações: 1. Cobrança mínima: R$75,13 (setenta e cinco reais e treze centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 6 e 7 ou a Tabela 10 deste Anexo.

Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação

Períodos de Armazenagem	Valor Sobre o Peso Bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0833
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0833
Observações: 1. Tarifa mínima de R$6,02 (seis reais e dois centavos) no TECA de origem e R$3,01 (três reais e um centavo) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Portaria, encontra-se publicada no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e igualmente disponível em sua página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores passam a vigorar na data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.25 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO LIMA E SILVA FALCÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.497, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.020948/2019-93, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer da representação formulada pela EMBAIXADA DA BOLÍVIA NO BRASIL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.904.961/001-19, dada a sua legitimidade e a tempestividade do pleito.

Art. 2º Expedir Medida Administrativa Cautelar em face da COMPANHIA BANDEIRANTES DE ARMAZÉNS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 58.128.174/0002-03, diante da caracterização dos elementos de antecipação de tutela típicos desse feito, determinando a imediata liberação da mercadoria que se encontra retida no porto organizado de Santos, a que se refere o Bill of Landing - BL identificado sob o código EURFLZ1970773SSZ.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 7.498, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.021455/2019-71 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.500-ANTAQ, de 16 de novembro de 2017, de titularidade do empresário individual L M P FERREIRA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.186.302/0001-57, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de substituição de embarcação na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 50300.007897/2017-42. Fiscalizada: SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A, CNPJ nº 17.315.067/0001-18. Objeto e Fundamento Legal: por conhecer o recurso interposto, ante a tempestividade do requerimento apresentado, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 24.200,00 (vinte quatro mil e duzentos reais), pelo cometimento da infração tipificada no inciso XXXII do art. 32 da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

GABRIELA COELHO DA COSTA
Superintendente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 3, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº 50300.009122/2017-10. Fiscalizada: TRANSHIP TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 31.667.298/0001-11. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 37.125,00 (trinta e sete mil cento e vinte e cinco reais), pelo cometimento da infração tipificada no inciso IV do art. 23 da Resolução nº 2.920/2013-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/DG nº 224, de 15/01/2020, publicada no Diário Oficial da União de 16/01/2020, Seção 1, página 40,

Onde se lê:

"Art. 1º SUBDELEGAR COMPETÊNCIA aos Superintendentes Regionais do DNIT e aos Coordenadores de Administrações Hidroviárias para autorizarem a concessão de diárias e passagens aos servidores e colaboradores eventuais vinculados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, de acordo com a previsão constante do art. 7º do Decreto 10.193, de 27 de dezembro de 2019."

Leia-se:

"Art. 1º SUBDELEGAR COMPETÊNCIA aos Superintendentes Regionais do DNIT e aos Coordenadores-Gerais de Administrações Hidroviárias para autorizarem a concessão de diárias e passagens aos servidores e colaboradores eventuais vinculados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, de acordo com a previsão constante do art. 7º do Decreto 10.193, de 27 de dezembro de 2019."

e

Onde se lê:

"Art. 3º SUBDELEGAR aos Superintendentes Regionais do DNIT a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio com valores inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme art. 3º, § 3º do Decreto 10.193, de 27 de dezembro de 2019."

Leia-se:

"Art. 3º SUBDELEGAR aos Superintendentes Regionais do DNIT e aos Coordenadores-Gerais de Administrações Hidroviárias a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio com valores inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme art. 3º, § 3º do Decreto 10.193, de 27 de dezembro de 2019."

e

Onde se lê:

"Art. 4º Ficam convalidados os atos, legalmente autorizados, de concessões de diárias e passagens a servidores e de celebração ou prorrogação de contratos no período 30 de dezembro de 2019 até a data de publicação desta Portaria."

Leia-se:

"Art. 4º Ficam convalidados os atos, legalmente autorizados, de concessões de diárias e passagens a servidores e de celebração ou prorrogação de contratos relativos a atividades de custeio, no período 30 de dezembro de 2019 até a data de publicação desta Portaria."

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 300, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/110556 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRUST VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 19.231.415/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2993/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 301, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/115546 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 3056/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 302, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/89 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IGS - SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 01.583.421/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 41/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 323, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/72774 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROPECUARIA MAGGI LTDA, CNPJ nº 00.315.457/0001-95 para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 6/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 324, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/95728 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa AMIXXAM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 12.423.761/0002-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2781/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 325, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/97171 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIDERSUL SEGURANCA EIRELI-ME, CNPJ nº 10.917.510/0001-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2883/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 326, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/106290 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2892/2019 (CNPJ nº 50.087.022/0001-09); nº 2777/2019 (CNPJ nº 50.087.022/0004-51) e nº 2744/2019 (CNPJ nº 50.087.022/0005-32).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 327, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/115425 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SILIMED - INDÚSTRIA DE IMPLANTES LTDA, CNPJ nº 29.503.802/0001-04 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 328, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/115653 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINO SHOPPING DA BAHIA, CNPJ nº 14.804.587/0001-04 para atuar na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 329, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/102754 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa E D M SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 15.176.927/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 2800/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 330, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/103986 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANJOS DA GUARDA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 65.136.566/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2809/2019 (CNPJ nº 65.136.566/0001-90) e nº 3/2020 (CNPJ nº 65.136.566/0002-71).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 331, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/108835 - DPF/LDA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRITO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 25.069.262/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 30/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 332, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/119098 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEPETIBA TECON S/A, CNPJ nº 02.394.276/0001-27 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 333, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/119315 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA A HEBRAICA DE SÃO PAULO, CNPJ nº 61.139.911/0001-99 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 334, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/158 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A, CNPJ nº 09.090.259/0001-45 para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 83/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 335, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/529 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa DELPHOS SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI , CNPJ nº 07.091.113/0001-99, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

600 (seiscentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 336, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/1397 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MAP SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 00.435.781/0002-28, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente REAK SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.928.126/0001-84:

15 (quinze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 339, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/103744 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PERFECT SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 21.597.858/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 57/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 340, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/110775 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ENGESEG EMPRESA DE VIGILÂNCIA COMPUTADORIZADA LTDA, CNPJ nº 64.545.866/0010-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 70/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 341, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/114768 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SUPREMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 71.755.201/0001-47, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

310 (trezentas e dez) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 342, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/116256 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0007-29, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

59760 (cinquenta e nove mil e setecentas e sessenta) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

59760 (cinquenta e nove mil e setecentos e sessenta) Projéteis calibre 38

12810 (doze mil e oitocentas e dez) Espoletas calibre .380

12810 (doze mil e oitocentos e dez) Projéteis calibre .380

7092 (sete mil e noventa e duas) Buchas calibre 12

50 (cinquenta) Quilos de chumbo calibre 12

7092 (sete mil e noventa e duas) Espoletas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 343, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/2568 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CARRANTOS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.602.699/0001-71, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

169 (cento e sessenta e nove) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 344, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/3351 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Conceder autorização à empresa CTV- CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.367.668/0001-22, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Pistolas calibre .380

4 (quatro) Revólveres calibre 38

110000 (cento e dez mil) Espoletas calibre 38

42000 (quarenta e dois mil) Gramas de pólvora

80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38

14000 (quatorze mil) Espoletas calibre .380

14000 (quatorze mil) Projéteis calibre .380

5700 (cinco mil e setecentas) Buchas calibre 12

5700 (cinco mil e setecentas) Espoletas calibre 12

500 (quinhentos) Estojos espoletados calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 3.207, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 33648/2019, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.167 (um mil e cento e sessenta e sete) UFIR a SEV CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 16.407.223/0001-08, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 169, inciso XVI PORT.Nº 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §1 E 3 PORT.Nº 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/13569.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

PORTARIA Nº 8, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 22/2020/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, resolve: DECRETAR a perda da autorização de residência, concedida à imigrante SILVIA MARIA DOS SANTOS FIRMINO, RNM V-4150616, portuguesa, filha de MARIA DE LURDES RAPOSO DOS SANTOS, com fundamento no inciso III, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a ausência do País por período superior a dois anos sem apresentação de justificativa. Processo SEI nº 08420.009197/2019-21.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 9, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 24/2020/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, resolve: DECRETAR a perda da autorização de residência, Processo MIGRANTEWEB nº 47758.000045/2012-37, concedida ao imigrante DAVID BERNAVENTE SARSANACH, RNM V875631-1, espanhol, filho de MARIA SARSANACH BAYES, com fundamento no inciso III, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a ausência do País por período superior a dois anos sem apresentação de justificativa. Processo SEI nº 08420.009660/2019-35.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0023/2020 de 16/01/2020, 0024/2020 de 16/01/2020, 0025/2020 de 17/01/2020, 0026/2020 de 17/01/2020, 0027/2020 de 20/01/2020 e 0028/2020 de 20/01/2020, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039022482201901 Requerente: OCP DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ISMAIL SI JELMASSI Data Nascimento: 23/01/1988 Passaporte: VD3054617 País: MARROCOS Mãe: SELMA ZERHOUNI Pai: ABDERRAHIM SIJELMASSI; Processo: 47039024127201969 Requerente: SUMUP SOLUCOES DE PAGAMENTO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Sebastian Aviles Sepulveda Data Nascimento: 24/10/1988 Passaporte: F19648038 País: CHILE Mãe: Ximena Sepúlveda Tormo Pai: Alejandro Avilés Tupper; Processo: 47039024380201912 Requerente: ACTYON BRASIL CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CESAR DAVID ORTIZ FIERROS Data Nascimento: 21/11/1988 Passaporte: G34124210 País: MÉXICO Mãe: MARINA FIERROS VILLA Pai: LEONARDO ORTIZ LOPEZ; Processo: 47039024474201991 Requerente: ACTYON BRASIL CONSTRUCAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARCO ANTONIO PEREZ VASQUEZ Data Nascimento: 26/10/1984 Passaporte: G31625452 País: MÉXICO Mãe: FLORINA VASQUEZ CUEVAS Pai: BALDOMERO PEREZ CRUZ; Processo: 47039024503201915 Requerente: CSN MINERACAO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KUNIMI YAMADA Data Nascimento: 25/02/1976 Passaporte: TS3447308 País: JAPÃO Mãe: KEIKO YAMADA Pai: NAOKI YAMADA; Processo: 47039024551201911 Requerente: CAL-COMP INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS E INFORMATICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JEN WEI WU Data Nascimento: 23/08/1984 Passaporte: 352008482 País: CHINA Mãe: SHU HSIA WANG Pai: WEN CHENG WU; Processo: 47039024829201942 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALESSANDRO MAGNIFICO Data Nascimento: 20/10/1997 Passaporte: YB2599132 País: ITÁLIA Mãe: MANUELA ROSSI Pai: MIRCO MAGNIFICO; Processo: 47039025009201978 Requerente: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ZEESHAN AZMI Data Nascimento: 23/02/1989 Passaporte: P6972097 País: ÍNDIA Mãe: NEELOFER PARVEEN AZMI Pai: RAFAT JAMAL AZMI; Processo: 47039025060201980 Requerente: HASHTAG CONFECCOES EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ELIAS RICHA Data Nascimento: 20/05/1972 Passaporte: LR0237212 País: LÍBANO Mãe: SALWA WEHBE Pai: FOUAD RICHA; Processo: 47039025687201931 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOSE MARTINEZ GUTIERREZ Data Nascimento: 19/03/1977 Passaporte: G23221450 País: MÉXICO Mãe: LUZ MARIA FELIPA GUTIERREZ INFANTE Pai: JOSE MARTINEZ AVILA; Processo: 47039025951201936 Requerente: ROSATOM AMERICA LATINA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ASMIK KOSIAN Data Nascimento: 02/06/1986 Passaporte: 72 5935768 País: RÚSSIA Mãe: RAISA KOSIAN Pai: GRANT KOSIAN; Processo: 47039000293202011 Requerente: EXXONMOBIL BUSINESS SUPPORT CENTER BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Paranya Srisoogcharoen Data Nascimento: 22/10/1981 Passaporte: AB4392536 País: TAILÂNDIA Mãe: Wilailak Srisoogcharoen Pai: Sompong Srisoogcharoen; Processo: 47039000296202047 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADRIANA FUENTES LOPÉZ Data Nascimento: 18/08/1990 Passaporte: G20724029 País: MÉXICO Mãe: María Emelia López Matus Pai: Bersaín Fuentes Toledo; Processo: 47039000715202041 Requerente: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CARLOS RUBIO ROMAN Data Nascimento: 09/12/1970 Passaporte: AAD713959 País: ESPANHA Mãe: MARIA DE LA CONCEPCION ROMAN FUENTES Pai: CARLOS RUBIO LOPEZ; Processo: 47039000744202011 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KYUNG HWAN KO Data Nascimento: 31/05/1979 Passaporte: M64321266 País: CORÉIA DO SUL Mãe: SUOUK NAM Pai: SANGWON KO; Processo: 47039000745202057 Requerente: MYJET BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NING LIU Data Nascimento: 29/09/1962 Passaporte: E78731801 País: CHINA Mãe: LIU ENCHUN Pai: ZHANG JIAN; Processo: 47039000747202046 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SANGHUN KIM Data Nascimento: 14/06/1981 Passaporte: M07153843 País: CORÉIA DO SUL Mãe: BUKWUI YOON Pai: TAE DEOK KIM; Processo: 47039000798202078 Requerente: VOLTALIA ENERGIA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AURELIEN ARNAUD JEAN FRANCELLE Data Nascimento: 27/04/1993 Passaporte: 13CC10133 País: FRANÇA Mãe: AGNES LUCE BERNARD Pai: BENOIT JEAN MARIE FRANCELLE; Processo: 47039000906202011 Requerente: TICKET SERVICOS SA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AYMERIC DOUGLAS ALEXIS JOURDAN Data Nascimento: 23/03/1986 Passaporte: 17FC59838 País: FRANÇA Mãe: JOSSELINE MARIE JOSE BERNADETTE DE CLAUSADE Pai: PIERRE LUCIEN JOURDAN.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039024031201909 Requerente: LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RENE HOCK Data Nascimento: 03/12/1979 Passaporte: C2262NN7F País: ALEMANHA; Processo: 47039024323201933 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JHOANY JHORDANN BARRERA ESCOBEDO Data Nascimento: 02/03/1979 Passaporte: 33889736 País: NORUEGA; Processo: 47039024483201982 Requerente: MAHA ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RODNEY HENRY HUARD Data Nascimento: 06/10/1954 Passaporte: AD140085 País: CANADÁ; Processo: 47039025135201922 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Antonio Boso Data Nascimento: 25/07/1971 Passaporte: YB0715051 País: ITÁLIA; Processo: 47039025141201980 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sebastjan Skaper Data Nascimento: 31/05/1974 Passaporte: PB0813208 País: ESLOVÊNIA; Processo: 47039025915201972 Requerente: BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: John Vincent Ruth Data Nascimento: 14/11/1958 Passaporte: 537880632 País: EUA; Processo: 47039000824202068 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Manuel Quintanilla González Data Nascimento: 28/11/1991 Passaporte: PAK035822 País: ESPANHA; Processo: 47039000151202046 Requerente: LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MICHAEL WIERLING Data Nascimento: 13/07/1968 Passaporte: C7X3N71FT País: ALEMANHA; Processo: 47039000266202031 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bruno Tremblay Data Nascimento: 22/01/1980 Passaporte: HM828159 País: CANADÁ; Processo: 47039000262202052 Requerente: ESCOLA PARANAENSE DE AVIACAO S/A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Albert Earl Jackson Data Nascimento: 02/03/1963 Passaporte: 532620438 País: EUA; Processo: 47039000281202089 Requerente: MAN ENERGY SOLUTIONS BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RALPH PETER STUTZ Data Nascimento: 01/03/1963 Passaporte: X7801486 País: SUIÇA; Processo: 47039000284202012 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XIAOLIANG CHEN Data Nascimento: 13/03/1985 Passaporte: E63293379 País: CHINA; Processo: 47039000361202034 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUCIA CHECCAGLINI Data Nascimento: 27/11/1978 Passaporte: YB1701164 País: ITÁLIA; Processo: 47039000423202016 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LEE PATRICK BINNIE Data Nascimento: 30/10/1970 Passaporte: 505252693 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000431202054 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AMADOU BARKIRE Data Nascimento: 23/01/1985 Passaporte: 509302906 País: EUA; Processo: 47039000432202007 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CRIS ANDERSEN Data Nascimento: 07/10/1989 Passaporte: 32517742 País: NORUEGA; Processo: 47039000450202081 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Arockiaraj Irudayasamy Data Nascimento: 23/04/1976 Passaporte: 591568771 País: EUA; Processo: 47039000465202049 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Thomas James Mignano Data Nascimento: 07/10/1958 Passaporte: 531274058 País: EUA; Processo: 47039000514202043 Requerente: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DARIO BELOTTI Data Nascimento: 17/11/1973 Passaporte: YB0798012 País: ITÁLIA; Processo: 47039000624202013 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RETHIKA SWAMINATHAN Data Nascimento: 11/03/1993 Passaporte: M0235062 País: ÍNDIA; Processo: 47039000628202093 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAHUL KUSHWAHA Data Nascimento: 20/09/1992 Passaporte: Z3142952 País: ÍNDIA; Processo: 47039000632202051 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PRIYANKA VIJAYARAGHAVAN Data Nascimento: 16/12/1990 Passaporte: J8011167 País: ÍNDIA; Processo: 47039000651202088 Requerente: TRAC PETROLEO E GAS SERVICOS, ACESSO POR CORDAS, INSPECAO E MANUTENCAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOÃO NUNO PACHECO TIMÓTEO Data Nascimento: 18/06/1987 Passaporte: C564471 País: PORTUGAL; Processo: 47039000654202011 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SERGIO SIMON SOTELO NOVELA Data Nascimento: 11/09/1971 Passaporte: G18436153 País: MÉXICO; Processo: 47039000658202008 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONINO VIOLA Data Nascimento: 02/01/1961 Passaporte: YA7153948 País: ITÁLIA; Processo: 47039000659202044 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FAIYAZ SAYEED Data Nascimento: 21/02/1993 Passaporte: P2500585 País: ÍNDIA; Processo: 47039000668202035 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAPHAËL, ALEXANDRE MAIER Data Nascimento: 08/05/1989 Passaporte: 17FV18971 País: FRANÇA; Processo: 47039000672202001 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NICOLAS WARNIEZ Data Nascimento: 08/10/1986 Passaporte: EN992731 País: BÉLGICA; Processo: 47039000675202037 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHINGO HIMEDA Data Nascimento: 11/08/1987 Passaporte: TK5800361 País: JAPÃO; Processo: 47039000681202094 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Robin Clarisse Data Nascimento: 17/10/1991 Passaporte: NV2R62HC0 País: HOLANDA; Processo: 47039000677202026 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKASHI HAGIHARA Data Nascimento: 04/08/1986 Passaporte: TR6910180 País: JAPÃO; Processo: 47039000679202015 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: James Francis Nunn Data Nascimento: 11/12/1956 Passaporte: 516398709 País: EUA; Processo: 47039000695202016 Requerente: SANKYU S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kentaro Mae Data Nascimento: 14/05/1976 Passaporte: MJ0373327 País: JAPÃO Imigrante: Takeshi Futamura Data Nascimento: 27/12/1976 Passaporte: TS4909296 País: JAPÃO Imigrante: Takuya Miura Data Nascimento: 29/12/1967 Passaporte: MJ0380979 País: JAPÃO Imigrante: Yuta Shimmasu Data Nascimento: 03/12/1996 Passaporte: MU8812286 País: JAPÃO; Processo: 47039000701202027 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RICHARD GORMAN HENRY Data Nascimento: 23/02/1959 Passaporte: 488806113 País: EUA; Processo: 47039000703202016 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID JOHN MARKLEW Data Nascimento: 01/12/1958 Passaporte: 551882007 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000705202013 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THOMAS MICHAEL STOKER Data Nascimento: 14/12/1979 Passaporte: 522399313 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000706202050 Requerente: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSEPH LINDSAY MURRAY Data Nascimento: 19/03/1962 Passaporte: 562431157 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000716202095 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEPHAN BECKER Data Nascimento: 17/09/1969 Passaporte: C7G490PWF País: ALEMANHA; Processo: 47039000741202079 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEXANDER SEBASTIAN HAMBURA Data Nascimento: 18/02/1984 Passaporte: C369N2T4L País: ALEMANHA; Processo: 47039000772202020 Requerente: TT STEEL DO BRASIL INDUSTRIA METALURGICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASAHARU MINAZUKI Data Nascimento: 24/07/1967 Passaporte: TZ1105567 País: JAPÃO; Processo: 47039000780202076 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASAYOSHI SANADA Data Nascimento: 22/09/1985 Passaporte: TS 3.888.638 País: JAPÃO; Processo: 47039000779202041 Requerente: TT STEEL DO BRASIL INDUSTRIA METALURGICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASAHIRO YAMASHITA Data Nascimento: 06/03/1976 Passaporte: TZ1127269 País: JAPÃO; Processo: 47039000785202007 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AKIHIKO SANO Data Nascimento: 18/01/1990 Passaporte: TR 9.236.281 País: JAPÃO; Processo: 47039000786202043 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Giovanni Luigi Ioselli Data Nascimento: 07/02/1977 Passaporte: YA1644529 País: ITÁLIA; Processo: 47039000788202032 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Gerardo Fernandez Estrada Data Nascimento: 06/06/1989 Passaporte: G29758688 País: MÉXICO; Processo: 47039000815202077 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: JACOBO MARIA BARRAGAN GAMALLO Data Nascimento: 22/09/1983 Passaporte: PAB382470 País: ESPANHA; Processo: 47039000816202011 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Pablo Prado Riveiro Data Nascimento: 14/10/1982 Passaporte: PAB503457 País: ESPANHA; Processo: 47039000817202066 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Victor Alfonso Fernández Pastor Data Nascimento: 05/04/1993 Passaporte: PAB449410 País: ESPANHA; Processo: 47039000818202019 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Roi Rodriguez Sanchez Data Nascimento: 29/09/1991 Passaporte: PAJ319794 País: ESPANHA; Processo: 47039000819202055 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Aaron Ramil Sánchez Data Nascimento: 08/10/1990 Passaporte: PAF430798 País: ESPANHA; Processo: 47039000820202080 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Pierre Richard de la Orden Boidi Data Nascimento: 15/06/1965 Passaporte: PAE825209 País: ESPANHA; Processo: 47039000821202024 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Aitor Caneda Martínez Data Nascimento: 15/07/1994 Passaporte: PAI109359 País: ESPANHA; Processo: 47039000822202079 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: José Luis Ramos Guillán Data Nascimento: 27/01/1988 Passaporte: PAF037262 País: ESPANHA; Processo: 47039000823202013 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Adrián Fafián Cardelle Data Nascimento: 18/12/1993 Passaporte: PAF037261 País: ESPANHA; Processo: 47039000828202046 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Misael Espinosa Paniagua Data Nascimento: 08/11/1989 Passaporte: G22961341 País: MÉXICO; Processo: 47039000830202015 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCO JAN NOTTET Data

Nascimento: 02/04/1973 Passaporte: NNPHPDB09 País: HOLANDA Imigrante: PAUL HUBERT ALOYSIUS MARIA VAN DELFT Data Nascimento: 06/05/1959 Passaporte: NM0BL1RO7 País: HOLANDA; Processo: 47039000843202094 Requerente: MASTER COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPUMAS E COLCHOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BERND WEBER Data Nascimento: 21/12/1959 Passaporte: C791C7XJ2 País: ALEMANHA; Processo: 47039000844202039 Requerente: MASTER COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPUMAS E COLCHOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVUT BUYUK Data Nascimento: 07/05/1972 Passaporte: U06182128 País: TURQUIA; Processo: 47039000845202083 Requerente: MASTER COMFORT INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPUMAS E COLCHOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: THOMAS WALTERSCHEID Data Nascimento: 25/02/1989 Passaporte: C79MJRN7P País: ALEMANHA; Processo: 47039000850202096 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MENGCHUN SUN Data Nascimento: 26/01/1981 Passaporte: E46369977 País: CHINA; Processo: 47039000849202061 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCO PEIRONE Data Nascimento: 06/02/1991 Passaporte: YB5971029 País: ITÁLIA; Processo: 47039000851202031 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUIGI MARCO DAINOTTI Data Nascimento: 17/11/1995 Passaporte: YB6150492 País: ITÁLIA; Processo: 47039000854202074 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: QIANG LI Data Nascimento: 18/08/1992 Passaporte: EH9733827 País: CHINA; Processo: 47039000863202065 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WALDEMAR FISCHER Data Nascimento: 18/03/1983 Passaporte: C3M5ZXH6G País: ALEMANHA; Processo: 47039000874202045 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHANNES PAUL LEHNER Data Nascimento: 01/06/1993 Passaporte: CFVH322CJ País: ALEMANHA; Processo: 47039000871202010 Requerente: TT STEEL DO BRASIL INDUSTRIA METALURGICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MITSUO MAEDA Data Nascimento: 26/11/1952 Passaporte: TS3375754 País: JAPÃO; Processo: 47039000876202034 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUICHENG LIU Data Nascimento: 07/01/1992 Passaporte: EH8989323 País: CHINA; Processo: 47039000879202078 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ville Petteri Alanen Data Nascimento: 10/05/1978 Passaporte: FP1865503 País: SUÉCIA; Processo: 47039000885202025 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Petri Juhani Kölli Data Nascimento: 16/07/1964 Passaporte: FP1865503 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039000887202014 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BJARNE JOERGEN HOEGKVIST Data Nascimento: 12/06/1966 Passaporte: 97391568 País: SUÉCIA; Processo: 47039000895202061 Requerente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: até 11/03/2020 Imigrante: FRANK JURGEN REGITZ Data Nascimento: 15/06/1970 Passaporte: C36F1TL41 País: ALEMANHA; Processo: 47039000896202013 Requerente: DAHUA TECHNOLOGY BRASIL COMERCIO E SERVICOS EM SEGURANCA ELETRONICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jian Ma Data Nascimento: 25/12/1989 Passaporte: E38593885 País: CHINA; Processo: 47039000910202071 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ADELINE KHOO YIN CHENG Data Nascimento: 10/10/1986 Passaporte: A37215578 País: MALÁSIA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput):

Processo: 47039000125202018 Requerente: ENVTECH DO BRASIL DESCONTAMINACOES INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JONATHAN DANIEL CASTILLO LOPEZ Data Nascimento: 10/01/1983 Passaporte: 089739408 País: VENEZUELA; Processo: 47039000257202040 Requerente: FITESA NAOTECIDOS S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EDOARDO DEL NISTA Data Nascimento: 28/08/1991 Passaporte: YB0531280 País: ITÁLIA; Processo: 47039000660202079 Requerente: FITESA NAOTECIDOS S/A Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: ANDREA MENCONI Data Nascimento: 29/06/1977 Passaporte: YA3607736 País: ITÁLIA; Processo: 47039000634202041 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ERIC WARREN DEITZ Data Nascimento: 10/11/1988 Passaporte: 537474383 País: EUA; Processo: 47039000638202029 Requerente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PIERRE EWALD BACHER Data Nascimento: 04/09/1981 Passaporte: C76X4VGPF País: ALEMANHA; Processo: 47039000813202088 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIKKO SEVERI LEINONEN Data Nascimento: 29/05/1962 Passaporte: PR5823679 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039000814202022 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUKAS MANTAY Data Nascimento: 08/04/1991 Passaporte: C72HZ3PVT País: ALEMANHA; Processo: 47039000914202059 Requerente: 3M DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FAUSTO BOCCA Data Nascimento: 27/11/1965 Passaporte: YA8378748 País: ITÁLIA; Processo: 47039000926202083 Requerente: OLSA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LISA MARIA FREUINGER Data Nascimento: 22/04/1996 Passaporte: P6776354 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039000978202050 Requerente: FANAVID FABRICA NACIONAL DE VIDROS DE SEGURANCA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUHANI VELI KRISTIAN SAVILAMMI Data Nascimento: 08/08/1987 Passaporte: FP3413725 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039000980202029 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIMO SAKARI HARKONEN Data Nascimento: 28/11/1959 Passaporte: FP1481675 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001008202071 Requerente: SERVICOS DE PETROLEO CONSTELLATION S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EUAN WILLIAM JAMES GEMMELL Data Nascimento: 18/12/1988 Passaporte: 560551485 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001011202095 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVIDE BORELLI Data Nascimento: 03/08/1994 Passaporte: YB3645479 País: ITÁLIA; Processo: 47039001012202030 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAOLO RIVA Data Nascimento: 15/02/1965 Passaporte: YA6968047 País: ITÁLIA; Processo: 47039001014202029 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JONATHAN DE FEUDIS Data Nascimento: 19/01/1997 Passaporte: YA9363844 País: ITÁLIA; Processo: 47039001016202018 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SURINDER RAM Data Nascimento: 08/06/1992 Passaporte: YA8046209 País: ITÁLIA; Processo: 47039001018202015 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: OMAR MAGATTI Data Nascimento: 30/09/1975 Passaporte: YB5406809 País: ITÁLIA; Processo: 47039001022202075 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASSIMO CATTANEO Data Nascimento: 19/01/1963 Passaporte: YA1477102 País: ITÁLIA; Processo: 47039001024202064 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHELE TIRABOSCHI Data Nascimento: 21/09/1994 Passaporte: YA8046720 País: ITÁLIA; Processo: 47039001025202017 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAMES CLAY MC LEAN Data Nascimento: 30/07/1958 Passaporte: 488286720 País: EUA; Processo: 47039001028202042 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUCA ZUCCHETTI Data Nascimento: 08/01/1967 Passaporte: YA8925405 País: ITÁLIA; Processo: 47039001030202011 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERTO MANCA Data Nascimento: 22/02/1968 Passaporte: YA8755974 País: ITÁLIA; Processo: 47039001039202022 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Dmitri Saraci Data Nascimento: 08/01/1984 Passaporte: AB0456594 País: MOLDÁVIA; Processo: 47039001058202059 Requerente: ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Per Sture Ingevald Data Nascimento: 07/05/1958 Passaporte: 95900396 País: SUÉCIA; Processo: 47039001062202017 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EVELIO HERNANDEZ Data Nascimento: 16/11/1965 Passaporte: 535815956 País: EUA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039000189202019 Requerente: BASF SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KLAUS ROLAND KRECH Data Nascimento: 05/10/1981 Passaporte: CG69X2CH5 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039000693202019 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIPYAMAN SANTRA Data Nascimento: 12/04/1989 Passaporte: J7600946 País: ÍNDIA; Processo: 47039000697202005 Requerente: NETCRACKER TECHNOLOGY DO BRASIL - SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YEKATERINA KRIGER Data Nascimento: 24/05/1996 Passaporte: N08169515 País: CASAQUISTÃO; Processo: 47039000699202096 Requerente: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BRYAN ROLANDO PERALTA VARGAS Data Nascimento: 12/02/1990 Passaporte: 114200173 País: COSTA RICA; Processo: 47039000799202012 Requerente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PETER GERARD PIAM KAMDEM Data Nascimento: 08/08/1985 Passaporte: 0978403 País: CAMARÕES; Processo: 47039000802202006 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ATUL GAJANAN KOKANE Data Nascimento: 09/12/1993 Passaporte: N1104331 País: ÍNDIA; Processo: 47039000801202053 Requerente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCO COVERCIA Data Nascimento: 14/06/1969 Passaporte: YB4390441 País: ITÁLIA; Processo: 47039000981202073 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Bruce David Morton Hodgens Data Nascimento: 13/04/1973 Passaporte: 547842370 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000983202062 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Atul Singh Rana Data Nascimento: 27/07/1990 Passaporte: J7232349 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 05 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039000865202054 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Carolina Herrero Figueroa Data Nascimento: 11/09/1994 Passaporte: PAI320583 País: ESPANHA Imigrante: Francesco Volpicella Data Nascimento: 10/07/1998 Passaporte: YB4329062 País: ITÁLIA Imigrante: Jordi William Strutt Data Nascimento: 14/11/1995 Passaporte: 16AK85453 País: FRANÇA Imigrante: Marion Berengere Tournier Data Nascimento: 04/01/1990 Passaporte: 12CT31108 País: FRANÇA Imigrante: Stefano Mazza Data Nascimento: 12/03/1995 Passaporte: YB5836878 País: ITÁLIA; Processo: 47039000867202043 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Dario Tutone Data Nascimento: 17/12/1996 Passaporte: YB5449040 País: ITÁLIA Imigrante: Fabrizio Barraco Data Nascimento: 24/03/1975 Passaporte: YB2168896 País: ITÁLIA; Processo: 47039000869202032 Requerente: SHIPLOG SERVICOS DE AGENCIAMENTO MARITIMO E LOGISTICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Juan Camilo Villa Robles Data Nascimento: 11/06/1983 Passaporte: AS993980 País: COLÔMBIA; Processo: 47039000870202067 Requerente: SHIPLOG SERVICOS DE AGENCIAMENTO MARITIMO E LOGISTICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Heiko Hooge Data Nascimento: 26/05/1968 Passaporte: C79VGM5XP País: ALEMANHA Imigrante: Sven Rolf Achtermann Data Nascimento: 03/11/1959 Passaporte: C241R5P5V País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039025819201924 Requerente: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 16/01/2021 Imigrante: ERNST LOEKJA Data Nascimento: 10/10/1976 Passaporte: 211652243 País: DINAMARCA Imigrante: LOPE JR. CUYCO TENTATIVA Data Nascimento: 08/05/1973 Passaporte: P9789492A País: FILIPINAS; Processo: 47039000007202018 Requerente: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 12/05/2020 Imigrante: BAOJUN HE Data Nascimento: 20/03/1983 Passaporte: PE1608816 País: CHINA; Processo: 47039000015202056 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Benjie Muyana Moradilla Data Nascimento: 23/01/1973 Passaporte: P2526982A País: FILIPINAS Imigrante: Lorenel Donguines Panaguiton Data Nascimento: 26/02/1969 Passaporte: P4688125A País: FILIPINAS Imigrante: Marvin Aclan Biñag Data Nascimento: 24/11/1983 Passaporte: EC8001847 País: FILIPINAS Imigrante: Raseanber Mercene Besana Data Nascimento: 15/12/1997 Passaporte: P1608261A País: FILIPINAS; Processo: 47039000469202027 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VITALIY YANKOV DIMOV Data Nascimento: 18/08/1981 Passaporte: 383729383 País: BULGÁRIA; Processo: 47039000664202057 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Anacleto Jr Mamburang Francisco Data Nascimento: 11/04/1957 Passaporte: EC8093985 País: FILIPINAS Imigrante: Deogracias Jr. Sasoman Capa Data Nascimento: 21/09/1972 Passaporte: P8210398A País: FILIPINAS Imigrante: Marlou Flores Sangual Data Nascimento: 22/05/1979 Passaporte: P4819827A País: FILIPINAS; Processo: 47039000670202012 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ariel Ajeno Seguisa Data Nascimento: 10/10/1972 Passaporte: P7711335A País: FILIPINAS; Processo: 47039000676202081 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mark Frederick Dudley Data Nascimento: 19/03/1980 Passaporte: 512813675 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000730202099 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/09/2020 Imigrante: CARLOS ROBINSON DIAZ OVIEDO Data Nascimento: 27/01/1983 Passaporte: 142024166 País: VENEZUELA; Processo: 47039000736202066 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2020 Imigrante: ALJUN RESTAURO JUAREZ Data Nascimento: 22/01/1982 Passaporte: P3166467A País: FILIPINAS; Processo: 47039000739202008 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2020 Imigrante: SILVESTRE SAJONIA INGUITO Data Nascimento: 26/11/1980 Passaporte: P2661606B País: FILIPINAS; Processo: 47039000743202068 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: THEOFILOS LOGIOPOULOS Data Nascimento: 19/03/1984 Passaporte: AP1178097 País: GRÉCIA; Processo: 47039000749202035 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PANTELIS SIDERIS Data Nascimento: 06/07/1983 Passaporte: AN4258673 País: GRÉCIA; Processo: 47039000752202059 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/12/2021 Imigrante: MARINKO BRASKIN Data Nascimento: 18/03/1967 Passaporte: 160736976 País: CROÁCIA; Processo: 47039000757202081 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: JASON POSPOS DENSING Data Nascimento: 02/12/1982 Passaporte: P0363463A País: FILIPINAS; Processo: 47039000763202039 Requerente: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS EIRELI Prazo: até 17/12/2020 Imigrante: Bertrand Gaouyer Data Nascimento: 18/08/1968 Passaporte: 15FV04267 País: FRANÇA Imigrante: Stéphane Desbarats Data Nascimento: 10/03/1970 Passaporte: 17FV20445 País: FRANÇA Imigrante: Tristan Louis Raphael Desbarats Data Nascimento: 16/03/1997 Passaporte: 16AI14459 País: FRANÇA; Processo: 47039000758202026 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHRISTOS PACHIS Data Nascimento: 14/11/1987 Passaporte: AP1403052 País: GRÉCIA; Processo: 47039000759202071 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: GARRY DELA CRUZ CARLET Data Nascimento: 09/10/1983 Passaporte: P3303394A País: FILIPINAS; Processo: 47039000764202083 Requerente: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS EIRELI Prazo: até 17/12/2020 Imigrante: Didier Michel Ribon Data Nascimento: 05/06/1961 Passaporte: 16FV00784 País: FRANÇA Imigrante: Jonathan Andrew Crawley Data Nascimento: 16/05/1963 Passaporte: 507968148 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Richard Lemieux Data Nascimento: 16/12/1965 Passaporte: AJ887485 País: CANADÁ; Processo: 47039000761202040 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: JOHN KENNETH PANTOJA LAGSAC Data Nascimento: 09/07/1994 Passaporte: P8129571A País: FILIPINAS; Processo: 47039000762202094 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/05/2020 Imigrante: SERGIY ZHEBRAKOVSKY Data Nascimento: 11/04/1967 Passaporte: FL288964 País: UCRÂNIA; Processo: 47039000766202072 Requerente: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS EIRELI Prazo: até 17/12/2020 Imigrante: Denis Marc Yann Maury Data Nascimento: 13/07/1965 Passaporte: 11CA70790 País: FRANÇA Imigrante: Gary Rowan Ross-Kent Data Nascimento: 15/05/1962 Passaporte: 510749215 País: GRÃ BRETANHA Imigrante: Richard John Durkin Data Nascimento: 08/05/1969 Passaporte: 508176394 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039000765202028 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NEMESIO JR DIEZ AGUANTA Data Nascimento: 23/01/1981 Passaporte: P8557180A País: FILIPINAS; Processo: 47039000774202019 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/08/2021 Imigrante: OLEKSII ZRAZIUK Data Nascimento: 23/09/1987 Passaporte: FB789311 País: UCRÂNIA; Processo: 47039000781202011 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: John Paul Castro Cleofas Data Nascimento: 27/08/1998 Passaporte: P3929225B País: FILIPINAS; Processo: 47039000783202018 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/07/2020 Imigrante: VICTOR GABRIEL ENCIU Data Nascimento: 01/11/1969 Passaporte: 056557120 País: ROMÊNIA; Processo: 47039000789202087 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/06/2020 Imigrante: PHILIP RHEFFORD FRANCISCO PASCUA Data Nascimento: 27/04/1982 Passaporte: P3225593A País: FILIPINAS; Processo: 47039000800202017 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Hendrik Adriaan de Moor Data Nascimento: 19/07/1980 Passaporte: NP6F7D1R9 País: HOLANDA; Processo: 47039000826202057 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LEANDER GELDENHUYS Data Nascimento: 21/02/1961 Passaporte: M00238620 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039000827202000

Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HAN MIN AUNG Data Nascimento: 06/09/1974 Passaporte: MC495616 País: BIRMÂNIA; Processo: 47039000852202085 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PRANTIK BISWAS Data Nascimento: 02/07/1976 Passaporte: Z3864075 País: ÍNDIA; Processo: 47039000853202020 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/09/2020 Imigrante: LUIZINHO COUTINHO Data Nascimento: 11/02/1988 Passaporte: M6289128 País: ÍNDIA; Processo: 47039000855202019 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/09/2020 Imigrante: MANOJ PARAMBADY VIJAYAN Data Nascimento: 23/04/1982 Passaporte: S8568601 País: ÍNDIA; Processo: 47039000862202011 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JENS MOLS JENSEN Data Nascimento: 25/10/1968 Passaporte: 211206371 País: DINAMARCA; Processo: 47039000868202098 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2020 Imigrante: SUVANKAR KARMAKAR Data Nascimento: 02/01/1984 Passaporte: L9684310 País: ÍNDIA; Processo: 47039000866202007 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROLLY PASOL GUDA Data Nascimento: 06/11/1973 Passaporte: P3988418B País: FILIPINAS; Processo: 47039000873202009 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/07/2020 Imigrante: JASON REY SALDIVAR MANGAOANG Data Nascimento: 13/09/1990 Passaporte: P0455481A País: FILIPINAS; Processo: 47039000875202090 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/09/2020 Imigrante: ALEXANDRU IORDAN Data Nascimento: 26/05/1978 Passaporte: 054000433 País: ROMÊNIA; Processo: 47039000880202001 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 08/12/2020 Imigrante: Ariel Aculan Mojica Data Nascimento: 25/02/1964 Passaporte: P1515821B País: FILIPINAS Imigrante: Rolando Cera de Vera Data Nascimento: 15/11/1961 Passaporte: P4090411A País: FILIPINAS;

Processo: 47039000882202091 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CLAUS LOTH LAURSEN Data Nascimento: 21/08/1995 Passaporte: 211481006 País: DINAMARCA; Processo: 47039000884202081 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 08/12/2020 Imigrante: Angel Marcos Jr. Alivio Purisima Data Nascimento: 27/12/1962 Passaporte: P0200781B País: FILIPINAS Imigrante: Frank Arnell Armentia Hembra Data Nascimento: 12/03/1992 Passaporte: P5870690A País: FILIPINAS; Processo: 47039000883202036 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/09/2020 Imigrante: ABHISHEK BALHARA Data Nascimento: 07/04/1986 Passaporte: T7324370 País: ÍNDIA; Processo: 47039000886202070 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/08/2020 Imigrante: CEZAR VASILE STANCIU Data Nascimento: 03/02/1989 Passaporte: 055887831 País: ROMÊNIA; Processo: 47039000889202011 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOEL JR RAMIREZ CARANO O Data Nascimento: 16/03/1994 Passaporte: EC6609684 País: FILIPINAS; Processo: 47039000891202082 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/08/2020 Imigrante: CHRISTOS REVITHIS Data Nascimento: 26/07/1978 Passaporte: AN4307777 País: GRÉCIA; Processo: 47039000897202050 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2020 Imigrante: OVIDIU TRAIAN LUCUTA Data Nascimento: 04/06/1961 Passaporte: 053281427 País: ROMÊNIA; Processo: 47039000902202024 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 26/08/2021 Imigrante: Tomasz Lukaszewski Data Nascimento: 18/09/1980 Passaporte: EB4443509 País: POLÔNIA; Processo: 47039000904202013 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/10/2020 Imigrante: MARIN CEAPA Data Nascimento: 31/10/1966 Passaporte: 054386989 País: ROMÊNIA; Processo: 47039000907202057 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julio Jr. Cuenca Simbajon Data Nascimento: 16/10/1966 Passaporte: EC7336381 País: FILIPINAS; Processo: 47039000930202041 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ERTUGRUL MOLLAAHMETOGLU Data Nascimento: 12/12/1984 Passaporte: U22617665 País: TURQUIA.

Residência Prévia - RN 10 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039024556201936 Requerente: FUNDACAO FRIEDRICH EBERT Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHRISTOPH HEUSER Data Nascimento: 01/10/1985 Passaporte: C1V5CJ98F País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039025071201960 Requerente: MEBR CONSTRUCOES, CONSULTORIA E PARTICIPACOES S/A Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: MARIO RUI SOUSA DE OLIVEIRA COUTO Data Nascimento: 18/04/1957 Passaporte: CA800770 País: PORTUGAL; Processo: 47039025081201903 Requerente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: Corrine Dahlman Ricard Data Nascimento: 13/07/1963 Passaporte: 546134176 País: EUA; Processo: 47039000021202011 Requerente: NIPPON EXPRESS DO BRASIL TRANSPORTES INTERNAC. LTDA. Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: HIROKAZU SEKIZAWA Data Nascimento: 03/09/1974 Passaporte: TK3816842 País: JAPÃO; Processo: 47039000485202010 Requerente: KPMG TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: Carlos Alberto Rojas Moreno Data Nascimento: 03/05/1968 Passaporte: 136462042 País: VENEZUELA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa (Artigo 2º, Inciso I):

Processo: 47039025529201981 Requerente: TIETO BRASIL SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: Tomas Moen Data Nascimento: 30/09/1974 Passaporte: 30034623 País: NORUEGA; Processo: 47039025929201996 Requerente: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: ARNAUD HERVE RIBAULT Data Nascimento: 08/09/1972 Passaporte: 16FV08895 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 13 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039023997201911 Requerente: MUSTAFA & AL KHALILI LTDA Prazo: Indeterminado, ficando condicionada a continuidade da residência à comprovação do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: mohammad abdel kareem mohammad mustafa Data Nascimento: 18/04/1977 Passaporte: P295279 País: JORDÂNIA; Processo: 47039025750201939 Requerente: TLMV EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado, ficando condicionada a continuidade da residência à comprovação do plano de investimento ou de negócios, Imigrante: THOMAS LOUSSIER Data Nascimento: 15/02/1962 Passaporte: 12AY89227 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039023690201910 Requerente: NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BLANCA MIROSLAVA GUAJARDO GUZMAN Data Nascimento: 22/06/1986 Passaporte: G29235899 País: MÉXICO; Processo: 47039024043201925 Requerente: ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCELOUS DESHAUN WADE Data Nascimento: 26/09/1997 Passaporte: 563861808 País: EUA; Processo: 47039024044201970 Requerente: ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CHARRELYNNE M. MATTHEWS Data Nascimento: 28/07/1994 Passaporte: 566566775 País: EUA; Processo: 47039024130201982 Requerente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AUSTIN CHARLES KIEVETS Data Nascimento: 23/02/1994 Passaporte: 505635264 País: EUA; Processo: 47039024161201933 Requerente: SOLTEC BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Miguel Siles Gonzalez Data Nascimento: 11/05/1993 Passaporte: PAJ978301 País: ESPANHA; Processo: 47039024240201944 Requerente: ULMA HANDLING SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE ARMAZENAMENTO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIKEL LAISECA BLANCO Data Nascimento: 17/04/1993 Passaporte: XDD480317 País: ESPANHA; Processo: 47039024242201933 Requerente: ULMA HANDLING SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE ARMAZENAMENTO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: IÑIGO BIDAURRAZAGA OLIBARES Data Nascimento: 14/07/1990 Passaporte: PAE260788 País: ESPANHA; Processo: 47039024314201942 Requerente: HNK BR INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: SERGE LONDI LUNGELA Data Nascimento: 17/09/1977 Passaporte: OP0294747 País: REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO; Processo: 47039024362201931 Requerente: CP KELCO BRASIL S/A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHELLE TERESE HOARD Data Nascimento: 08/10/1992 Passaporte: 513127086 País: EUA; Processo: 47039000323202081 Requerente: UNILEVER BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TING HUI TANG Data Nascimento: 10/06/1993 Passaporte: K1715557G País: SINGAPURA.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000604202034 Requerente: ASSOCIACAO ATLETICA ITARARE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: MASAYA KONDO Data Nascimento: 16/03/1999 Passaporte: TS4926489 País: JAPÃO Mãe: HIROMI KONDO Pai: MASAMITSU KONDO.

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039024013201919 Requerente: COLGATE-PALMOLIVE COMERCIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: NADIA MENDOZA SOLORIO Data Nascimento: 07/10/1978 Passaporte: G26955329 País: MÉXICO Mãe: GEORGINA SOLORIO HERNANDEZ Pai: FRANCISCO MENDOZA TREJO; Processo: 47039024424201912 Requerente: CONSTANCIA INVESTIMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gustavo Enrique Franceschi Coll Data Nascimento: 06/11/1996 Passaporte: 044850942 País: VENEZUELA Mãe: Julieta Augusta Coll Garcia Pai: Andres Antonio Franceschi Power; Processo: 47039025156201948 Requerente: REGALIN CIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIOGO MARIA PORTUGAL VASCONCELOS BARBOZA Data Nascimento: 09/07/1996 Passaporte: CA451369 País: PORTUGAL Mãe: Maria Benedita Silva Portugal Vasconcelos Ferreira Pai: Nuno Miguel de Carvalho e Barboza; Processo: 47039025213201999 Requerente: CCAB AGRO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Thomas Emmanuel Pierre Voisin Data Nascimento: 28/08/1978 Passaporte: 13BA00741 País: FRANÇA Mãe: Jeanne Therese Helene Migne Pai: Jean Guy Samuel Gerard Voisin; Processo: 47039025288201970 Requerente: VILA GALE BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANA LUÍSA TEIXEIRA BASTOS Data Nascimento: 17/10/1980 Passaporte: N768784 País: PORTUGAL Mãe: CLAUDINA DE SOUSA TEIXEIRA BASTOS Pai: MANUEL DA SILVA BASTOS; Processo: 47039025384201918 Requerente: POWERCHINA BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WENZHENG YUAN Data Nascimento: 27/02/1981 Passaporte: PE1424635 País: CHINA Mãe: Zou Cuiyun Pai: Yuan Xinmin; Processo: 47039000183202041 Requerente: CARLOS EDUARDO FURTADO LOU Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GERALDINE PARACHA DE ASIS Data Nascimento: 31/10/1971 Passaporte: EC4639194 País: FILIPINAS Mãe: OFELIA PANGANIBAN Pai: GERARDO PARACHA; Processo: 47039000626202002 Requerente: LATINA PROJETOS CIVIS E ASSOCIADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mattia Valentincic Data Nascimento: 27/12/1968 Passaporte: YB1553124 País: ITÁLIA Mãe: Giovanna Franchi Pai: Marco Valentincic; Processo: 47039000630202062 Requerente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIANCHEN TANG Data Nascimento: 30/04/1995 Passaporte: PE1321767 País: CHINA Mãe: LIPING LIU Pai: ZHIJIAN TANG; Processo: 47039000644202086 Requerente: MARIC SOLUCOES EM RH LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marion Lalou Data Nascimento: 14/04/1989 Passaporte: 13CA62973 País: FRANÇA Mãe: Catherine Richard Pai: Thierry Michel Lalou; Processo: 47039000646202075 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DARSHINI MURALI URS Data Nascimento: 30/12/1992 Passaporte: M0322440 País: ÍNDIA Mãe: RAJESHWARI MADARAJE URS Pai: MURALI THIMMARAJE URS MYSORE; Processo: 47039000721202006 Requerente: INTEGRATION CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RICCARDO BOZZEDA Data Nascimento: 29/06/1993 Passaporte: YA8398344 País: ITÁLIA Mãe: MARIA ELENA MASSARO Pai: ROBERTO BOZZEDA.

Residência - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039000049202041 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LEIF SUNDE Data Nascimento: 02/12/1954 Passaporte: 30108426 País: NORUEGA; Processo: 47039000478202018 Requerente: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Sebastian Alejandro Carrillo Data Nascimento: 02/10/1971 Passaporte: AAB811365 País: ARGENTINA.

Residência - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039024286201963 Requerente: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: VERONICA VIRGINIA MANRUBIA MATEO Data Nascimento: 01/09/1986 Passaporte: PAK011322 País: ESPANHA; Processo: 47039024311201917 Requerente: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JORGE MURILLO FARINAS Data Nascimento: 28/01/1985 Passaporte: PAF558738 País: ESPANHA.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039024518201983 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Leszek Jozef Kierzkowski Data Nascimento: 12/03/1958 Passaporte: EJ5024684 País: POLÔNIA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039019706201990 Requerente: ASM TRAILERS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOÃO PEDRO COSTA DA SILVA MATOS Data Nascimento: 07/05/1973 Passaporte: P719786 País: PORTUGAL; Processo: 47039000097202039 Requerente: REICHLE & DE-MASSARI COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: PAULO ALEXANDRE FERREIRA DE CAMPOS Data Nascimento: 13/07/1970 Passaporte: P649369 País: PORTUGAL; Processo: 47039000476202029 Requerente: PETROCHINA INTERNATIONAL (BRAZIL) TRADING LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: LIU QIANG Data Nascimento: 03/04/1987 Passaporte: PE0954986 País: CHINA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa (Artigo 6º c/c 2º, Inciso I):

Processo: 47039000662202068 Requerente: OASIS ATLANTICO CEARA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ALEXANDRE FARIA DA SILVA ABADE Data Nascimento: 03/10/1973 Passaporte: P468506 País: PORTUGAL; Processo: 47039000157202013 Requerente: VALTELLINA DO BRASIL SERVICOS PARA INDUSTRIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Gianpietro Valtellina Data Nascimento: 26/02/1938 Passaporte: YA7277841 País: ITÁLIA.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039024685201924 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Carissa Denae Noall Data Nascimento: 05/09/1999 Passaporte: 564072684 País: EUA; Processo: 47039024690201937 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Zachary Lee O'Bryant Data Nascimento: 05/07/2000 Passaporte: 588765521 País: EUA; Processo: 47039024711201914 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jonathan Alexander De León Estrada Data Nascimento: 30/11/2000 Passaporte: 300580797 País: GUATEMALA; Processo: 47039025736201935 Instituição: ELIZIER ROBUELTO SALITAMOS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Elizier Robuelto Salitamos Data Nascimento: 17/04/1971 Passaporte: P6057607A País: FILIPINAS; Processo: 47039000087202001 Instituição: DIOCESE DE VIANA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANGELIQUE NFOULOU Data Nascimento: 12/01/1969 Passaporte: A0342810 País: CONGO; Processo: 47039000287202056 Instituição: PIA UNIAO DAS IRMAS DA COPIOSA REDENCAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: tiziana belmonte Data Nascimento: 03/07/1979 Passaporte: YB1179283 País: ITÁLIA; Processo: 47039000544202050 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Christopher Nathaniel Sherrill Data Nascimento: 26/12/1999 Passaporte: 587982427 País: EUA; Processo: 47039000655202066 Instituição: IGREJA DE DEUS SOCIEDADE MISSIONARIA MUNDIAL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIHOON CHEON Data Nascimento: 22/11/1991 Passaporte: M42455957 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000661202013 Instituição: IGREJA DE DEUS SOCIEDADE MISSIONARIA MUNDIAL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DASOM LEE Data Nascimento: 05/01/1992 Passaporte: M37747906 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000742202013 Instituição: INSTITUTO IRMAS MISSIONARIAS DE N S CONSOLADORA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: EMMA LEONOR RODRIGUEZ Data Nascimento: 18/06/1972 Passaporte: AAD192382 País: ARGENTINA; Processo: 47039000767202017 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dany Alves Oliveira Data Nascimento: 02/08/2000 Passaporte: PA023284 País: CABO VERDE; Processo: 47039000797202023 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fátima Aremí Martínez Vargas Data Nascimento: 15/10/1996 Passaporte: A05436436 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR; Processo: 47039000793202045 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Sean Isaac Baker Data Nascimento: 21/11/1999 Passaporte: 591529728 País: EUA; Processo:

47039000796202089 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Emma Elizabeth D'Aquin Data Nascimento: 20/12/1999 Passaporte: 588126749 País: EUA; Processo: 47039000808202075 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Esteban Aponte Lome Data Nascimento: 11/05/2000 Passaporte: G32098098 País: MÉXICO; Processo: 47039000810202044 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Samantha Celet Franco Calderon Data Nascimento: 05/03/2000 Passaporte: G32585799 País: MÉXICO; Processo: 47039000858202052 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Heber Zoar Osorno Munive Data Nascimento: 07/08/2000 Passaporte: G31490296 País: MÉXICO; Processo: 47039000859202005 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julia Lauren Perry Data Nascimento: 10/11/1998 Passaporte: 551857742 País: EUA; Processo: 47039000861202076 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Hamiora Jakob Pita Data Nascimento: 21/02/2000 Passaporte: LK885615 País: NOVA ZELÂNDIA; Processo: 47039000872202056 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MC Kay Gibb Blanchard Data Nascimento: 21/05/2000 Passaporte: 594322548 País: EUA; Processo: 47039000909202046 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: L CADE TELFORD Data Nascimento: 01/05/2000 Passaporte: 594837532 País: EUA; Processo: 47039000921202051 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Justin-Thomas Brooks Wrye Data Nascimento: 29/05/1999 Passaporte: 583188723 País: EUA.

Residência - RN 15 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039025618201927 Requerente: MISSAO IRIS Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Katie Louise Wassell Data Nascimento: 01/05/1997 Passaporte: 528309543 País: INGLATERRA.

Residência - RN 19 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000458202047 Requerente: ULLINK SOFTWARE DO BRASIL EIRELI Prazo: até 28/02/2021 Imigrante: AURELIE CHRISTIANE C. SELFSLAGH Data Nascimento: 03/11/1992 Passaporte: EN576112 País: BÉLGICA.

Residência - RN 20 - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000269202074 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Laura Patricia Silva Ledezma Data Nascimento: 17/06/1985 Passaporte: G27188681 País: MÉXICO.

Residência - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 4º c/c 2º, Alínea a):

Processo: 47039024407201977 Requerente: ADAM KOZELA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ADAM KOZELA Data Nascimento: 03/07/1985 Passaporte: 45227930 País: REPÚBLICA TCHECA Mãe: JANA KOZELOVA Pai: PETR KOZELA.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47039024368201916 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: QINGSONG MENG Data Nascimento: 22/12/1981 Passaporte: PE1505316 País: CHINA Mãe: KEFEN WANG Pai: XIANLONG MENG; Processo: 47039024421201971 Requerente: REGNIER SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEAN PAUL EDMOND HENRI ROZET Data Nascimento: 07/11/1956 Passaporte: 18AA67090 País: FRANÇA Mãe: MARIE-THERESE MARCELLE AGNES BLONDEAU Pai: PAUL ANDRE ETIENNE ROZET.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47039025700201951 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Norman Murray Data Nascimento: 10/06/1958 Passaporte: 510547529 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Sylvia Sarah Edmiston Penman Murray Pai: Alexander Murray; Processo: 47039025759201940 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2020 Imigrante: DATUMBLAH JR IMANIL SABPA Data Nascimento: 27/03/1966 Passaporte: P4662229A País: FILIPINAS Mãe: PRIMA IMANIL SABPA Pai: Não informado; Processo: 47039025761201919 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2020 Imigrante: JITTER VEEM SANTOS LEONARDO Data Nascimento: 26/06/1989 Passaporte: P7437160A País: FILIPINAS Mãe: VIRGINIA CARPIO DELOS SANTOS Pai: Não informado; Processo: 47039025762201963 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/07/2020 Imigrante: AL JOSHUA SAGUN ACOMPANADO Data Nascimento: 20/08/1995 Passaporte: P2460262B País: FILIPINAS Mãe: ANACLETA SAGUN ACOMPAÑADO Pai: Não informado; Processo: 47039000206202018 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dominick Jay Sana Jacinto Data Nascimento: 03/03/1981 Passaporte: P5936319A País: FILIPINAS Mãe: Teresita Olano Sana Pai: Pepe Duldulao Jacinto; Processo: 47039000208202015 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Elmer Gloria Paragas Data Nascimento: 18/02/1963 Passaporte: EC4868302 País: FILIPINAS Mãe: Narcisa Gloria Paragas Pai: Arsenio Pinlac Paragas; Processo: 47039000210202086 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jeffrey Sabalo Morial Data Nascimento: 17/07/1986 Passaporte: P3285787A País: FILIPINAS Mãe: Christita Sabalo Morial Pai: Cornelio Solima Morial; Processo: 47039000213202010 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jude Thaddeus Ducado Pe Data Nascimento: 03/05/1972 Passaporte: P2880741A País: FILIPINAS Mãe: Elly Abrico Ducado Pai: Ernesto Loy Pe; Processo: 47039000217202006 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mark Anthony Gamana Andrade Data Nascimento: 10/08/1991 Passaporte: P0847891A País: FILIPINAS Mãe: Pilar Sondo Gamana Pai: Henry Bravo Andrade; Processo: 47039000220202011 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARTUR ADAMIAK Data Nascimento: 15/03/1969 Passaporte: EC2254324 País: POLÔNIA Mãe: Czeslawa Adamiak Pai: Henryk Adamiak; Processo: 47039000222202019 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Michael de Guzman Sia Data Nascimento: 14/01/1977 Passaporte: EC6335065 País: FILIPINAS Mãe: Marciana de Guzman Sia Pai: Rogelio Aguillar Sia; Processo: 47039000227202033 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Reynald Saga Mangmang Data Nascimento: 04/12/1986 Passaporte: P1705510A País: FILIPINAS Mãe: Saturnina Saga Bell Mangmang Pai: Reneboy Clavite; Processo: 47039000229202022 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tomasz Jerzy Neumann Data Nascimento: 04/01/1970 Passaporte: EN3905543 País: POLÔNIA Mãe: Helena Neumann Pai: Norbert Neumann; Processo: 47039000267202085 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Orlando Ablir Oraiz Data Nascimento: 28/11/1974 Passaporte: P5715274A País: FILIPINAS Mãe: Cita Ablir Oraiz Pai: Felix Bitangcol Oraiz; Processo: 47039000370202025 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Christopher Rey Bensurto Caballero Data Nascimento: 29/06/1991 Passaporte: P9699404A País: FILIPINAS Mãe: Lilia Arcangeles Bensurto Pai: Delmar Bonete Caballero; Processo: 47039000372202014 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Joseph Aquines Dela Cruz Data Nascimento: 29/05/1984 Passaporte: EC7000158 País: FILIPINAS Mãe: ALITA PRIME AQUINES Pai: ROBERTO ROXAS DELA CRUZ; Processo: 47039000407202015 Requerente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 01/10/2020 Imigrante: TIMOTHY ALEXANDER RUSSELL Data Nascimento: 27/06/1965 Passaporte: 580144306 País: EUA Mãe: MARY PAULINE HARRIGILL Pai: JAMES GARFIELD RUSSELL; Processo: 47039000443202089 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/10/2020 Imigrante: SIMON JAMES DALGLEISH Data Nascimento: 18/02/1971 Passaporte: PA3558727 País: AUSTRÁLIA Mãe: Mary Aloysius Dalgleish Pai: John Gordon Dalgleish; Processo: 47039000445202078 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/10/2020 Imigrante: JOHN MATTHEW COWLEY Data Nascimento: 02/11/1976 Passaporte: M00118287 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Mãe: Lorraine Gloria Darvall Pai: James John Henry Cowley; Processo: 47039000447202067 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: até 13/10/2020 Imigrante: Christopher Guenther Gnatzy Data Nascimento: 10/10/1966 Passaporte: 643062620 País: EUA Mãe: Levonda Rhodes Pai: Guenther Gnatzy.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47039000108202081 Instituição: ASSOC DOS BATISTAS PARA EVANGELISMO MUNDIAL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBIN OWEN WACHTER Data Nascimento: 04/02/1961 Passaporte: 504713664 País: EUA Mãe: MARY CATHERINE REISLER WACHTER Pai: CLYDE CLEVELAND WACHTER JUNIOR; Processo: 47039000109202025 Instituição: ASSOC DOS BATISTAS PARA EVANGELISMO MUNDIAL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LINDA JANIS WACHTER Data Nascimento: 19/08/1962 Passaporte: 589996223 País: EUA Mãe: JANE CARROLL ODONNELL JANIS Pai: NORBERT JOHN JANIS; Processo: 47039000330202083 Instituição: IGREJA DEl CRISTO EM ITAQUERA Prazo: até 05/02/2021 Imigrante: Justin Michael Hill Data Nascimento: 13/09/1980 Passaporte: 469326030 País: EUA Mãe: Joanne Hodges Pai: Michael Samuel Hill.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018:

Processo: 47039025836201961 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PHILEMON KING BATSIOS BLAY Data Nascimento: 02/07/1987 Passaporte: G1922198 País: GANA Mãe: GIFTY ANAMAN Pai: PAUL KING BATSIOS BLAY; Processo: 47039000001202032 Requerente: POCOS DE CALDAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S A Prazo: Indeterminado Imigrante: XIAOFEI CHEN Data Nascimento: 05/06/1982 Passaporte: PE1333776 País: CHINA Mãe: FANG SUN Pai: YONG CHEN; Processo: 47039000290202070 Requerente: CLINICA MEDICA CERIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ABDELRAHMAN ERFAN ABDELLATIF ABURAMADAN Data Nascimento: 01/07/1994 Passaporte: P00196018 País: PALESTINA Mãe: KHADIJEH YACOUB ANEES GHALAYINI Pai: ERFAN ABDELLATIF MAHMOUD ABURAMADAN; Processo: 47039000459202091 Requerente: SIDIA INSTITUTO DE CIENCIA E TECNOLOGIA Prazo: Indeterminado Imigrante: YOUN PYO HONG Data Nascimento: 23/09/1974 Passaporte: M76645966 País: CORÉIA Mãe: SHIN YANG KIM Pai: SOON JO HONG.

O Coordenador Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante: TSUKASA ITO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na HONDA LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL. Processo: 47039.000410/2020-39, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.005863/2019-18.

O Coordenador Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante: NOZOMU TSUJI a exercer concomitantemente o cargo de Membro do Conselho de Administração na ADUBOS REAL S.A.. Processo: 47039.000552/2020-04, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.018861/2019-99.

O Coordenador Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante: OSCAR GARCIA SERRANO JIMENEZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MAC INVESTIMENTOS S.A. Processo: 47039.021669/2019-80, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002289/2018-65.

O Coordenador Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante: OSCAR GARCIA SERRANO JIMENEZ a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. Processo: 47039.021676/2019-81, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002289/2018-65.

O Coordenador Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante: LUIS GUTIERREZ MATEO a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na MAPFRE INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. Processo: 47039.021690/2019-85, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.005964/2016-46.

O Coordenador Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante: LUIS MARIA FERNANDEZ PITA GONZALEZ a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na CENTRAL FOTOVOLTAICA CASABLANCA VI GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA. Processo: 47039.025495/2019-24, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009312/2017-61.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039000631202015 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gerald Manyenze Ngula Passaporte: AK0188058; Processo: 47039000635202095 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GARUMA BARKESSA GABISA Passaporte: EP4525106; Processo: 47039000647202010 Requerente: T TREE VILLA LOCADORA EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: DHIA LOUEY FERIDOUNE BOUZAYEN Passaporte: C48HMPLJR; Processo: 47039021141201919 Requerente: LIBERTY GAMING JOGOS ELETRONICOS LTDA. Prazo: 351 Dia(s) Imigrante: Paulo Renato Almeida Dimas Passaporte: CA343070; Processo: 47039023875201924 Requerente: IPPEL EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YOSVANY PEREZ RODRIGUEZ Passaporte: 1436383; Processo: 47039000778202005 Requerente: ANA PAULA CRUZ DO NASCIMENTO 00370888316 Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANCISCUS LEO MARIA STERRENBERG Passaporte: NNH3HLRP4; Processo: 47039020311201930 Requerente: CHROMALOX ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Mês(es) Imigrante: Fation Metuka Passaporte: 560518738; Processo: 47039023697201931 Requerente: FERCORTEC INDUSTRIA; COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Anton Krieger Passaporte: C7RKC5NKH; Processo: 47039024464201956 Requerente: TECNATOM DO BRASIL ENGENHARIA E SERVICOS LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: Manuel Francisco Martin Pascual Passaporte: AAE259626; Processo: 47039024259201991 Requerente: CHINA METAIS E MINERAIS BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Imigrante: TAN; ZEMIN Passaporte: PE 1813989; Processo: 47039024255201911 Requerente: CHINA METAIS E MINERAIS BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Imigrante: LI; HONGFEI Passaporte: PE 1914010; Processo: 47039025768201931 Requerente: HTB ENGENHARIA E CONSTRUCAO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: Bjoern Nicola Koenig Passaporte: C4CXT87C9; Processo: 47039020649201991 Requerente: FAST FOO TREINAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MILENE CARDOSO Passaporte: 16AL32117; Processo: 47039021304201955 Requerente: Wenjun Chen Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Wenjun Chen Passaporte: EB0363238; Processo: 47039024454201911 Requerente: LOVEFUTBOL BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kainen Bell Passaporte: 488435858; Processo: 47039024555201991 Requerente: LOJAS RIACHUELO SA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: WILSON DOS SANTOS KAHANGO DALA Passaporte: N1953127; Processo: 47039000605202089 Requerente: FALCON COMEX DE ALIMENTOS E AGRONEGOCIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mohamed Abdelnaser Awad Ahmed Gabal Passaporte: A10858364; Processo: 47039024065201995 Requerente: INDEMIL INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: até 31/05/2020 Imigrante: LU SHIYUAN Passaporte: E44599603; Processo: 47039025727201944 Requerente: ALLIANZ DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Andreas Markus Kerl Passaporte: C4CWWV4RC; Processo: 47039023482201911 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUANHUI YANG Passaporte: G 49044276; Processo: 47039000627202049 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stephen Kawuki Passaporte: B1052128; Processo: 47039021590201959 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2020 Imigrante: MARIUS DANIEL COSOR Passaporte: 055263671; Processo: 47039021987201941 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/07/2020 Imigrante: NUTU ANGHELOIU Passaporte: 054189142; Processo: 47039023980201963 Requerente: ZURICH AIRPORT LATIN AMERICA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: TOBIAS MARKERT Passaporte: X0046062; Processo: 47039023773201917 Requerente: CHANDA CAFE EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: ANDREA PANSINI Passaporte: YA08878561; Processo: 47039024326201977 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Aric Larry Potter Passaporte: 592109687; Processo: 47039024332201924 Requerente: DIOCESE DE FRANCA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE MARIA NARANJO VENEGAS Passaporte: 110780770; Processo: 47039022157201931

Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/06/2020 Imigrante: JOHN RUSSELL SALAYO PEDROCILLO Passaporte: P2880658A; Processo: 47039022380201988 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/01/2020 Imigrante: MICHAEL GANZON MIRANDA Passaporte: P0011052B.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 12, de 17/01/2020, Seção 1, p. 80, Processo: 47039.000611/2020-36, onde se lê: Passaporte: E0387240, leia-se: Passaporte: E09387240.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 241, de 13/12/2019, Seção 1, p. 96, Processo: 47039.024003/2019-83, onde se lê: Imigrante: GEORGE BUSKHRIKIDZE, leia-se: Imigrante: GEORGE BUSKHIRIDZE.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 147, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALEXANDER JOSE COLMENARES RODRIGUEZ - G430871-U, natural da Venezuela, nascido em 13 de janeiro de 1985, filho de Adelkis Jose Colmenares Mejia e de Ladis Josefina Rodriguez Millan, residente no Estado do Amazonas (Processo n° 08240.005339/2019-08);

AFONSO GOMES - G053553-8, natural da Guiné Bissau, nascido em 01 de janeiro de 1984, filho de Manuel Gomes e de Sabado Cabi, residente no Estado de São Paulo (Processo n 08709.007355/2018-00);

ALIOU SAMB - G161816-0, natural do Senegal, nascido em 05 de setembro de 1985, filho de Mor Samb e de Bineta Samb, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n°08451.004264/2019-54);

BENVINDO JOSE NZEZA - G376694-G, natural da Angola, nascido em 31 de março de 1972, filho de Alfredo Jose Nzeza e de Joana Celestina, residente no Estado de São Paulo (Processo n 08505.022612/2019-01);

BERTHA ERENA ALONSO JOVA - V811305-X, natural de Cuba, nascida em 08 de agosto de 1992, filha de Alberto Rafael Alonso Granado e de Yamila Jova Aguila, residente no Estado de São Paulo (Processo n 08506.000478/2019-79);

CADIDJATU BALDE - G124836-2, natural da Guiné Bissau, nascida em 24 de junho de 1990, filha de Maimura Balde e de Mamasaliu Balde, residente no Estado de São Paulo (Processo n°08505.011720/2019-40);

CHARLENE LUZOLO NTUMBA BUASA - G442962-B, natural da Angola, nascida em 26 de agosto de 1994, filha de Dede Monga Ntumba e de Eva Buasa, residente no Estado de São Paulo (Processo n 08505.021096/2019-99);

ELIE ALBERT MOUJAESS - V635390-Z, natural do Líbano, nascido em 28 de março de 1978, filho de Albert Moujaess e de Eva Arbid, residente no Estado de Rondônia (Processo n°08475.002705/2019-13);

EYAD MOHAMED ABD EL KADER HASSAN DABOUR - G114259-K, natural do Egito, nascido em 19 de novembro de 1973, filho de Mohamed Abd El Kader Hassan Dabour e de Souad Youssef Hussein Dabour, residente no Estado de São Paulo (Processo n°08505.017084/2019-60);

FRANCISCO FERNANDES TÉ - G453435-N, natural da Guiné Bissau, nascido em 23 de setembro de 1984, filho de Imbunda Te e de Bajudeza Te, residente no Estado de São Paulo (Processo n 08505.020309/2019-65);

GRETCHEN ARIADNA GARCIA MASSON - G007361-R, natural de Cuba, nascida em 18 de setembro de 1984, filha de Rosendo Garcia Suti e de Caridad Masson Zuaznabar, residente no Estado do Mato Grosso (Processo n°08320.007851/2018-18);

ISABEL ALLISON CORDOVA NORIEGA - V735950-G, natural do Peru, nascida em 23 de outubro de 1982, filha de Manuel Antonio Cordova Sandoval e de Isabel Noriega Matta, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.021078/2019-15);

JOSUÉ PIERRE GILES - V870007-A, natural do Haiti, nascido em 20 de junho de 1986, filho de Solner Pierre Giles e de Esther Jolivard, residente no Estado de São Paulo (Processo n°08505.021509/2019-35);

LISANDRA IDALMIS FIGUEROA IGLESIAS - G322638-2, natural de Cuba, nascida em 19 de março de 1988, filha de Rolando Figueroa Santana e de Idalmis Iglesias Cortina, residente no Estado do Sergipe (Processo n°08520.006982/2019-02);

MAMIE PEMBA BAZONGA - G171126-L, natural da Rep Dem Congo, nascida em 31 de março de 1975, filha de Panzu Bazonga Alexandre e de Mavungu Ngoma Marie, residente no Estado de São Paulo (Processo n°08505.019055/2019-32);

MAIRELLYS RAMIREZ RENGINFO - V971489-S, natural de Cuba, nascida em 21 de agosto de 1980, filha de Diosdado Ramirez Hierrezuelo e de Hilda Ester Rengifo Odio, residente no Estado de Pernambuco (Processo n°08400.004904/2019-21);

MATONDO LUYINDULA PEDRO - G298387-A, natural da Angola, nascida em 06 de maio de 1975, filha de Pedro Nsingi e de Isabel Merona, residente no Estado de São Paulo (Processo n°08505.022562/2019-53);

MAYELIN CABRERA RODRIGUEZ - V956557-O, natural de Cuba, nascido da em 16 de maio de 1972, filha de Alcides Benito Cabrera Lopez e d e Marina Rodriguez Martinez, residente no Estado do Pernambuco (Processo n° 08065.002505/2019-84);

MHD SAMER ESBIER - G090277-Y, natural da Síria, nascido em 15 de maio de 1977, filha de Hesham Esbier e de Awatef Alakra, residente no Estado do Paraná (Processo nº08389.001615/2019-76);

MOHAMMED AMIN JUMAA - G340493-0, natural da Síria, nascido em 20 de outubro de 1992, filho de Amin Jumaa e de Salwa Jumma, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n°08495.000645/2019-58);

MOHAMED FRANÇOIS ROCHA - G382459-3, natural do Senegal, nascido em 17 de setembro de 1992, filho de Alcidio Rocha e de Fatou Diop, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n°08451.003863/2019-51);

MOKHTAR AL ATWAN - G339601-L, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1993, filho de Khalil Atwan e de Elham Bdeue, residente no Estado do Paraná (Processo n 08385.020030/2019-95);

NINA KARSHNEUSKAYA BARBOUR - G219365-Q, natural da Bielorrússia, nascida em 14 de janeiro de 1969, filha de Vladislav Iossifovich Kovalevski e de Svetlana Ivanovna Kovalevskaya, residente no Estado de São Paulo (Processo n 08505.015362/2019-44);

SAMSON DOUVILLE - V863931-5, natural do Haiti, nascido em 04 de fevereiro de 1984, filho de Christian Douville e de Christine Zephir, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo n°08451.003874/2019-31);

TANIA KEMBI - G297775-6, natural da Angola, nascida em 10 de junho de 1983, filha de Catucevanaco Matos e de Luisa Macaia, residente no Estado de São Paulo (Processo n 08505.023228/2019-17)

TCHERNO IBRAIMA BALDE - V614649-0, natural da Guiné Bissau, nascido em 15 de fevereiro de 1982, filho de Bona Balde e de Idjatu Djalo, residente no Estado de São Paulo (Processo n°08505.020899/2019-26) e

YELENA VENEGAS ARNALICH - V971858-N, natural de Cuba, nascida em 24 de outubro de 1981, filha de Raul Mariano Venegas Sanchez e de Vivian Francisca Arnalich Gonzalez, residente no Estado do Acre (Processo n° 08797.000057/2020-53);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 148, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JUDITH SELLS RYAN -W628316-U, natural dos Estados Unidos da America, nascida em 08 de setembro de 1952, filha de Frank Alvin Ryan e de Marcia Snowden Ryan, residente no Estado de São Paulo (Processo n°08505.007443/2019-71);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 149, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.004111/2018-53, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, TAYRON JEANPIERRE VARGAS LUNA, de nacionalidade peruana, filho de Pedro Vargas Landa e de Maria Ester Luna Portilla, nascido em Lima, República do Peru, em 5 de setembro de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 150, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo n º 08505.030679/2017-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, GIUSEPPE TUFANO, de nacionalidade italiana, filho de Michele Tufano e de Gilda Liberti, nascido em Napoli, República Italiana, em 7 de março de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 151, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.035655/2017-86, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, SERGIO DANIEL ZULIANI, de nacionalidade argentina, filho de Maria del Carmen Ziliani, nascido na República Argentina, em 10 de maio de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 152, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo n º 08018.009242/2015-76, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, NANCI RUIZ ACIPALI, de nacionalidade peruana, filha de Hector Ruiz Uilcher e de Celia Acipali Chanchari, nascida na República do Peru, em 15 de março de 1969, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 153, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002817/2013-68, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, WILSON GODOY BALDERRAMA, de nacionalidade boliviana, filho de Feliz Godoy Balderrama e de Natalia Balderrama Garcia, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 20 de agosto de 1972, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 154, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001347/2013-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, YUSSUF OMOBOLAJI YAKUB, de nacionalidade nigeriana, filho de Mide Yakoub e de Adele Yakub, nascido em Lagos, na República Federal da Nigéria, em 14 de abril de 1977, ficando a efetivação da medida

condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos, 8 (oito) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 155, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000769/2013-73, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, TIAGO MIGUEL PEREIRA ALHINHO, de nacionalidade portuguesa, filho de José Joaquim Alhinho e Cidalia Maria das Neves Pereira de Sá Alhinho, nascido em Setubal, na República Portuguesa, em 29 de agosto de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 156, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009062/2012-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, UDO TONDORF, de nacionalidade alemã, filho de Anton Tondorf e de Petra Tondorf, nascido na República Federal da Alemanha, em 5 de dezembro de 1966, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 24 (vinte e quatro) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 157, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.010094/2012-89, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, GILMAR GALEANO, de nacionalidade paraguaia, filho de Osvaldo Dias e de Felicita Galeno, nascido na República do Paraguai, em 1º de setembro de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, 3 (três) meses e 16 (dezesseis) dias, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 158, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.001364/2010-99, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, AVELINO SOARES TATI, de nacionalidade angolana, filho de João Tati e de Elizabete Afonso, nascido na República de Angola, em 9 de fevereiro de 1965, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 159, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.006005/2010-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, RUFINA BUDELMAN DE SCHMIDT, de nacionalidade boliviana, nascida em Santa Cruz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 31 de julho de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 160, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012012/2009-46, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MIGUEL MATEO ALMEYDA, de nacionalidade argentina, filho de Ricardo Mateo Almeida e de Sofia de Almeida, nascido na República Argentina, em 30 de novembro de 1971, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 7 (sete) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 161, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000882/2008-91, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALCIDES AQUINO GONZALEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Demétrio Aquino e de Lucia Gonzalez, nascido em Concepción, na República do Paraguai, em 10 de maio de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 162, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.020578/2006-98, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JOHN IWUH, de nacionalidade nigeriana, filho de Nze Vitus Iwuh e de Carthre Iwuh, nascido em Umuakagu, República Federal da Nigéria, em 26 de agosto de 1969, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (quatorze) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 163, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.018510/2006-49, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MIGUEL GONZALEZ ORTEGA, de nacionalidade paraguaia, filho de Eduardo Gonzalez e de Nimia Ortega, nascido na República do Paraguai, em 1º de outubro de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 164, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.002494/2006-62, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VICTOR ALFREDO VALDERRAMA RUIZ, de nacionalidade colombiana, filho de Jorge Valderrama e de Mercedez Ruiz, nascido na República da Colômbia, em 3 de março de 1960, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

PORTARIA Nº 165, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.028822/2005-80, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANTONINO LO CASCIO, de nacionalidade italiana, filho de Giuseppe Lo Cascio e de Marianna Coppolino, nascido na República Italiana, em 5 de setembro de 1954, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ALEXANDRE RABELO PATURY

DESPACHOS

Despacho nº 4/2020/DNN_Igualdade_de_Direitos/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: LAURENTINO FRANCISCO DA NAZARE RODRIGUES.
Processo nº 08000.058417/2019-91

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 5/2020/DNN_Igualdade_de_Direitos/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ANTONIO GOMES DA SILVA.
Processo nº 08018.003146/2019-48

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 24/2020/DNN_Reaquisicao_de_Nacion/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do Pedido de Revogação do Ato que Declarou a Perda de Nacionalidade Brasileira
Interessado: VALDIR JOSE DA SILVA
Processo nº 08000.050517/2017-16

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

ALEXANDRE RABELO PATURY

DESPACHOS

Despacho nº 527/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: ANA DA GLORIA ROMAO SERROTE CHILONGO
Processo: 08505.016535/2019-41

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende ao requisito contido no Art. 237 do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 523/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: INDRA ROJAS SOLANO
Processo: 08444.006739/2017-74

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não cumpre o disposto no art. 65, inciso II c/c com art. 66 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 509/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ABDOU SECK
Processo: 08451.003513/2019-94

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigências, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 524/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido de Naturalização.
Interessado: NELSON RICARDO COFRE VENEGAS
Processo: 08270.000484/2019-37

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 512/2020/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: HENRIQUE AUGUSTO TÉ
Processo: 08270.017020/2018-89

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou ter residência no Brasil há mais de 04 anos ininterruptos, nos termos do Inciso II, do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que a correta grafia do nome de JOSE MIGUEL GARCIA ALVARES incluído na Portaria CPMIG nº 629, de 25 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2019, é JOSE MIGUEL GARCIA ALVAREZ e não como constou. 08084.003177/2019-13

Declara que a correta grafia do nome da genitora de AMMAR NSAIF JASIM, incluída na Portaria Naturalização nº 629, de 25 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2019, é HADIYAH ABDULAMEER e não como constou. 08018.032737/2019-22

CERTIFICO que TEREZA FERREIRA DAS NEVES, incluída na Portaria n.º 447GB, de 14 de novembro de 1972, publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 1972, passou a assinar TEREZA FERREIRA DAS NEVES, passou a assinar TEREZA FERREIRA DOS ANJOS, por haver contraído matrimônio com MANOEL ALBERTO DOS ANJOS PEREIRA, em 15 de janeiro de 1977, conforme certidão de casamento expedida pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 10.º Circunscrição Freguesia do Engenho Novo da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, registrada sob o nº 5401, às fls. 101 do livro nº BR-104. 08000.000046/2020-92

Declara que a exata data de nascimento de LEV IANTURAEV, incluído na Portaria Naturalização nº 1413, de 12 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2019, é 24 de setembro de 2012 e não como constou. 08018.000739/2020-96

CERTIFICO que YENDY N JAI CHICUPO VAPOR, incluída na Portaria n.º 97, de 10 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2019, passou a assinar YENDY N JAI CHICUPO SZABO, por haver contraído matrimônio com Maurício Eduardo Chicupo Szabo, aos 27 de outubro de 2012, conforme Certidão expedida pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 1° Subdistrito do Município e Comarca de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo/SP, matrícula n° 111419.01.55.2012.2.00402.183.0120133-10. 08000.000340/2020-02

Declara que a correta grafia do nome do genitor de KENNETH OFORI, incluída na Portaria Naturalização nº 1048, de 19 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2019, é ALBERT OFORI AMANFO e não como constou. 08084.000088/2020-41

Declara que a correta grafia do nome dos genitores de LISSETE PEREZ VELAZQUEZ, incluída na Portaria Naturalização nº 1.304, de 05 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 2019, é INÉS MARÍA FRANCISCA VELAZQUEZ SUÁREZ DEL VILLAR e PEDRO RAÚL PÉREZ VALLADARES, e não como constou. 08000.000600/2020-31

CERTIFICO que AMAL ALI CHEHADEH, passou a assinar AMAL ALI CHEHADI, por haver contraído matrimônio com Fuad Ibrahim Chehadi, em 23 de outubro de 1992, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório Registro Civil das Pessoas Naturais Barretos, 2° Subdistrito - São Paulo/SP, registrada no Livro B-33, às fls. 226, sob o nº de ordem 4.964. 08084.000173/2020-17

Declara que a correta grafia do nome do país de nascimento de ALI AHMAD TIBA, incluído na Portaria Naturalização nº 1.174, de 27 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2019, é Líbano e não como constou. 08018.002598/2020-46

Declara que a correta grafia do nome dos genitores de JOHNSON CLERVEAUX, incluída na Portaria Naturalização nº 1.198, de 28 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2019, é Gertrude Lapointe e Winer Clerveaux, e não como constou. 08000.000844/2020-14

Declara que a correta grafia do nome de MARIA MIGUEL DONDA LANDO, incluído na Portaria Naturalização nº 1.025, de 12 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, é MARTA MIGUEL DONDA LANDO e não como constou. 08335.000221/2020-60

Declara que a correta grafia do nome da genitora de Delia Beatriz Fariña Benitez, incluída na Portaria Naturalização nº 1.415, de 12 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2019, é Flora Catalina Benitez Vda de Acosta e não como constou. 08389.011457/2019-62

CERTIFICO que, ARSELINA DOS SANTOS BRASIL, incluída na Portaria nº 291, de 27 de março de 1980, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 1980, voltou a assinar ARSELINA CRUZ DOS SANTOS, em virtude de Divórcio, conforme decisão proferida pelo MM. Juiz da 9ª Vara de Família do Rio de Janeiro - RJ, datada de 29 de junho de 1994, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do 11º Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca da Capital do Rio de Janeiro - RJ, Matrícula nº 088567 01 55 1972 2 00178 031 0044209 61. 08000.001112/2020-41

Declara que a correta grafia do nome do genitor de DAYAN ALMEIDA HERNANDEZ, incluída na Portaria Naturalização nº 48, de 09 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2020, é JORGE LUIS ALMEIDA LOPEZ e não como constou. 08018.003387/2020-21

Declara que a exata data de nascimento de LEV lANTURAEV, incluído na Portaria Naturalização nº 1413, de 12 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2019, é 24 de setembro de 2012 e não como constou. 08490.000069/2020-22

Declara que a correta grafia do nome do genitor de IDAILIN FERNANDEZ FONSECA, incluída na Portaria Naturalização nº 853, de 23 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2019, é JOSE ANTONIO FERNANDEZ ESPINO e não como constou. 08531.000930/2019-95

Declara que a correta grafia do nome da genitora de AMMAR NSAIF JASIM, incluída na Portaria Naturalização nº 629, de 25 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2019, é HADIYAH ABDULAMEER e não como constou. 08505.002527/2019-18

CERTIFICO que, o exata data de nascimento de ALEXANDRU CHIVESCU, incluído na Portaria da SNJ nº 107, de 16 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2020, é 13 de abril de 1991, e não como constou. 08505.011604/2019-21

CERTIFICO que, MOHAMMED NAJEEB AL AFANDI, incluída na Portaria da CPMIG nº 59, de 10 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2020, é natural dos Emirados Árabes Unidos, e não como constou. 08125.001988/2019-48

CERTIFICO que, a exata data de nascimento de ABDALLAH MARZOUKI, incluído na Portaria da CPMIG nº 1555, de 26 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2019, é 02 de janeiro de 2014, e não como constou. 08389.011525/2019-93

Declara que a correta grafia do nome de JÚLIO RODRIGUEZ, incluído na Portaria CPMIG nº 376, de 20 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 21 de agosto de 2019, é JULIO RODRIGUES e não como constou. 08311.000255/2018-16

CERTIFICO que, a exata data de nascimento de ZIMU WANG, incluído na Portaria da SNJ nº 421, de 12 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2019, é 28 de julho de 2010, e não como constou. 08514.003422/2018-96.

Declara que a correta grafia do nome da genitora de Marleni Maritza Malaga Villalobos, incluída na Portaria Naturalização nº 502, de 06 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2019, é ISABEL BERTA VILLALOBOS VIDAURRE e não como constou. 08220.010028/2018-18

CERTIFICO que, a exata data de nascimento de FRIDRIK ROFA MATY, incluído na Portaria da SNJ nº 978, de 07 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2019, é 25 de janeiro de 1995, e não como constou. 08458.001624/2018-15

Declara que a correta grafia do nome de LITZYLINA CHOQUECHAMBI CATORCENO, incluído na Portaria CPMIG nº 1564, de 27 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2019, é LITZY LINA CHOQUECHAMBI CATORCENO e não como constou. 08505.014599/2019-16

Declara que a correta grafia do nome da genitora de RAISA ISABELLA VALENZUELA SANDOVAL, incluída na Portaria da SNJ nº 130, de 01 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2019, é ERICKA YESSENIA SANDOVAL VARGAS e não como constou. 08505.001559/2019-04

Declara que a correta grafia do nome da genitora de Mariby Delvalle Velasquez Guilarte, incluída na Portaria Naturalização nº 595, de 20 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2019, é DEL VALLE TERESA GUILARTE DE VELASQUEZ e não como constou. 08485.044788/2018-18.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 109, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Administração e Gestão e, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, a seu substituto legal, para representar a Fundação Nacional do Índio judicial e extrajudicialmente, em assuntos relacionados à Legislação de Pessoal, conforme Art. 241, Inciso V, da Portaria nº 666/PRES/Funai, de 17 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 137, Seção 1, folhas 31/47, de 19 de julho de 2017.

Parágrafo único. O dirigente poderá emitir carta de preposição indicando servidor para representar a Funai em audiências trabalhistas, conforme preceitua o §1º do Art. 843 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

Art. 2º Convalidar os atos praticados pelo dirigente acima até a data da publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIR AMARAL TEIXEIRA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 207ª, REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2020

Dia: 20/01/2020
Hora: 18h
Presidente Substituta: Paula Farani de Azevedo Silveira
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente, até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária.

A distribuição iniciará sem o nome dos Conselheiros Sérgio Costa Ravagnani, Lenisa Prado e Luis Henrique Bertolino Braido que nos últimos blocos de sorteios, na 204ª SOD, na 75ª SED e na 205ª, foram os relatores sorteados. O nome da Conselheira Paula Azevedo retornou ao bloco de sorteio tendo em vista a necessidade de compensação decorrente da redistribuição realizada na 205ª SOD.

Em razão de declaração de impedimento do Conselheiro Luiz Hoffmann o processo nº 08700.005079/2019-06 será redistribuído com a respectiva compensação na sessão de distribuição seguinte.

Procedimento Administrativo de Apuração de Ato de Concentração nº 08700.005079/2019-06
Representante: Cade ex officio
Representada: Prosegur Brasil Transportadora de Valores e Segurança S.A.
Advogados: Barbara Rosenberg e outros
Relatora: Conselheira Paula Azevedo

PAULA FARANI DE AZEVEDO SILVEIRA
Presidente do Conselho
Substituta

DESPACHO Nº 49, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 08700.007938/2016-41
Tipo de Processo: Finalístico: Processo Administrativo (ref. Apartado de Acesso Restrito nº 08700.007939/2016-95)
Representante: SDE ex officio
Representados: Cláudio Hernan Siracusano e Takayoshi Matsunaga.
Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Thaiane Viera Ferdandes Abreu e Levi Veríssimo.
Relatora: Conselheira Paula Farani de Azevedo Silveira

Em 28 de outubro de 2019, a peticionária Autoliv do Brasil Ltda. ("Autoliv") protocolou manifestação nos autos de apartado restrito nº 08700.005261/2019-59 do presente processo (SEI 0678087 e 0678072), ocasião em que requereu a sua admissão como terceira interessada, nos termos do art. 50, inciso I da Lei nº 12.529/11, para que pudesse resguardar adequadamente os seus direitos de confidencialidade em relação às informações e documentos sigilosos apresentados por ela no Termo de Compromisso de Cessação ("TCC") celebrado no âmbito do Processo Administrativo nº 08700.004631/2015-15 ("Processo Originário") (SEI 0267647) e juntados nos autos do presente processo (SEI 0272017).

Além disso, solicitou que a Resolução CADE nº 21/2018 não fosse aplicada retroativamente no presente caso, devendo ser consideradas as regras de confidencialidade previstas na Cláusula 2.2. de seu TCC, além da aplicação do artigo 207 do RICADE e de outras fontes, tais como o Guia de TCC e o Guia de Leniência, em vigor à época da celebração do acordo, para que fosse mantida a confidencialidade integral dos documentos mesmo após a decisão final do Tribunal no presente processo.

Requereu ainda, por cautela e em caráter de urgência, que fossem imediatamente suprimidas do áudio da 147ª Sessão Ordinária de Julgamento ("SOJ") do CADE, disponível no site do CADE, as referências às informações confidenciais contidas nos documentos confidenciais da Autoliv feitas durante a leitura do meu voto, até que fosse proferida uma decisão final pelo Tribunal do CADE sobre as regras que deverão ser aplicáveis à confidencialidade das informações e documentos apresentados pela Autoliv em seu TCC.

Feito este breve relatório, decido.

Conforme destacado em meu voto (parágrafo 3º, SEI 0697039), rememoro que, consoante Nota Técnica nº 108/2016 (SEI 0272007), referendada pelo Despacho do Superintendente-Geral nº 31/2016 (SEI 0273183), o presente processo foi instaurado a partir de novos indícios de participação no cartel, obtidos em virtude do TCC celebrado pela própria Autoliv no âmbito do Processo Originário e juntados nos presentes autos. Por conta disso, não há dúvidas de que a ora peticionária é terceira titular de direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada no presente processo. Entendo, entretanto, que tal pedido deveria ter sido formalizado quando da instauração do presente processo, momento em que a peticionária, ciente de que os documentos e informações fornecidos na ocasião do TCC estavam sendo utilizados para a abertura de novo processo administrativo, poderia ser afetada em seus direitos ou interesses. Em uma análise restritiva da Lei, haveria a ocorrência de preclusão temporal. No entanto, entendo que o referido pedido deve ser acolhido à luz do direito de petição, assegurado pelo art. 5, inciso XXXIV da Constituição Federal, tendo em vista que, conforme dito acima, a Autoliv inegavelmente é terceira titular de direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada no presente processo. Assim, as suas demandas, todas vinculadas ao presente caso, devem ser devidamente examinadas.

Com efeito, com relação à retroatividade da Resolução CADE nº 21/2018, tendo em vista o meu posicionamento adotado nos autos do Processo Administrativo nº 08700.004073/2016-61[1] e referendado pelo Plenário, no sentido de que a aplicação da referida resolução não se daria retroativamente, entendo que o mesmo tratamento deva ser dispensado ao presente caso, considerando tratarem-se de pleitos similares. Por conta disso, dou provimento ao pedido da Autoliv e mantenho a confidencialidade das informações e documentos que integram o apartado de acesso restrito nº 08700.007939/2016-95.

Já quanto ao pedido de supressão de trecho do áudio da 147ª Sessão Ordinária de Julgamento ("SOJ") do CADE, ocorrida em 16 de outubro de 2019, entendo que algumas das informações contestadas pela Autoliv constituem provas da ocorrência do cartel, cujos conteúdos se demonstraram essenciais para a minha convicção e o deslinde do feito. Especificamente, quanto ao nome do cliente objeto das cotações, entendo que estes são nucleares tanto ao vínculo quanto à ciência do acordo pelo Representado Takayoshi Matsunaga, uma vez que o Representado era responsável direto pelas vendas ao cliente mencionado. Verifico, assim, que a publicização do nome do cliente está em conformidade com o Guia de Leniência do CADE, com a prática e decisões anteriores deste Conselho[2]:

"'84. A confidencialidade das informações e documentos submetidos no curso da negociação do Acordo de Leniência permanece após o julgamento do processo administrativo pelo Tribunal do Cade?

O Cade segue seus procedimentos de confidencialidade do Acordo de Leniência mesmo após o julgamento do processo administrativo pelo Plenário do Tribunal do Cade. O julgamento do processo administrativo torna pública a identidade da empresa e/ou das pessoas físicas beneficiárias do Acordo de Leniência, oportunidade em que também poderão ser divulgadas informações essenciais para a compreensão e deslinde do caso, por meio da divulgação do voto público do Conselheiro Relator. Via de regra, o voto é detalhado e pode incluir informações e imagens dos documentos necessários para a imputação da conduta anticompetitiva a todos os representados, sejam eles Signatários do Acordo de Leniência, Compromissários do TCC ou não. Mesmo após o julgamento pelo Tribunal, o Cade envidará seus melhores esforços para a manutenção da confidencialidade dos documentos e informações submetidos voluntariamente pelo beneficiário do Acordo de Leniência que configurarem segredo comercial das empresas. (grifo nosso).

Assim, com relação aos terceiros interessados (por exemplo, clientes e consumidores que se sentirem prejudicados pela infração noticiada), o Cade, via de regra, não confere acesso a informações e aos documentos voluntariamente apresentados no âmbito do Acordo de Leniência para além dos que já constam no voto público do Conselheiro Relator. (...)'.

7. O fato de os documentos terem sido juntados nos autos confidenciais durante o processo não implica que eles não poderiam ser publicizados no momento do julgamento. Na verdade, a publicização quando do julgamento não consta apenas do referido guia, mas é a prática rotineira no Cade. Não houve qualquer inovação na atuação do Relator".

Ademais, o fato da Toyota ser cliente da Autoliv não é uma informação apta a ser protegida pelo art. 51 do RICADE. Primeiramente, o sigilo poderá ser deferido para informações cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos. O nome de clientes poderia ser objeto do sigilo, caso tal informação já não fosse pública, o que é exatamente o que ocorre no presente feito. A título exemplificativo, a Autoliv divulga em seu próprio relatório anual o nome de seus clientes, incluindo a Toyota, o percentual das vendas que foram realizadas à ela, além de divulgar que é fornecedora de airbags para a Toyota[3]. Dessa forma, entendo que a proteção do nome da Toyota não encontra respaldo no RICADE, motivo pelo qual não acolho o pedido da Autoliv quanto a este ponto.

Por fim, já com relação ao projeto objeto das cotações, tendo em vista que, de forma conservadora, tal informação possa estar sujeita à proteção de acesso restrito, nos termos do art. 51 do RICADE, ainda que passados mais de cinco anos da data dos fatos, dou provimento ao pedido da Autoliv para que as informações relacionadas ao projeto das cotações se mantenham como de acesso restrito.

Em virtude do exposto, determino:

a) A admissão da Autoliv como terceira interessada nos autos do presente processo;

b) A manutenção da confidencialidade das informações e documentos que integram o apartado de acesso restrito nº 08700.007939/2016-95; e

c) A supressão da leitura do voto pela Conselheira-Relatora do áudio da 147ª Sessão Ordinária de Julgamento.

PAULA FARANI DE AZEVEDO SILVEIRA
Conselheira

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Nº 63 - Ato de Concentração nº 08700.006152/2019-59. Requerentes: Ânima Holding S.A. e Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda. Advogados: Tiago Machado Cortez, Marcelo Laplane e Maria Amoroso Wagner. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 66 - Ato de Concentração nº 08700.000077/2020-56. Requerentes: Léros Geradora S.A. e EDP - GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Marcio De Carvalho Silveira Bueno e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 67 - Ato de Concentração nº 08700.000032/2020-81. Requerentes: Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. e Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. Advogados: Maria Eugênia Novis e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 69 - Ato de Concentração nº 08700.004943/2019-44. Requerentes: Mylan N.V. e Upjohn Inc. Advogados: Renata Fonseca Zuccolo Giannella, Stephanie Scandiuzzi, José Inácio Gonzaga Franceschini, Rodrigo França Vianna e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 32, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48000.001637/2014-53, resolve:

Art. 1º Revisar para 4,78 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Salto Santo Antônio, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: PCH.PH.SC.002673-5.04, com potência instalada de 9,0 MW, de titularidade da empresa Chapecozinho Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.913.685/0001-25, localizada no rio Chapecó, integrante da sub-bacia 73, na bacia hidrográfica do rio Uruguai, nos municípios de Água Doce e Passos Maia, no estado de Santa Catarina.

§ 1º O montante de garantia física de energia da PCH Salto Santo Antônio refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Salto Santo Antônio poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SPE/MME nº 200, de 10 de julho de 2017.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 33, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48340.004985/2019-36, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das usinas eólicas Serrote I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se aos Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REIVE BARROS DOS SANTOS

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MW médio)
EOL.CV.CE.040878-6.01	Serrote I	25,200	11,4
EOL.CV.CE.040879-4.01	Serrote II	25,200	11,3
EOL.CV.CE.040880-8.01	Serrote III	21,000	9,0
EOL.CV.CE.040881-6.01	Serrote IV	16,800	6,7
EOL.CV.CE.040882-4.01	Serrote V	29,400	12,4
EOL.CV.CE.040883-2.01	Serrote VI	29,400	13,6
EOL.CV.CE.040884-0.01	Serrote VII	29,400	13,0
EOL.CV.CE.040885-9.01	Serrote VIII	29,400	12,8

PORTARIA Nº 34, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48340.004775/2019-48, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das usinas eólicas Delta 7 I, Delta 7 II e Delta 8 I na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se aos Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REIVE BARROS DOS SANTOS

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MW médio)
EOL.CV.MA.040572-8.01	Delta 7 I	27,000	14,0
EOL.CV.MA.040573-6.01	Delta 7 II	35,100	18,2
EOL.CV.MA.040574-4.01	Delta 8 I	35,100	17,8

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 143, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº: 48500.005902/2019-46. Interessado: EDP Renováveis Brasil S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Aventura Solar, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.RN.046565-8.01, com 10.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Touros, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 131, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº: 48500. 003433/2019-21. Interessado: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Decisão: estabelecer o valor devido pela elaboração das revisões dos relatórios R3 relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-105/2015-rev1, a ser utilizado no Leilão de Transmissão, nos termos da REN nº 594/2013, no montante de R$ 71.464,65 referidos a dezembro de 2019. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO BRAGA DE LIMA GUEDES
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.538, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo nº 48500.003920/2019-93. Interessado: Jambo Energia S.A. Decisão: arquivar o Auto de Infração nº 0008/2019-SFG, de 12 de setembro de 2019. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 94, DE 14 DE JANEIRO DE 2020

Processo nº: 48500.007132/2019-76. Interessado: AES Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., atual ENEL Distribuição SP. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 636.093,76 (seiscentos e trinta e seis mil, noventa e três reais, setenta e seis centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0390-1008/2010; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente Adjunto

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 2/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
José Everton de Castro Júnior - 866986/18

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 3/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.899/2013-NEOINFRA ENGENHARIA DE INFRAESTRUTUTA CIVIL LTDA-OF. N°406/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.755/2013-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°408/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.610/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-OF. N°409/2019/DIREM - MG/GER - MG
831.958/2018-DEPÓSITO SAARA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°399/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.064/2018-KULUENE SERVIPOS E CONSULTORIA LTDA.-OF. N°397/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.065/2018-KULUENE SERVIPOS E CONSULTORIA LTDA.-OF. N°396/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.116/2018-ROSANA DE LOURDES FREIRE COSTA-OF. N°395/2019/DIREM - MG/GER - MG
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
833.862/2013-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(2194)
832.700/2013-NEOINFRA ENGENHARIA DE INFRAESTRUTUTA CIVIL LTDA
831.751/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA
831.752/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA
832.495/2014-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
832.851/2015-PREMIER GEMS LTDA
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
833.626/2013-CARMO EXTRAÇÃO DE GRANITO LTDA ME- AI N°733/2019/GER - MG/DIREM - MG
830.916/2016-EDUARDO DE SOUZA MARTINS- AI N°725/2019/GER - MG/DIREM - MG
830.917/2016-EDUARDO DE SOUZA MARTINS- AI N°714 e 715/2019/GER - MG/DIREM - MG
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
832.900/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME -AI N°953/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
832.901/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME -AI N°954/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
832.902/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME -AI N°955/2018-SUPERINTENDÊNCIA/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.446/2011-DEPOSITO TANGARÁ LTDA ME-OF. N°288/2019/DIREM - MG/GER - MG
835.006/2011-DR CAR TRANSPORTES LTDA-OF. N°431/2019/DIREM - MG/GER - MG
835.006/2011-DR CAR TRANSPORTES LTDA-OF. N°433/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.626/2013-CARMO EXTRAÇÃO DE GRANITO LTDA ME-OF. N°412 e 413/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.181/2014-IMPERIO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS E AGENCIAMENTOS EIRELI-OF. N°257/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.197/2014-CESAR RODRIGUES DE ARAUJO-OF. N°111/2019/UAPC - MG/GER - MG
833.291/2015-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. N°371/2019/DIREM - MG/GER - MG
Despacho publicado(256)
832.774/2011-MINERAL PERFURAÇÃO DE ROCHAS LTDA.-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício.
835.006/2011-DR CAR TRANSPORTES LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício - GUIA DE UTILIZAÇÃO.
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
830.683/2017-AREIAL CALDEIRA FREITAS EIRELI
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.900/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME- Área de 62,18 ha para 38,44 ha-AREIA- CASCALHO E MINÉRIO DE OURO (CASCALHO)-Porto Firme/MG
832.901/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME- Área de 67,08 ha para 39,41 ha-Areia, cascalho e minério de ouro-Porto Firme e Guaraciaba/MG
832.902/2013-GUARACIABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME- Área de 91,34 ha para 39,11 ha-AREIA- CASCALHO E MINÉRIO DE OURO (CASCALHO)-Guaraciaba/MG
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.646/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS -Alvará N°3141/2017
831.648/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS -Alvará N°3143/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
832.786/2002-JOSÉ CÉSAR RAIMUNDO-Grafita-Santo Antônio do Monte/Arcos/MG
832.181/2014-IMPERIO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS E AGENCIAMENTOS EIRELI-Areia.(Uso Imediato na Construção Civil)-Esmeraldas/MG
833.338/2014-AREAL PEIXOTO LTDA ME-Areia-Caratinga e Santana do Paraíso/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.538/2013-DOMINGOS JOSE DE RAMOS
832.795/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA
832.848/2015-GRAVIMAR GRANITOS E MÁRMORES LTDA ME
833.104/2015-ROGÉRIO MOREIRA VIEIRA
833.105/2015-ROGÉRIO MOREIRA VIEIRA
830.437/2016-AGRÍCOLA RIO PARDO LTDA
832.625/2016-GERDAU AÇOMINAS S.A.
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.622/2016-CLAUDIO PEDRO DE ALCANTARA-ALVARÁ N°12957/2016
831.368/2016-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-ALVARÁ N°351/2017
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
830.683/2017-AREIAL CALDEIRA FREITAS EIRELI

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
832.184/2014-EMPRESA DE MINERAÇÃO SEARA LTDA.-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
835.004/2011-DR CAR TRANSPORTES LTDA-OF. N°429/2019/DIREM - MG/GER - MG

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
835.004/2011-Dr Car Transportes Ltda- AI N°770/2019/GER - MG/DIREM - MG
832.184/2014-Empresa de Mineração Seara Ltda.- AI N°717/2019/GER - MG/DIREM - MG

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
006.498/1961-BAOVALE MINERAÇÃO SA.- AI N° 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607 e 608/2019/GER - MG/DFMIM - MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
006.498/1961-BAOVALE MINERAÇÃO SA.-OF. N°57/2019/DFMIM - MG/GER - MG
830.402/1999-PEDREIRA BARRINHA LTDA.-OF. N°186/2019/DIREM - MG/GER - MG
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
930.556/2000-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°121/2019/DISBM - MG/GER - MG

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.270/2017-L.A.VIEIRA ME-OF. N°290/2019/DFMNM - MG/GER - MG
831.409/2018-JOÃO PAULO CINTRA-OF. N°289/2019/DFMNM - MG/GER - MG
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
831.398/2017-JACINTO AUGUSTO PESSOA CANÇADO
831.695/2017-WILIAM DONIZETE BRITO

Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
830.639/2016-UBIRAJARA PEREIRA-OF. N°104/2019/DFMNM - MG/GER - MG

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 5/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.830/2012-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME-OF. N°381/2019/DIREM - MG/GER - MG
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
830.138/2019-MINERAL BUSINESS BRASIL EIRELLI ME

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
832.857/2012-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA- AI N°730/2019/GER - MG/DIREM - MG
832.998/2014-RICARDO KÁSSIO DE MELO- AI N°759/2019/GER - MG/DIREM - MG
830.546/2018-V & M MINERADORA LTDA.- AI N°726/2019/GER - MG/DIREM - MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
836.250/1993-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-OF. N°424/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.940/2007-SANTOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME-OF. N°388/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.949/2007-FERNANDO DAS DORES FERREIRA-OF. N°391/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.120/2008-FRANCISCO XAVIER FRANÇA-OF. N°398/2019/DIREM - MG/GER - MG
830.319/2009-GM EMPRESARIAL LTDA-OF. N°354/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.957/2010-JOSÉ IGNÁCIO LINO DA SILVA-OF. N°393/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.969/2010-CORDOVAL GERALDO DA CRUZ FI-OF. N°390/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.340/2010-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°355/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.352/2010-KROCK TRANSPORTES LTDA-OF. N°360 e 362/2019/DIREM - MG/GER - MG
834.066/2010-MENDES & MATSUMURA LTDA ME-OF. N°420/2019/DIREM - MG/GER - MG
831.295/2011-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°417/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.151/2011-DAYANE TEIXEIRA SANTOS RODRIGUES-OF. N°359/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.480/2011-LINO GERALDO ALVES DE SOUZA-OF. N°418/2019/DIREM - MG/GER - MG
834.697/2011-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME-OF. N°351/2019/DIREM - MG/GER - MG
830.824/2012-CERAMICA CAJURUENSE LTDA ME-OF. N°374/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.455/2012-HUMBERTO MENDES PEIXOTO-OF. N°353/2019/DIREM - MG/GER - MG
833.201/2013-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°372/2019/DIREM - MG/GER - MG
831.609/2014-INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°421/2019/DIREM - MG/GER - MG
832.998/2014-RICARDO KÁSSIO DE MELO-OF. N°422/2019/DIREM - MG/GER - MG
Despacho publicado(256)
830.116/2007-NOVA MINERAÇÃO LTDA.-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício.
832.940/2007-SANTOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício
832.957/2010-JOSÉ IGNÁCIO LINO DA SILVA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício
833.352/2010-KROCK TRANSPORTES LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício
833.151/2011-DAYANE TEIXEIRA SANTOS RODRIGUES-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício
830.824/2012-CERAMICA CAJURUENSE LTDA ME-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício
830.546/2018-V & M MINERADORA LTDA.-Determina a apresentação da licença ambiental conforme ofício.
Defere pedido de reconsideração(262)
831.625/2005-GRANDARIVA GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA ME
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.824/2012-CERAMICA CAJURUENSE LTDA ME- Área de 324,15 ha para 48,10 ha-AREIA e ARGILA-Carmo do Cajuru/MG
832.952/2013-BRUCE STEPHENSON TULIO DEFILIPPIS- Área de 827.94 ha para 50,00 ha-Areia (Construção Civil) e Argila (Industrial).-Santo Antônio do Monte/MG
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
830.779/2009-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9206/2018
830.780/2009-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA. -Alvará N°9207/2018
834.961/2010-KELLY GONÇALVES DA SILVA -Alvará N°8090/2011
831.643/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS -Alvará N°3138/2017
831.644/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS -Alvará N°3139/2017
831.645/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS -Alvará N°3140/2017
831.647/2016-LUCAS NOGUEIRA LEMOS -Alvará N°3142/2017
830.887/2017-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA. -Alvará N°6658/2018
830.171/2018-SLIPSTREAM PARTICIPACOES LTDA. -Alvará N°812/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
832.957/2010-JOSÉ IGNÁCIO LINO DA SILVA-AREIA e ARGILA (Uso imediato na construção civil)-Leandro Ferreira/ Martinho Campos/MG
832.857/2012-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA-AREIA (uso imediato na Construção Civil)-Augusto de Lima/Monjolos/MG
832.991/2012-N L SOARES MINERAÇÃO EPP-AREIA - (Uso imediato na construção civil)-Antônio Dias/MG
833.580/2012-DELTAMIL COMÉRCIO LTDA-SAIBRO(para uso na construção civil após hidrociclonagem)/ GRANITO (para uso como revestimento)-Esmeraldas/MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.226/2003-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI EIRELI
831.646/2012-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.
831.963/2012-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.
831.220/2015-COLUMBIA EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
831.221/2015-COLUMBIA EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
830.638/2016-MARCOS KISTER PELANDA
831.559/2016-R & I LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
831.564/2016-R & I LOCACOES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
831.609/2014-INFRAMINAS INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.-ALVARÁ N°1260/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
833.120/2005-MARAMBÁR MINERAÇÃO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme ofício.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
831.840/1988-MINERAÇÃO SANTA RITA FUNDÃO LTDA-IGUATAMA/MG, PAINS/MG - Guia n° 235/2019-12.000 t/ano-ARGILA- Validade:36 MES(ES)
834.025/2008-TRANSAREIA BOA VISTA LTDA ME-ITAJUBÁ/MG, PIRANGUINHO/MG - Guia n° 138/2019-19.200 TONELADAS/ANO-AREIA- Validade:3 ANOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA GUIA DE UTILIZAÇÃO NO D.O.U. OU PL (O QUE FOR MENOR)
832.755/2012-AREAL MIX LTDA-FERROS/MG - Guia n° 231/2019-48.000 t/ano-AREIA- Validade:06/05/2020

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 7/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
831.661/2018-HUGMAR MELO DE BRITO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
830.371/2014-MACARANI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°448/2019/DIREM - MG/GER - MG
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
831.100/2018-CLAUDIO OLIVEIRA COSTA

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
830.622/2016-CLAUDIO PEDRO DE ALCANTARA- AI N°685/2019/GER - MG/DIREM - MG
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.635/2017-DIONE SOUZA LOURIANO- Cessionário:MINERAÇÃO VMC EIRELI-CPF ou CNPJ 34.808.462/0001-51- Alvará n°5004/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
832.184/2017-MARCOS WILLIAM ALMEIDA DRUMOND ME -Alvará N°1946/2018
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
833.130/2012-PRATINHA TRANSPORTES, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA .-GRAFITA/AREIA.-Arcos e Santo Antônio do Monte/MG

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
802.822/1974-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A- AI N° 422/2019 - GERENCIA REGIONAL/MG
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
802.822/1974-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A-OF. N°3344/2019 - DISBM/ANM/MG

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.027/2006-W.J.RIBEIRO COMERCIO LTDA ME-OF. N°273/2019/DFMNM - MG/GER - MG

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
830.302/2009-GMB MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-ALVINÓPOLIS/MG, SANTA BÁRBARA/MG - Guia n° 22/2020-20.000 t/ano-AREIA- Validade:36 MES(ES)

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 8/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração(109)
833.130/2012-PRATINHA TRANSPORTES, COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA .- AI N°632/2019-GERÊNCIA REGIONAL/MG
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
831.625/2005-GRANDARIVA GRANITOS E MINERAÇÃO LTDA ME- Publicado DOU de 05/06/2019
Torna sem efeito despacho publicado(192)
834.658/2011-TARGIO MURILO DINIZ PEREIRA CPF 456.564.956 04- DOU de 03/12/2019
830.745/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO- DOU de 18/11/2019
830.748/2012-LUIZ FERNANDO RIEVERS MACHADO- DOU de 18/11/2019
830.512/2015-IAMGOLD BRASIL PROSPECÇÃO MINERAL LTDA.- DOU de 18/11/2019
Torna sem efeito exigência(199)
834.604/2011-FUNCHAL LTDA-OF. N°2276-DOU de 2018
831.317/2018-MARCUS VINICIUS NOGUEIRA-OF. N°3964/2019-DOU de 22/10/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
831.661/2018-HUGMAR MELO DE BRITO-OF. N°124/2019-DIREM-MG/GER-MG-DOU de 18/11/2019

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(535)
831.005/1982-MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.- Publicado DOU de 07/06/2019
Torna sem efeito Notificação Administrativa(905)
830.719/1982-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.- NOT. N°1434 e 1435/2016

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE RONDÔNIA

DESPACHO
Relação nº 1/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
886.043/2019-SAMI HASSAN AKL

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
886.017/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MACHADINHO DO OESTE LTDA
886.019/2019-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MACHADINHO DO OESTE LTDA

ALLEMBERT DOURADO RIBEIRO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 2/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Everest Mineração, Exportação e Importação Eireli - 800137/18 - Not.10/2020 - R$ 3.562,80
Francisca Laura Silva Linhares - 800178/18 - Not.8/2020 - R$ 2.083,08
Mineracao Cardeal do Nordeste Ltda - 800518/17 - Not.2/2020 - R$ 531,32, 800549/17 - Not.4/2020 - R$ 8.362,12
Mineração Itacima LTDA. - 800017/18 - Not.6/2020 - R$ 3.286,13

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 3/2020

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Bruno Siqueira Lage - 800097/18 - Not.1/2020 - R$ 3.477,51
Everest Mineração, Exportação e Importação Eireli - 800137/18 - Not.11/2020 - R$ 3.872,98
Francisca Laura Silva Linhares - 800178/18 - Not.9/2020 - R$ 3.872,98
Mineracao Cardeal do Nordeste Ltda - 800518/17 - Not.3/2020 - R$ 3.872,98, 800549/17 - Not.5/2020 - R$ 3.872,98
Mineração Itacima LTDA. - 800017/18 - Not.7/2020 - R$ 3.872,98

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO RELAÇÃO nº 01/2020, publicado no Diário Oficial da União nº 14, de 21 de janeiro de 2020, Seção 1, página 48, onde se lê: "Órgão: Unidade Avançada Macapá/AP", leia-se: "Órgão: Unidade Avançada Pará/PA". Ainda nos despachos, relação 01/2020, onde se lê: "Agente administrativo", leia-se "Chefe".

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 5/2020

Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
811.279/2011-FLAVIO V. SCHMITZ ME - Registro de Licença N° 277/2015 - Publicado no DOU de 15/12/2015
811.099/2015-AGROPECUÁRIA VALIOSA LTDA - Registro de Licença N° 303/2015 - Publicado no DOU de 12/01/2016
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
810.175/2002-NAIR KAISER COSTABILE
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
810.035/2002-NOVO RUMO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA EPP -AI N°573/2019/GER - RS/SEFAM - RS
810.175/2002-NAIR KAISER COSTABILE -AI N°574/2019/GER - RS/SEFAM - RS
810.830/2008-PVI MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI -AI N°576/2019/GER - RS/SEFAM - RS
810.294/2014-IRMÃOS ANGELI LTDA -AI N°580/2019/GER - RS/SEFAM - RS
810.190/2015-G R M DE SOUZA ME -AI N°581/2019/GER - RS/SEFAM - RS
810.787/2015-J. DOS S. SOARES -AI N°584/2019/GER - RS/SEFAM - RS
810.842/2015-JACKSON SERAFIM PEDRO DA SILVA ME -AI N°586/2019/GER - RS/SEFAM - RS
811.032/2015-JAIR DE SENNA LEGEMANN ME -AI N°589/2019/GER - RS/SEFAM - RS

FABRICIO SOUZA DE SOUZA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 8/2020

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito Auto de Infração(1873)
810.985/2011-OSMAR SARMENTO LIMA- AI N°578/2019/GER - RS/SEFAM - RS
811.729/2015-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA- AI N°596/2019/GER - RS/SEFAM - RS

FABRICIO SOUZA DE SOUZA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 9/2020

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Alexandro Avila da Silva - 811156/17
Bolognesi Engenharia Ltda - 810131/18
Comin e Cia Ltda - 810207/09
Cristian Rafael Rodrigues me - 810107/19
Forquilhinha Comércio e Extração de Carvão LTDA. - 810259/18
Irineo Schneider - 810076/19
Joao Gabriel Soares de Barros Hillal - 810007/17
Jorge Roberto Ferreira da Silva - 810072/19
José Augusto Pereira Oppelt - 810834/08
Lourenço Capelesso - 810193/16
Lucio Gonçalves da Silva Junior - 811044/17
Maria Angelica do Amaral Zenkner - 810202/18
Megafer Indústria e Comércio de Materiais de Construção LTDA. - 810061/19
Otmar Carlos Cirolini Junior Epp - 811102/17
Prosper Mineração Ltda - 810038/19, 810039/19, 810040/19
Rsu Energia Renovável S.A. - 810030/19
Serra Leoa Mineração e Construção Ltda - 810074/18
Tecnoclay Min Ind Comercio Ltda - 811716/15, 810999/18

RONALDO MOSSMANN
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO Nº 37, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.212957/2019-63, resolve:

Fica disponível o Sumário do Projeto pretendido pela empresa RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ nº 33.453.598/0166-31, referente a construção de 2 (dois) dutos de transferência de etanol, no município de Paulínia/SP, constante no processo de referência no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a ser acessado em http://www.anp.gov.br/processo-eletronico-sei, estando as características principais do projeto resumidas nos documentos de referência SEI nº 0576331, SEI nº 0576332 e SEI nº 0587000.

A íntegra deste Despacho consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 38, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao AUTO POSTO INGLATERRA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 33.186.928/0001-61, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 5000145-67.2020.4.04.7001/PR.

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS

DESPACHO Nº 39, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pela Resolução de Diretoria nº 442, de 11 de julho de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.200941/2020-41, resolve:

1.Ficam estabelecidos os preços de referência do petróleo produzido em dezembro de 2019 em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 703, de 26 de setembro de 2017, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 7º-A do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

2.A tabela contendo os preços de referência do petróleo será disponibilizada na página da ANP na internet (www.anp.gov.br).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

DESPACHO Nº 40, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pela Resolução de Diretoria nº 442, de 11 de julho de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.200946/2020-74, resolve:

1.Ficam estabelecidos os preços de referência do gás natural produzido em dezembro de 2019 em cada campo, apurados segundo os critérios estabelecidos pela Resolução ANP nº 40, de 14 de dezembro de 2009, para fins do recolhimento de participações governamentais e de terceiros, com fundamento no art. 8º do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, no art. 47 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 42-A da Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010.

2.A tabela contendo os preços de referência do gás natural será disponibilizada na página da ANP na internet (www.anp.gov.br).

THIAGO NEVES DE CAMPOS

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 39, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Constitui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD/MMFDH, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso XII, do art. 2º da Portaria nº 3.032, de 5 de dezembro de 2019, o constante no Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019, e nos artigos 9º a 14 do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1° Fica constituída, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD/MMFDH, com o objetivo de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação para garantir a sua destinação final, nos termos da legislação vigente e das normas do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, com as seguintes competências:

I - elaborar os códigos de classificação de documentos e as tabelas de temporalidade e destinação de documentos, que são instrumentos técnicos de gestão relativos às atividades-fim deste Ministério e submetê-los à aprovação do Arquivo Nacional;

II - aplicar, orientar e supervisionar a aplicação do código de classificação de documentos e a tabela de temporalidade e destinação de documentos das atividades-meio da administração pública federal e de suas atividades-fim aprovada pelo Arquivo Nacional;

III - orientar as unidades administrativas deste Ministério, analisar, avaliar e selecionar o conjunto de documentos produzidos e acumulados pela administração pública federal, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos documentos destituídos de valor;

IV - analisar os conjuntos de documentos para a definição de sua destinação final, após a desclassificação quanto ao grau de sigilo;

V - observado o disposto nos incisos I e II, submeter as listagens de eliminação de documentos para aprovação do titular do órgão;

VI - estabelecer os prazos de guarda e destinação dos documentos relacionados a atividade-meio não constantes na tabela de temporalidade do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq, submetendo aprovação do Arquivo Nacional; e

VII - estabelecer em norma interna seu funcionamento.

Art. 2° A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos será presidida por um servidor(a) arquivista ou pelo Chefe de Divisão de Gestão Documental.

Art. 3° Ao presidente caberá dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Comissão de Permanente de Avaliação de Documentos, especialmente:

I - convocar os membros para as reuniões;

II - coordenar as reuniões e as ações da CPAD/MMFDH;

III - definir as prioridades dos assuntos a serem analisados;

IV - distribuir responsabilidades e tarefas aos membros, para posterior apresentação e discussão em colegiado;

V - requisitar informações e diligências necessárias ao andamento dos trabalhos;

VI - mediar discussões, dando preferência ao consenso entre os membros presentes, tendo voto de qualidade em caso de empate nas votações;

VII - propor ações de capacitação necessárias aos membros para o desenvolvimento dos trabalhos;

VIII - designar membros para acompanhar o processo de eliminação física dos documentos; e

IX - convidar, quando necessário, representantes de outros órgãos e entidades públicos ou privados e especialistas na matéria em discussão para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 4° A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos será composta pelos servidores das seguintes unidades administrativas, designados por meio de Portaria, que será publicada no Boletim de Serviço do MMFDH:

I - Gabinete da Ministra;

II - Secretaria-Executiva;

III - Secretaria Nacional da Família;

IV - Secretaria Nacional da Juventude;

V - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

VI - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;

VII - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;

VIII - Secretaria Nacional de Proteção Global;

IX - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

X - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

§ 1° Cada membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2° Os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos serão indicados pelo titular das unidades e designados pela Secretária-Executiva do MMFDH.

§ 3° A Secretaria-Executiva da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos será exercida por um dos servidores a que se refere o Art. 4º.

§ 4° Identificada a necessidade de contar com a colaboração de outros servidores, visando o entendimento dos conjuntos documentais que estão sendo avaliados, a autoridade máxima da unidade será informada pela CPAD/MMFDH e deverá indicar um servidor com perfil adequado ao solicitado, a fim de participar como membro temporário da Comissão.

Art. 5° A Comissão de Permanente de Avaliação de Documentos se reunirá em caráter ordinário, no mínimo, semestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocada por seu Presidente ou por solicitação de um terço dos membros.

§ 1° O quórum de reunião da CPAD/MMFDH é de maioria absoluta de seus membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2° O Presidente da Comissão Permanente de Avaliação terá o voto ordinário e o de qualidade em caso de empate.

§ 3° Os membros da Comissão de Permanente de Avaliação de Documentos que não se encontrarem no mesmo ente federativo da reunião, participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 4° O Regimento Interno será elaborado por seus titulares, no prazo de noventa dias após o ato de designação de seus membros, e submetido à aprovação da Secretária-Executiva do MMFDH.

Art. 6° O apoio técnico e logístico necessário às atividades da CPAD/MMFDH será dado pela Coordenação-Geral de Logística por meio do setor de Gestão Documental.

Art. 7° A participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8° Fica revogada a Portaria nº 219, de 13 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 113, de 14 de junho de 2018, seção 02, página 121.

Art. 9° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA BARBOSA DE ALVARENGA

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 21, DE 21 DE JANEIRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na cláusula décima-quinta do Contrato de Gestão celebrado entre o MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE) e a APEX-BRASIL em 3 de setembro de 2018, bem como a portaria MRE nº 692, de 12 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º - Publicar o Regimento Interno da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) da APEX-BRASIL, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERNESTO ARAÚJO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO (CAA) DA APEX-BRASIL

I - FINALIDADE E DEFINIÇÕES

Art. 1º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) tem por finalidade subsidiar o Ministro de Estado das Relações Exteriores em sua atividade de acompanhamento e avaliação da execução do contrato de Gestão da Apex-Brasil.

Art. 2º Para efeitos deste Regimento Interno:

I - Acompanhamento: observação sistemática e periódica dos indicadores de desempenho constantes do Contrato de Gestão; e

II - Avaliação: comparação entre os quantitativos programados no Contrato de Gestão e aqueles efetivamente alcançados, visando à verificação do cumprimento do referido instrumento contratual.

II - COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete à CAA:

I - acompanhar, com base nos relatórios apresentados pela Apex-Brasil, o desempenho da Agência no cumprimento dos objetivos e metas estipulados no Contrato de Gestão;

II - avaliar o cumprimento dos referidos objetivos e metas mediante os indicadores de desempenho constantes daquele instrumento;

III - emitir, com base na avaliação referida no inciso anterior, os pareceres previstos no Contrato de Gestão, nos quais manifestará opinião acerca do desempenho da Apex-Brasil, em particular no que tange ao cumprimento total, parcial ou, ainda, o descumprimento dos objetivos e metas acima mencionados, segundo os indicadores também estipulados no Contrato de Gestão;

IV - propor, em seus pareceres, se julgar necessário ou conveniente, ações corretivas e outras sugestões e recomendações decorrentes do acompanhamento e da análise do desempenho da APEX-BRASIL;

V - analisar o desempenho do contrato entre o MRE e a APEX-BRASIL e, se julgar conveniente, sugerir propostas de alteração ou revisão; e

VI - apreciar matérias específicas, por solicitação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, e, se julgar necessário ou conveniente, propor medidas adicionais ou corretivas.

III - COMPOSIÇÃO

Art. 4º A CAA é composta por cinco integrantes do Serviço Exterior Brasileiro, nomeados por ato do Ministro das Relações Exteriores, sendo:

I - um representante da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC);

II - um representante do Departamento de Promoção do Agronegócio (DPAGRO);

III - um representante do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura (DPER);

IV - um representante do Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria (DPSI); e

V - um representante do Departamento de Promoção Tecnológica (DCT).

§ 1º Para cada titular deverá ser nomeado representante suplente da mesma unidade da Secretaria de Estado (SERE).

§ 2º Representantes "ad hoc" de outras unidades da SERE poderão, quando julgado necessário, ser convidados a participar de reuniões da CAA, sem direito a voto.

§ 3º Os integrantes da CAA não serão remunerados pelas atividades desempenhadas no âmbito da Comissão.

§ 4º Especialistas e técnicos poderão ser convidados a participar das reuniões, sem direito a voto.

IV - PRESIDÊNCIA E SECRETARIADO

Art. 5º Os trabalhos e reuniões da CAA serão presididos pelo representante da SCAEC e secretariados por representante da CGPR.

Parágrafo único. Em caso de ausência do representante titular da SCAEC, as reuniões serão presididas por seu suplente.

Art. 6º Incumbe ao Presidente, assistido pelo Secretariado:

I - planejar, organizar e coordenar as atividades da CAA;

II - propor o calendário e a agenda das reuniões;

III - convocar reuniões e emitir notificações aos demais integrantes;

IV - convidar representantes "ad hoc" de outras unidades da SERE a participar de reuniões;

V - conduzir as reuniões e, caso necessário, as votações para a tomada de decisões;

VI - encaminhar minutas das atas de reuniões aos demais integrantes e responder a eventuais comentários a elas referentes;

VII - redigir minutas de pareceres de monitoramento, de avaliação anual e de avaliação conclusiva;

VIII - submeter as minutas de pareceres de monitoramento, de avaliação anual e de avaliação conclusiva à apreciação dos demais integrantes da CAA;

IX - encaminhar tempestivamente ao Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores as minutas de pareceres de avaliação anual e de avaliação conclusiva;

X - organizar e manter o arquivo da documentação referente às atividades da CAA;

XI - organizar os dados e informações necessários às atividades da CAA;

XII - comunicar e encaminhar aos demais integrantes os atos da CAA; e

XIII - prestar esclarecimentos, sempre que solicitado.

V - ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES

Art. 7º São atribuições e obrigações dos integrantes da CAA:

I - comparecer regularmente às reuniões;

II - justificar suas ausências ao Presidente;

III - participar das deliberações;

IV - discutir e, quando for o caso, votar as matérias em pauta;

V - formular, quando for o caso, comentários às minutas das atas de reuniões e demais documentos pertinentes; e

VI - contribuir para a redação das minutas de pareceres de monitoramento, de avaliação anual e de avaliação conclusiva.

VI - REUNIÕES

Art. 8º A CAA reunir-se-á:

I - ordinariamente, com periodicidade semestral; e

II - extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente.

Art. 9º Na hipótese de adiamento de reunião ordinária, esta será realizada no prazo máximo de trinta (30) dias, contados a partir da data anteriormente prevista.

Art. 10 Os integrantes serão convocados para as reuniões ordinárias com antecedência mínima de quinze (15) dias e, para as reuniões extraordinárias, com antecedência mínima de cinco (5) dias.

Parágrafo único. A pauta da reunião deverá ser disponibilizada no momento da convocação.

Art. 11 As reuniões serão realizadas sempre que houver o quórum de três integrantes.

Art. 12 As unidades da SERE representadas na CAA proporcionarão, quando necessário, apoio técnico, logístico, material e administrativo à Comissão.

Art. 13 Os suplentes poderão acompanhar os titulares e manifestar-se durante as reuniões, respeitando-se, nas decisões, o voto unitário para cada unidade da SERE representada na CAA.

Art. 14 Caso o titular e o suplente da mesma unidade encontrem-se simultaneamente impedidos de comparecer a reunião, o titular poderá indicar representante, que terá a prerrogativa de se manifestar, sem, contudo, participar da tomada de decisões.

Art. 15 O Presidente poderá convidar representantes da Apex-Brasil, de órgãos públicos, entidades públicas ou privadas e especialistas em função da matéria constante da pauta a participar das reuniões, em seu nome ou por indicação dos demais membros da CAA.

Art. 16 Os convidados só poderão manifestar-se mediante anuência do Presidente.

Art. 17 A pauta das reuniões será elaborada pelo Presidente, devendo ser consideradas sugestões enviadas pelos demais integrantes.

Art. 18 Todos os documentos a serem examinados pela CAA deverão ser encaminhados pelo Presidente aos demais integrantes antes do prazo final para convocação da respectiva reunião.

Art. 19 As reuniões da CAA ensejarão a lavratura de atas, a serem aprovadas por todos os participantes.

§ 1º O Presidente enviará, por meio eletrônico, minuta da ata aos demais participantes da reunião, para apreciação, em até três (3) dias, com prazo de três (3) dias após o recebimento para manifestação, também por via eletrônica.

§ 2º Caso receba comentários no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o Presidente deverá transmiti-los aos demais participantes da reunião, para nova apreciação e eventual reação, a ser apresentada em até três (3) dias.

§ 3º Caso não haja reação dos demais participantes nos prazos estabelecidos neste artigo, será considerada aprovada a versão da ata apresentada pelo Presidente.

§4º Eventuais divergências a respeito de ata aprovada deverão ser dirimidas na subsequente reunião da CAA.

VII - DECISÕES

Art. 20 Em suas deliberações, a CAA deverá buscar o consenso entre seus integrantes.

Parágrafo único. Não sendo possível a obtenção de consenso, as matérias serão submetidas a votação e decididas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

VIII - PARECERES

Art. 21 Os pareceres de monitoramento são comunicados sintéticos manifestando a opinião da CAA acerca do desempenho da Apex-Brasil, devendo levar em consideração os desvios dos resultados em relação às metas acordadas, a manutenção ou alteração dos cenários e o empenho da Agência para o cumprimento dos objetivos, metas e indicadores de desempenho acordados.

§ 1º Os pareceres de monitoramento basear-se-ão nos relatórios de desempenho apresentados pela Apex-Brasil e deverão, caso necessário, indicar recomendações de ajustes e medidas corretivas.

§ 2º Os pareceres de monitoramento deverão ser emitidos pela CAA no prazo de até 30 dias após a data de recebimento do relatório pertinente.

Art. 22 Os pareceres de avaliação anual, instrumentos de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da Apex-Brasil, deverão avaliar os resultados alcançados com o Contrato de Gestão.

Parágrafo único. As minutas de pareceres de avaliação anual deverão ser submetidas pela CAA ao Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores até o dia 15 de março de cada ano.

Art. 23 A minuta de parecer de avaliação conclusiva deverá ser submetida pela CAA ao Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores até o dia 20 de março do último ano de vigência do Contrato de Gestão.

IX - CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Art. 24 A análise de desempenho da Apex-Brasil refere-se ao cumprimento dos objetivos e metas estipulados no Contrato de Gestão, com base nos indicadores de desempenho nele previstos.

Art. 25 A avaliação consistirá na comparação qualitativa e quantitativa entre os resultados efetivamente alcançados pela Apex-Brasil e os objetivos e metas previamente estipulados para cada um dos indicadores de desempenho constantes no caderno de indicadores e metas que integra o Contrato de Gestão.

Parágrafo único. Para cada indicador de desempenho, deverão ser observados os prazos e metodologias detalhados no caderno de indicadores e metas.

Art. 26 Em suas análises, a CAA deverá levar em consideração fatores supervenientes que possam interferir significativamente no desempenho da Apex-Brasil, como a edição de novas normas; o aumento ou redução de recursos humanos, materiais, orçamentários e financeiros à disposição da Agência; além de outros desdobramentos, a critério da Comissão, que possam afetar o cumprimento do Contrato de Gestão.

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 As questões omissas neste Regimento Interno serão decididas pela CAA.

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 21 DE JANEIRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 521ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 17 de dezembro de 2019, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos de alegação de Doença ou Lesão Preexistente (DLP):

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33902.559603/2016-84	Unimed Governador Valadares Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo decisão de 1ª instância
33910.000169/2018-93	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Itapeva	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo decisão de 1ª instância

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

DECISÃO DE 21 DE JANEIRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 521ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 17 de dezembro de 2019, votou pelo deferimento dos pedidos de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos de ressarcimento ao SUS:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.030043/2019-24	Biovida Saúde Ltda.	415111	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21081814	546.168,84 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 9.102,81)
33910.030652/2019-83	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Limitada	302091	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21099898	2.023.341,79 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 33.722,36)
33910.030661/2019-74	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	348520	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 21149005	1.054.196,90 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 17.569,95)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

DECISÃO DE 21 DE JANEIRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 521ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 17 de dezembro de 2019, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33902.558372/2014-20	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Ltda.	DIDES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES
33902.531841/2016-25	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui	DIDES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se a decisão de primeira instância da Diretoria de Gestão - DIGES

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor - Presidente
Substituto

DECISÃO DE 21 DE JANEIRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 521ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 17 de dezembro 2019, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33910.003084/2018-67	Uniodonto Porto Alegre Cooperativa Odontológica Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.509810/2016-98	Unimed Alto da Serra - Sociedade Cooperativa de Serviço Médico Ltda.	Art. 20-D RN 124/2006	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
33902.005315/2017-95	Geap Autogestão em Saúde	Art. 88 RN 124/2006	56.950,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais)
25789.047381/2016-77	Sul América Companhia de Seguro Saúde		Anulação
33902.025379/2017-11	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.005868/2017-63	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	Art. 82 e 82-ARN 124/2006	1.056.000 (um milhão e cinquenta e seis mil reais)
25782.011526/2016-61	Ecole Serviços Médicos Ltda.	Art. 32-A RN 124/2006	171.428,57 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais cinquenta e sete centavos)
33903.001961/2016-92	Unimed Goiânia Cooperativa De Trabalho Médico		Anulação
33903.016750/2016-54	Saúde Sim Ltda.	Art. 32-A RN 124/2006	154.285,72 (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco mil reais e setenta e dois centavos)
33910.025990/2018-12	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 RN 124/2006	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.011109/2018-04	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 82 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.016907/2018-14	Cooperativa De Usuários Assistência Médico-Hospitalar Ltda - Vivamed Saúde	Art. 57 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.034347/2018-80	Centro Clínico Gaúcho Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.032591/2018-16	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.029757/2018-17	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.023641/2018-66	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (Setenta e dois mil reais)
33910.001043/2018-36	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.032574/2018-71	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.012176/2018-38	Fundação de Assistência à Saúde da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.001023/2018-65	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.000218/2018-98	Uniodonto Rio Grande-Litoral Cooperativa Odontológica Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)

33910.000834/2019-20	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33910.017080/2018-66	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.034024/2018-96	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.031164/2018-11	Medgold Assistência Medica Ltda. - Me	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.001118/2019-60	Dona Saúde Clinicas Ltda. Me	Art. 77 RN 124/2006	14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais)
33910.023605/2018-01	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil		Arquivamento
33910.022124/2018-70	Madia & Duarte Administradora de Benefícios de Saúde Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
33910.031085/2018-00	Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul	Art. 35 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33910.023849/2018-85	Amil Assistência Médica Internacional S.A.		Arquivamento
33910.003063/2019-22	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 76-B RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33910.031179/2018-71	Previsão Administradora de Benefícios Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
33910.001006/2019-17	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25782.002917/2017-76	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.003099/2019-14	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.005432/2019-11	Plano de Saúde da Santa Casa de Bragança Paulista		Arquivamento
33910.005803/2019-65	Hapvida Assistência Médica Ltda.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.005996/2019-54	Alvorecer - Associação de Socorros Mútuos	Art. 77 RN 124/2006	9.504,00 (nove mil quinhentos e quatro reais)
33910.006486/2019-02	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (Quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
33910.031105/2018-34	Sepaco Saúde Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33910.031140/2018-53	Semtra Administradora de Benefícios Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)

33910.035179/2018-40	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 78 RN 124/2006	39.600,00 (Trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.037015/2018-57	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (Quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais)
25789.030855/2010-56	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 e 77 RN 124/2006	320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)
33910.032611/2018-41	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.014970/2018-16	Caixa de Assistência Medica dos Ex-Empregados do Bemat	Art. 67-F RN 124/2006	6.000,00 (seis mil reais)
33910.006827/2018-51	Saúde - Sistema Assistencial Unificado de Empresas - Sociedade Simples	Art. 35 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.007040/2017-25	Unimed Santa Maria/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda.	Art. 43 RN 124/2006	21.000,00 (vinte e um mil reais)
33910.013690/2018-91	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.022638/2018-25	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.014029/2014-72	Hapvida Assistência Medica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.030177/2018-64	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.022416/2018-11	Agemed Saúde S.A.	Art. 71 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.009610/2018-01	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.011713/2018-22	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
33910.027019/2018-27	Unimed Vitoria Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.008461/2019-35	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.025921/2018-17	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.010832/2018-68	Medical Brasil Assistência Médica Ltda.	Art. 82 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.030363/2018-01	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.026038/2018-36	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.011379/2018-15	Uniodonto Arapiraca Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.022356/2018-28	Interclínicas do Brasil Assistência Médica Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33910.026054/2018-29	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.026906/2018-88	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.031652/2018-10	Sul America Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.022015/2018-52	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.015107/2018-86	Hapvida Assistência Medica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.030240/2018-62	Geap Autogestão em Saúde	Art. 71 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.006495/2018-12	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
33910.033947/2018-21	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33910.036938/2018-91	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	Art. 71 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33910.029491/2018-02	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda.	Art. 74 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.013637/2018-90	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.000826/2018-01	Pame - Associação de Assistência Plena Em Saúde	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.008493/2017-79	Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo - Sepaco	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33910.011711/2017-52	Prontomed Assistência Medica Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.012608/2017-20	Hospital Bom Samaritano S/S Ltda	Art. 35 RN 124/2006	38.000,00 (trinta e oito mil reais)
33910.017607/2017-71	Hebrom Administradora de Benefícios Ltda. - Me	Art. 35 RN 124/2006	30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais)
33902.074679/2017-15	Unimed Angra dos Reis Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33903.008694/2017-65	Unimed Saúde e Odonto S.A.	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais)
33910.000404/2018-27	Odontobase Planos de Saúde Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33903.016899/2017-14	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25772.012679/2014-83	Odonto System Planos Odontológicos Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33910.031613/2018-12	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.031757/2018-79	Unimed Vale do Sepotuba - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.029467/2018-65	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (Oitenta mil reais)
33910.032728/2018-24	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.033968/2018-46	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro - ASSIM Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

33910.026196/2018-96	Unimed Natal Soc. Coop. de Trab. Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.021752/2018-38	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 79 RN 124/2006	165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)
33910.015956/2018-30	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.034978/2018-07	Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.005799/2018-54	Leader Assistência Médica e Hospitalar Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.007039/2018-81	Promed Brasil Assistência Médica Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.006970/2018-42	Fundação Assistencial dos Empregados da Cesan	Art. 35 RN 124/2006	78.200,00 (setenta e oito mil e duzentos reais)
33910.006031/2018-06	Associação Metropolitana de Assistência à Saúde	Art. 35 RN 124/2006	23.000,00 (vinte e três mil reais)
33910.031660/2018-66	Hapvida Assistência Medica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.036909/2018-20	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	35.640,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta reais)
33910.013415/2018-77	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 67-C RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.033892/2018-59	Bradesco Saúde S.A.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.030268/2018-08	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.031591/2018-91	Assistência Médico-Hospitalar Ltda.	Art. 79 RN 124/2006	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
33910.032278/2018-70	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.020794/2018-51	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.026098/2018-59	Hapvida Assistência Medica Ltda.	Art. 57 RN 124/2006	99.000,00 (noventa e nove mil reais)
33910.023163/2018-94	Agemed Saúde S.A.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.029280/2018-61	Hapvida Assistência Medica Ltda.	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
33910.036914/2018-32	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 79 RN 124/2006	165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)
25789.036642/2017-12	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)

33910.003623/2018-68	Plano de Saúde Ana Costa Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.036170/2018-56	Salutar Saúde Seguradora S.A.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.027336/2018-43	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.036010/2018-15	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc.Coop.Serv.Med e Hosp Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.022353/2018-94	Operadora de Planos Odontológicos Odontoclínica Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33910.027092/2018-07	Ameno Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
33910.035611/2018-01	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.032704/2018-75	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc.Coop.Serv.Med e Hosp Ltda	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais)
33910.017179/2018-68	Camboriú Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.005722/2018-84	Uniodonto de Mato Grosso Coop Trab Odontológico Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33910.037166/2018-13	Gamec - Grupo de Assistência Medica Empresarial do Ceará Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.026172/2018-37	Unimed Norte/Nordeste-Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.026106/2018-67	Unimed Natal Soc. Coop. De Trab. Médico	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33910.031583/2018-44	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 79 RN 124/2006	275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais)
33910.018785/2018-09	Climol Clínica Médica e Odontológica São Francisco de Assis Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33910.027078/2018-03	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33910.022177/2018-91	Associação Beneficente Católica	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33910.006915/2018-52	Cmi - Clinica de Medicina Integrada Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.011603/2017-80	Cooperativa Novodente Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33910.032443/2018-93	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.037339/2018-95	Unimed Campo Grande MS Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33910.021435/2018-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.026869/2018-16	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	281.600,00 (duzentos e oitenta e um mil e seiscentos reais)
33910.007916/2018-14	União Médica Planos de Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	48.000.00 (quarenta e oito mil reais)
33910.011329/2018-20	Associação dos Empregados da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - ASSEC	Art. 35 RN 124/2006	13.200,00 (treze mil e duzentos reais)
33910.023642/2018-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais)
33910.031180/2018-03	Uniodonto de Campos - Cooperativa Odontologica	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25772.010461/2017-37	Unimed de Manaus Coop. do Trabalho Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (Sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais)
33910.031579/2018-86	Unimed Porto Velho - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	48.000.00 (quarenta e oito mil reais)
33910.031508/2018-83	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 20-D e 82 RN 124/2006	130.000,00 (cento e trinta mil reais)
33910.035665/2018-68	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
33910.026665/2018-77	Unimed Seguros Saúde S/A	Art. 62-A RN 124/2006	Arquivamento
33910.022371/2018-76	Oros Operadora de Planos Odontológicos Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
33902.542698/2016-05	Sempre Odonto Planos Odontológicos Ltda.	Art. 43 RN 124/2006	28.000,00 (vinte e oito mil reais)
33910.008535/2018-52	Unimed Guarapuava Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 71 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.005595/2018-13	Seg Vida Brasil Ltda - Me	Art. 18 RN 124/2006	1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais)
33910.005471/2018-38	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.		50.000,00 (cinquenta mil reais)
33910.031401/2018-35	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (Oitenta Mil Reais)
33910.007918/2018-11	Unix - Saúde Ltda.	Art. 57 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.010853/2018-83	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)
33910.027583/2018-40	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 RN 124/2006	44.550,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais)
33910.030703/2018-96	Camim-Clínica Médica Ltda	Art. 71 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor Presidente
Substituto

OUVIDORIA

PORTARIA Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O Ouvidor da ANS, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 21, inciso I, alínea "b" da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, combinado com o art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017 e considerando a decisão realizada na 478ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada da ANS em 1º de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do teletrabalho previsto no art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017, referente ao período de 01/10/2019 a 31/12/2019, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

JOÃO LUIS BARROCA DE ANDREA

ANEXO

PERÍODO DO TELETRABALHO:		01/10/2019 À 31/12/2019	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
01/2019	OUVID	1	155%

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 169, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE/DOCUMENTO PARA IMPORTAÇÃO
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO

ELI LILLY DO BRASIL LTDA 43.940.618/0001-44
Abemaciclibe
131/2015
25351.296884/2016-12 1966692/19-6
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
---
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 56.998.982/0001-07
Nivolumabe
36/2016
25351.348168/2016-10 3119316/19-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
---
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33.247.743/0001-10
Belimumabe
38/2018
25351.450986/2017-62 0958528/19-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 168, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: W. R. SOARES - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS - CNPJ: 24836346000192
Produto - (Lote): TODOS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0153622/20-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 170, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A - CNPJ: 60.659.463/0029-92
Produto - Apresentação (Lote): cloridrato de ranitidina - 15 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP(LOTES A PARTIR DE 01/02/2018);CLORIDRATO DE RANITIDINA - 150 MG COM REV CT BL AL/AL X 20(LOTES A PARTIR DE 01/01/2018);CLORIDRATO DE RANITIDINA - 300 MG COM REV CT BL AL/AL X 20(LOTES A PARTIR DE 01/01/2018);LABEL - 15 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP + SER DOS(LOTES A PARTIR DE 01/02/2018);LABEL - 150 MG COM REV CT BL AL AL X 20(LOTES A PARTIR DE 01/03/2018);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0130543/20-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Presença da impureza nitrosamina

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 247, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre os procedimentos para o recebimento dos documentos relativos à prestação de garantias nas contratações de obras, serviços e compras no âmbito da Fundação Nacional de Saúde

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 14, incisos II e XII do Estatuto da Fundação Nacional de Saúde, Anexo I, aprovado pelo Decreto nº. 8.867, de 03 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 2016, e tendo em vista o disposto na Circular Susep nº. 477, de 30 de setembro de 2013, alterada pela Circular Susep nº. 577, de 26 de setembro de 2018, na Instrução Normativa nº. 05/2017/SEGES/MPDG e na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Aprovar os procedimentos para o recebimento dos documentos relativos à prestação de garantias nas contratações de obras, serviços e compras no âmbito da Fundação Nacional de Saúde.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Aplicam-se a esta portaria as seguintes definições:

I - Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

II - Caracterização do sinistro: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no §1º do artigo 15 desta Portaria, bem como informações complementares que solicitou e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regularização

III - Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

IV - Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

V - Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

VI - Conta garantia: conta bancária aberta na Caixa Econômica Federal para depósito em garantia, vinculada a uma obrigação e desde que prevista no instrumento convocatório, cujo titular é o Tomador

VII - Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

VIII - Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

IX - Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

X - Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

XI -Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

XII - Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

XIII - Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

XIV - Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

XV - Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

XVI - Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

XVII - Seguro Garantia: contrato de seguro que objetiva garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços e compras, bem como em função de processos administrativos e dos valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso

XVIII - Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

XIX - Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

Art. 3º A exigência de garantia de execução do contrato deverá ser prevista no instrumento convocatório, cabendo ao contratante a escolha da modalidade, nos termos do §1º. do artigo 56 da Lei 8.666/93.

§ 1º No âmbito da Funasa poderá ser dispensada a exigência de garantia nas contratações celebradas com base no art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93

§ 2º A garantia também poderá ser dispensada nos casos de aquisição de bens com entrega imediata e parcela única.

§ 3º A garantia a que se refere esta portaria não excederá o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, devendo ser atualizada em igual proporção em eventuais acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras e modificarem o valor inicial atualizado do contrato.

"§ 4º. A cobertura das garantias deve abranger toda a execução do contrato administrativo e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Art. 4º A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Funasa, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

§ 1º A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

§ 2º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, autoriza a Funasa a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos dos incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Funasa decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Funasa à contratada; e

IV - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE GARANTIA

Seção I - Da caução em dinheiro

Art. 6º O tomador providenciará no prazo estabelecido nesta portaria o depósito, obrigatoriamente efetuados na Caixa Econômica Federal, em conta corrente própria de depósito caução (conta garantia), tendo como beneficiário a Funasa, nos termos do art. 1º, inc. IV do Decreto-Lei nº 1.737/79, devendo a contratada apresentar o Recibo de Depósito Caução, fornecido pela CEF, à área que responde pela execução do contrato.

Parágrafo único: O comprovante deverá ser enviado à área financeira para realização dos devidos registros.

Art. 7º O resgate do valor ocorrerá pela transferência à Funasa do montante depositado mediante ordem do Juízo ou da autoridade administrativa competente, formalizado por meio de um ofício administrativo, assinado pela autoridade competente, explicitando o valor a ser sacado e deverá ser anexada a via do beneficiário da caução, entregue à Funasa pela empresa.

Parágrafo único: A Caixa Econômica Federal poderá exigir que a assinatura da autoridade administrativa deva ser reconhecida em cartório.

Seção II - Dos Títulos da Dívida Pública

Art. 8º O tomador entregará no prazo estabelecido nesta portaria, os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional, que nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, somente títulos da dívida pública emitidos sob a forma 'escritural' (eletronicamente) e registrados nas Centrais de Custódia (SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia e CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos) podem ser utilizados como garantia de contratos, estando excluídos os Títulos 'Cartulares', ou seja, em 'papel' que não são aceitos como garantia de contratos (caução) conforme previsto na legislação.

Art. 9º Os eventos de garantia, transferência e bloqueio serão realizados mediante a instituição custodiante a partir da solicitação de bloqueio do título na CETIP ou SELIC, conforme o caso, para a Funasa.

Parágrafo único: O valor apurado do título corresponderá ao preço deste título em mercado na data apurada.

Seção III - Do Seguro Garantia

Art. 10. A contratada deverá apresentar apólice de seguro garantia de acordo com as disposições da Circular Susep nº. 477, de 30 de setembro de 2013, seus anexos e respectivas alterações, bem como ao previsto no instrumento convocatório, de modo que a cobertura da apólice será igual ao prazo de vigência estabelecido no contrato administrativo e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

Art. 11 A apólice de Seguro-Garantia apresentada deve ser original e com o clausulado completo, devendo ser registrada no sítio eletrônico da SUSEP.

Parágrafo único: Poderá ser apresentada apólice eletrônica emitida com certificação digital.

Art. 12 A aceitação da apólice do seguro garantia dependerá de análise da regularidade da seguradora no sítio eletrônico da SUSEP, autenticidade do documento e conformidade do clausulado com a legislação vigente, Edital e termos contratuais.

§ 1º Para fins da análise pretendida deverá ser utilizada a lista de verificação constante do Anexo Único.

§ 2º Nas hipóteses do artigo anterior, quando da análise da apólice do seguro garantia, se algum item tiver sido descumprido, deve ser colocado como inconformidade na lista de verificação (Anexo único).

§ 3º A contratada deverá ser comunicada do resultado da análise e solicitado que sejam apresentados os devidos esclarecimentos e viabilizado o endosso.

Art. 13 O endosso deverá ser solicitado sempre que houver alterações contratuais, como no valor inicial atualizado do contrato e nas prorrogações de vigência contratual.

Art. 14 A expectativa do sinistro deverá ser comunicada à contratada (tomador) tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência, de acordo com a Portaria Funasa nº. 940, de 16 de dezembro de 2015, devendo ser remetida cópia da notificação enviada à contratada para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

Art. 15 A seguradora deve ser avisada pelo segurado, nos termos da Circular Susep nº. 477, de 30 de setembro de 2013, alterada pela Circular Susep nº. 577, de 26 de setembro de 2018, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovam o inadimplemento da contratada (tomador), data em que estará oficializada a Reclamação do Sinistro.

§ 1º A reclamação do dano deverá ser feita à seguradora por meio de ofício juntando a decisão final de processo administrativo e os seguintes documentos:

I - Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

II - Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

III - Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

IV - Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

V - Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos

§ 2º. A não formalização da Reclamação do Sinistro, de acordo com o caput, tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro.

Art. 16 O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro e será processado conforme disposto no Capítulo I do Anexo I da Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013, alterada pela Circular Susep nº. 577, de 26 de setembro de 2018.

Seção IV - Da Fiança Bancária

Art. 17 É a obrigação assumida por instituição bancária idônea, devidamente autorizada a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento do contrato celebrado, observado o disposto nos artigos 818 ao 836 do Código Civil Brasilieiro.

Parágrafo único: Deverá ser verificado no sitio na internet do Banco Central se a instituição financeira dispõe de autorização para vender fianças bancárias.

CAPÍTULO III

DA EXTINÇÃO DA GARANTIA

Art.18 A garantia será considerada extinta:

I - com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II - com o término da vigência do contrato e término da vigência da garantia.

Art. 19 A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURO-GARANTIA

Contratada:
Nº do contrato

ID	ITEM	Apresenta inconformidade?		Inconformidade encontrada
		SIM	NÃO	
1	A seguradora está com situação regular na SUSEP? - Emitir Certidão de Regularidade no http://www.susep.gov.br/menu/servicos-ao-cidadao/emissao-de-certidoes Caso a seguradora esteja irregular/com pendência (vide Circular Susep nº 427, 15/12/11) a apólice deverá ser devolvida à contratada para substituição.			

2	A apólice é válida? - Confirmar a validade por meio de consulta ao site: https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp			
3	A validade da garantia abrange a vigência do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual?			
4	O valor da apólice corresponde ao exigido no edital?			
5	A apólice prevê o pagamento de multas contratuais?			
6	A apólice contempla a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, cobertura para prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato, cobertura para prejuízos diretos causados à Funasa decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato e cobertura para multas moratórias e punitivas aplicadas pela Funasa à contratada?			
7	A descrição do objeto do contrato condiz com o descrito na apólice?			
8	Na apólice consta o valor do prêmio e, caso parcelado, o respectivo parcelamento?			
9	O número do contrato consta da apólice?			
10	A razão social e CNPJ do Segurado (Funasa) estão corretos?			
11	A razão social e CNPJ do do emitente (Seguradora) estão corretos?			
12	A razão social e CNPJ do Tomador (contratada) estão corretos?			
13	Consta da apólice o texto do Plano Padronizado Capítulo I - Condições Gerais - Ramo 0775 Seguro Garantia - Segurado: Setor Público do Anexo I da Circular Susep no 477, de 30 de setembro de 2013?			
14	Na apólice foram apresentadas condições particulares que excluem de cobertura de prejuízos e demais penalidades? - De acordo com o Acórdão nº 1216/2019 - Plenário, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal podem aceitar apólice de seguro - apresentada por empresa vencedora de certame licitatório para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato - que contenha cláusula que exclua de cobertura prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados pelo segurado ou seu representante, seja isoladamente, seja em concurso com o tomador ou seu representante. Por outro lado, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem recusar apólice de seguro - apresentada por empresa vencedora de certame licitatório para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato - que contenha cláusula que exclua de cobertura prejuízos e demais penalidades causados ou relacionados a atos ou fatos violadores de normas de anticorrupção que tenham sido provocados exclusivamente pelo tomador ou seu representante, sem o concurso do segurado ou seu representante.			

RESPONSÁVEIS PELO PREENCHIMENTO	
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Assinatura:	Assinatura:
Data:	

Ministério do Turismo

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 135 de 29 de julho de 2019, publicada no DOU de 01 de agosto de 2019, seção 01, pág 22
Art 1º - Retificar Quadro 1 - Anexo I
Onde se lê:
Quadro 1 - Metas Físicas por Plano Orçamentário

PROGRAMA/AÇÃO/PLANO ORÇAMENTÁRIO		METAS	
Programa	Cultura: Dimensão Essencial ao Desenvolvimento		
Ação Orçamentária: 20ZM	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural		
CÓDIGO P.O.	NOME	UNIDADE	FÍSICA
13.392.2027 20ZM.0001	Fomento à Difusão e Pesquisas Sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	Pesquisa Apoiada	03
Ação Orçamentária: 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira		
CÓDIGO P.O.	NOME	UNIDADE	FÍSICA
13.392.2027.20ZF.000I	Assistência Jurídica às Comunidades Remanescente de Quilombos	Comunidade Assistida	60
13.392.2027.20ZF.000K	Proteção e Promoção das Comunidades Quilombolas e de Terreiro	Comunidade Atendida	100
13.392.2027.20ZF.000J	Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-brasileiros	Projeto Apoiado	04

Leia-se:
Quadro 1 - Metas Físicas por Plano Orçamentário

PROGRAMA/AÇÃO/PLANO ORÇAMENTÁRIO		METAS	
Programa	Cultura: Dimensão Essencial ao Desenvolvimento		
Ação Orçamentária: 20ZM	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural		
CÓDIGO P.O.	NOME	UNIDADE	FÍSICA
13.392.2027 20ZM.0001	Fomento à Difusão e Pesquisas Sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro	Pesquisa Apoiada	15
Ação Orçamentária: 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira		
CÓDIGO P.O.	NOME	UNIDADE	FÍSICA
13.392.2027.20ZF.000I	Assistência Jurídica às Comunidades Remanescente de Quilombos	Comunidade Assistida	25
13.392.2027.20ZF.000K	Proteção e Promoção das Comunidades Quilombolas e de Terreiro	Comunidade Atendida	98
13.392.2027.20ZF.000J	Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-brasileiros	Projeto Apoiado	03

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 24, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08/04/2004,

CONSIDERANDO:

- A adequação da ação à finalidade e objetivos da Funarte;

- Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas eventuais modificações no que lhe for aplicável, resolve:

Art. 1° - Instituir o Edital Prêmio Funarte de Apoio a Bandas de Música 2020.

Art. 2° - Divulgar o Edital que será publicado na seção 3 do Diário Oficial e ficará disponível na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANTE HENRIQUE MANTOVANI

Controladoria-Geral da União

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 196, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das competências que lhe foram atribuídas nos incisos I, IV, VI e XIX do art. 13 do Anexo I ao Decreto nº 9.681, de 03 de janeiro de 2019, nos incisos I, IV, VI, VII e XXX do Anexo I da Portaria nº 3.553, de 13 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo em Corregedoria - Prodea, com vistas a desenvolver competências e habilidades de servidores que atuam em atividades da área correcional.

Parágrafo único. O Programa oferecerá gratuitamente atividades que compreenderão, entre outros, treinamentos, oficinas, seminários, bem como cursos presenciais, semi-presenciais e à distância.

Art. 2º Poderão se inscrever para as atividades do Prodea os servidores públicos vinculados às unidades integrantes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - Siscor e do Programa de Fortalecimento de Corregedorias - Procor.

Parágrafo único. As inscrições serão abertas previamente às atividades, e serão disponibilizadas por meio do sítio eletrônico www.corregedorias.gov.br.

Art. 3º Os cursos em modalidade à distância poderão compreender cursos de curta, média e longa duração.

Art. 4º Os cursos em modalidade presencial compreenderão, entre outros:

I - cursos com calendário anual fixo, divulgado anualmente no sítio eletrônico www.corregedorias.gov.br; e

II - cursos e treinamentos solicitados por órgão ou entidade interessada.

§1º Poderão ser solicitados ao órgão de que trata o inciso II do caput:

I - disponibilização de local com infraestrutura adequada para a realização do curso ou treinamento;

II - controle de inscrições e de presença dos alunos e seu envio à Corregedoria-Geral da União em até três dias úteis após o término do evento;

III - impressão de material desenvolvido pela Corregedoria-Geral da União em número de cópias compatível com as inscrições;

IV - definição, em conjunto com a Corregedoria-Geral da União, da carga horária e conteúdo programático; e

V - cobertura de custos de diárias e passagens dos instrutores, quando aplicável.

§2º No caso de solicitação de treinamento de que trata a inciso II do caput, caberá à Corregedoria-Geral da União:

I - prover o conteúdo do material didático para a execução do curso;

II - prover instrutores para ministrar o curso solicitado; e

III - informar tempestivamente acerca da necessidade de equipamentos ou condições especiais para a execução das atividades.

§3º A solicitação de treinamento presencial de que trata o inciso II do caput, sempre que feita por entes estaduais e municipais ou por outros Poderes, está sujeita à prévia adesão ao Programa de Fortalecimento de Corregedorias - Procor, instituído pela Portaria CGU nº 1.000, de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 5º Receberá certificado de participação o aluno que estiver presente em pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do evento.

Art. 6º Sempre que o número de inscritos superar a quantidade de vagas oferecidas, serão adotados critérios de preferência, previamente publicados no site www.corregedorias.gov.br.

Art. 7º Se o inscrito se encontrar impossibilitado de comparecer ao curso presencial, deverá requerer o cancelamento de sua inscrição por meio de mensagem eletrônica enviada para o endereço eletrônico crg.cursos@cgu.gov.br, com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, exceto nos casos de força maior.

Parágrafo único. O inscrito que deixar de requerer o cancelamento de sua inscrição nos termos expostos ficará impedido de participar dos cursos presenciais no âmbito do Programa pelo período de seis meses.

Art. 8º A Corregedoria-Geral da União não arcará com despesas relativas a deslocamento ou hospedagem dos participantes dos eventos.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO WALLER JUNIOR

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

UNIDADE ESPECIAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

PORTARIA Nº 2, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

A Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob o nº 08190.024500/20-21, para investigar a vulnerabilidade exposta no site do Cadastro Positivo do birô de crédito Boa Vista SCPC, bem como apurar eventuais responsabilidades.

FREDERICO MEINBERG CEROY
Promotor de Justiça

PORTARIA Nº 3, DE 16 DE JANEIRO DE 2020

A Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob o nº 08190.024502/20-56, para investigar a comercialização pelos administradores do site BaseUp dos dados pessoais de brasileiros e apurar eventuais responsabilidades pelos danos causados.

FREDERICO MEINBERG CEROY
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 17, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no art. 43 da Resolução CSMPT nº 137/2016 e no art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0404.0000001/2020-48, resolve:

Art. 1º Determinar a desoneração do 2º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Pelotas/RS, no percentual de 50% (cinquenta por cento), enquanto a sua titular permanecer no exercício do encargo de Vice-Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades - COORDIGUALDADE.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

1ª CÂMARA RECURSAL

(Mandato 2019 - Gestão 2019/2021)

DECISÕES DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

3ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro ROBERTO NICASTRO CAPUANO/SP

1- Processo-COFECI nº 044/2017. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Repdo: JOSÉ EDSON DA COSTA URBANO - CRECI 2958. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 046/2017. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Repdo: JOSÉ EDSON DA COSTA URBANO - CRECI 2958. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 047/2017. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Repdo: JOSÉ EDSON DA COSTA URBANO - CRECI 2958. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 173/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: VICENTE MARCELO DOMINGUES - CRECI 24780. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 175/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: VICENTE MARCELO DOMINGUES - CRECI 24780. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 222/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOSÉ CARLOS GIMENEZ CAVALCANTI - CRECI 29858. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 510/2018. Recte e Recdo: CRECI 14ª Região/MS "ex officio". Repdos: FLÁVIO GARCIA DE ANDRADE-CRECI 4289 e IMOBILIÁRIA F.L. IMÓVEIS-CRECI J-5418. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento das Inscrições P/J e P/F, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1033/2017. Recte: JAIME DOLZAN - CRECI 14609. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1209/2017. Recte: JESUS JÚNIOR RAMOS COELHO - CRECI 841. Recdo: CRECI 22ª Região/AL. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1216/2017. Recte: JESUS JÚNIOR RAMOS COELHO - CRECI 841. Recdo: CRECI 22ª Região/AL. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 541/2018. Recte: MARINALVA BARBOSA SOUZA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Assunto: TR - Absolvição em denúncia formulada contra C.I. JUSCELINO NAVES COUTINHO - CRECI 14539. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MÁRCIO FERREIRA BINS ELY/RS

1- Processo-COFECI nº 2035/2016. Recte e Recdo: CRECI 13ª Região/ES "ex officio". Repda: TANIA MARIA BORGES FERREIRA - CRECI 3835. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 145/2017. Recte e Recdo: CRECI 13ª Região/ES "ex officio". Repdo: WALDIR DE SOUZA FILHO - CRECI 5338. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1172/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: VADILSON JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 1812. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1173/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: VADILSON JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 1812. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1200/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: VADILSON JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 1812. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1201/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: VADILSON JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 1812. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1202/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: VADILSON JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 1812. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1203/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: VADILSON JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 1812. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1264/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: JACSON ANDREI CUNHA - ME - CRECI 3452. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 231/2017. Recte: WILSON CARDOZO RODRIGUES - CRECI 32887. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recu0rso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 234/2017. Recte: NORBERTO JORGE PINTO - CRECI 37114. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recu0rso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1450/2017. Recte: TAIS CABRAL CARDOSO - CRECI 10257. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Retornou com recurso subscrito pela representada solicitando reconsideração de atos processuais praticados pelo CRECI de origem, em face de pretensas irregularidades nos procedimentos de citação e intimação. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime.

RELATOR: Conselheiro VINÍCIUS ÂNGELO ARAÚJO/MG

1- Processo-COFECI nº 2437/2016. Recte e Recdo: CRECI 17ª Região/RN "ex officio". Repdos: ABSOLUTA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA & CONDOMÍNIO LTDA - CRECI J-1972 e RT FÁBIO ALESSANDRO MENDES FREDERICO - CRECI 2217. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento das Inscrições P/J e P/F, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1424/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: LUIZ HENRIQUE DA COSTA VIEIRA - CRECI 27228. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 495/2018. Recte e Recdo: CRECI 17ª Região/RN "ex officio". Repda: VALOR INVESTIMENTO & CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1833. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 153/2016. Recte: J.F. IMÓVEIS LTDA (HOUSE VENDAS LTDA) - CRECI J-5804. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1159/2017. Recte: HEVERTON GOMES DE SOUZA - CRECI 14692. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 527/2018. Recte: ELAINE DANTAS DE SOUZA - CRECI 1563. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 559/2018. Recte: WILMA LÚCIA DE JESUS - CRECI 14467. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 670/2018. Recte: CILMARA XAVIER MORENO MELCHIORETTO - CRECI 28752. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 671/2018. Recte: ALEXANDRE MIGUEL SIQUEIRA - CRECI 15387. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 672/2018. Recte: ALEXANDRE MIGUEL SIQUEIRA - CRECI 15387. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1227/2017. Recte: GABRIEL ROSSO (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 11ª Região/SC. Assunto: TR - Recurso interposto pelo denunciante em face da pena de Advertência Verbal, aplicada a C.I. MINÉIA CARINE ZART - CRECI 18931. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROSALMIR MOREIRA/PR

1- Processo-COFECI nº 026/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdos: GIANCARLO ROBSON RODRIGUES DA SILVA - CRECI 2928 e SOL E MAR IMÓVEIS - CRECI J-2829. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 2- Processo-COFECI nº 1524/2017. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: EDMUNDO MORAES GUIMARAES FILHO - CRECI 7044. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1995/2016. Recte: ROSÂNGELA MARIA LEANDRO RIBEIRO - CRECI 8173. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Retirado de Pauta. 4- Processo-COFECI nº 1228/2017. XRecte: GABRIEL ROSSO (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 11ª Região/SC. Assunto: TR - Recurso interposto pelo denunciante em face da pena de Multa de 02 anuidades, aplicada a empresa ROTA DO SOL IMOBILIÁRIA E AGÊNCIA DE TURISMO LTDA - CRECI J-2369. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 230/2018. Recte: LAISLA CAROLINE GENERALI - CRECI 26663. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 6- Processo-COFECI nº 231/2018. Recte: LAISLA CAROLINE GENERALI - CRECI 26663. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 7- Processo-COFECI nº 266/2018. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 8- Processo-COFECI nº 267/2018. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 9- Processo-COFECI nº 268/2018. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 10- Processo-COFECI nº 268/2018. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 11- Processo-COFECI nº 269/2018. Recte: AVANCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-12871. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 12- Processo-COFECI nº 665/2018. Recte: ANTÔNIO MARCOS CAVILHA - CRECI 9453. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência.

RELATOR: Conselheiro GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO/DF

1- Processo-COFECI nº 027/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: ARNALDO LOURENÇO DOS SANTOS - CRECI 2756. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver o representado. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1525/2017. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: WALLACE DA SILVA SOBREIRA - CRECI 8912. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver o representado. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1526/2017. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: WALLACE DA SILVA SOBREIRA - CRECI 8912. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver o representado. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1527/2017. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: WALLACE DA SILVA SOBREIRA - CRECI 8912. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Censura c/c Multa de 02 anuidades. 5- Processo-COFECI nº 1528/2017. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: WALLACE DA SILVA SOBREIRA - CRECI 8912. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1651/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: MARCELO AQUINO DA HORA - CRECI 31649. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 7- Processo-COFECI nº 1652/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: MARCELO AQUINO DA HORA - CRECI 31649. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 8- Processo-COFECI nº 1653/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: MARCELO AQUINO DA HORA - CRECI 31649. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 9- Processo-COFECI nº 1654/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: MARCELO AQUINO DA HORA - CRECI 31649. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 10- Processo-COFECI nº 1655/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: MARCELO AQUINO DA HORA - CRECI 31649. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 11- Processo-COFECI nº 1061/2017. Recte: MAURO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3019. Recdo: CRECI 11ª REGIÃO/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1- Processo-COFECI nº 3624/2015. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS NITEROI LTDA - CRECI J-3421. Recdo: COFECI. Assunto: AI - Pedido de reconsideração interposto pela Recorrente contra a decisão da pena pecuniária de 02 anuidades aplicada pelo CRECI/RJ e mantida pela 1ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 299/2016. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2693. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1422/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JUAREZ JOSÉ DA SILVEIRA - CRECI 25003. DECISÃO: Negado provimento parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a na de Cancelameno da Inscrição, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 4- Processo-COFECI nº 2495/2015. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª REGIÃO/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2496/2015. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª REGIÃO/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 227/2018. Interessado: CRECI 11ª Região/SC. Recte: LPS SUL- CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2693. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 228/2018. Recte: LPS SUL- CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2693. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 229/2018. Recte: LPS SUL- CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2693. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 326/2018. Recte: AMANDA APARECIDA DA SILVA MOREIRA. Recdo: CRECI 21ª REGIÃO/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 666/2018. Recte: ÓPTIMA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4101. Recdo: CRECI 11ª REGIÃO/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 667/2018. Recte: EDUARDO HENRIQUE SCHALFER TORRES - CRECI 20351. Recdo: CRECI 11ª REGIÃO/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO SÉRGIO PORTO SAMPAIO/CE

1- Processo-COFECI nº 2361/2016. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: FN NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-3717. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2- Processo-COFECI nº 2364/2016. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: FN NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 1657/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: JORPLAN PLANEJAMENTO E VENDAS LTDA - CRECI J-4127. DECISÃO: Retirado de Pauta. 4- Processo-COFECI nº 534/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª REGIÃO/SE "ex officio". Repdo: DEMOSTENES ALVES QUINTELA NETO - CRECI 2157. DECISÃO: Retirado de Pauta. 5- Processo-COFECI nº 535/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: ALEX SANDER PEREIRA GOMES - CRECI 1891. DECISÃO: Retirado de Pauta. 6- Processo-COFECI nº 562/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: AMENTA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5586 e RT ANTÔNIO CARLOS AMENTA - CRECI 20123. DECISÃO: Retirado de Pauta. 7- Processo-COFECI nº 564/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: AMENTA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5586, CLÁUDIO RENATO FRANCO VIEIRA - CRECI 31768 e RT ANTÔNIO CARLOS AMENTA - CRECI 20123. DECISÃO: Retirado de Pauta. 8- Processo-COFECI nº 609/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: PEDRO DELFINO DOS SANTOS FILHO - CRECI 6402. DECISÃO: Retirado de Pauta. 9- Processo-COFECI nº 617/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-6161. DECISÃO: Retirado de Pauta. 10- Processo-COFECI nº 1042/2017. Recte: RODRIGO CLEVERSON PIRES FRANCEZ - CRECI 9652. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Retirado de Pauta. 11- Processo-COFECI nº 604/2018. Recte: VALDENICE CORREIA LÚCIO (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Retirado de Pauta.

RELATOR: Conselheiro PASCHOAL GUILHERME DO NASCIMENTO RODRIGUES/AM

1- Processo-COFECI nº 3064/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: CHL LIII INCORPORACOES LTDA - CRECI J-5850. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3066/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA - CRECI J-5859. DECISÃO: Negado provimento parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 3- Processo-COFECI nº 3067/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA - CRECIJ-5859. DECISÃO: Negado provimento parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 4- Processo-COFECI nº 3068/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMPACTO IMOBILIÁRIO LTDA - CRECI J-5859. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3072/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IMÓVEIS PONTO COM LTDA-ME - CRECI J-5902. DECISÃO: Negado provimento parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a na de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos alternativo e revisor. Vencido o Relator. 6- Processo-COFECI nº 3075/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: CORDEIRO VIANNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-3861. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 3761/2015. Recte: FM IMÓVEIS IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-967. Recdo: CRECI 15ª REGIÃO/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 3762/2015. Recte: PAULO XIMENES NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA ME - CRECI J-875. Recdo: CRECI 15ª REGIÃO/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3763/2015. Recte: FM IMÓVEIS IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-967. Recdo: CRECI 15ª REGIÃO/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3764/2015. Recte: FM IMÓVEIS IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-967. Recdo: CRECI 15ª REGIÃO/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 3063/2016. Recte: SÓLIDA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-316. Recdo: CRECI 17ª REGIÃO/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3065/2016. Recte: MATHEUS SIMÕES ALVES BRASIL - CRECI 4949. Recdo: CRECI 21ª REGIÃO/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3071/2016. Recte: MATHEUS SIMÕES ALVES BRASIL - CRECI 4949. Recdo: CRECI 21ª REGIÃO/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3073/2016. Recte: FERNANDEZ MERA RIO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-501. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3074/2016. Recte: GENERALI IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-6161. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 3069/2016. Recte: MATHEUS SIMÕES ALVES BRASIL - CRECI 4949. Recdo: CRECI 21ª REGIÃO/PB. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AIRES RIBEIRO DE MATOS/RO

1- Processo-COFECI nº 1423/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ANTÔNIO TRAJANO DE OLIVEIRA FILHO - CRECI 35426. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Multa de 06 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1656/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: IZABEL CRISTINA PEREIRA DA CRUZ - CRECI 45121. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Multa de 06 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 525/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: NADILDON SANTOS ALVES - CRECI 2272. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 526/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: VILLAR IMÓVEIS LTDA - CRECI 113. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Multa de 06 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 529/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: EDSELMA BATISTA MOREIRA - CRECI 1791. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida, para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 531/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: NADILDON SANTOS ALVES - CRECI 2272. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 607/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ADINERIO ALVES DE OLIVEIRA - CRECI 23424. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Multa de 03 anuidades. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 611/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CARLOS ANDRÉ DA SILVA - CRECI 34535. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 618/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: COPACENTER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-4526 e RT JOSÉ DE OLIVEIRA RODRIGUES - CRECI 29731. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 621/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: ELIANE FERREIRA VAZ - CRECI 47080. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 521/2018. Recte: HAROLDO COUTINHO DE LUCENA FILHO - CRECI 1785. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Multa de 06 anuidades. Unânime.

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2019.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA RECURSAL

(Mandato 2019 - Gestão 2019/2021)

DECISÕES DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

3ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro OSCAR HUGO MONTEIRO GUIMARÃES/GO

1- Processo-COFECI nº 171/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: REALIZAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-4904. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1254/2017. Recdo e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: DOUGLAS FERREIRA BORGES - CRECI 49918. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1186/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BRASIL CI CONSULTORIA IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA LTDA - CRECI J-21477. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1187/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DOUGLAS BARCALA - CRECI 91911. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2023/2016. Recte: DINAMYCA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-12758. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 632/2018. Rectes: ESCALA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-616 e RT FRANCISMAR DE CASTRO ARAÚJO - CRECI 2891. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 636/2018. Recte: ESCALA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-616. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 115/2019. Recte: KATHERINE GERLI NETO RIBEIRO - CRECI 2163. Recdo: CRECI 18ª Região/AM. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2431/2016. Recte: GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO - CRECI 858. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2435/2016. Recte: GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO - CRECI 858. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 141/2017. Recte: SEBASTIÃO JEOVA NEGREIROS MOTA JÚNIOR - CRECI 11279. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro DIEGO HENRIQUE GAMA/DF

1- Processo-COFECI nº 637/2017. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Repdo: FLÁVIO ROGÉRIO FIRMINO DE ARAÚJO - CRECI 1887. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2- Processo-COFECI nº 605/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: PAULO SÉRGIO DE SOUSA - CRECI 31172. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 606/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: GI GOLDEN IMÓVEIS LTDA - CRECI 5338. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 90 dias c/c multa de 03 anuidades, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 619/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CLAUDIR FERNANDO FIRMO - CRECI 20514. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 639/2017. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Repdos: FLÁVIO ROGÉRIO FIRMINO DE ARAÚJO - CRECI 1887 e RT JOZIL ANTÔNIO NUNES DA SILVA FILHO - CRECI 7018. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 627/2018. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdas: FM IMÓVEIS IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-967 e RT FERNANDO FREITAS - CRECI 2181. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 110/2015. Recte: LEONARDO MAINARDI - CRECI 38379 Recdo: COFECI. Assunto: AI - Pedido de reconsideração interposto pelo autuado contra a decisão da pena pecuniaria de 02 anuidades aplicada pela CRECI/RS e mantida pela 2ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 635/2017. Recte: FLÁVIO ROGÉRIO FIRMINO DE ARAÚJO - CRECI 1887. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 638/2017. Rectes: FLÁVIO ROGÉRIO FIRMINO DE ARAÚJO - CRECI 1887 e RT JOZIL ANTÔNIO NUNES DA SILVA FILHO - CRECI 7018. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 637/2018. Recte: KATIANE BARROS RODRIGUES - CRECI 16872. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 639/2018. Recte: FRENTE MAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-947. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro SAMUEL ARTHUR PRADO/BA

1- Processo-COFECI nº 045/2017. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Autuado: EDNALDO SOARES DE LIMA - CRECI 125. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1142/2017. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repda: MICHELLE DA SILVA BEZERRA - CRECI 10051. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 02 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 048/2017. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Autuado: JOSÉ VICENTE DA SILVA - CRECI 1975. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos a origem em diligência. 4- Processo-COFECI nº 325/2018. Recte: GALVÃO CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-635. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 633/2018. Recte: PORTO INVESTE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 627/2017. Recte: ÉRICO MOTA FEITOSA - CRECI 2016. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7-

Processo-COFECI nº 629/2017. Recte: ÉRICO MOTA FEITOSA - CRECI 2016. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 630/2017. Recte: ÉRICO MOTA FEITOSA - CRECI 2016. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 631/2017. Recte: ÉRICO MOTA FEITOSA - CRECI 2016. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 632/2017. Recte: ÉRICO MOTA FEITOSA - CRECI 2016. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 633/2017. Recte: ÉRICO MOTA FEITOSA - CRECI 2016. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 634/2017. Recte: ÉRICO MOTA FEITOSA - CRECI 2016. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 638/2018. Recte: RAIMUNDO DENIZIO NASCIMENTO JUNIOR - CRECI 4829. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CARLOS EDUARDO ANTÔNIO CHEMIN/SC

1- Processo-COFECI nº 613/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: DALFIM SOUZA DA SILVA - CRECI 24444. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 624/2018. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdos: IMOBILIÁRIA HENRIQUE JORGE PINHO S/A - CRECI J-121 e RT HENRIQUE JORGE DE OLIVEIRA PINHO - CRECI 472. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 625/2018. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdos: IMOBILIÁRIA HENRIQUE JORGE PINHO S/A - CRECI J-121 e RT HENRIQUE JORGE DE OLIVEIRA PINHO - CRECI 472. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1704/2016. Rectes: FRANCISCO GONDIM PEREIRA - CRECI 3103 e GONDIM IMÓVEIS LTDA - CRECI J-542. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2027/2016. Recte: EDUARDO MARTINEZ TAROCO - CRECI 4749. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2030/2016. Recte: VERÔNICA MACEDO PICANÇO - CRECI 5461. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1246/2017. Recte: ALEXANDRE BERGHETTI SANTOS - CRECI 40903. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 323/2018. Recte: MARCELLE CUNHA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1625/2017. Recte: BR FRANCHISING S/A - CRECI J-20875. Recdo: CRECI 2ª REGIÃO/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1626/2017. Recte: MENDES ORTEGA ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-9835. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 616/2018. Recte: GILBERTO BARBOSA - CRECI 37290. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CLAUDEMIR DAS NEVES/MS

1- Processo-COFECI nº 505/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RICARDO CALABRIA - CRECI 86659. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 612/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CÉSAR MENDES EVANGELISTA - CRECI 25815. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 620/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CÉSAR MENDES EVANGELISTA - CRECI 25815. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1560/2017. Recte: AGUINALDO DEL GIUDICE - CRECI 43902. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1561/2017. Recte: FRANCISCO SANTANA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1635/2017. Recte: FERNANDO DE MELO MORAIS - CRECI 75765. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2494/2016. Recte: JOÃO DIAS FERNANDES - CRECI 24800. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 354/2018. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-22559. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 358/2018. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-22559. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 359/2018. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-22559. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 3530/2015. Recte: JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS RIO DE JANEIRO LTDA - CRECI J-2410. Recdo: COFECI. Assunto: AI - Pedido de reconsideração interposto pela recorrente contra a decisão da pena pecuniária de 02 anuidades imposta pelo CRECI/RJ e mantida pela 2ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ANDRÉ CARDOSO COSTA/SE

1- Processo-COFECI nº 176/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: LAURENI LEOPOLDINO AUGUSTO DA SILVA - CRECI 24570. DECISÃO: Concedido vistas ao Conselheiro Diego Henrique Gama/DF. 2- Processo-COFECI nº 614/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdas: BENAIA IMOVEIS LTDA - CRECI J-5187 e RT BENAIA MARCONDES FERREIRA - CRECI 23357. DECISÃO: Concedido vistas ao Conselheiro Diego Henrique Gama/DF. 3- Processo-COFECI nº 1516/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDUARDO MAGYAR - CRECI 42869. DECISÃO: Concedido vistas ao Conselheiro Diego Henrique Gama/DF. 4- Processo-COFECI nº 2028/2016. Recte: FRANCISCO ARISTEU HENRIQUE FILHO - CRECI 8473. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2029/2016. Recte: FRANCISCO ARISTEU HENRIQUE FILHO - CRECI 8473. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1515/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO - CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1558/2017. Recte: DANIEL RUEDAS - CRECI 66710. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1559/2017. Recte: VALÉRIA REGINA CORREA - CRECI 63924. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1609/2017. Recte: GLACE HANNA DAS DORES SOUZA SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 327/2018. Recte: FLÁVIO ROGÉRIO FIRMINO DE ARAÚJO - CRECI 1887. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 328/2018. Recte: FLÁVIO ROGÉRIO FIRMINO DE ARAÚJO - CRECI 1887. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime.

RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL

1- Processo-COFECI nº 1148/2017. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdos: CARLOS ROBERTO ROSADO SANTOS - CRECI 3758 e FRANCISCO CÉSAR DE ALCANTARA FERREIRA - CRECI 8284. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 579/2018. Recte: JOSÉ AIRTON DE ALMEIDA - CRECI 1357. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 583/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: JOSÉ AIRTON DE ALMEIDA - CRECI 1357. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1276/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repda: DEBORA SCHINDLER - CRECI 13468. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1279/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdo: RONNE SILVA RODRIGUES - CRECI 16259. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1233/2017. Recte: PAULO ROBERTO TIMM - CRECI 13001. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1240/2017. Recte: PAULO ROBERTO TIMM - CRECI 13001. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1610/2017. Recte: WAGNER ALVES DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1637/2017. Recte: MARINALDO DE SOUZA MACEDO - CRECI 71551. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1638/2017. Recte: ELITE BRASIL INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-20302. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 108/2018. Recte: JORGE BARROS DE VASCONCELLOS - CRECI 4532. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PALMIRO VIANA ARAÚJO FILHO/TO

1- Processo-COFECI nº 1275/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdo: JÚNIOR CÉZAR GOMES - CRECI 13195. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1277/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdo: PAULO AUGUSTO SENIUK - CRECI 21644. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1518/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DELTTA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA (KASARINI CONS. IMOB.) CRECI J-21915. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1519/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: WAGNER PIMENTEL FELICIO - CRECI 127632. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1520/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALONE DOS SANTOS PIMENTEL - CRECI 98219. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1533/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PEDRO LUIS ZANATELLI - CRECI 33403. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 622/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DIVO GHELERE FILHO - CRECI 92470. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a penalidade de Suspensão da Inscrição por 90 dias c/c Multa de 03 anuidades, nos termos do voto alternativo e revisor. 8- Processo-COFECI nº 1534/2017. Recte: ANTÔNIO LAERCIO DE SOUZA - CRECI 71406. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 615/2018. Recte: FERNANDO DA SILVA REIS - CRECI 37479. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 634/2018. Recte: MARIA DECELES FROTA RIOS - CRECI 15575. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 635/2018. Recte: MARIA DECELES FROTA RIOS - CRECI 15575. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MANOEL CLAUDENIR DE ARAÚJO LIMA/AC

1- Processo-COFECI nº 2186/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: RODRIGO DA ROCHA SANTOS - CRECI 41957 e FÁBIO CÉSAR DA ROCHA SANTOS - CRECI 37604. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2187/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: RODRIGO DA ROCHA SANTOS - CRECI 41957. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2197/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: RODRIGO DA ROCHA SANTOS - CRECI 41957. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2202/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: RODRIGO DA ROCHA SANTOS - CRECI 41957. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1278/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repda: JACIRA NASCIMENTO DA SILVA - CRECI 15187. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2768/2016. Recte: ROBERTO VILLANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-9544. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2769/2016. Recte: ROBERTO VILLANI - CRECI 48966. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2787/2016. Recte: ROBERTO VILLANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-9544. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2788/2016. Recte: ROBERTO VILLANI - CRECI 48966. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2789/2016. Recte: ROBERTO VILLANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-9544. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2790/2016. Recte: ROBERTO VILLANI - CRECI 48966. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 038/2017. Rectes: ALESSANDRA PALUSZKEIVIZS POETA - CRECI 9625, NOBLESSE CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-22496 e ROGÉRIO BARBOZA DA SILVA - CRECI 10457. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 374/2018. Recte: CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. - CRECI J-039. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 375/2018. Recte: CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. - CRECI J-039. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 074/2017. Recte: SÉRGIO RENATO ARAÚJO GOMES - CRECI 19289. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime.

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2019.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA RECURSAL

(Mandato 2019 - Gestão 2019/2021)

DECISÕES DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

3ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO CARLOS MOREIRA DA SILVA/RJ

1 - Processo-COFECI nº 508/2018. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: RONALDO FERREIRA DOS SANTOS-CRECI 7286. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 141/2016. Recte: APEX REALTY IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-14541. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 1535/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1536/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1537/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a

decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 1538/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1539/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 1540/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 1541/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 1542/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 1543/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 1544/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 1545/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 1546/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15 - Processo-COFECI nº 1547/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16 - Processo-COFECI nº 1548/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17 - Processo-COFECI nº 1549/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18 - Processo-COFECI nº 1550/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 1551/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 1552/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21 - Processo-COFECI nº 1553/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22 - Processo-COFECI nº 1554/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 23 - Processo-COFECI nº 1555/2017. Recte: LIV - INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-20161. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 24 - Processo-COFECI nº 1556/2017. Recte: AMARILDO GONÇALVES-CRECI 58306. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 25 - Processo-COFECI nº 1557/2017. Recte: AMARILDO GONÇALVES-CRECI 58306. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 26 - Processo-COFECI nº 507/2018. Recte: BEIRAMAR INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-9500. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 27 - Processo-COFECI nº 2390/2016. Recte: RONCALLI IMOBILIÁRIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP - CRECI J-4952. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver a autuada. Unânime. 28 - Processo-COFECI nº 338/2018. Recte: E.F. CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-23060. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATORA: Conselheira EDINEIDE ALBUQUERQUE DE CARVALHO/PE

1 - Processo-COFECI nº 107/2017. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: RENATO DANTAS BORGES-CRECI 1254. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 663/2018. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: WALLACE DA SILVA SOBREIRA-CRECI 8912. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 664/2018. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: JOSEVALDO SILVA ALBUQUERQUE-CRECI 7439. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 2389/2016. Recte: PLANEJAR IMÓVEIS LTDA-CRECI J-4241. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 337/2018. Recte: LIDIANE FAGUNDES DA SILVA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 503/2018. Recte: CARLOS FARIAS IMOBILIÁRIA EIRELI-ME - CRECI J-21873. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 504/2018. Recte: CARLOS FARIAS IMOBILIÁRIA EIRELI-ME - CRECI J-21873. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 647/2018. Recte: FIBRA IMÓVEIS LTDA-CRECI J-19554. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 654/2018. Recte: VICTOR SANTOS LIMA-CRECI 12232. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 655/2018. Recte: WILLIAN ANDRADE DO NASCIMENTO-CRECI 14346. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 506/2018. Recte: CARLOS AUGUSTO DA SILVA NESME (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Assunto: TR - Absolvição em denúncia formulada contra a empresa VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A-CRECI J-7877. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CARLOS MAGNO DOS SANTOS/PA

1 - Processo-COFECI nº 2373/2016. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: CARMEM MURARO & CIA LTDA-CRECI J-3690 e CARMEN LÚCIA MURARO-CRECI 12641. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1268/2017. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: PAULO ROBERTO TIMM-CRECI 13001. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 662/2018. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: DANILO SILVA CURVELO DE ANDRADE-CRECI 14312. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 2439/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: PILOTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-1692. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 492/2018. Recte: ZILMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-7063. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 501/2018. Recte: ALESSANDRO BERTOLETTI JARDIM-CRECI 11763. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 512/2018. Rectes: FLÁVIO SERAFIM DA SILVA-CRECI 11894 e ALCENIRA DA SOLEDADE PEREIRA-CRECI 19980. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 656/2018. Recte: BRITO AMOEDO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-1063. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 657/2018. Recte: BRITO AMOEDO IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-1063. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 660/2018. Recte: ALDA ROCHA DO ESPÍRITO SANTO-CRECI 13151. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 2493/2016. Recte: J. A IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-2918. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AURÉLIO CÁPUA DALLAPÍCULA/ES

1 - Processo-COFECI nº 1292/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: IMOBILIÁRIA HABIMAR LTDA-CRECI J-3884 e AMAURI MAURUTTO-CRECI 11412. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 415/2018. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: ANDREIA LEÃO CAFFARO-CRECI 18687. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 416/2018. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: ANDREIA LEÃO CAFFARO-CRECI 18687. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 417/2018. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: ANDREIA LEÃO CAFFARO-CRECI 18687. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1309/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: ROAN ASSESSORIA IMOBLIÁRIA LTDA-CRECI J-3899 e ANDREA MARQUES DE SOUZA-CRECI 16469. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 2501/2016. Recte: DIEGO LAMOUNIER MAIA-CRECI 20016. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 2502/2016. Recte: DIEGO LAMOUNIER MAIA-CRECI 20016. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 1280/2017. Recte: DALTON VAZ-CRECI 12707. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 360/2018. Recte: CARLOS IVO HAAS FILHO-CRECI 12726. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Recurso provido. Determinado o arquivamento dos autos por improcedente a representação. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 485/2018. Recte: GERALDO VIEIRA OLIVEIRA-CRECI 6474. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 499/2018. Recte: ERICK DIAS PESSOA-CRECI 18275. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 597/2018. Recte: ENIVALDO CELESTINO TAVARES-CRECI 6645. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 599/2018. Recte: COOPERATIVA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-4060. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 1416/2017. Recte: SEMÍRAMIS DE ANDRADE CASTELO BRANCO (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Assunto: TR - Absolvição em denúncia formulada contra JOÃO REINALDO DIAS DA SILVA-CRECI 13184. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AYRTON MARTINS JÚNIOR/CE

1 - Processo-COFECI nº 2512/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: VALDIRENE DA SILVA RODRIGUES ALVES-CRECI 12789. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1219/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA DO BRASIL LTDA-CRECI J-3434. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 1221/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ALEXANDER BESOUCHET MARTINS-CRECI 17044. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1223/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA DO BRASIL LTDA-CRECI J-3434. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1225/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ALEXANDER BESOUCHET MARTINS-CRECI 17044. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 511/2018. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Redos: WELLINGTON DA SILVA LIMA-CRECI 15619 e WILLIAN DA SILVA LIMA-CRECI 15620. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 2499/2016. Recte: JOSÉ TRINDADE LONGATI JÚNIOR-CRECI 26063. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 2500/2016. Recte: JOSÉ TRINDADE LONGATI JÚNIOR-CRECI 26063. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 563/2018. Recte: MÁRCIA DO SOCORRO MARTINS PONTES PEREIRA-CRECI 8924. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 566/2018. Recte: MÁRCIA DO SOCORRO MARTINS PONTES PEREIRA-CRECI 8924. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 2507/2016. Recte: ROSA MARIA SILVA DE OLIVEIRA-CRECI 11868. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO CARLOS CORREIA PERES/RN

1 - Processo-COFECI nº 127/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO SARAIVA GONÇALVES-CRECI 87510. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 661/2018. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdos: WELLINGTON ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUZA-CRECI 2072 e APOLÔNIO DANIEL DE CERQUEIRA-CRECI 3007. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 1263/2017. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: ITAMAR BOEIRA VIEIRA-CRECI 15834. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1824/2016. Recte: EDSON GONÇALVES CAMPANHA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1262/2017. Rectes: ROBSON ROBERTO VELOZO MENDES-CRECI 46641, LEONEL DA SILVA-CRECI 33468 e BASS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22914. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 513/2018. Rectes: LUZIA MELLO CORRETORA DE IMÓVEIS-CRECI J-19422 e JUSCILEY MARIA FERREIRA ZEIDAN-CRECI 5223. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 523/2018. Recte: ANDERSON LUIZ CRUZ-CRECI 14169. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 524/2018. Recte: ANDERSON LUIZ CRUZ-CRECI 14169. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 658/2018. Recte: JTH ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS LTDA-CRECI J-1143. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 659/2018. Recte: ALAN RICARDO ARAÚJO ROCHA-CRECI 7133. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 1230/2017. Rectes: SILEINE SULZBACH MOSSMANN-CRECI 11586 e SILEINE SULZBACH MOSSMANN-ME - CRECI J-22201. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro EDSON MEDEIROS DO NASCIMENTO/PB

1 - Processo-COFECI nº 147/2017. Recte e Recdo: CRECI 18ª Região/AM "ex officio". Repdos: EDINEY NASCIMENTO BARBOSA-CRECI 1163 e JANDER SOUZA DE CASTRO-CRECI 2757. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2 - Processo-COFECI nº 608/2018. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repda: ELMA ALVES DE SOUZA ALVAREZ-CRECI 15797. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3 - Processo-COFECI nº 590/2018. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Repda: CASALLE IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-3223. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1517/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ LEONARDO MENDES-CRECI 132611. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2414/2016. Recte: LEDIMOVEISBH LTDA - EPP - CRECI J-4827. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 2508/2016. Recte: DIRECIONAL

CORRETORA DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-14755. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 320/2018. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 321/2018. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 322/2018. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 643/2018. Recte: IPANEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-1767. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2417/2016. Recte: FERNANDO LARA DA SILVA-CRECI 21185. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro SÉRGIO CABRAL DO NASCIMENTO/AL

1 - Processo-COFECI nº 1521/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LUCIANO TADEU BUENO-CRECI 60846. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1823/2016. Recte: DAVID IRINEU DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 1563/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1564/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1565/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 1566/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1567/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 1568/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 1569/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 1570/2017. Recte: JAIR RIBEIRO DA SILVA FILHO-CRECI 44577. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 200/2018. Recte: WP IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-5090. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12 - Processo-COFECI nº 211/2018. Recte: WP IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-5090. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 220/2018. Recte: WP IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-5090. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro VALDEMAR MARTINS DE LIMA/PI

1 - Processo-COFECI nº 1496/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: M&M IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA-CRECI J-14854. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1499/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SIDNEI BENEDITO MACHADO-CRECI 63213. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 1502/2016. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ABNER MARTINIANO MACHADO-CRECI 77118. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 2365/2016. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: LITO´S CORRETORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-1926. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 2495/2016. Recte: SILVEIRA & FILHOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-1883. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa no valor de 1 (uma) anuidade. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 522/2018. Recte: VITÓRIA DA UNIÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-3826. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 640/2018. Rectes: OLIVEIRA & SOUSA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-19134 e MURILO MACHADO-CRECI 8933. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 641/2018. Rectes: REGINALDO BENTO COSTA-CRECI 15141 e ADRIANA CARDOSO DOS SANTOS-CRECI 14250. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 648/2018. Recte: ELZA IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA-CRECI J-10128. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 669/2018. Recte: IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA ROVER LTDA-CRECI J-3697. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 673/2018. Recte: LPS SUL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-2693. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2019.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

4ª CÂMARA RECURSAL

(Mandato 2019 - Gestão 2019/2021)

DECISÕES DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

3ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANTI/RJ

1 - Processo-COFECI nº 2353/2016. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: BALNEÁRIO COMÉRCIO E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-2547. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 2354/2016. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: JOÃO BAPTISTA HINKELMANN JÚNIOR-CRECI 12844. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 1302/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: PARCERIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-2939 e DEVANIR DA SILVA GUIMARÃES-CRECI 9667. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 539/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: JACQUELINE GOMES MOTA-CRECI 1490. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1303/2017. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdos: PARCERIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-2939 e DEVANIR DA SILVA GUIMARÃES-CRECI 9667. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 -Processo-COFECI nº 2032/2016. Recte: RESIDENCE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS-CRECI J-388. Recdo: CRECI 18ª Região/AM/RR. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para reduzir a pena pecuniária para 06 anuidades. Unânime. 7 -Processo-COFECI nº 2243/2016. Recte: ACHO IMÓVEIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-3507. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 2244/2016. Recte: RICARDO CASTILHOS-CRECI 5796. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 -Processo-COFECI nº 1055/2017. Recte: ELVIO JOÃO SCARPATTO-CRECI 15774. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Por maioria, mantida a decisão de origem. Vencido o relator. 10 -Processo-COFECI nº 1636/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 -Processo-COFECI nº 1642/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE BARBOSA MACIEL/PE

1 - Processo-COFECI nº 548/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS DOS SANTOS-CRECI 2521. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 553/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS DOS SANTOS-CRECI 2521. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 162/2019. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: NINO IMÓVEIS LTDA-CRECI J-22585. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 -Processo-COFECI nº 1178/2016. Recte: CONSTRURORA TENDA S/A-CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1349/2016. Recte: CONSTRURORA TENDA S/A-CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 -Processo-COFECI nº 1368/2016. Recte: CONSTRURORA TENDA S/A-CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 -Processo-COFECI nº 082/2017. Recte: CARLA CRISTINA DE ALMEIDA. Recdo: CRECI 23ª Região/PI. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 -Processo-COFECI nº 520/2018. Recte: CAROLINA CALIJORNE LAMEGO-CRECI 28997. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 -Processo-COFECI nº 158/2019. Recte: ICS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-21403. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para manter a advertência e reduzir a pena pecuniária para 04 anuidades. Unânime. 10 -Processo-COFECI nº 519/2018. Recte: EDNÉIA LÚCIA PIRES LOURENÇO-CRECI 22248. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 -Processo-COFECI nº 161/2019. Recte: BRAHIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-21337. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA

1 - Processo-COFECI nº 1684/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ROBERTO AMARANTE-CRECI 23166. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 674/2018. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: TOMELIN IMOBILIÁRIA LTDA-ME - CRECI J-3337. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 675/2018. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: THIAGO MOREIRA GAIESKI SCHULTZ-CRECI 25670. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 676/2018. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: MARCOS LUIZ FIAMONCINI-CRECI 9090. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1522/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO ARMESTO TEIXEIRA-CRECI 48793. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 1523/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO ARMESTO TEIXEIRA-CRECI 48793. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1821/2016. Recte: RUY SANTOS DE MORAES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 225/2018. Recte: NILO ZAMPIERI IMÓVEIS LTDA-CRECI J-0598. Recdo: CRECI 22ª Região/AL. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 668/2018. Recte: DALCIRIO BRACELLO-ME - CRECI J-3311. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 159/2019. Recte: BRAMBILLA E LEAL LTDA-ME - CRECI J-21278. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 160/2019. Recte: CARLOS HENRIQUE SANTOS DO CARMO. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CLÁUDIO MANOEL MIRANDA SMITH/ES

1 - Processo-COFECI nº 2200/2016. Recte: JORGE LUIS PINTO MARQUES-CRECI 39460. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo representado contra a decisão da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI 1ª Região/RJ e mantida pela 4ª câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 024/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: JOSÉ ADEMIR BARROS DOS SANTOS-CRECI 2747. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 626/2018. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repda: MARIA CLEIA LOPES MARQUES-CRECI 11842. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 2169/2014. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdos: CASAREAL IMÓVEIS LTDA-CRECI J-0795 e ANTÔNIO NUNES DA SILVA PRIMO-CRECI 6019 (RT). DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 585/2018. Recte: FERNANDA ERIKA SILVA-ME - CRECI J-4758. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 587/2018. Recte: WP IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-5090. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 630/2018. Recte: GERALDO RIBEIRO DE ARRUDA-CRECI 1430. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 515/2018. Recte: JOSÉ MARIA ALVES DA SILVA FILHO-CRECI 31835. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 516/2018. Recte: JOSÉ MARIA ALVES DA SILVA FILHO-CRECI 31835. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 517/2018. Recte: JOSÉ MARIA ALVES DA SILVA FILHO-CRECI 31835. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 586/2018. Recte: GUY LUCIANO GUIMARÃES-CRECI 14961. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro RENATO ALEXANDRE MACIEL G. NETTO/RN

1 - Processo-COFECI nº 542/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repda: MARIA SÔNIA OLIVEIRA E SILVA-CRECI 0790. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 543/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repda: MARIA SÔNIA OLIVEIRA E SILVA-CRECI 0790. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 544/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repda: MARIA SÔNIA OLIVEIRA E SILVA-CRECI 0790. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 -Processo-COFECI nº 1822/2016. Recte: EDUARDO NICHI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 -Processo-COFECI nº 1496/2017. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 -Processo-COFECI nº 1497/2017. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 -Processo-COFECI nº 1498/2017. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 -Processo-COFECI nº 514/2018. Recte: CARLOS ANTÔNIO LUDOVINO-CRECI 8440. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 642/2018. Recte: IMOBILIÁRIA REI EMPREENDIMENTOS LTDA-CRECI J-6474. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 -Processo-COFECI nº 645/2018. Recte: POLO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-1887. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 646/2018. Recte: COELHO E RINCON LTDA-ME - CRECI J-19425. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro LUIZ FERNANDO PINTO BARCELLOS/MT

1 -Processo-COFECI nº 305/2017. Recte: NITERÓI ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-4947. Recdo: COFECI. Assunto: AI - Pedido de reconsideração interposto pela recorrente contra a decisão da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI/RJ e mantida pela 4ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 628/2018. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repda: ARINETE ARAÚJO-CRECI 9479. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 631/2018. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdo: LUCIELDO MOREIRA DE OLIVEIRA-CRECI 3571. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4 -Processo-COFECI nº 1849/2016. Recte: R.R.C. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5 -Processo-COFECI nº 2152/2016. Recte: W.A.M. NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6 -Processo-COFECI nº 2505/2016. Recte: LEOPOLDO JOÃO BATISTA MOUTINHO-CRECI 10244. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 644/2018. Rectes: INTEGRAL IMÓVEIS LTDA-ME - CRECI J-22241 e MAURICIO PEREIRA FERREIRA-CRECI 14369. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 -Processo-COFECI nº 649/2018. Recte: IPARATYH EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-24321. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 -Processo-COFECI nº 650/2018. Recte: IPARATYH EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-24321. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 2506/2016. Recte: CARLOS ROBERTO VENTURATO-CRECI 10528. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 -Processo-COFECI nº 518/2018. Recte: RONALDO FERREIRA DA SILVA-CRECI 34349. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro UBIRAJARA MARQUES DE A. LIMA JÚNIOR/PB.

1 - Processo-COFECI nº 2285/2016. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: JULIANA MOREIRA DA SILVA-CRECI 20958. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 2290/2016. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: PRIME ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-2782. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 197/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA E SILVA-CRECI 32716. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 198/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA E SILVA-CRECI 32716. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 199/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA E SILVA-CRECI 32716. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 546/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repda: SIVONEIDE MACIEL DE ALBUQUERQUE-CRECI 4063. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 132/2019. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repda: KELLY BEZERRA DE ALBUQUERQUE-CRECI 4365. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 1763/2016. Recte: CONSTRUIR LOTEADORA LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 - Processo-COFECI nº 1818/2016. Recte: VANDERLEI FELICIANO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 588/2018. Recte: IDEAL SILVA LOCADORA DE IMÓVEIS ADM. E CORRETORES SEGUROS LTDA-CRECI J-2405. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 - Processo-COFECI nº 594/2018. Recte: VILLAGE IMÓVEIS LTDA-ME - CRECI J-5565. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro OSMAR VILHENA DE AMORIM/RO

1 - Processo-COFECI nº 2209/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: PHILIPPE RIBEIRO GOMES GONÇALVES-CRECI 37902. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2 - Processo-COFECI nº 2210/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: PHILIPPE RIBEIRO GOMES GONÇALVES-CRECI 37902. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3 - Processo-COFECI nº 571/2018. Recte e Recdo: CRECI 5ª Região/GO "ex officio". Repdo: MAURICIO LINHARES BORGES-CRECI 14783. DECISÃO: Retirado de Pauta. 4 -Processo-COFECI nº 1851/2016. Recte: PITAGORAS TEOBALDO PONTES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 5 -Processo-COFECI nº 2159/2016. Recte: MÁRCIA FAGUNDES CRESCENCIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 6 -Processo-COFECI nº 2247/2016. Recte: SIGA LOOCAU IMÓVEIS LTDA-CRECI J-2170. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Retirado de Pauta. 7 -Processo-COFECI nº 158/2017. Recte: IMOBILIÁRIA CERTA LTDA-CRECI J-2309. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Retirado de Pauta. 8 -Processo-COFECI nº 159/2017. Recte: IMOBILIÁRIA CERTA LTDA-CRECI J-2309. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Retirado de Pauta. 9 -Processo-COFECI nº 160/2017. Recte: IMOBILIÁRIA CERTA LTDA-CRECI J-2309. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Retirado de Pauta. 10 -Processo-COFECI nº 568/2018. Recte: MARCOS FELIPE TEODORO DA COSTA-CRECI 13965. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Retirado de Pauta. 11 -Processo-COFECI nº 573/2018. Recte: NIXON GUITEMBERG LIMA DE ARAÚJO-CRECI 8108. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Retirado de Pauta.

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO HÍGINO DA ROCHA MAIA/AC

1 - Processo-COFECI nº 1089/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ALEXANDER BESOUCHET MARTINS-CRECI 17044. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 1094/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA DO BRASIL LTDA-CRECI J-3434. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 1106/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA DO BRASIL LTDA-CRECI J-3434. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 1109/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA BRASILEIRA LTDA-CRECI J-2936. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 1110/2017. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ALEXANDER BESOUCHET MARTINS-CRECI 17044. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 629/2018. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdo: EDNILSON JOSÉ TORRES FERNANDES-CRECI 7260. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 1847/2016. Recte: ANA MARIA CRISTIANO DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 -Processo-COFECI nº 2363/2016. Recte: MARCOS ROBERTO FÉLIX-CRECI 9886. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9 -Processo-COFECI nº 298/2017. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A-CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 -Processo-COFECI nº 299/2017. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A-CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11 -Processo-COFECI nº 2356/2016. Recte: JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES-CRECI 23812. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2019.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

5ª CÂMARA RECURSAL

(Mandato 2019 - Gestão 2019/2021)

DECISÕES DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019

3ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro LUIGI ANTÔNIO GERACE/RS

1- Processo-COFECI nº 1998/2016. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: RONALDO SAMUEL DA SILVA - CRECI 7561. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 209/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: IVANIR GARCIA - CRECI 21973. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 331/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: IVANIR GARCIA - CRECI 21973. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 581/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: EDINALDO MESSIAS DOS SANTOS - CRECI 356. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 582/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: LAELMA ALVES ANDRADE - CRECI 1336. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 584/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: EDINALDO MESSIAS DOS SANTOS - CRECI 356. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 623/2018. Recte e Recdo: CRECI 7ª Região/PE "ex officio". Repda: CASANOVA ASSESSORIA IMOB. S/C LTDA - CRECI J-5851. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2297/2016. Recte: LIVIA BATISTA DE ABREU. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2298/2016. Recte: JORGE PITOMBO MALTEZ. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 056/2017. Recte: LPS FORTALEZA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA (LOPES IMMOBILIS) CRECI J-827. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1415/2017. Recte: CARLOS FARIAS IMOBILIÁRIA EIRELI - ME - CRECI J-21873. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro NEWTON MARQUES BARBOSA JÚNIOR/MG

1- Processo-COFECI nº 233/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: LUCIANE BOLORINI REIS - CRECI 28090. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 259/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: COPA HOUSE INCORPORADORA E INVESTIDORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-5474. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1848/2016. Recte: VALERIA MONTEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2153/2016. Recte: EDILSON GOMES FLOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2154/2016. Recte: MARIA APARECIDA DE CARVALHO GRANER. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1590/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA - CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1591/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA - CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1592/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA - CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1593/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA - CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1594/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA - CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1595/2017. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1596/2017. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1597/2017. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1598/2017. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES - CRECI 70832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITTO/GO

1- Processo-COFECI nº 2203/2016. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: AIRTON ARAÚJO - CRECI 24508; Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2281/2016. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdo: JOCELIO FERREIRA DA SILVA - CRECI 3805. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 025/2017. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: PEDRO JOSÉ ABREU DE VASCONCELOS - CRECI 756. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 651/2018. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repda: CRISTIANE PEDROSA SARMANHO - CRECI 6375. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 652/2018. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repda: CRISTIANE PEDROSA SARMANHO - CRECI 6375. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 130/2019. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: EMERSON BARBOSA FERREIRA - CRECI 3384. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 131/2019. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: ADBEL LOPES NICÁCIO - CRECI 4345. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1755/2016. Recte: NICOLA PARADISO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa de 01 anuidade. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 235/2017. Recte: SAMANTHA MORTNER FLORES - CRECI 54464. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 555/2018. Rectes: SOARES NOBRE CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA - CRECI J-1423 e RT THÉLIO BARRETO FEIJO LEITÃO - CRECI 2150. Recdo: CRECI 22ª Região/AL. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 145/2019. Recte: ANA LÚCIA ELIZABETH RODRIGUES - CRECI 7848. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MOACIR PASIN/SC

1- Processo-COFECI nº 286/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: NADIA AMARAL E SILVA - CRECI 19183. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 332/2017. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: JOSÉ DOS SANTOS XAVIER - CRECI 29783. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1420/2017. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: PROJEÇÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS & INFORMÁTICA LTDA-ME - CRECI J-16735. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1421/2017. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdas: PROJEÇÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS & INFORMÁTICA LTDA-ME - CRECI J-16735 e RT IVONE OLIVEIRA DA SILVA - CRECI 11805. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 549/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdos: MARCELO SOARES ME - IMOBILIÁRIA GLOBAL - CRECI J-3022 e RT MARCELO SOARES - CRECI 1689. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 551/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: PETRÚCIO JOSÉ ARAÚJO MELO - CRECI 1572. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 556/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdos: MARCELO SOARES ME - IMOBILIÁRIA GLOBAL - CRECI J-3022 e RT MARCELO SOARES - CRECI 1689. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 557/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdos: MARCELO SOARES ME - IMOBILIÁRIA GLOBAL - CRECI J-3022 e RT MARCELO SOARES - CRECI 1689. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1756/2016. Recte: ELIO LUIZ GUEBARA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1761/2016. Recte: MARIO HIROSHI KIMURA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 297/2017. Recte: PRONTO SELF CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-5904. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar pena de multa de 03 anuidades. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 1066/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1067/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1068/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1069/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1070/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1071/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1072/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1073/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1074/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1075/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1077/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1078/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1080/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1081/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 1082/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 1083/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 1084/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 1085/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 1086/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 1087/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 1088/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22- Processo-COFECI nº 1091/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 23- Processo-COFECI nº 1093/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 24- Processo-COFECI nº 1098/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 25- Processo-COFECI nº 1099/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 26- Processo-COFECI nº 1100/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 27- Processo-COFECI nº 1102/2017. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 28- Processo-COFECI nº 1121/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 29- Processo-COFECI nº 1122/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 30- Processo-COFECI nº 1123/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 31- Processo-COFECI nº 1124/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 32- Processo-COFECI nº 1125/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 33- Processo-COFECI nº 1126/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 34- Processo-COFECI nº 1127/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 35- Processo-COFECI nº 1128/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 36- Processo-COFECI nº 1129/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 37- Processo-COFECI nº 1130/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 38- Processo-COFECI nº 1131/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 39- Processo-COFECI nº 1132/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 40- Processo-COFECI nº 1133/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 41- Processo-COFECI nº 1134/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 42- Processo-COFECI nº 1135/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 43- Processo-COFECI nº 1136/2017. Recte: RAQUEL BARBOSA PARPINELLE - CRECI 44397. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 603/2018. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repda: SUELY MARIA RAMOS COUTINHO - CRECI 9445. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 625/2017. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Repdo: JARBAS ARAÚJO PESSOA - CRECI 1084. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1529/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: OMEGA NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA - CRECI 24038. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1530/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ CARLOS LOPES - CRECI 87490. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1531/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DA SILVA - CRECI 102133. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1757/2016. Recte: MARCO ANTÔNIO REZENDE DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 626/2017. Recte: JARBAS ARAÚJO PESSOA - CRECI 1084. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 628/2017. Recte: GUARACY FREIRE NEVES - CRECI 3236. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 636/2017. Recte: JPM IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-488. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 653/2018. Recte: CARLOS ALEXANDRE DA SILVA MOREIRA - CRECI 5135. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2001/2016. Recte: CRECI 8ª Região/DF. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo CRECI/DF contra a decisão de absolvição do C.I. SAMUEL GONÇALVES DO CARMO - CRECI 10530, determinada pela 5ª Câmara Recursal. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida para manter, "in totum", a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 545/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: ADBEL LOPES NICÁCIO - CRECI 4345. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 547/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdo: ADBEL LOPES NICÁCIO - CRECI 4345. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 575/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: SIDARTHA LIMA ESPIRITO SANTO - CRECI 3613. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 578/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: JAIRO JOSÉ DE MELO - CRECI 4447. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 580/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA - CRECI 2425. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 554/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repdos: IMOBILIÁRIA CHAVES E SANTOS - CRECI J-5132 e RT MAHERVAL CHAVES E SILVA - CRECI 1241. Decisão: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de censura cumulada com multa de 01 anuidade para a pessoa física, mantido o arquivamento quanto a pessoa jurídica. Vencido o relator. 7- Processo-COFECI nº 1762/2016. Recte: BEATRIZ AMORIM PRADO SOUTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 247/2017. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 248/2017. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 249/2017. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 250/2017. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ALUÍSIO PARENTES SAMPAIO NETO/PI

1- Processo-COFECI nº 2444/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2445/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2446/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2447/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2448/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2463/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2464/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2465/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2466/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2467/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2468/2016. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LOURIVAL LOURENCO DOS SANTOS FILHO - CRECI 2827.

Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 538/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: JOSEANE DOS SANTOS TAVARES - CRECI 1596. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 540/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: ALEX FIGUEIREDO DUARTE - CRECI 2603. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 552/2018. Recte e Recdo: CRECI 22ª Região/AL "ex officio". Repda: MARIA SÔNIA OLIVEIRA E SILVA - CRECI 790. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 577/2018. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: ALEX SANDER PEREIRA GOMES - CRECI 1891. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime.

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2019.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SESSÃO PLENARIA Nº 4/2019
(Gestão 2019/2021)

DECISÕES DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019

JULGAMENTO DE PROCESSOS

1 - Processo-COFECI nº 1434/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. LEONARDO FORCELLINI-CRECI 20155, face a problemas de saúde: (Insuficiência cardíaca, hérnia de disco, hipertensão, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 2 - Processo-COFECI nº 1456/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. LUIZ ANGELO ALEXANDRE-CRECI 78098, face a problemas de saúde: (Hipertensão, insuficiência renal crônica, hipertrigliceridemia, doença isquêmica crônica do coração, artrose e artrite nos joelhos e colesterol). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 3 - Processo-COFECI nº 1501/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. ELIZABETH FÁTIMA SINGOLANI DE PAULA-CRECI 99458, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 4 - Processo-COFECI nº 424/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. PAULO GUERRA FILHO-CRECI 42207, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 5 - Processo-COFECI nº 425/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. ISABEL VILLA BROCHI-CRECI 45797, face a problemas de saúde: (Hipertensão, depressão e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 6 - Processo-COFECI nº 426/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. TIKARA OUNO-CRECI 76393, face a problemas de saúde: (DPOC e CA de próstata, idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 7 - Processo-COFECI nº 432/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. WALTER MOURO-CRECI 20027, face a problemas de saúde: (Depressão, síndrome do pânico, idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 8 - Processo-COFECI nº 434/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. HÉLVIO MURILO FILIPPINI-CRECI 26094, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 9 - Processo-COFECI nº 447/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. ANDREIA CORRÊA PAGOTO-CRECI 114234, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 10 - Processo-COFECI nº 448/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. ANTÔNIO MAGNABOSCO-CRECI 76140, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 11 - Processo-COFECI nº 451/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. CIRO TEIXEIRA DE SOUSA-CRECI 26617, face a problema de saúde: (Câncer e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 12 - Processo-COFECI nº 455/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. DENIS FUAD GOLMIA DE OLIVEIRA-CRECI 45206, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 13 - Processo-COFECI nº 457/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. FLÁVIO DIVITIS-CRECI 51551, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 14 - Processo-COFECI nº 458/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. FLÁNVIO PROENÇA MADER-CRECI 37035, face a problemas de saúde: (Diabético, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 15 - Processo-COFECI nº 459/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. JAIR DE ANTÔNIO-CRECI 73516, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 16 - Processo-COFECI nº 464/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. JOSÉ AFONSO DE MEDEIROS-CRECI 35957, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 17 - Processo-COFECI nº 466/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. LENIR SOARES DA SILVA-CRECI 39077, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 18 - Processo-COFECI nº 472/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. NILZA DOS SANTOS-CRECI 74531, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 19 - Processo-COFECI nº 475/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. ROBSON CÂNDIDO PRADO-CRECI 83653, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 20 - Processo-COFECI nº 483/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. ADEMAR JOSÉ CORTEZ-CRECI 26581 - Falecido. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 21 - Processo-COFECI nº 484/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. ANTÔNIO CARLOS TORINI-CRECI 62202, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Retirado de Pauta. 22 - Processo-COFECI nº 486/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. ARMINDA MACIEL-CRECI 72452, face a problemas de saúde: (Depressão d hérnia e disco). DECISÃO: Retirado de Pauta. 23 - Processo-COFECI nº 487/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. CLAUDETE DI LORETO SANCHEZ-CRECI 71327, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 24 - Processo-COFECI nº 488/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. DAVI COUTINHO-CRECI 100869, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 25 - Processo-COFECI nº 490/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. EDISON ROBERTO LIMA-CRECI 29601, face a problemas de saúde: (Diabético, pressão alta, aumento da próstata e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 26 - Processo-COFECI nº 494/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. JOSÉ RUFINO BUENO-CRECI 7020, face a problemas de saúde: (Dificuldade na fala, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 27 - Processo-COFECI nº 498/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. PAULO ROBERTO CARDOSO DA SILVA-CREC 34589, face a problemas de saúde: (Hipertensão arterial sistêmica, Diabetes militus, nefropatia diabética e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 28 - Processo-COFECI nº 528/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. CAROLINE CRISTINA DE OLIVEIRA NEVES-CRECI 61387, face a precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 29 - Processo-COFECI nº 530/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. CECILIA CLAUDINO GOMES DO AMARAL PEREIRA-CRECI 96315, face a problemas de saúde: (Diabetes, cardíacos e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 30 - Processo-COFECI nº 532/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. CLÁUDIO JOSÉ URQUIZA-CRECI 58471, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 31 - Processo-COFECI nº 533/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos ao C.I. EDISON DOS SANTOS-CRECI 58860, face a problemas de saúde: (Mal de parkison, AVC, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 32 - Processo-COFECI nº 537/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de Cancelamento da Inscrição com Remissão de débitos concedidos a C.I. ELIZABETH RUDGE CASTILHO-CRECI 37834, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 33 - Processo-COFECI nº 1426/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOSÉ FERNANDES DE CARVALHO SILVA-CRECI 33451, face a problemas de saúde: (Doença degenerativa na coluna vertebral e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 34 - Processo-COFECI nº 1427/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOSÉ RODRIGUES DOMINGUES-CRECI 13968, face a problemas de saúde: (Câncer de próstata, pressão alta, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 35 - Processo-COFECI nº 1430/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. ALINE RUBY-CRECI 60575, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 36 - Processo-COFECI nº 1431/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOSÉ DOS SANTOS BARBOSA-CRECI 14311, face a problemas de saúde: (Hipertensão, diabetes e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 37 - Processo-COFECI nº 1433/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. DANIELA LOPES MOREIRA CASTRO-CRECI 105550, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 38 - Processo-COFECI nº 1436/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação o de remissão de débitos concedidos a C.I. THARCILA JUNQUEIRA-CRECI 34566, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 39 - Processo-COFECI nº 1455/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ANTÔNIO CARLOS DI FELIPPO-CRECI 17386, face a problemas de saúde: (Cardíaco, HIV, convulsão, diabetes e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 40 - Processo-COFECI nº 1457/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. MARIA DO CARMO PAGOTTO-CRECI 58940, face a problemas de saúde: (Depressão e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 41 - Processo-COFECI nº 1458/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ROBERTO RENATO FIORENTINI-CRECI 9489, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 42 - Processo-COFECI nº 1459/2017. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. VANDERLEI SALIN-CRECI 34915, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 43 - Processo-COFECI nº 429/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ANTÔNIO RODRIGUES CASTANHEIRA FILHO-CRECI 29681, face a problemas de saúde: (Hipertensão, hiperplasia na próstata e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 44 - Processo-COFECI nº 430/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOSÉ TORO-CRECI 14248, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 45 - Processo-COFECI nº 433/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. VERA LÚCIA DE OLIVEIRA-CRECI 43075, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 46 - Processo-COFECI nº 444/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ADÃO DE MOURA LEANDRO-CRECI 22966, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 47 - Processo-COFECI nº 445/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. ADI DE OLIVEIRA MOTTA DE ALMEIDA-CRECI 62192, face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 48 - Processo-COFECI nº 461/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOÃO DEGAIR FAVARETO-CRECI 28755, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 49 - Processo-COFECI nº 462/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOÃO SCOPELLI NOÉ-CRECI 28234, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 50 - Processo-COFECI nº

465/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. JOSÉ CARLOS DA SILVA-CRECI 20145, face a problemas de saúde: (Câncer na próstata, insuficiência renal e DPOC seguido de sequelas, vive acamado, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 51 - Processo-COFECI nº 469/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. MARIA DA GRAÇA SAUTIEFF ANDREGHETI-CRECI 58385, face a problemas de saúde: (Câncer de mama, artrose, artrite, fibromialgia, depressão, síndrome do pânico e idade avançada). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 52 - Processo-COFECI nº 473/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. ODETE ALFIERE DE ANDRADE-CRECI 81706, face a problemas de saúde: (Hipertensão, gastrite, osteoporose, artrose, esofagite, infecção urinária recorrente, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 53 - Processo-COFECI nº 476/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. RONEY HADDAD-CRECI 10342, face a problemas de saúde: (Hepatite C, hipertensão, impaciência, intolerância, falta de memória e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 54 - Processo-COFECI nº 477/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. IVETE APARECIDA DE OLIVEIRA GARCIA-CRECI 54401, face a problemas de saúde: (Hérnia, diabetes, bico de papagaio, veia entupida e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 55 - Processo-COFECI nº 489/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. DONIZETTI FERREIRA DE MIRANDA-CRECI 88457, face a precária condição econômica e usuário de crack. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 56 - Processo-COFECI nº 491/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. EDUARDO DE BRITTO-CRECI 27535, face a problemas de saúde: (Cardíaco, idade avançada e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 57 - Processo-COFECI nº 471/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. MÁRCIA DE SOUZA GARCIA-CRECI 74071, face a problemas de saúde: (Coluna, esclerose múltipla e precária condição econômica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 58 - Processo-COFECI nº 493/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. HERMANN EMIL SCHEIDER JÚNIOR-CRECI 81901, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 59 - Processo-COFECI nº 496/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. MARIA APARECIDA ROGÉRIO-CRECI 162975, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 60 - Processo-COFECI nº 497/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. MAXIMINO DA CONCEIÇÃO DA CUNHA BRITO-CRECI 83467, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 61 - Processo-COFECI nº 500/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ROMEU CRICCA-CRECI 11440, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Retirado de Pauta. 62 - Processo-COFECI nº 502/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos a C.I. TEREZINHA DE JESUS PACHECO O. KASBURGO-CRECI 30216, face a problemas de saúde: (Apneia do sono, pressão alta e diabetes). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 63 - Processo-COFECI nº 536/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. ELEOVALDO JOSÉ ALVES-CRECI 18548, face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 64 - Processo-COFECI nº 550/2018. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos concedidos ao C.I. HERMES CANHO-CRECI 61604, face a precária condição econômica. DECISÃO: Retirado de Pauta. 65 - Processo-COFECI nº 157/2019. Recte: FERNANDO SOARES GIMENES. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 66 - Processo-COFECI nº 438/2018. Recte: ANDREA CRISTINA DA CRUZ FERREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 67 - Processo-COFECI nº 480/2018. Recte: MARIA HELENA BORGUETTI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 68 - Processo-COFECI nº 482/2018. Recte: FABRIZIO CASSIANO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 69 - Processo-COFECI nº 509/2018. Recte: ANTÔNIO CARLOS DE CAMARGO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Retirado de Pauta. 70 - Processo-COFECI nº 574/2018. Recte: LAURO CRISTIANO MENDES PROENÇA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 71 - Processo-COFECI nº 576/2018. Recte: RAFAEL RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 72 - Processo-COFECI nº 166/2019. Recte: FRANCISCO MARCOS COSTA SENA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

Brasília-DF, 23 de dezembro de 2019.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE

RESOLUÇÃO Nº 1.143, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019

Regula a concessão de descontos ao pagamento da anuidade quando do registro inicial.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por sua Diretoria-Executiva, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no art. 10, II, V e VII, da Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, e no art. 12, IV, V, IX e IXX, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO que compete, privativamente, ao Conselho Federal dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais vinculados, baixar instruções para a fiel observância da referida lei e resolver os casos omissos;

CONSIDERANDO os diversos questionamentos existentes com relação à correta aplicação dos descontos ao pagamento da anuidade, previstos no artigo 10, §§ 3º e 4º da Lei 4.886/65, no caso de registro inicial;

CONSIDERANDO a necessidade de regulação à concessão dos descontos anteriormente referidos, no âmbito do Sistema Confere/Cores, a fim de que haja padronização de procedimentos pelos Conselhos Regionais vinculados;

CONSIDERANDO que o fato gerador da obrigação tributária, no caso, a anuidade devida aos Conselhos Regionais vinculados, é a existência do registro habilitatório;

CONSIDERANDO o que ficou decidido na Reunião de Diretoria-Executiva, realizada nesta data, resolve:

Art. 1º. Ao registro inicial também se aplica os descontos previstos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 10, da Lei 4.886, de 9 de dezembro de 1965.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 731, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a Resolução CFC nº 1.523, de 7 de abril de 2017, que instituiu o Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade; considerando a Portaria CRCCE nº 127/2019, que instituiu a Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, resolve:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Este Regimento tem a finalidade de regular a estrutura organizacional, competência, atribuições, funcionamento, princípios, deveres e responsabilidades, normas e procedimentos da Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, constituídas por meio de portaria.

Art. 2º Os padrões de conduta estão estabelecidos no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, aprovado pela Resolução CFC nº 1.523, de 7 de abril de 2017 e alterações posteriores.

Art. 3º Para efeito deste Regimento Interno, entende-se por: I - Atitude: procedimento que leva a um determinado comportamento. É a concretização de uma intenção ou propósito. II - Conduta: ação humana que engloba a forma de pensar, agir e de viver. A conduta é baseada em crenças, culturas e valores éticos e morais. A conduta profissional e a conduta pessoal estão diretamente ligadas aos valores que são cultivados. III - Ética: conjunto de regras, valores e princípios que norteiam a conduta e o comportamento dos conselheiros do Sistema CFC/CRCs e colaboradores e funcionários do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, durante o exercício de suas atribuições legais e funcionais. IV - Conselheiro do CRCCE: agente político e profissional da contabilidade, investido de mandato representativo, que compõe órgão colegiado do CRCCE. V - Funcionários: são os empregados, jovens aprendizes e cargos em comissão que exercem suas atividades profissionais com vínculo permanente ou transitório. VI - Colaboradores: particular ou prestador de serviço que exerce atividade funcional no CRCCE, de forma transitória ou precária. VII - Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP): documento que estabelecerá os termos a serem firmados com o denunciado para corrigir condutas que estejam em desacordo com os preceitos éticos, visando manter um clima de trabalho respeitoso e saudável. VIII - Censura Ética: documento que explicitará os comportamentos praticados, considerados inaceitáveis, e as medidas a serem implementadas para o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta, indicando a conduta que deve ser adotada no ambiente do trabalho.

CAPÍTULO II - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A Comissão de Conduta para análise das infrações cometidas por funcionários e colaboradores é composta de três funcionários do CRCCE e respectivos substitutos. Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo respectivo funcionário titular e, nas suas ausências, afastamentos e impedimentos eventuais, pelo funcionário substituto.

Art. 5º Os funcionários serão designados pelo presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, por meio de portaria específica de nomeação, conforme previsto pelo Art. 9º da Resolução CFC nº 1.523/2017.

Art. 6º Ao tomar posse como membro da Comissão de Conduta, o funcionário deverá prestar compromisso de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Conduta instituído pela Resolução CFC nº 1.523/2017.

Art. 7º Os integrantes da Comissão terão mandato de dois anos, sendo permitidas até duas reconduções.

Art. 8º Ficam impedidos de compor a Comissão de Conduta do CRCCE os funcionários já punidos administrativa ou criminalmente.

Art. 9º Cessará a investidura de membros da Comissão a partir da extinção do mandato e da renúncia, ou caso venham a responder a processos ético, criminal e/ou administrativo-disciplinar.

Art. 10º Os membros substitutos atuarão na condição de colaboradores das Comissões, substituirão os respectivos membros titulares nas suas ausências e impedimentos eventuais e os sucederão em caso de vacância, assumindo imediatamente as atribuições. § 1º Se, por motivo devidamente justificado, o titular ou suplente não puder assumir a titularidade vaga, o presidente da Comissão solicitará nova indicação ao presidente do CRCCE. § 2º Poderá ser reconduzido uma única vez ao cargo de membro de cada Comissão o funcionário que for designado para cumprir o mandato complementar, caso ele tenha se iniciado antes do transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário.

Art. 11º A participação na Comissão de Conduta do CRCCE não enseja qualquer remuneração para seus integrantes, e os trabalhos desenvolvidos serão considerados relevantes, devendo ser registrados nos assentos funcionais do funcionário.

CAPÍTULO III - DOS PRINCÍPIOS E DEVERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Art. 12º São princípios e deveres fundamentais a serem observados pelos membros da Comissão de Conduta do CRCCE no desenvolvimento dos trabalhos: I - assegurar a celeridade no desenvolvimento dos trabalhos. II - preservar a honra, a imagem e a dignidade da pessoa investigada. III - proteger a identidade do denunciante. IV - atuar de forma independente e imparcial. V - atuar em consonância com os princípios de conduta, eficiência e integridade. VI - garantir o sigilo durante todo o processo de apuração de infrações de conduta. VII - comparecer às reuniões da Comissão de Conduta, justificando ao presidente da Comissão eventuais ausências e afastamentos. VIII - priorizar e participar efetivamente das atividades da Comissão. IX - declarar aos demais membros o impedimento ou a suspeição nos trabalhos da Comissão de Conduta. XI - eximir-se de atuar em procedimento no qual tenha sido identificado seu impedimento ou suspeição. XII - observar os princípios fundamentais de sua atuação neste Regimento. XIII - manter conduta orientada por um padrão de conduta ética que contemple, minimamente, os princípios e valores estabelecidos no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade. § 1º Dá-se o impedimento dos membros da Comissão de Conduta do CRCCE quando: tenha interesse direto ou indireto no fato, tenha participado ou venha a participar, em outro processo administrativo ou judicial, como perito, conselheiro, funcionário, colaborador, testemunha ou representante legal do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, esteja litigando judicial ou administrativamente com o denunciante, denunciado ou investigado, ou com os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, for seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau o denunciante, denunciado ou investigado. § 2º Dá-se a suspeição dos membros da Comissão de Conduta do CRCCE quando: for amigo íntimo ou notório desafeto do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, ou for credor ou devedor do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

CAPÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 13. Compete à Comissão de Conduta do CRCCE: I - atuar como instância colegiada de natureza investigativa e consultiva em matéria de avaliação de conduta de colaboradores e funcionários do CRCCE. II - aplicar o Código de Conduta para os colaboradores e funcionários do CRCCE, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.523/2017, devendo: a) apurar, mediante denúncia ou conhecimento de ofício, fato ou conduta em desacordo com o Código de Conduta. b) recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de conduta e disciplina. c) dirimir dúvidas a respeito da interpretação e da aplicação do Código de Conduta e deliberar sobre casos omissos; III - orientar e aconselhar sobre a conduta ética do colaborador e funcionário no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público; IV - interagir com as Comissões de Condutas do Conselho Federal de Contabilidade; V - responder a consultas que lhes foram dirigidas; VI - receber denúncias e representações contra colaborador e funcionário por suposto descumprimento às normas de condutas, procedendo à apuração e, se for o caso, à instauração do devido processo; VII - instaurar processo para apuração de fato

que possa configurar descumprimento ao Código de Conduta ao colaborador e funcionário; VIII - examinar matérias e emitir relatório com parecer conclusivo sobre o resultado da apuração de fatos que possa configurar desvio de conduta; IX - convocar conselheiro, colaborador e funcionário e convidar outras pessoas a prestarem informações relevantes à apuração de fatos relativos ao descumprimento do Código de Conduta; X - autorizar, nas reuniões da Comissão, a presença de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir com assuntos específicos da pauta; XI - requisitar às partes informações e documentos necessários à instrução processual; XII - realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas; XIII - esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios de conduta; XIV - propor ao presidente do CRCCE a aplicação de penalidades: a) Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP); b) Censura Ética. XV - arquivar o processo quando não for comprovado o desvio de conduta; XVI - notificar as partes sobre as decisões adotadas; XVII - submeter à Comissão de Conduta do CFC propostas para o aperfeiçoamento do Código de Conduta; XVIII - elaborar e propor alterações ao Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e ao Regimento Interno da Comissão de Conduta do CRCCE; XIX - dar ampla divulgação ao regramento de conduta; XX - emitir instruções de caráter orientativo ou interpretativo referente ao Código de Conduta ou às normas relativas à temática da ética;

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 14. São atribuições e responsabilidades do presidente da Comissão de Conduta do CRCCE: I - convocar e presidir as reuniões; II - representar a Comissão; III - determinar a instauração de processos para a apuração de prática contrária ao Código de Conduta para os conselheiros do Sistema CFC/CRCs e colaboradores e funcionários do CRCCE, bem como as diligências e convocações; IV - designar relator para os processos; V - orientar os trabalhos da Comissão, ordenando os debates e concluindo os pareceres conclusivos; VI - tomar os votos, proferindo voto de qualidade, em caso de empate e proclamando os resultados; VII - delegar atribuições para tarefas específicas aos demais membros da Comissão; VIII - autorizar a presença de pessoas, nas reuniões da Comissão, que possam contribuir na condução dos trabalhos; IX - decidir em casos de urgência, ad referendum da Comissão; X - encaminhar os resultados das apurações ao presidente do CRCCE, referentes aos processos tramitados; XI - declarar impedido ou suspeito para os trabalhos da Comissão.

Art. 15. São atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão de Conduta do CRCCE: I - comparecer às reuniões quando convocados pela Presidência da Comissão, justificando por escrito os casos de ausências ou afastamentos; II - votar sobre os assuntos analisados nas reuniões; III - examinar as tarefas que forem submetidas ao estudo da Comissão, emitindo parecer fundamentado e voto; IV - pedir vista em matéria de deliberação; V - solicitar informações e esclarecimentos das matérias a cargo da Comissão; VI - elaborar relatórios e documentos inerentes aos processos sob sua responsabilidade; VII - declarar-se impedido ou suspeito para os trabalhos da Comissão; VIII - representar a Comissão, por delegação de seu presidente; IX - propor ações objetivando a disseminação e a capacitação sobre conduta no CRCCE; X - proceder ao registro das reuniões e à elaboração de seus relatórios; XI - solicitar, quando necessário e de forma fundamentada, a prévia manifestação da Procuradoria Jurídica para dirimir dúvidas sobre matérias a serem deliberadas pela Comissão.

CAPÍTULO VI - DO FUNCIONAMENTO

Art. 16. A Comissão se reunirá por iniciativa de seu presidente ou de seus membros. § 1º A convocação para participação nas reuniões será realizada por meio de correio eletrônico, com antecedência de, pelo menos, 15 (quinze) dias data da reunião; § 2º Qualquer membro, na impossibilidade de comparecimento às reuniões da Comissão, deverá comunicar, por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da reunião.

Art. 17. A Comissão se reunirá com a presença de, no mínimo, três de seus membros, sendo um deles, obrigatoriamente, titular.

Art. 18. A ausência do membro titular por três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, no período de um ano, sem causa justificada, deverá ser comunicada ao presidente do CRCCE, para fins de promover a sua substituição.

Art. 19. As pautas das reuniões da Comissão de Conduta serão compostas a partir de sugestões do presidente ou dos membros, sendo admitida a inclusão de novos assuntos no início da reunião. Parágrafo único. Os assuntos tratados nas reuniões deverão ser registrados em ata a ser assinada por todos os presentes, a qual conterá as discussões e as conclusões havidas, devendo ser anexados os documentos que subsidiaram as decisões.

Art. 20. Os pareceres conclusivos da Comissão serão tomados por voto da maioria de seus membros, cabendo ao presidente da Comissão o voto de qualidade. Parágrafo único. Os membros suplentes poderão participar das reuniões da Comissão, mas somente terão direito a voto na ausência ou impedimento dos respectivos membros titulares.

Art. 21. Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Conduta do CRCCE têm prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos ocupados por seus membros.

CAPÍTULO VII - DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS

Art. 22. No âmbito de atuação da Comissão de Conduta, estão previstas duas classes de processos: I - Resposta a Consultas; II - Apuração de indícios de infração à conduta ética com emissão do relatório e parecer conclusivo.

SEÇÃO I - DAS CONSULTAS

Art. 23. A Comissão de Conduta responderá à consulta no prazo máximo de 20 (vinte) dias, por meio de memorando, ofício ou correio eletrônico. § 1º O prazo constante do caput deste artigo poderá ser prorrogado a critério da Comissão de Conduta, que deverá comunicar ao requerente da consulta a necessidade de prorrogação indicando as razões para tal. § 2º Caso o assunto seja de interesse de outros funcionários e/ou colaboradores, a Comissão de Conduta poderá divulgar seu posicionamento.

SEÇÃO II - DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE INFRAÇÃO À CONDUTA ÉTICA

Art. 24. O procedimento para apuração de desvio de conduta ética compreende as seguintes etapas: I - Denúncia ou Representação; II - Procedimento Preliminar; III - Instauração do Processo de Apuração de Infração à Conduta Ética; IV - Instrução do Processo; V - Decisão Final.

SUBSEÇÃO I - DA DENÚNCIA OU DA REPRESENTAÇÃO

Art. 25. Considera-se denúncia ou representação toda peça ou comunicação que se fizer revelar ou anunciar contra alguém, com o objetivo de acusar, delatar ou evidenciar indícios de irregularidades, falta grave ou desvio de conduta ética.

Art. 26. A denúncia contra colaborador ou funcionário deverá ser formalizada por escrito por qualquer cidadão e dirigida, exclusivamente, a Comissão de Conduta, devendo conter, necessariamente, os seguintes requisitos: I - descrição da conduta; II - indicação da autoria da conduta; III - apresentação dos elementos de prova para apuração do fato ou indicação de onde podem ser encontrados. Parágrafo único. O denunciante poderá indicar até 3 (três) testemunhas.

Art. 27. A denúncia ou representação devem ser formalizadas por carta, memorando, ofício ou correio eletrônico, endereçadas à Comissão de Conduta.

Art. 28. Cada denúncia será numerada sequencialmente por ano.

Art. 29. Não serão admitidas pela Comissão de Conduta quaisquer denúncias ou representações encaminhadas concomitantemente para a Comissão de Conduta e outras instâncias (exemplo: Ouvidoria, Câmaras, Plenário), visando garantir o princípio da confidencialidade da atuação da Comissão. Parágrafo único. Nessa hipótese, será encaminhado ao denunciante identificado comunicado com exposição dos motivos sobre a inadmissibilidade da denúncia.

Art. 30. Quando não houver identificação da autoria da conduta denunciada, a Comissão de Conduta poderá, excepcionalmente, acolher os fatos narrados para fins de abertura do procedimento, desde que a denúncia contenha indícios suficientes ou, em caso contrário, determinar o arquivamento sumário.

Art. 31. A Comissão de Conduta acatará pedido de desistência apresentado pelo denunciante, desde que o denunciado ainda não tenha sido formalmente notificado pela Comissão de Conduta.

SUBSEÇÃO II - DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR

Art. 32. Recebida a denúncia ou conhecida de ofício, a Comissão de Conduta realizará a averiguação preliminar para investigar indícios de infração à conduta ética.

Art. 33. Após a averiguação preliminar, a Comissão de Conduta decidirá sobre a admissibilidade, ou não, da denúncia, devendo ser proferida na primeira reunião subsequente ao recebimento da denúncia.

Art. 34. Na averiguação preliminar, a Comissão de Conduta poderá: I - requisitar informações e documentos ao CRCCE ou a outra autoridade competente, necessários à elucidação da denúncia; II - solicitar esclarecimentos dos envolvidos; III - realizar diligências.

Art. 35. Durante a averiguação preliminar, os membros da Comissão de Conduta deverão declarar se estão sob impedimento ou suspeição de participar do processo de apuração, nos termos do Art. 12 deste Regimento Interno.

Art. 36. A declaração de impedimento ou suspeição deverá ser assinada pelo declarante, devendo o documento ser juntado ao processo.

Art. 37. Os membros que se declararem em impedimento ou suspeição para atuar no processo não poderão participar das discussões e decisões a respeito de assuntos relacionados ao processo em questão.

Art. 38. Havendo dúvida quanto ao enquadramento da conduta - se desvio de conduta ética, infração disciplinar, ato de improbidade, crime de responsabilidade ou infração de natureza diversa -, a Comissão de Conduta, em caráter excepcional, poderá solicitar, de forma fundamentada, parecer reservado à Procuradoria Jurídica do CRCCE.

Art. 39. Como resultado da fase de Procedimento Preliminar, a Comissão de Conduta, com base em decisão fundamentada, poderá: I - decidir pela inadmissibilidade da denúncia e arquivá-la de ofício, quando a narração dos fatos não permitir, em juízo preliminar, a identificação de evidências de cometimento de infração à conduta ética e, quando sua convicção indicar possível cometimento de infração disciplinar ou legal, remeter a situação à Unidade Organizacional competente para as providências cabíveis; II - decidir pela admissibilidade da denúncia, determinando a conversão em Processo de Apuração de Conduta (PAC).

Art. 40. Procedida à análise da denúncia, a Comissão deverá elaborar o Relatório de Análise de Admissibilidade na Comissão de Conduta, contendo um breve relato dos fatos, as justificativas para a decisão e os encaminhamentos adotados pela Comissão.

Art. 41. Caso a Comissão decida pela inadmissibilidade da denúncia, deverá comunicar a decisão ao denunciante identificado, registrando as justificativas que embasaram a tomada de decisão, não cabendo reconsideração.

Art. 42. Na hipótese de a denúncia ser considerada admissível pela Comissão de Conduta, o presidente da Comissão definirá dois membros da Comissão para atuar no processo, devendo um deles ser designado como relator.

Art. 43. Quando efetuado o juízo de admissibilidade, a Comissão de Conduta deverá comunicar ao(s) denunciante(s) identificado(s) acerca da decisão preliminar, em até 5 (cinco) dias a partir da decisão da Comissão de Conduta.

SUBSEÇÃO III - DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO

Art. 44. Tendo a Comissão decidido pela admissibilidade da denúncia e os envolvidos informados da decisão preliminar, será efetuada a instauração do Processo de Apuração de Conduta. Parágrafo único. O prazo para a conclusão do Processo de Apuração de Conduta não ultrapassará 90 (noventa) dias, salvo na hipótese de motivo relevante devidamente justificado, quando, então, poderá ser prorrogado uma só vez por até 30 (trinta) dias.

Art. 45. O Processo de Apuração de Conduta deverá observar as regras de autuação, compreendendo numeração e rubrica da paginação, juntada de documentos em ordem cronológica e demais atos de expediente administrativo.

Art. 46. Será mantida a chancela de "sigiloso" até que esteja concluído o procedimento preliminar ou processo para apuração de prática em desrespeito a preceitos de conduta.

Art. 47. A Comissão encaminhará ao denunciado, em até 5 (cinco) dias, correspondência informando a respeito da instauração do processo de apuração de infração à conduta ética e da denúncia, solicitando a apresentação de defesa prévia, por escrito, relação de testemunhas e indicação de provas, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o envio da comunicação pela Comissão de Conduta.

Art. 48. Após a regular notificação, será assegurado ao denunciado o direito de acesso aos autos do processo, mediante solicitação formal encaminhada à Comissão de Conduta. § 1º Os documentos originais que compõem o processo apenas poderão ser acessados pelo denunciado com o acompanhamento de dois membros da Comissão de Conduta. § 2º O denunciado poderá obter cópia dos autos, mediante preenchimento do formulário de Termo de Confidencialidade e Sigilo.

Art. 49. Qualquer parte envolvida no processo poderá requerer, de forma fundamentada, a impugnação de participação de membro da Comissão de Conduta no processo de apuração de infração à conduta ética, explicitando as razões impeditivas.

Art. 50. Caberá aos membros da Comissão de Conduta, não citados no requerimento, decidir sobre a impugnação referida no Art. 49, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de apresentação do requerimento.

SUBSEÇÃO IV - DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 51. O denunciado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o envio da solicitação de defesa prévia, deverá encaminhar à Comissão de Conduta sua defesa escrita acompanhada de eventual prova documental e a indicação de até 3 (três) testemunhas, atendendo à notificação prevista no Art. 47 deste Regimento. § 1º A Comissão de Conduta, excepcionalmente, poderá estender o prazo de apresentação de defesa, mediante requerimento justificado do denunciado. § 2º As testemunhas poderão ser substituídas desde que o interessado formalize pedido à Comissão de Conduta, em tempo hábil e em momento anterior à audiência de inquirição.

Art. 52. Decorrido o prazo estabelecido para apresentação da defesa prévia, na hipótese de o denunciado não se manifestar, deverá ser encaminhada nova correspondência por escrito, reiterando a solicitação e contendo campo específico de assinatura para o atesto do recebimento do documento. Parágrafo único. Caso o denunciado, comprovadamente notificado, não se manifestar nem indicar procurador legalmente constituído para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, a Comissão de Conduta designará um defensor dativo dentre os funcionários, para acompanhar o processo, sendo-lhe vedada conduta contrária aos interesses do denunciado.

Art. 53. Encaminhada a defesa prévia pelo denunciado, a Comissão analisará as peças e adotará as providências necessárias à instrução do processo.

Art. 54. Para realizar a instrução do processo, a Comissão de Conduta poderá: I - promover a inquirição de testemunhas e a realização de diligências; II - solicitar exame pericial e parecer de especialista; III - requisitar informações e documentos às unidades organizacionais do CRCCE ou outra autoridade competente. § 1º A requisição, a solicitação ou a convocação de testemunhas deverão explicitar o local e data do evento, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas. § 2º Os convocados serão ouvidos separadamente e seus esclarecimentos serão reduzidos a termo, observando-se o sigilo e a confidencialidade. § 3º As solicitações a que se referem os incisos II e III deverão discriminar as informações e os documentos requeridos e o prazo esperado para atendimento.

Art. 55. As unidades organizacionais do CRCCE darão tratamento prioritário às solicitações de documentos e informações necessárias à instrução dos procedimentos de investigação instaurados pela Comissão de Conduta. § 1º A inobservância da prioridade determinada neste artigo implicará a responsabilidade de quem lhe der causa. § 2º A Comissão de Conduta terá acesso a todos os documentos necessários aos trabalhos, dando tratamento específico àqueles protegidos por sigilo legal.

Art. 56. A Comissão de Conduta, mediante decisão fundamentada, poderá desconsiderar as provas apresentadas pelos envolvidos que figurarem como ilícitas, impertinentes, protelatórias, desnecessárias à elucidação dos fatos, ou quando o fato não possa ser provado pela espécie de prova apontada.

Art. 57. Na hipótese de serem juntados novos elementos de prova aos autos do processo, após a apresentação da defesa prévia, o denunciado deverá ser notificado de seu conteúdo pela Comissão de Conduta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da juntada dos novos documentos ao processo. Parágrafo único. O denunciado terá novo prazo de 10 (dez) dias para protocolar a complementação de sua defesa à Comissão de Conduta.

Art. 58. Concluídas as ações previstas nos artigos 52, 53, 54, 55 e 56, o relator do processo deverá elaborar Relatório de Instrução Processual, contendo um resumo de todas as ações adotadas durante o processo.

Art. 59. O denunciado receberá o Relatório de Instrução Processual e notificação para que apresente suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o envio da comunicação pela Comissão de Conduta. Parágrafo único. O denunciado somente terá acesso ao Relatório após assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo.

SUBSEÇÃO V - DA DECISÃO FINAL

Art. 60. Concluída a instrução processual e após a emissão do parecer pelo relator do processo, apresentadas, ou não, as alegações pelo denunciado, a Comissão de Conduta proferirá decisão final por intermédio de parecer, podendo: I - decidir que não houve cometimento de infração à conduta ética e determinar o arquivamento; II - decidir que houve infringência à conduta ética e propor ao presidente do CRCCE a aplicação, isoladamente ou cumulativamente, do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) e Censura Ética; III - decidir pelo encaminhamento do processo para a unidade organizacional competente para as providências cabíveis, quando houver indícios de possível cometimento de infração disciplinar.

Art. 61. O Acordo de Conduta Pessoal e Profissional estabelecerá os termos a serem firmados com o denunciado para corrigir condutas que estejam em desacordo com os preceitos éticos, visando manter um clima de trabalho respeitoso e saudável.

Art. 62. A Censura Ética será apresentada por escrito e explicitará os comportamentos praticados, considerados inaceitáveis, e as medidas a serem implementadas para o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta, indicando a conduta que deve ser adotada no ambiente do trabalho. § 1º No ato da lavratura do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, deverá ser coletada a assinatura do denunciado e estabelecida a vigência do Acordo, que poderá ser de até 2 (dois) anos, a forma e os responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento do ACPP, sendo um deles membro da Comissão de Conduta e o outro a chefia imediata quando o denunciado for o funcionário do CRCCE; e a Superintendência Executiva, quando o denunciado for o colaborador. § 2º Na hipótese de o responsável se encontrar impedido de efetuar o acompanhamento do ACPP, em razão de envolvimento na situação, vínculo pessoal ou interesse direto ou indireto no feito, deverá ser designado outro profissional que esteja fisicamente próximo ao denunciado para acompanhar o cumprimento do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional. § 3º Durante a vigência do ACPP, o processo de apuração ficará sobrestado, sendo determinado o arquivamento do feito, se o Acordo for cumprido até o final do sobrestamento. § 4º Na hipótese de haver o descumprimento do ACPP durante o período de sobrestamento, a Comissão de Conduta dará seguimento ao Processo de Apuração de Conduta.

Art. 63. Em se tratando de colaborador "prestador de serviços" sem vínculo direto ou formal com o CRCCE, a cópia da decisão definitiva, elevando as condutas infracionais, deverá ser remetida pela Comissão de Conduta ao fiscal gestor do contrato, a quem competirá a adoção das providências legais cabíveis, eximindo-se a Comissão de Conduta da proposição de aplicação de penalidades (ACPP e censura).

Art. 64. No caso de a decisão final ser aprovada pelo presidente do CRCCE, a Comissão de Conduta deverá notificar o denunciado a comparecer em reunião com os membros responsáveis pelo processo, para entrega e assinatura do documento contendo o teor da decisão. § 1º No caso de não comparecimento do denunciado na data estabelecida na notificação, será encaminhada a decisão final, no prazo de 5 (cinco) dias, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (AR). § 2º Caso a decisão final seja pelo arquivamento do processo, a Comissão de Conduta comunicará, formalmente, o teor da decisão ao denunciante identificado e ao denunciado.

Art. 65. Da decisão pela aplicação do ACPP e Censura Ética caberá pedido de reconsideração do funcionário ou colaborador ao presidente do CRCCE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação de que trata o Art. 64.

Art. 66. A decisão final do presidente do CRCCE deverá ser encaminhada à Comissão de Conduta que, por sua vez, irá resumir em ementa, com a omissão dos nomes das partes do processo.

Art. 67. A Comissão de Conduta divulgará, em sítio do CRCCE, todas as ementas decorrentes dos processos tratados pela Comissão.

Art. 68. Finalizado o processo, a Comissão de Conduta emitirá o termo de encerramento e providenciará o arquivamento dos autos.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. Qualquer contato mantido entre membro da Comissão de Conduta e envolvidos em processo de apuração de infração à conduta ética deverá contar com a presença de, pelo menos, dois membros da Comissão de Conduta.

Art. 70. Todos os assuntos relacionados aos processos de apuração de infração à conduta ética deverão ser tratados pela Comissão de Conduta em ambiente reservado especificamente para tal finalidade.

Art. 71. Caberá à Comissão de Conduta do CRCCE dirimir as dúvidas e resolver os casos omissos decorrentes da aplicação deste Regulamento, por meio de deliberação.

Art. 72. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de aprovação.

ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 734, DE 20 DE JANEIRO DE 2020

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a Instrução Normativa n.º 4, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Planejamento, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação e determina que as contratações de TI devem ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, referente ao biênio 2020/2021, disponível no sítio www.crc-ce.org.br.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Data da assinatura: 16 de dezembro de 2019.

ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO Nº 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe Sobre a Interdição Ética Total das Atividades Desenvolvidas por Profissionais de Enfermagem Nas Unidades de Saúde de Beberibe/CE.

O Conselho Regional de Enfermagem do Ceará - Coren-CE, neste ato representado por seu Presidente, em conjunto com o Secretário do Plenário, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pelos artigos 2º e15 e seus incisos II, VIII e XIV, todos da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e; CONSIDERANDO o artigo 78 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966; CONSIDERANDO o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; CONSIDERANDO o art. 8º da Resolução Cofen 374/2011; CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Sindicância do Coren-CE nº 195/2019, referente as Unidades de Saúde Pública de Beberibe/CE; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará, proferida na 376º Reunião Extraordinária, realizada em 17 de janeiro de 2020; decide:

Art. 1° - Pela Interdição Ética Total das atividades de enfermagem nas Unidades de Saúde Pública de Beberibe/CE, abaixo explicitadas, até que sejam atendidos os preceitos legais inerentes à Enfermagem e a legislação de saúde, por colocar em risco a segurança e a saúde dos profissionais de enfermagem e da população assistida. 1.CENTRO DE SAÚDE DE BEBERIBE- Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 2.PSF SEDE 04 Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 3.PSF SEDE 03 Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 4.PSF MORRO BRANCO SEDE 01- Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 5.PSF BOQUEIRÃO DO CESÁRIO- Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 6.PSF FORQUILHA Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 7.PSF SERRA DO FÉLIX Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 8.PSF DE ITAPEIM Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 9.PSF DE PARAJURÚ Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 10.PSF DE PARIPUEIRA Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 11.PSF DE PALMEIRA Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 12.PSF DE JUAZEIRO Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 13.PSF DE SUCATINGA Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 14.PSF DE URUAÚ Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 15.PSF DE CAETANOS SEDE 02 - Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. 16.PSF DE CHORÓ. Ausência de enfermeiro no período diurno das sextas feiras e inexistência de condições mínimas para a prática segura das ações de enfermagem. Parágrafo único- Fica assegurada a continuidade da assistência de enfermagem aos pacientes internados ou sob cuidados da enfermagem na data da Interdição.

Art. 2º-Para fins de reabilitação das atividades de Enfermagem no nosocômio, deverão ser cumpridas integralmente as condições estabelecidas no Anexo I da presente Decisão.

Art. 3º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVE FARIAS
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Conselheira-Secretária

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 9ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3, DE 15 DE JANEIRO DE 2020

Cria o Cargo de livre provimento e demissão de Assessor Jurídico Júnior do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região/CRN9

A Presidente do CRN9, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei n° 6.583/78, Decreto no 84.444/80 e Resolução CFN nº 622/2019. CONSIDERANDO a decisão da diretoria em 14/01/2020. CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 090911.000012/2020-14; resolve:

Art. 1° - Fica criado o cargo de livre provimento e demissão de Assessor Jurídico JÚNIOR do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região.

Art. 2º - Para preenchimento do cargo são exigidos os seguintes requisitos: Formação de nível superior em direito com OAB ativa e regular.

Art. 3º - Ao detentor do cargo são devidas as seguintes atribuições: - Elaboração de Contratos, convênios e outros ajustes similares, sempre que tal lhe seja distribuído pelo do Assessor Jurídico da unidade e a este retorne para análise final; - Análise de processos de interesse da Unidade Gestora e setores do órgão, sempre que tal lhe seja distribuído pelo do Assessor Jurídico da unidade e a este retorne para análise final; - Elaboração de parecer jurídico em conjunto com o Assessor Jurídico da unidade, por distribuição do mesmo; - Realização de audiências quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade; - Acompanhamento processual quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade; - Atuação no contencioso quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade; - Despachos dos processos licitatórios, processos éticos, processos de cobrança execução da dívida ativa e outros quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade; - Emissão de pareceres sobre questões e matérias de natureza jurídica relacionadas às atividades desenvolvidas pela Unidade Gestora e, se for caso, pelo Sistema CFN/CRN, em conjunto com o Assessor Jurídico da unidade, por distribuição do mesmo; - Elaboração e análise de minutas de atos, expedientes e normas de interesse da Unidade Gestora e, se for caso, pelo Sistema CFN/CRN, em conjunto com o Assessor Jurídico da unidade, por distribuição do mesmo; - Apoio na elaboração de correspondências que envolvam assuntos jurídicos quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade; - Comparecer a quaisquer outros locais, para realização de atividades de interesse da Unidade Gestora e/ou do Sistema CFN/CRN, quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade; - Participar das reuniões plenárias, das reuniões de comissões e de outros eventos promovidos pela Unidade Gestora e/ou Sistema CFN/CRN, quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade; - Incumbir-se de outras atividades inerentes à Unidade Jurídica, quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade; - Representar a Unidade Gestora, quando determinado pelo Assessor Jurídico da unidade.

Art. 4º- As despesas resultantes da execução desta portaria correrão à conta das dotações orçamentárias do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região.

Art. 5º - O(a) empregado(a) contratado(a) para o desempenho das atividades acima, fará jus ao recebimento do salário mensal equivalente a R$3.000,00 (Três mil reais) para o desempenho de 30 horas semanais, além dos benefícios concedidos aos demais cargos de livre provimento respectivos à carga horária já especificada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na presente data independente de sua publicação.

VIVIANE ADMUNS NUNES PAIXÃO
Presidente do Conselho

EDITH ZULATO
Diretora-secretária

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE JANEIRO DE 2020

Homologação do Concurso Públicio Para Provimento de Cargos.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU/CE), à vista do resultado apresentado pelo Instituto Consulpam Consultoria Público-Privada, homologa o resultado final do concurso público para provimento de cargos, realizado no dia 01 de dezembro de 2019, Edital nº 001/2019.

A convocação se dará conforme os termos do Edital nº 001/2019 e de acordo com a necessidade da administração pública.

A lista do resultado final do concurso encontra-se no site da CONSULPAM e do CAU/CE.

Esta Portaria entra em vigar em 17 de janeiro de 2020. Fortaleza/CE.

NAPOLEÃO FERREIRA DA SILVA NETO
Presidente do Conselho